



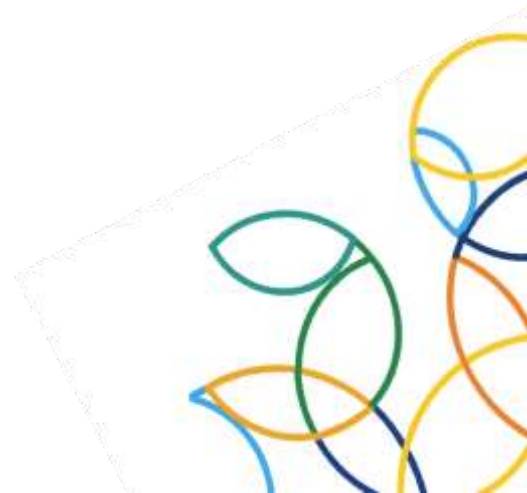
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

SONIA APARECIDA DA SILVA SOUZA

**COLONIALISMO DE DADOS E OS SEUS DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA: UMA
PESQUISA FORMAÇÃO NA CIBERCULTURA.**

SEROPÉDICA/NOVA IGUAÇU

2026





SONIA APARECIDA DA SILVA SOUZA

COLONIALISMO DE DADOS E OS SEUS DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA: UMA
PESQUISA FORMAÇÃO NA CIBERCULTURA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, Área de concentração: Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Orientador(a): Dra. Edméa Oliveira dos Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719 c Souza, Sonia Aparecida da Silva , 1968-
Colonialismo de dados e os seus desafios para a
docência: uma pesquisa formação na cibercultura /
Sonia Aparecida da Silva Souza. - Seropédica, 2025.
190 f.: il.

Orientadora: Edméa Oliveira dos Santos.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares, 2025.

1. Colonialismo de Dados. 2. Cibercultura. 3.
Pesquisa-formação. 4. Cineclube. 5. Docência. I.
Santos, Edméa Oliveira dos , 1972-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa
de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos
e Demandas Populares III. Título.

“O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

SONIA APARECIDA DA SILVA SOUZA

COLONIALISMO DE DADOS E OS SEUS DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA: UMA PESQUISA
FORMAÇÃO NA CIBERCULTURA.

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Dissertação aprovada em 24 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

EDMEA OLIVEIRA DOS SANTOS, Dra. UFRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

ROSANGELA MALACHIAS, Dra. UFRJ (Examinadora Interna).

WALLACE CARRICO DE ALMEIDA, Dr. UFRJ (Examinador Externo ao Programa).

JOÃO BATISTA BOTTENTUIT JUNIOR, Dr. UFPA (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 03/12/2025 09:59)
EDMEA OLIVEIRA DOS SANTOS
PROFESSOR TITULAR LIVRE MAG SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1532583

(Assinado digitalmente em 14/11/2025 06:50)
WALLACE CARRICO DE ALMEIDA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
CEAD (12.28.01.36)
Matrícula: 1205214

(Assinado digitalmente em 13/11/2025 21:34)
JOÃO BATISTA BOTTENTUIT JUNIOR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 829.688.023-72

(Assinado digitalmente em 14/11/2025 16:58)
ROSANGELA MALACHIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 039.198.618-09

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1026**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **13/11/2025** e o
código de verificação: **164c6aa746**

DEDICATÓRIA

Agradeço a Deus, o autor da vida, sem o qual eu não estaria redigindo estes parágrafos. Nós O amamos porque Ele nos amou primeiro (1 João 4, 19-20).

Sem Ele, não existiriam meus pais: Sebastião Lourencio de Souza (in memoriam), homem negro, que cursou apenas até a então terceira série, pedreiro, carpinteiro, tocador de sanfona, e Ana Maria da Silva, mulher negra, analfabeta, extremamente inteligente, que tinha o desejo de ir à escola quando criança. Porém, esse desejo foi sufocado por seus familiares - não por maldade, mas por ecoarem a voz do patriarcado — bem como pela reprodução não intencional do pensamento daqueles cujos objetivos se concentravam em afirmar que o negro era coisa, que o conhecimento tinha destinos específicos e não contemplava negros, muito menos mulheres. Meus pais dedicaram seu tempo e sabedoria para a minha criação e à de meus irmãos. Foram inúmeras privações, pois o sistema — aqui, especificamente, representado por seus patrões, os primeiros que conheci — utilizava mecanismos para paralisar, impedindo o alcance da sabedoria que liberta da opressão, do poder que retrai, intimida e mantém pessoas reféns a seu bel-prazer.

A meus irmãos — Gersino, de quem tenho poucas lembranças, pois deixou este plano precocemente; José, Luiz Carlos e Luiza Regina (in memoriam), que partiu de nosso convívio em abril de 2024, deixo meu reconhecimento—. Juntos, enfrentamos a escassez do básico que uma criança necessita; muitas vezes passamos frio e sentimos a falta de nossa mãe, que saía cedo para trabalhar na casa-grande, situada a menos de cinquenta metros da casa do caseiro, e só retornava tarde da noite. Não podíamos entrar naquela casa, e ela só passava rapidamente em casa quando sobrava um tempinho entre os afazeres.

A meu filho, João Victor Souza Pinheiro, dedico também o título de Mestre. Filho, meu desejo é que você alcance o título de Doutor até os trinta anos de sua vida. Sua graduação em Educação Física já está na reta final. Hoje, graças a muitos precursores, o acesso ao mundo acadêmico está menos árduo. Políticas públicas de inclusão de pessoas economicamente menos favorecidas têm galgado novos degraus, mas, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito. Antecipe o seu título de Mestre com a minha vitória.

A meus sobrinhos, desejo que sigam os caminhos da academia, deixando na sombra os relatos daqueles que não creem em seus potenciais.

A meus alunos da Educação Básica, cujas vidas se encontraram com a minha nestes trinta e sete anos de magistério, reafirmo aquilo que sempre lhes disse: o céu é o limite. Não

permitam que lhes roubem os sonhos; alcem voos altos.

A todos que fizeram parte da minha infância: minha dindinha Norina (in memoriam) e todos de sua família, cuja casa era meu segundo lar; e também a meus queridos amigos, alguns ainda residentes em nossa querida Graminha, outros espalhados em novos pousos.

Aos ancestrais negros, que, de alguma forma, desbravaram territórios onde diziam que não chegariam, abrindo caminhos e buscando possibilidades para as gerações posteriores.

Dedico este trabalho a todos que, de alguma forma, foram ou são impedidos de alcançar seus objetivos acadêmicos. Que a divulgação de que podemos ocupar lugares historicamente negados a muitos dos nossos possa ressoar, para que mais pessoas ingressem e permaneçam nas universidades. Que a perseverança represente todos aqueles cujos sonhos foram ameaçados e cujas vozes tentaram, — e ainda tentam — calar.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à minha orientadora, Edméa Santos: ainda que utilizasse todos os vocábulos que exprimem, não seriam suficientes para agradecer tamanho incentivo. Em 2019, Edmea me acolheu em seu grupo de pesquisas como ouvinte, oferecendo-me a oportunidade de adentrar em um universo no qual me tornaria mestranda em Educação. Ao meu coorientador, Wallace Almeida, também registro minha gratidão. No grupo, aprendi novas diretrizes e conceitos até então desconhecidos, como cibercultura, ubiquidade e desenho didático, entre outros. Quantas descobertas me foram possíveis graças à generosidade de Mea. Para sempre, gratidão!

Ao grupo de pesquisa, composto, à época, por Fábio, Wallace Almeida (hoje professor da UFRRJ), Nathália, Darling, Jones, Fernanda Monzatto, Sandro e Eliana: quantos conhecimentos adquirir com vocês! Acolheram-me, auxiliaram-me em meus primeiros passos como integrante da turma, ainda que não oficialmente. Realizava as mesmas tarefas, aprendi a construir diários, participei de defesas sob orientação de Edméa no ambiente online e marquei presença também no EDOC IV. Faço menção especial a Eliana Natal Tavares, pois foi por meio dela que ousei pisar no território da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, conhecer e participar do grupo de Edméa Santos e, posteriormente, tornar-me sua orientanda.

Aos professores da Educação Básica, sem os quais não seria possível estar aqui: em alguns me espelhei, extraindo o que de melhor ofereceram; com outros, aprendi o que não deveria executar como professora.

Aos professores da Graduação em História na Universidade de Vassouras (à época, Universidade Severino Sombra), registro minha gratidão por contribuírem para a minha formação. Agradeço, em especial, à professora Renata Vereza, que riscou um trabalho de pesquisa sobre O Culto Mariano e a Projeção Feminina na Idade Média e disse que eu tinha capacidade de fazer melhor. Foi nesse momento que começaram minhas produções mais elaboradas. À época, os trabalhos digitados ainda não eram fáceis de ser produzidos; entreguei o rascunho manuscrito e a professora fez um “X” em todas as páginas. Eterna gratidão: esses cortes me fizeram crescer.

À turma de Graduação em História, então composta por oito alunos: fomos guerreiros. As dificuldades quase nos venceram, mas fomos mais fortes que elas. Colamos grau em julho de 2001. Somos corresponsáveis pela conquista uns dos outros, pois, quando o desânimo se fazia presente, estendíamos as mãos e oferecíamos apoio para que ninguém

parasse no meio do trajeto.

Aos colegas do GPDOC/UFRRJ, que me deram as mãos, caminharam comigo, apoiaram-me, tiraram dúvidas e compartilharam materiais de estudo: minha gratidão. Em especial, a Fábio dos Santos Coradini e Stella Baptista, minhas asas, que sempre me socorreram em momentos de dificuldade; a Wendell Freire e Raquel Barros, pela força que me ofertaram.

Aos professores do PPGEDUC, que contribuíram de forma expressiva e significativa para a construção desta dissertação, apresentando-me autores que fundamentaram minha pesquisa. Aos queridos alunos das turmas de Graduação em Pedagogia das disciplinas Ciberultura e Educação (2024-1, 3º período noturno, UFRRJ, formada por 30 discentes) e Teorias e Política Curricular (2024-2, T27, 6º período noturno, UFRRJ, formada por 29 discentes): meus sujeitos de pesquisa, com os quais troquei saberes. Deixei um pouco de mim e trouxe muito de vocês. Eterna gratidão!

Enfim, a todos que me incentivaram, — na família, no trabalho, na igreja, na vizinhança e nas redes —, o meu sincero muito obrigada.

Wanderlino Arruda Superfície azul do céu,
asas em curva de dores, Fernão Capelo
levanta e voa, porque voar é importante,
mais que comer e viver. Caro é pensar
diferente, viver em infinitos, voar dias
inteiros só aprendendo a voar. Gaivota que se
preza tem de sentir as estrelas, analisar
paraísos, conquistar múltiplos espaços.
Gaivota que se preza precisa buscar
perfeição. Importante é olhar de frente, em
uma, em dez, cem mil vidas. Para Fernão
nada é limite: voa, treina, aprende, paira
sobre o comum do viver. Se o destino é o
infinito, o caminho é nas alturas!

Fernão Capelo Gaivota

RESUMO

SOUZA, Sonia Aparecida da Silva. **Colonialismo de Dados e os Seus desafios para a docência: uma Pesquisa formação na Ciberultura**. 2025. 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

Esta dissertação tem como proposta abordar o fenômeno do Colonialismo de Dados, compreendido como o processo sustentado pela apropriação e utilização dos rastros digitais deixados em plataformas online e por sua ressonância na sociedade contemporânea. O estudo estabelece relações entre tais práticas e os desafios enfrentados pela docência diante das investidas das *big techs*, que têm como principal interface o digital em rede. A pesquisa insere-se no campo da ciberultura e foi desenvolvida com discentes do curso de Pedagogia, — terceiro período — no âmbito das disciplinas Ciberultura e Educação e Teorias e Política Curricular, ministradas pela professora Edméa de Oliveira Santos, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), campus Seropédica. O objetivo central consistiu em analisar criticamente o colonialismo de dados, por meio da reflexão sobre produções cinematográficas que tratam da relação entre o colonialismo digital e sua influência nas práticas cotidianas dos usuários ao buscarem serviços e produtos online. A metodologia fundamentou-se na pesquisa-formação em ciberultura, utilizando como dispositivo o Cineclube. Para a produção dos dados, foram realizadas atividades síncronas e assíncronas na plataforma SIGAA, a partir da exibição do filme “*Quanto vale ou é por Quilo?*” do documentário “*Coded Bias*”, seguidas de discussões e produções reflexivas. Os resultados evidenciam que a mediação pedagógica, apoiada em práticas colaborativas e críticas, possibilita a problematização do colonialismo digital, contribuindo para que futuros docentes desenvolvam maior consciência acerca dos mecanismos de coleta e uso de dados no ciberespaço, bem como de suas implicações para a educação e para a sociedade em rede.

Palavras-chave: Colonialismo de Dados. Ciberultura. Pesquisa-formação. Cineclube. Docência.

ABSTRACT

SOUZA, Sonia Aparecida da Silva. **Data Colonialism and Its Challenges for Teaching: a Research-Training in Cyberculture.** 2025. 190p. Dissertation (Master's in Education) - Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands, Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2026.

This dissertation aims to address the phenomenon of Data Colonialism, understood as the process sustained by the appropriation and use of digital traces left on online platforms and its resonance in contemporary society. The study establishes connections between such practices and the challenges faced by teaching in the face of the advances of big tech companies, whose main interface is the digital network. The research is situated within the field of cyberculture and was developed with undergraduate Pedagogy students in their third semester, within the scope of the courses *Cyberculture and Education* and *Curriculum Theory and Policy*, taught by Professor Edméa de Oliveira Santos at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica Campus. The central objective was to critically analyze data colonialism through the reflection on films that portray the relationship between digital colonialism and its influence on users' practices when seeking services and products online. The methodological approach was based on research-training in cyberculture, employing the Cineclub as a pedagogical device. Data were produced through synchronous and asynchronous activities on the SIGAA platform, following the exhibition of the film "*Quanto vale ou é por quilo?*" and the documentary "*Coded Bias*", accompanied by discussions and reflective productions. The results demonstrate that pedagogical mediation, grounded in collaborative and critical practices, enables the problematization of digital colonialism, contributing to the development of greater awareness among future teachers about the mechanisms of data collection and use in cyberspace, as well as their implications for education and for networked society.

Keywords: Data Colonialism. Cyberculture. Research-Training. Cineclub. Teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Curva lá de casa, próxima ao local onde nasci	12
Figura 2 - O outro lado da colina. Casa da dindinha, meu segundo lar.....	13
Figura 3 - Primeira escola: Escola Estadual Municipalizada Professora Hilka Peçanha-Graminha.	18
Figura 4 - Locais de atuações profissionais como docente	26
Figura 5 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o chão que eu piso.	27
Figura 6 - Grupo de Pesquisas GPDOC	29
Figura 7 - Instrumentos de imobilização dos escravizados	43
Figura 8 - Representação do ciberespaço	48
Figura 9: Mapa-Múndi.	51
Figura 10: Mapa Invertido.....	52
Figura 11: Tirinha da Mafalda: O Mundo ao Contrário.	53
Figura 12 - As Grandes Navegações	53
Figura 13 - A escola ensina a ler.	66
Figura 14 - Criar contas em plataforma digitais.....	68
Figura 15 - Engajamentos em redes sociais.	69
Figura 16 - Cena do filme Tempos Modernos	73
Figura 17 - Racismo algorítmico.....	79
Figura 18 - Representatividade	81
Figura 19 - O cineclube GPDOC	97
Figura 20 - Filme “ <i>Quanto vale ou é por Quilo?</i> ” Documentário “ <i>Coded Bias</i> ”.	99
Figura 21: Apresentação do Filme “Quanto vale ou é por Quilo?”	106
Figura 22 - Cenas do Filme “Quanto vale ou é por Quilo?”	109
Figura 23- Livro Memórias Plantação, Graça Kilomba.....	111
Figura 24 - RJ 127 pós-chuvas fevereiro de 2024.....	128
Figura 25 - Do analógico ao digital.....	152

SUMÁRIO

1	ITINERÁRIOS DE UMA DOCENTE NA CIBERCULTURA	12
1.1	Dilemas docentes em tempos de plataformação e vigilância.	31
1.2	Por que Pesquisar? Por que Agora? Objetivos e Perguntas que me Movem	40
2	COLONIALISMO DE DADOS E CIBERCULTURA: CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.	46
2.1	Colonialismo Tradicional e Colonialismo Digital.....	50
2.2	Plataformação e colonialidade do saber	69
2.3	Racismo Algorítmico e Eurocentrismo Tecnológico	75
3	CAMINHOS METODOLÓGICOS DA CIBERPESQUISA-FORMAÇÃO	83
3.1	Pesquisa-Formação na cibercultura como opção político-metodológica	86
3.2	Multirreferencialidade e Práticas Pedagógicas em Rede.....	88
3.3	O Dispositivo do Cineclube como Estratégia de Mediação Pedagógica.....	91
4	O DESENHO DIDÁTICO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	96
4.1	O Filme “ <i>quanto vale ou é por quilo?</i> ” como Disparador de Narrativas	102
4.2	O Documentário “ <i>Coded Bias</i> ” como Disparado de Narrativa	114
5	ANÁLISES E EMERGÊNCIAS DOS DADOS	124
5.1	Os Sentidos Atribuídos pelos Discentes à Tecnologia e ao Colonialismo Digital.	131
5.2	A Percepção da Neutralidade Tecnológica como Mito	136
5.3	Apropriações Críticas e Pedagógicas das Discussões	139
6	Decolonialismo, Letramentos Críticos e a Docência Insurgente	149
6.1	Formação Docente Frente aos Desafios da Desinformação e da Vigilância	150
6.2	Considerações Sobre o Papel do Educador na era dos Dados	152
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
8	REFERÊNCIAS.....	157
	ANEXOS	160
	APÊNDICE	166

1 ITINERÁRIOS DE UMA DOCENTE NA CIBERCULTURA

*Wanderlino Arruda Ela tinha noção
daquilo que eu me recusava a aceitar: que
os poderes dos governantes e dos nossos
rituais aos poucos, lentamente, iriam
matar nossa liberdade de viver da forma
como queremos.*

Fernão Capelo Gaivota.

Nasci na Graminha, segundo distrito de Engenheiro Paulo de Frontin. Meus pais afirmam que minha chegada a este mundo ocorreu numa tarde, quase noite, do dia 29 de fevereiro de 1968, às 18h45, horário de verão. O parto foi assistido por uma parteira, que mais tarde se tornou minha madrinha. Nasci na residência dos caseiros, onde vivemos por um período. A senzala começou a ser chamada por esse nome, com restrições ampliadas, liberdade aparente e acessos negados.

Figura 1 - Curva lá de casa, próxima ao local onde nasci



Fonte: acervo da autora

A imagem representa o lugar onde nasci, situado a oito quilômetros do centro. Como minha mãe teve gêmeos dois anos depois de mim, não guardo muitas lembranças do convívio

familiar. Fagulhas de memória do dia 11 de janeiro de 1970 vêm à tona nas minhas recordações: movimentação em casa, pessoas transitando de um lado para o outro, meus irmãos prestes a nascer, mas a parteira não conseguia ajudá-los.

Um deles estava em posição transversal no ventre de minha mãe — fato comentado mais tarde. Passos apressados, uma bacia com água quente — e nada dos meus irmãos nascerem. Os rumores do ocorrido chegaram à casa grande, onde havia um médico, que se dirigiu à nossa casa com a intenção de ajudar. Finalmente, com a chegada dele, os bebês nasceram. Como eram duas crianças que precisavam de atenção, fui para a casa da minha madrinha. A colina oposta à nossa residência tornou-se meu segundo lar; eu a frequentava com assiduidade, mesmo quando meus irmãos já não necessitavam de tantos cuidados. No lado oposto, havia a extensão da minha casa.

Figura 2 - O outro lado da colina. Casa da dindinha, meu segundo lar.



Fonte: acervo da autora.

Crescemos rodeados pela exuberância da natureza, desafiando os perigos que existiam nas matas, pois não tínhamos consciência deles. Passávamos dias inteiros brincando — ora “surfando” na lama da estrada que cortava o bairro já que na época, não havia asfalto —, ora ajudando motoristas a empurrar veículos que ficavam presos à lama.

Navegávamos em folhas de palmeiras como se fossem barcos velozes, descendo colinas sobre o manto de sapê. Assim como os “humanos do Período Paleolítico”,

coletávamos as frutas que o espaço nos oferecia. Vivenciamos muitas alegrias, acompanhadas de intensos questionamentos à medida que tomávamos consciência das diferenças ao nosso redor.

A sede da propriedade em que morávamos era ampla e contava com televisão, vários banheiros (um deles com banheira), chuveiros com água quente, geladeira e abundantes roupas de cama. As crianças tinham bicicletas e diversos outros brinquedos. Mas a nossa casa era pequena, embora cercada por quartos de hóspedes, o que criava uma falsa impressão de grandeza. Não dispúnhamos de televisão, geladeira ou chuveiro quente. Para tomarmos banhos quentes, a água era aquecida em um fogão a lenha, localizado em um canto da cozinha, que também era usado para preparar nossa comida. A fumaça se espalhava pelo ambiente, fazendo-nos “chorar” involuntariamente.

Não havia preocupações em relação a nós. A cidade de Engenheiro Paulo de Frontin está situada em uma região montanhosa, onde o clima no inverno é severo. Passamos frio, e lembro-me de que minha irmã e eu dormíamos juntas para nos aquecermos, já que a coberta tinha furos. Eu não compreendia por que havia vários cobertores grossos na casa grande, usados somente quando eles vinham passar finais de semana esporádicos, e nós tínhamos que passar frio; por que tanto alimento era jogado fora, enquanto em nossa mesa não havia o básico para nossa alimentação? À medida que crescia, fazia muitas comparações críticas. Meu pai recebia apenas meio salário mínimo para cuidar da propriedade, e diziam que nós tínhamos casa e energia elétrica.

Diante da falta de brinquedos, algumas opções nos eram possíveis. As lindas bonecas que existiam na sede só podíamos observar à distância. Diante disso, buscávamos na natureza nossas bonecas. Íamos à plantação de milho que meu pai cultivava e pegávamos as espigas em seu estágio de pleno desenvolvimento, com “cabelos” brancos, marrons, vermelhos e amarelos. Assim, criávamos nossas lindas e naturais bonecas. Aliás, o que meu pai cultivava com seus próprios recursos — lembro-me do aipim — tinha que oferecer aos "senhores", uma vez que usava suas terras para o plantio.

Esqueceram-se que o solo sem semente não dá frutos; havia o trabalho árduo de meu pai, mas eles eram os proprietários da terra e podiam colher sem plantar. Meus pais adquiriram uma novilha, que começou a produzir e gerar outras reses. Alguns dos moradores da casa grande queriam até leite gratuito. Os animais pastavam o capim que crescia naturalmente naquele solo. Quando estavam confinados, íamos ao pasto, cortávamos e transportávamos a comida para nosso pequeno grupo de reses até o curral. Por que deveríamos oferecer leite e queijos feitos com nosso trabalho?

O pagamento pelo uso da casa, feito por meio do salário do meu pai, não era suficiente. Minha mãe trabalhava na casa grande, independentemente de haver poucas ou muitas pessoas. Nos finais de semana e feriados de lazer dos moradores da zona sul, ela se dirigia aos aposentos deles bem cedo para preparar o café da manhã, seguido das demais refeições. Além disso, não havia um horário definido para a primeira refeição, já que eles acordavam em horários variados. Ela permanecia no local até altas horas da noite, sem que os moradores se preocupassem com o fato de que ela tinha filhos e uma “casa”. Não recebia nenhuma remuneração por trabalhar quando a propriedade estava cheia e por limpá-la antes da chegada e após retorno à zona sul, pois tínhamos casa para morar.

Quando crescemos, começamos a ajudar nossos pais com suas tarefas. Fazíamos a capina, a roçada, a varrição do salão de festas, da churrasqueira e de outras áreas externas, além do grande quintal. Em uma ocasião, a matriarca “limpou” um dos quartos de hóspedes ao lado da nossa varanda e deixou o lixo na nossa entrada. Meus irmãos e eu retiramos o lixo e o colocamos na entrada do quarto de onde ela o havia tirado, pois consideramos a atitude inadequada. A mulher, de pele muito clara, ficou vermelha de raiva, e a cor parecia ainda mais intensa. Ela nos mandou tirar o lixo, mas corremos rindo e não fizemos o que ela pediu, o que a deixou furiosa. Após algumas horas, em nossa ingenuidade, pensamos que não nos chamaria por estarmos perto de uma tia, mas o fato não foi esquecido. Pegou-nos pelos braços com certa “delicadeza”, já que nossa tia estava por perto. Fomos tirar o lixo da frente do intocável quarto de hóspedes, mas não o fizemos sozinhos; ela teve que varrer e nós aparamos com a pá, nossa vingança!

Em resposta aos abusos cometidos, minha mãe se revoltou e “intimou” meu pai a deixar a propriedade, pois estavam praticando trabalho escravo. Com coragem, ela os confrontou, afirmando que denunciaria suas ações, lembrando que a escravidão havia sido “abolida” há muito tempo. Eles ficaram inquietos; alguns queriam pagar para regularizar, houve desentendimentos entre eles. A matriarca, bastante orgulhosa, afirmou que meu pai não faria falta, apenas minha mãe. Decididos, partimos do local, marcando nossa primeira mudança.

Como não tínhamos terras, nos mudamos para outro lugar, mas não me recordo por quanto tempo ficamos lá. Depois, peregrinamos por mais quatro propriedades, incluindo um local com apenas dois cômodos, sem água encanada nem energia elétrica, e com um pano servindo como porta de um dos cômodos. Durante essa diáspora familiar, em um dos lugares onde meu pai podia exercer sua função de pedreiro com mais liberdade, eu sentia um grande orgulho de levar-lhe o almoço. Percorria cerca de duas horas a pé até ao destino, por caminhos

isolados, na época não havia tanta violência, hoje em dia, fico tensa ao lembrar do caminho até o local — hoje um hotel fazenda — onde a primeira casa do senhor B, foi construída por meu pai.

Durante nossa "turnê" pelas cinco propriedades, testemunhamos a decadência naquela em que a “senhora” afirmara não necessitar do trabalho de meu pai. Ao perceber que sua arrogância não mantinha a propriedade limpa e conservada, convidou-nos a retornar, com novas propostas. Meu pai continuaria recebendo meio salário mínimo apenas para cuidar e trabalhar dois dias no sítio, podendo exercer a função de pedreiro em outros lugares. Minha mãe também começou a ser remunerada pelos serviços prestados, embora eu não me recorde do valor. Nossa casa já possuía um pouco mais de conforto; porém o banho de chuveiro ainda estava proibido, pois o uso de energia aumentaria os custos para os patrões. Desafiei a proibição e comecei a tomar banho de chuveiro em um dos quartos de hóspedes. Conversei com meu pai e expliquei que a proibição não fazia sentido, já que tudo havia sido devidamente pago com os descontos salariais. Finalmente, conseguimos instalar um chuveiro em nosso banheiro.

A senhora, que já não dispunha dos mesmos recursos, passava o verão na propriedade, e eu a acompanhava à noite. Meus irmãos podiam assistir à televisão enquanto ela fazia crochê, o que me era permitido por ser sua companhia. No entanto, nos finais de semana, quando os moradores da zona sul vinham, não podíamos entrar. Fazíamos o contorno da casa e assistíamos pelas frestas das janelas da varanda que a rodeava. Eles possuíam diversos desses aparelhos e, ao final do verão, ela retornava para a zona sul. Que tristeza para nós, pois ficaríamos sem a continuidade das novelas.

Então, tivemos uma ideia brilhante: pedimos ao pessoal da zona sul que deixasse um aparelho conosco, a resposta foi: NÃO. A “senzala” não é digna, não pode progredir nem usufruir dos mesmos privilégios que a casa-grande. A cada negativa, uma certeza: não aceitaria que definissem meu lugar nem que me silenciassem diante de suas ações.

Ao percorrer as colinas do Kentuck durante a infância, fugindo de cobras e de todos os perigos exteriores proibidos, tanto reais quanto imaginários, aprendi a estar segura com o conhecimento de que enfrentar o que temo e superá-lo me manterá protegida. Munida dessa certeza, criei uma confiança extraordinária no poder da natureza de seduzir, entusiasmar, encantar e alentar. (Hooks, 2022, p. 29)

No primeiro ensaio do livro *Pertencimento: uma cultura do lugar*, Bell Hooks descreve a origem de sua coragem para enfrentar os perigos, tanto reais quanto imaginários. Escapar de cobras e de outros animais do ambiente natural torna-se tarefa simples diante da habilidade e brutalidade com que o patriarcado ataca, visando preservar e fortalecer seus territórios de

origem em relação às regiões que considera inferiores, assumindo a posição de detentor absoluto do conhecimento. Minhas resistências, assim como as da autora, vêm do verde, da harmonia da natureza, em que diversas espécies coexistem. Nunca permiti que meus ideais fossem abortados ou que minha voz fosse silenciada.

Amava ir à casa das Timotas — sobrenome Timóteo. Eram seis irmãos, cinco senhoras e um senhor. A casa, grande, de taipa e sapê, tinha fogão a lenha no canto da cozinha. Era gratificante ouvir os “causos” (casos) que contavam: quanta sabedoria! Conhecimentos sobre a função de várias ervas, além de fatos relativos à escravidão, pois alguns haviam nascido no período “pós-abolição” e ouviram muitas histórias de seus pais. Algumas eram tristes, mas muitas, também alegres! Como foi bom conviver com eles.

Entremeando esses fatos, chegou o momento de frequentar a escola. Fui matriculada na única escola do bairro, à época a Escola Estadual Hilka Peçanha, que oferecia ensino do nível de Primeira à Quarta Série, nomenclatura utilizada à época. Minha memória guarda a cena de meu pai levando-me pela mão para estudar. Fiquei apreensiva: eram muitas pessoas grandes, assustadoras, e eu me sentia perdida no meio delas. Não quis voltar. A professora conversou com meus pais sobre a alternativa de que eu passasse a frequentar no ano seguinte, pois ainda era muito nova. Assim foi feito.

Retornei no ano seguinte, juntamente com os colegas da minha “outra casa”. Nesse momento, há um lapso de memória: só me recordo bem de nós três — eu e meus irmãos menores — saindo juntos para a escola em meio ao frio rigoroso, quando a relva amanhecia coberta de gelo. Nosso café da manhã era quase sempre água com açúcar, acompanhado de inhames, aipim, milho cozido, mingau de fubá ou farofa de ovos frescos. Sentíamos muito frio, pois não tínhamos muitos agasalhos. Esse frio, no entanto, logo cedia lugar ao calor das brincadeiras no tão esperado recreio, momento em que também era servida a merenda.

Figura 3 - Primeira escola: Escola Estadual Municipalizada Professora Hilka Peçanha-Graminha.



Fonte: acervo da autora

Passávamos bons momentos na escola; porém, aprendíamos apenas o básico: ler e escrever, um pouco de gramática, tabuada e as quatro operações. Só consigo me lembrar de “arme e efetue”, da classificação das palavras quanto ao número de sílabas, da sílaba tônica e de exercícios de leitura com interpretação. Sei que tínhamos aulas de Estudos Sociais e Ciências, mas delas só guardo uma abstração; não recordo os conteúdos estudados nessas disciplinas. A base não me preparou para os desafios subsequentes.

Para os dominantes, um estudo de qualidade para a classe trabalhadora constitui uma ameaça: os indivíduos podem rebelar-se, compreender os mecanismos de poder, entendendo que, na verdade, as “jaulas” que nos prendem constituem-se de cercas criadas no âmago dos imaginários, com o objetivo único de subjugar. Os efeitos devastadores dessa base mal estruturada se materializavam à medida que os anos de escolaridade avançavam.

Concluídos os anos iniciais de escolaridade, deparei-me com uma realidade assustadora: parar de estudar, devido à inviabilidade de locomoção até o centro da cidade. Viajar de ônibus era um luxo que só poderia ser realizado esporadicamente, e meus pais não tinham condições de custear a passagem. Nesse período, minha família já havia retornado ao meu lugar de origem. Durante o verão, os custeios das passagens estavam garantidos pela matriarca, dona da propriedade. À época, eu pensava serem cortesias; hoje vejo como uma forma simbólica de me remunerar pelo fato de fazer-lhe companhia durante a noite. Se a intenção fosse realmente contribuir, o financiamento se daria ao longo de todo o ano.

Iniciaram-se, então, novas etapas de desbravamento diante dos desafios para ingressar na fase seguinte da escolaridade, no Colégio Estadual João Kopke, situado no centro da

cidade. Como o ano não se constitui apenas do verão, precisei buscar alternativas para as demais estações do ano. Juntamente com um grupo de amigos, enfrentávamos diariamente dezesseis quilômetros de caminhada, ida e volta, entre nosso bairro e o Centro. Chegou um momento em que não foi mais possível realizar tal feito: o cansaço, a poeira e a lama tornaram-se entraves. Como alternativa, iniciei o trabalho como babá, doméstica e diarista.

Nesses itinerários de labor, aprendi tanto como tratar as pessoas quanto como não as tratar. Em um dos lares, minhas tarefas eram lavar, passar, limpar a casa e auxiliar a avó de uma bebê em seus cuidados. Tudo deveria estar concluído até, aproximadamente, às treze horas, pois meu turno no colégio se iniciava às catorze. Durante a semana, permanecia na casa e, como complemento, durante a noite, quando a criança despertava chorando, tinha que acompanhar a mãe em seus cuidados. No dia seguinte, independentemente de ter dormido bem ou não, levantava-me cedo para cumprir as demandas servisais.

Executava-as rapidamente para não perder o melhor horário de ir à escola, mas o desespero me afligia quando a dona da casa — negra como eu, porém tomada por sentimentos de superioridade — chegava exatamente no momento em que eu precisava me locomover para aquilo que me proporcionava imenso prazer. Já entrava na casa, passando as mãos pelos móveis, verificando as panelas de alumínio que eu areava diariamente — deixando-as sem manchas — e checando se os móveis estavam limpos, sem poeira. Apesar de tudo estar perfeito, ela gritava, dizendo que eu teria de refazer o serviço; caso contrário, não iria à escola. Chorando, refazia tudo, temendo não dar tempo de estudar.

Sufocada, saí daquela casa e fui para outra, onde realizava todos os serviços, inclusive cozinhar. Nesse momento, já estava no Curso Normal, estudava pela manhã até as doze horas, e a residência, assim como a anterior, não ficava próxima ao colégio. Eu me dirigia rapidamente ao local, visto que as tarefas deveriam estar prontas até às dezessete horas, horário do retorno da “patroa”. Também não recebia salário pela prestação de serviço: as passagens e os estudos eram pagos por ela. O mais curioso é que o colégio era público.

Como complemento, o dono da casa, que fazia parte de um time de futebol, levava o uniforme completo para eu que lavasse. Às vezes, estavam apenas suados; a lavagem não era tão difícil. Mas, quando chegavam cobertos de lama, quase sangravam-me os pulsos, já que a “máquina” de lavar eram minhas mãos. O esforço fazia meus pulsos incharem. Nesse contexto, o “patrão” começou a permanecer em casa no período da manhã, ou a chegar próximo ao horário em que eu entrava. A princípio, eu entrava normalmente, iniciando meus afazeres, mas logo passou a me assediar. A partir daí, sempre que me deparava com o seu carro na garagem, dirigia-me a uma propriedade próxima, onde contei o ocorrido ao casal de

caseiros. Pedi conselhos, pois tinha dúvidas se devia ou não contar à esposa. Eles me aconselharam a não revelar, com receio de que ela não acreditasse. Acolheram-me e disseram que, sempre que chegasse e ele estivesse em casa, eu deveria ficar com eles até que o “patrão” saísse.

O fato me causou estresse, ainda mais porque ele dizia à esposa que eu não ia diretamente para casa após sair do colégio. Fiquei no fogo cruzado: ela me cobrava, brigava e perguntava onde eu estava e o que fazia, e eu não podia contar a verdade, pois poderia voltar-se contra mim. Não suportando mais tanta opressão, saí daquela localidade no terceiro e último ano do Curso Normal. Tentaram me induzir a acreditar que eu não seria capaz de seguir sem o “apoio” deles. Falavam de afeto em relação a mim, mas era apenas uma forma de garantir que suas propriedades fossem cuidadas. Fui embora sem olhar para trás. Depois soube, por terceiros que diziam que eu não concluiria os estudos e criaram a narrativa de que eram meu apoio, sem os quais eu não teria conseguido seguir.

E agora? O que fazer para concluir o curso? Ainda não havia transporte gratuito para alunos. Foi então que, por intermédio de uma conhecida da família, passei a trabalhar nos finais de semana e feriados em uma fazenda próxima à minha casa. A madame calculava o valor do salário mínimo por diárias, e assim era feito o pagamento, destinado ao custeio das passagens para a escola. Havia uma ressalva: no final de semana em que não viesse, eu não recebia e me via às voltas para estudar.

Na mansão, éramos três “serviçais”. Usávamos vestidos com avental, hierarquicamente padronizados. Lembro-me de a “madame” nos apontando o que podíamos ou não comer. Nada falávamos. As máscaras outrora impostas aos negros escravizados continuavam, continuam, ainda que invisíveis. Sufocávamos o grito diante das ordens e abusos dos patrões, para mim, temporários. Sempre ousei, aceitando as condições momentâneas como passaportes para a realização dos meus objetivos.

Usávamos o silêncio também como resistência diante do autoritarismo. Quando nos eram feitos questionamentos, limitávamo-nos a apenas olhar, sem mover os lábios. Nosso olhar, carregado de insatisfação diante do menosprezo, incomodava, e quando queriam respostas, reagíamos com silêncio. O casal tinha duas noras: uma, segundo as moças que trabalhavam ali há mais tempo, era “boazinha”, educada, tratava todos muito bem. A outra, nem tanto. Vingávamo-nos dela quando vinha falar conosco, dando ordens desenfreadas: fazíamos silêncio diante de suas perguntas e saíamos, deixando-a possesa. Zombeteiras, calávamos nossas vozes diante do desejo de vê-las ecoar.

Em determinado final de semana, a “educadinha” trouxe alguns amigos para a

fazenda. Chovia bastante, e minha casa ficava a certa distância. No fim do dia, quando já me preparava para retornar, ela saiu em direção à propriedade de amigos e ofereceu-me carona. Fiquei feliz, pois chegaria mais cedo e seca em casa. O carro era uma caminhonete cara, com espaço apenas para duas pessoas. A jovem que estava no banco do carona abriu a porta para que eu me acomodasse, mas a nora “boazinha” não deixou: disse que eu iria em cima. Mesmo diante da insistência da moça, manteve-se firme.

Subi na carroceria pensando que, embora me molhasse, chegaria mais cedo. Engano meu. Ela não estendeu o percurso para me deixar em casa e o trajeto que percorreu não ajudou: pelo contrário, fiquei totalmente encharcada pela chuva. Ao chegar ao destino, ela parou; desci e parei diante da janela do carona. Olhei para o interior do carro, enxugando a água que escorria pelo rosto, agradei e segui.

Naquele momento, pensei: são apenas travessias. Não desistirei diante dos entraves e das dificuldades criadas para me impedir de alcançar meus objetivos. O desejo deles era manter-me refém das amarras do patriarcado, mas não permiti que as correntes de outrora se perpetuassem e atrapalhassem minhas conquistas. O ato de brincar na chuva com meus irmãos — livres, aproveitando a dádiva da água que cai do céu — era espontâneo. Diferente deste momento, em que fui obrigada a permanecer nela.

Quando frequentava a universidade, lembro-me de ser a única aluna negra no departamento de psicologia, por cinco anos. Entre outras coisas aprendi sobre patologia do sujeito negro e também que racismo não existe. Na escola, lembro de crianças brancas sentadas na frente da sala de aula, enquanto as crianças negras se sentavam atrás. De nós, dos fundos da sala, era exigido que escrevêssemos com as mesmas palavras das crianças da frente “porque somos todos iguais”, dizia a professora. Nos pediam para ler sobre a época dos “descobrimentos portugueses”, embora não nos lembrássemos de termos sido descobertas/os. Pediam que escrevêssemos o grande legado da colonização, embora pudéssemos lembrar do roubo e da humilhação. E nos pediam que não perguntássemos sobre nossos heróis e heroínas de África, porque elas/eles eram terroristas e rebeldes. Que ótima maneira de colonizar, isto é, ensinar colonizadas/os a falar e escrever a partir da perspectiva do colonizador. (Kilomba, 2019, p. 65)

Kilomba ilustra, com maestria, a carona “bem-intencionada” que me foi oferecida: o lugar da frente não poderia ser ocupado por mim. Os ecos da colonização ressoam como antes. Como resposta a essas práticas, devemos assumir nosso protagonismo. Incluir não se restringe à ocupação do mesmo espaço; é reconhecer o potencial, independentemente da cor da pele ou da classe social. Seguir repetindo as falas e os hábitos do colonizador configura a reprodução desses feitos e resulta em bonificações que reforçam seus objetivos.

Sutilmente, na era da cibercultura, desejam que continuemos sentados nos fundos da sala, repetindo a “escrita” dos que estão à frente. Ao constatarem que avançamos, apesar dos obstáculos propositais que insistem em colocar em nossa caminhada, lançam expressões quase de lamento, justificando-se como se fôssemos intelectualmente incapazes, quando, na verdade, são seus embargos que dificultam nosso caminhar.

Na época do ingresso no Ensino Médio, eram oferecidos apenas o Curso Normal e a Formação Geral de forma gratuita. Optei pelo primeiro não porque diziam que sairia com uma profissão definida, mas porque o ato de ensinar sempre esteve presente em minha vida. Ser professora talvez tenha sido consequência das experiências negativas que tive com algumas das que fizeram parte da minha trajetória. Ansiava fazer diferente. O fato de ter sido chamada de “burra” por uma delas fez-me compreender que aprendemos de modos e em tempos distintos. Assim, desejava fazer parte do universo das crianças e, de alguma forma, contribuir para que acreditassem em seu potencial, entendendo que os espaços no campo do saber pertencem a todos. Foram, — e ainda são — essas experiências que me impulsionaram e me impulsionam.

Toda a minha Educação Básica foi cursada em escolas públicas. No último ano do Curso Normal, faltando poucos meses para a conclusão, a Rede Estadual de Ensino entrou em greve: os profissionais lutavam por melhorias salariais. Noventa por cento da turma optou por concluir na rede privada para evitar atrasos. Eis outro dilema: se permanecesse, não concluiria naquele ano de 1987; se migrasse para a rede particular, como custearia? Decidi acompanhar a turma. A diretora da instituição, que tinha parentesco com os proprietários do meu lugar de origem, conhecia minhas condições e concedeu-me desconto. Assim, meu certificado de conclusão do Curso Normal é da rede particular, pelos meses ali cursados. A decisão foi acertada, visto que, em fevereiro do ano subsequente, fui contratada pela Prefeitura Municipal de Engenheiro Paulo de Frontin.

Ainda assim, lacunas consideráveis fizeram parte do meu processo na Educação Básica, a ponto de me deparar, em provas de concursos, com temas que jamais havia estudado.

Um episódio traduz meu ativismo como pessoa ávida por conhecer e por fazer do conhecimento um mecanismo de defesa junto àqueles que, de alguma forma, foram — e são — silenciados, como eu fui. Presenciei uma cena inaceitável, para mim, em parte da propriedade em que nasci e para onde retornamos após peregrinações por outros sítios. A área havia sido alugada. Certa vez, indo à casa dos locatários, deparei-me com um homem negro, rosto redondo, magro, sentado em um local insalubre. Indaguei por que estava naquela

condição. Com um belo sorriso, que transmitia paz mesmo em meio às dores, respondeu-me que não estava bem. Ao aprofundar a conversa, descobri que havia “machucado” a perna.

Tornei-me a voz calada daquele homem. Fiz com que lhe dessem remédios e o levassem ao médico. O locatário — homem branco, alto, de olhos claros — referia-se a Flavinho, como chamava aquele negro, e dizia que não era necessário. Argumentei de igual para igual, talvez dizendo o que Flavinho gostaria de expressar, mas que a máscara do silenciamento lhe impedia. Usavam sua cor para legitimar a crueldade de não lhe oferecer os devidos cuidados, como se tais direitos fossem destinados apenas ao patriarcado, aos da casa-grande.

Detalhe: o locatário não era detentor de grandes posses. herdara a terra e procurava perpetuar a desumanidade com que tratavam os negros. Flavinho não podia falar: ainda estava preso pela corda com que se amarra o filhote de elefante, que, ao tornar-se adulto, grande e forte, continua atado àquela mesma corda, que poderia romper sem esforço. É isso que a elite patriarcal deseja: paralisar-nos.

Venci suas amarras e, por isso, pude falar por aquele homem, jogado em um local ermo, correndo risco de complicações na perna “machucada”. Falei — quase determinei — que procurassem socorro para aquele corpo frágil, física e psicologicamente. Com má vontade, conduziram-no ao médico. O diagnóstico: a perna estava quebrada. Ele não era “útil” assim, não poderia desempenhar com seus esforços físicos os ofícios a ele designados. Foi cuidado sob minha supervisão. Após a recuperação, não soube mais dele, pois retornou a uma propriedade que o indivíduo possuía em outro município.

O colonizado nem sequer era visto como sujeito, uma vez que sua condição era reduzida a mero meio de produção. Foi na condição de objetos – ou para sermos mais precisos, seres humanos objetificados – que os povos africanos e indígenas se viram inseridos no contexto de universalização do capital, configurando aquilo que Achille Mbembe destacou como homem mercadoria, homem-meio-de-produção ou homem moeda. (Faustino; Lippold, 2023, p. 55)

Faustino e Lippold definem o posicionamento que tive em relação a Flavinho: estava diante daquele que se julgava superior e que não o socorria, por não o considerar sujeito de importância. Seu estado, naquele momento, era visto como desfavorável, pois representava apenas “prejuízos”.

O homem, reduzido a mero meio de produção, estava impossibilitado de exercer seu ofício e, por isso, poderia ser descartado, negligenciado, deixado ainda mais à margem. Este ser humano ferido na alma e no corpo, era tratado como um objeto. Ao deparar-me com aquele homem esguio, sentado no meio do capim, em um cômodo aberto, senti sua dor e a

tomei para mim. Enfrentei, e usei minha voz para denunciar a frieza e a atrocidade diante do sofrimento de um ser humano. Mas, para eles, era apenas um corpo preto. Ainda assim, aquele corpo preto foi salvo, naquele instante, por outro corpo preto, que sobrevivera aos ataques que tentavam impedi-lo de acessar o conhecimento, que é libertador.

“Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8, 32). Este versículo traduz o lugar onde o patriarcado não deseja que estejamos: no conhecimento, no pertencimento e na busca pela desmistificação das mentiras que criadas sobre nós, de que somos menores e, por isso, poderíamos ser subjugados. Temem que a verdade alcance os campos de concentração sob o domínio de sua opressão. Na realidade, o que temem é que se descubra que seus ataques são, na verdade, meras defesas diante do potencial daqueles que exploram.

Meu pai criou um “monstro” em nossa infância para evitar que saíssemos à noite para brincar. Dizia que havia visto assombrações nos dois extremos da casa, no meu lugar de origem. Assim, intimidados, não saíamos. Algo que, em sua compreensão, nos protegeria dos perigos das cobras e de outros animais noturnos, mas que acabou gerando traumas: medo de encontrarmos os “breguécios” (negócios), como ele chamava as assombrações. Nós os imaginávamos das formas mais diversas. Esse temor cresceu conosco, mesmo após minha mãe revelar que havia sido invenção dele. Ainda assim, tínhamos pavor. Lembro-me de chegar do trabalho, já à noite, e percorrer cerca de trezentos metros da entrada do sítio até nossa casa, sempre com a sensação de que iria trombar com os “breguécios”.

Meu pai não criou esses monstros intencionalmente para nos prejudicar ou abalar nossa estrutura psicológica. Seu objetivo era a proteção. Mas, de fato, abalou e gerou inseguranças e medos posteriores. Assim também, ao longo da história, o patriarcado lançou mão de mecanismos que embarçam o psiquismo daqueles que desejava dominar. Diferente de meu pai, que agiu por cuidado, o patriarcado age por interesse: cria fantasmas porque teme por sua própria sobrevivência. O norte global se sustenta financiado pelo sul, a casa-grande à custa da senzala, a cobertura às custas da periferia. Permitir o acesso à verdade significa reduzir o contingente de pessoas sob seu jugo.

Durante alguns anos, minha formação limitou-se ao Curso Normal e às capacitações oferecidas pela rede pública. As limitações impostas pelas políticas educacionais e pela desigualdade socioeconômica tornavam o acesso ao ensino superior uma realidade distante. À época do episódio envolvendo Flavinho, meu nível de escolaridade se restringia ao Curso Normal. Confesso que o ensino universitário sequer passava pela minha mente. Em nosso meio, pouco se falava em universidade: não era lugar para os pobres. Contudo, o desejo existia, adormecido, entremeado por acontecimentos como o caso de Flavinho e pelos

conflitos com os proprietários do meu lugar de origem, já que sempre me posicionei de forma crítica.

Mudei-me. Desci — os segundo e terceiro distritos estão em maior altitude — e me instalei a oito quilômetros dali distância equivalente à que percorria a pé para estudar no período que corresponde atualmente ao Segundo Segmento do Ensino Fundamental. Estar mais próxima da universidade tornou-se fisicamente mais viável, pois minha residência, alugada, ficava apenas a dois quilômetros do centro, de onde partiam ônibus para Vassouras, sede da então Faculdade Severino Sombra. Todavia, o acesso não se restringia à proximidade física: esbarrava nas barreiras econômicas. Não dispunha de recursos para custear as viagens entre os municípios, as mensalidades e a manutenção da casa.

O sonho, porém, não adormeceu. Finalmente, tempos depois, consegui pisar no chão da faculdade, desbravando as barreiras impostas pela classe dominante. Venci mais um desafio. Após a jornada de trabalho, dirigia-me às aulas. Em muitos momentos, os sentidos se desviavam: a situação econômica não era favorável. Não havia como lanchar; o estômago clamava por alimento para manter os sentidos apurados. Diante da impossibilidade de recorrer à cantina, minha atenção não estava plenamente voltada às aulas. O olhar diferenciado, que surgira com a leitura de Lima Barreto, foi se acentuando. O processo não foi fácil: cursar disciplinas sem bases anteriores era penoso. Ainda assim, concluí o curso no primeiro semestre de 2001. Logo após, passei a atuar no segundo segmento do Ensino Fundamental.

Minha experiência profissional como professora da Educação Básica teve início em 1988, na Rede Municipal de Ensino de Engenheiro Paulo de Frontin (RJ), com atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I. Comecei minha jornada na Escola Municipal Joaquim Mendes, hoje Colégio Municipal Joaquim Mendes, localizada no terceiro distrito do município. Após dois anos e meio, fui remanejada para a Escola Municipal Carlos Gramático, atualmente Colégio Municipal Carlos Gramático, onde sigo exercendo a docência até os dias atuais. Foi no contexto das aulas ministradas ao quinto ano, que tive acesso as coleções de Lima Barreto, jornalista e escritor negro. Ao estudar essas fontes, deparei-me com o outro lado da história, aquele que não foi contado de forma oficial. Esse contato aguçou em mim o desejo de saber mais sobre os fatos não mencionados na narrativa histórica escrita pela elite.

Em 2004, assumi o cargo de professora na Prefeitura de Paracambi, por meio de concurso público, atuando no Ensino Fundamental I, na Escola Municipal Dias da Costa. Mais tarde, em 2016, fui convidada a integrar a Sala de Recursos Multifuncionais como Assistente Educacional Especializado, em razão da minha formação na área. Ao longo dos

anos, minha experiência profissional abrangeu desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), transitando por diferentes faixas etárias e contextos escolares.

Figura 4 - Locais de atuações profissionais como docente



Fonte: acervo da autora.

À medida que me aprofundava no universo do conhecimento, crescia também o desejo de mergulhar ainda mais nessa fonte. Assim, surgiu a vontade de buscar o mestrado. Vez ou outra, visitava com carinho aquele “arquivo” em que havia guardado o sonho. Cuidava dele com zelo, retirava-lhe as poeiras, mas ainda não era a hora. Segui com capacitações, exercitando neurônios e aprofundando saberes.

Nesse intervalo entre o sonho e sua concretização, recebi o título de mãe: nasceu João. Dediquei-me a ele, à casa e ao trabalho, com uma matrícula até os seus dois anos de idade. Para melhor cuidar dele, busquei uma segunda matrícula, o que apertou ainda mais a jornada.

O tempo passou. Conheci a professora Eliana Natal, que me convidou a participar da seleção para o mestrado da UFRRJ. Enchi-me de determinação e fui. Na primeira tentativa, a nota da prova não foi suficiente, mas a experiência foi extraordinária. Embora o ingresso não tenha se concretizado naquele momento, ali plantei uma semente.

Posteriormente, Eliana convidou-me para participar como ouvinte, das aulas da professora Edméa Santos, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Confesso que não a conhecia, mas partir dos encontros semanais às segundas-feiras, meu horizonte intelectual foi se ampliando. Sua ousadia, sua história de vida, sua superação e sua vasta experiência em cibercultura me incentivaram a buscá-la como orientadora.

Inscribi-me novamente no mestrado. Desta vez, obtive êxito na prova. Contudo, como Edmea não havia oferecido vaga, ingressei em outra área. O projeto, porém, não se alinhava às pesquisas do professor, e o sonho foi adiado.

Então, o mundo foi abalado pelo surgimento da pandemia da Covid-19: apreensão global diante do massacre viral, desvio de foco, pessoas necessitando de minha atenção. Em fevereiro de 2020, testei positivo. Foram momentos de profundo terror. O corpo passou por sensações horríveis, nunca antes sentidas. O sonho do mestrado foi, mais uma vez, adiado.

Aos poucos, o caos cedeu espaço à calmaria. O pior já fazia parte de um passado recente. Era hora de desarquivar o sonho. Fui em busca do projeto de estar no mestrado e, em 2023, tornei-me mestranda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob orientação de Edméa Santos. Um ingresso tardio, dificultado por políticas supremacistas que nos atrasaram em séculos.

Figura 5 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o chão que eu piso.



Fonte: acervo da autora.

O tema da pesquisa está intrinsecamente atrelado às minhas vivências: o colonialismo e suas façanhas em prol de calar, criar o outro e subordinar. O tempo passa, e ele já não se apresenta como outrora; “moderniza-se” e, hoje, subjuga pessoas utilizando seus dados, oferecendo-os a plataformas gerenciadas por países cujos objetivos são meramente comerciais. Que mecanismos essa nova forma de dominação utiliza para silenciar vozes e submetê-las? Para lhes dizer o que podem e o que não podem comer? Ou para induzi-las a comprar determinado produto? A felicidade a um clique: velhas práticas, novas roupagens.

Estar em uma universidade federal, especialmente na UFRRJ, significa romper com a colonialidade do saber que, por muito tempo, me dizia não pertencer a esses lugares. Crescendo no interior de Engenheiro Paulo de Frontin, aprendi desde cedo que espaços como esse não eram destinados a pessoas como eu: mulher, negra, de origem rural. Essa crença internalizada foi um dos primeiros grilhões que precisei quebrar. Hoje, integro, com orgulho, o GPDOC (Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura), onde a partilha de saberes, a multirreferencialidade e o vínculo entre teoria e prática moldam nosso fazer pedagógico. Pesquisar nesse contexto é mais do que produzir conhecimento: é resistir, formar-se e formar em uma prática de coautoria.

No GPDOC, os estudos concentram-se nas práticas docentes atravessadas pela cibercultura, esse novo ecossistema informacional e relacional caracterizado pela ubiquidade, conectividade, hipertextualidade e interatividade. Com base nos aportes de Pierre Lévy, André Lemos, Edméa Santos e outros pesquisadores que discutem os impactos da cultura digital na educação, aprendemos a compreender a escola e a docência não mais como espaços estáticos, mas como territórios em constante fluxo. A cibercultura, longe de se restringir a um conjunto de tecnologias, configura-se como um modo de existir e aprender no contemporâneo.

É nesse campo de disputas simbólicas que se dá nossa formação e também, nossa resistência. Fazer parte do GPDOC representa um divisor de águas em minha prática docente. A partir das experiências formativas vivenciadas no grupo, levo para minhas aulas partilhas, autores e conceitos abordados nos encontros. É a rede estabelecendo conexões, ramificando-se e despertando sentidos para além dos previamente estabelecidos. Assim, apresento a meus alunos espaços e contextos amplos, nos quais eles podem, e devem adentrar.

Figura 6 - Grupo de Pesquisas GPDOC



Fonte: Acervo pessoal

As práticas formativas no grupo não se restringem à leitura e à discussão de textos acadêmicos. Somos convocados, cotidianamente, a refletir sobre o lugar que ocupamos nas redes, sobre os rastros que deixamos e sobre como nossas práticas contribuem, ou não, para a reprodução de ideologias coloniais. A partir de dispositivos como cineclubes pedagógicos, portfólios digitais e interações em ambientes virtuais, exercitamos um fazer pedagógico que é, ao mesmo tempo, investigativo, crítico e poético. Produzimos sentidos a partir dos acontecimentos do cotidiano escolar e os transmutamos em elementos de análise, denúncia e reinvenção da docência.

Participar do GPDOC, portanto, é ser constantemente interpelada por perguntas fundamentais: que tipo de professora eu quero ser? Que tipo de educação desejo construir? Que vozes eu escolho amplificar? Nessa travessia, aprendi que cada clique, cada escolha didática, cada uso de tecnologia carrega um posicionamento político. E é justamente por isso que pesquisar na cibercultura, neste grupo, é também um ato de libertação.

Esse itinerário não termina aqui. Ele se desdobra em cada sala de aula onde ecoam os aprendizados adquiridos nos percursos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e no GPDOC; em cada estudante que incentivo a questionar o mundo que o cerca (vem-me à memória C., da turma do Sexto Ano de Escolaridade, que ao se aproximar de mim com perfume do fogão a lenha, fazia-me lembrar o cheiro das casas); em cada denúncia feita contra os mecanismos de opressão digital. Mais do que um relato pessoal, esta seção é uma

afirmação coletiva: é possível ocupar os espaços acadêmicos sem abrir mão da nossa história, dos nossos saberes e da nossa luta.

Essa luta não começou recentemente: iniciou-se na infância, com a sedução pelos livros desde que passei a decodificar símbolos. A princípio, concentrou-se em matérias de revistas e jornais velhos, que manipulavam aos leitores com suas propagandas de vidas e pessoas perfeitas, dentro de padrões pré-estabelecidos. Era essa a literatura que estava ao meu alcance no momento. Posteriormente, recebi de uma senhora o livro *Carmem*, de Prosper Mérimée. O prazer da leitura foi se aperfeiçoando. Tive acesso a vários livros de bolso em um dos sítios, chegando a ler mais de quatro por dia. Incomodava-me a forma como os colonizadores se sobrepunham aos povos nativos estadunidenses, considerando-os selvagens e perigosos, e como eram apresentados como vencidos.

Essa luta se intensificou à medida que desafiei o patriarcado, ao passo que determinei, e determino, os territórios a que quero pertencer, para além do meu chão de origem. Desejo pertencer a lugares que outrora minha mãe quis acessar, mas foi impedida, assim como meus ancestrais, que tiveram seus direitos de pertença negados. Quero ser vista por meu filho, sobrinhos, alunos, vizinhança, colegas de trabalho e por todos os que foram, e são, injustiçados pelo colonialismo que perdura, como exemplo de força e superação. Desejo ardentemente que perseverem, que percebam que o patriarcado ruge temendo reações como as minhas; que despertem do temor das histórias criadas para impedi-los de quaisquer movimentos. É preciso aprofundar-se para compreender que, na verdade, o que designaram àqueles considerados, e ainda considerados, “inferiores” foram fantasias criadas pelo medo de nos verem sair do lugar que nos “determinaram”.

É preciso compreender que as amarras por eles criadas são atos de desespero: nunca souberam adaptar-se e temem precisar buscar seus mecanismos de sobrevivência com as próprias mãos. Retomo o episódio que nos obrigou a deixar meu lugar de origem: a matriarca abriu mão do trabalho de meus pais, acreditando que seus “breguécios” nos paralisariam. Esqueceu-se, porém, de que somos oriundos da terra e que, onde quer que estivéssemos, eles não nos assustariam.

Ao contrário, aqueles que jogavam fora as sobras do almoço, para que os empregados não tivessem acesso, terminaram seus dias à mesa, outrora farta, comendo arroz e ovos fritos, alimentação cotidiana nossa, acrescida de legumes e verduras por nós plantados, nutritiva. Os pratos requintados que depositavam no lixo jamais nos fizeram sentir pertencentes. Desejo que percebam o quanto o colonialismo pretende nos enfraquecer para nos dominar, mas, se nos mobilizarmos, aos poucos, conquistamos espaços que também

são nossos. As telas da desigualdade terão novas configurações a partir da coragem de nossa imersão nos espaços que, historicamente, nos disseram não pertencer. E que agora buscam se consolidar na perspectiva do colonialismo de dados.

1.1 Dilemas docentes em tempos de plataformização e vigilância.

Ao final do ano de 2019, o planeta se viu às voltas com a Covid-19, doença que vitimou milhões de pessoas, ceifando vidas e deixando outras com sequelas. A saúde física e psicológica foi fortemente abalada e, de um dia para o outro, todos foram impedidos de sair de suas casas. Saímos da escola em uma sexta-feira, deixando trabalhos a serem concluídos na segunda-feira, sem imaginar que esse dia da semana seria adiado por um longo período.

Iniciava-se, assim, um tempo desafiador para os docentes: os conteúdos, antes ministrados de forma presencial, deveriam continuar sendo aplicados. Diante do confinamento, discentes e docentes precisaram recorrer às plataformas digitais, referimo-nos aqui às instituições que dispunham dessa ferramenta, uma vez que uma quantidade expressiva de escolas contou apenas com apostilas impressas, devido à falta de infraestrutura digital.

A necessidade de letramento digital gerou apreensões entre os profissionais, que não se sentiam aptos para tais atividades desafiando-os a aprender em meio à crise. A pandemia nos encontrou despreparados, apartados do universo digital.

No entanto, a pandemia contribuiu significativamente para o avanço da plataformização capitalista da educação. Em 2020, após um período de suspensão das aulas presenciais, as instituições de educação retornaram com o ensino na modalidade remota, utilizando plataformas para viabilizá-lo. (Diniz; Neto, 2025, p. 74)

O fato de não se dominar as esferas da plataformização configura uma forma de colonialismo, reforçando as desigualdades entre instituições públicas e privadas. Evidencia-se o quanto as primeiras se estavam estruturalmente despreparadas, ao passo que as segundas, embora não contassem com a totalidade de docentes qualificados para a urgência do uso das plataformas, conseguiram lidar com a situação com menos embaraço.

O colonialismo de dados, conforme veremos a seguir, refere-se à apropriação sistemática dos rastros digitais e ao controle dos fluxos de informação por parte das *big techs* do norte global, que estruturam a economia e a vida social em torno do uso intensivo de dados. Quando as instituições públicas não dominam as esferas da plataformização, isto é, não possuem infraestrutura própria, políticas de soberania digital ou condições técnicas e pedagógicas para desenvolver ecossistemas digitais autônomos, acabam por depender das lógicas impostas por essas corporações, reiterando a lógica colonial. Nesse contexto, a lógica

do capital é movimentada sobretudo pelas empresas do setor, enquanto grande parte dos docentes, ainda pouco letrados digitalmente, precisa lidar com algo novo. O domínio tecnológico, assim, torna-se mais ~~preciso~~ acentuado, e o monopólio setorial tende a ampliar seu capital com a expansão de suas ofertas.

As tecnologias digitais de comunicação e informação estão possibilitando muitas mudanças. As redes, não só de máquinas e de informação, mas principalmente de pessoas, tribos e comunidades, estão permitindo configurar novos espaços de interação e aprendizagem. Tais possibilidades estão pondo em xeque o papel e o “poder centralizador” dos professores na contemporaneidade. Em potência não há mais emissores (professores) e receptores (estudantes) como dois grupos distintos com mensagens estáticas, e sim um grande grupo emissor-receptor que pode constantemente reconstruir conhecimentos. (Santos, 2005, p. 18)

É certo que as tecnologias digitais promovem mudanças radicais no cotidiano escolar e nas relações sociais como um todo. No entanto, é imprescindível destacar que tais mudanças têm produzido desigualdades abissais. Os espaços de aprendizagem precisam ser democráticos, com abrangência em larga escala, contemplando tanto docentes despreparados digitalmente quanto discentes cuja oportunidade de acesso à educação tenha ocorrido fora da correspondência idade/série.

Nesse contexto, enfatizamos que a atuação das camadas sociais dominantes na propagação de suas ideias coloniais já esteve ligada, em outros tempos, às propagandas radiofônicas, televisivas e aos livros didáticos, reforçando o colonialismo e a colonialidade do saber. Em tempos de cibercultura, as grandes empresas utilizam as plataformas digitais e a vigilância para ampliar seu alcance em larga escala, concretizando suas metas de dominação.

As plataformas digitais vêm promovendo importantes mudanças na educação, especialmente a partir da pandemia da Covid-19, quando as infraestruturas digitais das empresas, ao se apresentarem como solução para o distanciamento social, levaram a uma ampliação do espaço-tempo digital no trabalho dos professores. O processo tem produzido significativas modificações no trabalho docente, trazendo desafios no sentido de pensar formas de resistência às imposições das empresas. (Viegas; Lamb, 2025, p. 2)

Em conformidade com os autores, ressaltamos a resistência quanto ao uso das plataformas digitais não somente no período da pandemia, quando sua imposição, em razão do afastamento social, tornou-se praticamente a única opção, exceto, como já mencionado, nas instituições que recorreram ao uso de materiais impressos. Os docentes ofereciam, e ainda oferecem resistência não apenas por se tratar de um novo modelo de mediação no desenvolvimento de seu trabalho. A grande maioria resistia, e continua resistindo, como forma de autoproteção diante da inexistência de letramento digital.

Os produtores das plataformas, as chamadas *EdTechs*, não se preocupam com a

questão da literacia digital. Lançam seus produtos independentemente de o público ao qual se destinam dominar ou não tais ferramentas. O primordial é que o produtor detenha o domínio técnico e, conseqüentemente, o controle sobre as pessoas leigas na área. Assim, essas plataformas passam a mediar a educação de acordo com os interesses de uma minoria que detém o controle sobre a massa, contando, para isso, com multiplicadores inconscientes de suas concepções. Cooptam mão de obra e consumidores para seus produtos por meio da plataformização.

As inovações tecnológicas estão em constante evolução; entretanto, nem todos os integrantes do corpo docente são devidamente capacitados para acompanhar tais mudanças. Em muitos casos, são apenas informados de que terão de executar atividades vinculadas ao uso de plataformas. Esse processo tem levado docentes ao adoecimento ou mesmo ao abandono da prática educativa, sobretudo aqueles que já possuem tempo de serviço suficiente para se aposentarem.

Na diversidade das narrativas do campo, encontramos também a possibilidade de leituras do heterogêneo, das visões de mundo que constituem todas as práticas sociais dadas pelas experiências pessoais e diretas, para além de um modelo dado e já existente. (Santos; Caputo, 2018, p. 33)

É sobre essa diversidade: nem todos conseguem sobreviver aos desafios impostos pelas novas tecnologias sem capacitações que os respaldem para elaborações mínimas. Por outro lado, os que mais precisam de competências digitais acabam sendo manipulados pelo uso dessas ferramentas de dominação, sobre as quais possuem apenas conhecimentos superficiais. A força sempre foi imposta em vivências nas quais o letramento opera como meio de monitoramento de uma minoria em detrimento de um contingente muito maior.

As tecnologias estão em constante inovação; no entanto, esses progressos não contemplam os docentes na mesma horizontalidade, desafiando-os a buscar letramentos, na maioria das vezes sem o apoio das instituições.

A escola da nossa era precisa enxergar o ser humano em sua complexidade. Um estudante que compreende o contexto histórico de um conflito e, ao mesmo tempo, consegue ouvir e acolher o outro, terá uma visão de mundo mais crítica, sensível e propositiva. (Batista, 2025, s.p.)

Nessa perspectiva, o docente também deve ser visto como humano e complexo, fato frequentemente ignorado pelo sistema, que o considera automaticamente apto a atender todas as demandas. Assim ocorreu no contexto da Covid-19, que, na verdade, funcionou como um disparador da complexidade já enfrentada pelos docentes em diversas circunstâncias, seja no uso das tecnologias, seja nos atendimentos. Tomemos como exemplo a Educação Especial: muitos professores não foram devidamente formados para atender a esse público, e a

pandemia apenas intensificou essa lacuna.

A plataformização da educação, na realidade, está vinculada à soberania digital do norte global em relação ao Sul Global, principalmente como temos observado na América Latina e na África, moldando comportamentos de acordo com interesses econômicos.

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias. (Galeano, 2024, p. 17)

Não se trata de especialização espontânea, até porque nenhum país subjugado esteve nessa condição por livre-arbítrio. Seus territórios foram invadidos de modo físico e, no contexto atual, as invasões continuam por meio das plataformas digitais. Os meios sofreram alterações, mas os objetivos permanecem: a ação colonizadora segue exercendo influência, com o firme propósito de manter o Sul Global na condição de serviçal, como meio satisfatório aos desejos do Norte, agora via plataformização.

A exigência do uso de plataformas digitais por docentes sem domínio legitimado sobre as ferramentas implica verdadeiros cárceres, gerando desgastes emocionais e a propagação inconsciente das metas ocultas inscritas nas plataformas.

Tais dilemas estão intrínsecos à nossa experiência docente. Ao longo da trajetória profissional, deparamo-nos com diversas circunstâncias que nos desafiaram, e ainda desafiam, a buscar, por meios próprios, o letramento, seja diante de novas propostas educacionais voltadas a métodos de alfabetização, seja em programas de “preparação” de discentes. O contexto atual nos atravessa: embora disponhamos de inúmeras fontes para enriquecer as aulas, esbarramos na falta de domínio técnico, bem como na indisponibilidade temporal para o aperfeiçoamento.

Quando se trata de plataformas digitais, seu uso exige conhecimentos críticos, de modo a evitar a concessão de informações que se transformam em instrumentos de monitoramento, dados colonizados.

Não basta ter acesso aos meios digitais e suas conexões sociais. Não basta ter acesso ao computador conectado à internet. É preciso, além de ter acesso aos meios digitais e sua infraestrutura, vivenciar a cultura digital com autoria criadora e cidadã. Saber buscar e tratar a informação em rede, transformar informação em conhecimento, comunicar-se em rede, produzir textos em várias linguagens e suportes são saberes fundamentais para interação e autoria na cibercultura. (Santos, 2019, p. 92)

Questões relativas à inexistência de letramento digital, bem como a universalização de

conteúdos e a disponibilização de aulas prontas, são disparadores de entraves que acentuam os dilemas de um grande contingente de docentes. Como consequência, as práticas educacionais têm apresentado defasagens alarmantes.

Desse modo, a dicotomia entre a resistência e a quebra de paradigmas frente ao novo, associada à escassez de interatividade em muitos canais educacionais, corresponde a fatores desencadeadores das dificuldades relacionadas ao uso de plataformas digitais. Nesse cenário, torna-se fundamental instituir autorias diversas que aproveitem os potenciais das múltiplas linguagens e mídias, a exemplo de: produzir, remixar, reutilizar, arquitetar, mediar e gerir comunidades de práticas e expressões de aprendizagem.

Neste processo de construção de novos conhecimentos é necessário mobilizar saberes e competências diretamente relacionadas aos letramentos e autorias em tempo de cibercultura, ou seja, como educadores devemos criar, mediar e gerir ambiências educativas para instituição de autorias diversas que aproveitem os potenciais das múltiplas linguagens e mídias, a exemplo: produzir, remixar, reutilizar, arquitetar, mediar e gerir comunidades de práticas e expressões de aprendizagem. (Cruz et al., 2017, p. 12)

Sobre isso, a Educação Inclusiva versa sobre a construção de novos conhecimentos, e essa construção se dá em todos os âmbitos. Nessa perspectiva, referimo-nos tanto à inclusão de docentes à quanto de discentes: aos primeiros, a acessibilidade às novas tecnologias, com o propósito de lhes garantir domínio sobre as técnicas emergentes; aos segundos, sobretudo àqueles que não nasceram na era tecnológica vigente.

Ou seja, trata-se de uma geração educacional — de docentes e discentes — que não domina as inovações tecnológicas e que, por isso, requer um olhar diferenciado, de apoio e acolhimento, reconhecendo seus outros saberes, formados em tempos distintos dos da cibercultura. Nesse sentido, o alcance da inclusão deve ser amplo, contemplando também a inclusão digital de fato para todos, de modo a assegurar, garantir e viabilizar o acesso equitativo às tecnologias.

Na sociedade contemporânea, o conhecimento ganha relevo, e os indivíduos são cada vez mais requeridos por sua capacidade de criar, multiplicar e utilizar, de forma eficaz, seus saberes, habilidades e experiências. Nessa perspectiva, ser criativo, usar a informação de modo adequado, compartilhar resultados e, principalmente, conscientizar-se de que o seu bem de capital é o intelecto, demanda, de sua parte, um permanente estado de alerta em relação às suas competências, pois essas só representam um capital significativo se estiverem alinhadas às transformações que a realidade impõe. (Amaral, 2024, p. 33)

O capital é o intelecto; no entanto, nem sempre as condições institucionais favorecem o investimento nesse capital. Para que novos conhecimentos sejam, de fato, construídos, é necessário que existam suportes e políticas que sustentem esse processo, indo além do papel. Interessante é perceber que, a despeito de inúmeros obstáculos, muitos docentes têm

buscado caminhos próprios, reinventando práticas, aprendendo no cotidiano e encontrando formas criativas de enfrentar as limitações. Esse movimento revela não uma inércia, mas uma potência em construção, que merece ser reconhecida e fortalecida.

Esse esforço cotidiano dos professores, ainda que marcado por improvisações e aprendizados situados, ocorre em meio a um cenário de intensa plataformização da educação. Tal processo apresenta uma vertente em que o digital é utilizado tanto como ferramenta de trabalho quanto por meio de cursos prontos, cujos objetivos atendem a interesses restritos, voltados ao lucro, à alienação e à vigilância. Nessas condições, o protagonismo docente é tensionado. Ao mesmo tempo em que buscam alternativas criativas e resistem às imposições, veem-se inseridos em ecossistemas digitais nos quais os dados dos usuários são coletados e direcionados conforme as seleções e interesses dessas vias de acesso. Assim, docentes e discentes permanecem expostos em redes opacas, condicionados a aceitar sugestões para que o acesso seja liberado, situação que evidencia a necessidade de políticas públicas de soberania digital e de formação crítica voltada ao uso das tecnologias.

A plataformização, portanto apresenta uma vertente em que o digital é utilizado tanto como ferramenta de trabalho quanto por meio de cursos prontos, cujos objetivos atendem a interesses restritos, voltados ao lucro, à alienação e à vigilância. Nessas condições, os dados dos usuários são coletados e direcionados conforme as seleções e interesses dessas vias de acesso. Assim, docentes e discentes permanecem expostos em redes opacas, condicionados a aceitar sugestões para que o acesso seja liberado.

Nossa história pessoal e profissional não apenas nos sensibiliza para o fenômeno do colonialismo de dados, ela o materializa. O colonialismo, em todas as suas formas atravessa nossa história: das privações enfrentadas na infância às barreiras simbólicas e materiais que dificultam o acesso a espaços de poder e de conhecimento. A colonização dos corpos negros e das consciências periféricas é persistente, muitas vezes disfarçada sob a aparente neutralidade das instituições e tecnologias.

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a ‘descoberta’; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. (Maldonato; Torres, 2019, p. 35-36)

Na contemporaneidade, o colonialismo se perpetua não mais como outrora, não mais pela presença física do colonizador, mas pelas marcas deixadas nos rastros digitais. As antigas técnicas de “higiene” mental, que exigiam o contato direto entre colonizado e colonizador, hoje se realizam de forma virtual e sutil, articulando a colonialidade do saber.

Trata-se da perpetuação de um modo único de pensar, eurocentrado, que desconsidera outras epistemologias ~~outras~~, como os saberes ancestrais africanos e indígenas. Ao longo da minha formação, percebi como a escola e a universidade, muitas vezes, contribuem para essa exclusão epistêmica.

O conceito de colonialismo carrega consigo uma história de dor e opressão: mortes, violências, encarceramentos, apagamento cultural e imposição de um saber dominante. Suas marcas são profundas, ultrapassam o físico e se alojam nas estruturas sociais, nas práticas pedagógicas e, hoje, nas lógicas de funcionamento da internet e das *big techs*.

É nesse contexto que surge o interesse pela pesquisa sobre o colonialismo de dados: uma nova camada da opressão, agora operada digitalmente. Nas plataformas, nossos rastros se convertem em mercadorias; nossos comportamentos tornam-se alvos de vigilância. Mais uma vez, sujeitos periféricos, negros e do Sul Global são os principais alvos dessa exploração.

Enquanto professora-pesquisadora negra, compreendo que meu lugar na academia é também lugar de denúncia. É por meio da educação que posso confrontar esse colonialismo reconfigurado, que se apresenta sob a máscara da neutralidade algorítmica, mas que continua a excluir, silenciar e explorar.

O colonialismo, em qualquer de suas formas, está associado à dor, ao óbito, ao encarceramento, à violência física e mental, à violação de direitos, à obstrução do progresso, à extinção de costumes e à subjugação de povos por meio da força, de perseguições e de deslocamentos compulsórios. As marcas deixadas ultrapassam as lesões visíveis: começam na superfície, mas atingem o âmago, relembrando constantemente as cicatrizes que permaneceram.

O eurocentrismo e o colonialismo são como cebolas de múltiplas camadas. Em diferentes momentos históricos do pensamento social crítico latino-americano levantaram-se algumas destas camadas. Posteriormente, sempre foi possível reconhecer aspectos e dimensões (novas camadas de ocultamento) que não tinham sido identificadas pelas críticas anteriores. Hoje nos encontramos diante de novos questionamentos globais e fundamentais os conhecimentos e disciplinas sociais em todo o mundo. A América teve um papel protagonista, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou. (Lander et al., 2005. P. 19)

Lander compara o colonialismo a uma cebola de várias camadas, cujas “cascas” vão sendo retiradas de acordo com o contexto histórico, por meio de diferentes abordagens. Na contemporaneidade, o colonialismo veste-se da extração de dados via plataformas digitais, garantindo lucros em detrimento dos países subdesenvolvidos. Utiliza-se da colonialidade do saber, suplantando conhecimentos e evidenciando os próprios como únicos e corretos,

enquanto relega às periferias os saberes dos povos que oprime. Enclausuraram a cultura, encapsularam os saberes nativos, como o uso de ervas contra as “lepras” do corpo, desconsiderando práticas locais para evidenciar as suas próprias.

No que se refere à plataformização, o eurocentrismo cedeu o controle a outros polos de poder, situados em uma pequena porção da América do Norte, os Estados Unidos, ex-colônia britânica, e no continente asiático, com a China.

A competição entre os seres humanos não é algo novo. Ela existe desde os tempos do Período Paleolítico e se intensificou com a descoberta do fogo. Essa descoberta ampliou as disputas, pois acreditava-se que a fonte do fogo era única e que quem o possuísse seria o único beneficiado. Assim, travavam-se batalhas intensas pela posse do fragmento capaz de produzir as chamas. Com o passar do tempo, as disputas regionais se expandiram: os alvos de cobiça deixaram de se restringir ao território e passaram a configurar-se como colonialismo, cujos efeitos consistiram em apagar culturas e elevar determinados saberes como superiores.

A Colonialidade do Saber nos revela, ainda que, para além do legado da desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento está em todos os lugares onde os diferentes povos e culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. (Lander et al., 2005, p. 10)

O pensamento não pertence a um grupo específico: há pensamentos distintos em lugares e culturas diversas, como enfatiza Lander. Não existe saber soberano; no entanto, a Europa ultrapassou seus territórios, proclamando-se como portadora de um discurso supremo.

O sistema colonial foi um fenômeno iniciado na Europa e expandido pelas Américas, Ásia e África, cujas consequências foram devastadoras. O continente central avançou sobre os povos subjugados, impondo-se, categorizando sua cultura como suprema e apagando outras. As práticas mercantilistas materializaram-se e, mais tarde, culminaram no desejo de encerramento do sistema escravocrata, base econômica anterior às manufaturas e às maquinofaturas. Os novos métodos de produção, criados principalmente na Inglaterra, buscavam novos consumidores; assim, a colonização passou a priorizar a ampliação dos mercados, em vez da simples conquista territorial. Ao longo do tempo, a exploração realizada por nações poderosas tornou-se evidente: elas almejavam aumentar seus ganhos

em territórios estrangeiros, financiando seu luxo por meio de colônias e povos subjugados.

Na era digital, as intenções permanecem as mesmas, agora adotando estratégias coloniais mediadas pela internet como ferramenta de dominação. Esse fenômeno atual inaugura um novo paradigma de colonização, sustentado em práticas tradicionais de “supremacia”.

Segundo Rodolfo Avelino (2023), empresas como Amazon, Facebook, Google e Microsoft, que dominam o cenário digital, passaram a oferecer serviços e produtos que estabeleceram padrões no mercado tecnológico. Essa abordagem reproduz práticas coloniais tradicionais: influencia o poder, extrai riquezas e concentra a infraestrutura de dados. Todo o fluxo de informações e comportamentos é transferido para servidores localizados nos Estados Unidos, caracterizando o colonialismo digital. Atualmente, a maioria dos servidores está sob controle de empresas norte-americanas, e quase todos os aplicativos utilizados cotidianamente provêm dessas corporações. A Europa não questionou essa hegemonia dos EUA; diferentemente da China, que passou a oferecer uma variedade de aplicativos, mas ainda enfrenta a centralidade estadunidense.

A coleta massiva de dados instaura uma “nova divisão do mundo”, marcada pelas atuais “corporações mercantilistas”, que se autoproclamam superiores. O colonialismo histórico e suas particularidades dão lugar ao colonialismo de dados, em que as tecnologias vigentes se tornam mecanismos de opressão.

O interesse por esse fenômeno, cujos mecanismos de dominação operam de modo sutil, surgiu a partir de reflexões sobre a hegemonia dos ambientes online e do uso da informação de consumidores que, ao buscar bens e serviços nessas ambiências, deixam para trás rastros de dados, muitas vezes utilizados sem consentimento. Essas reflexões foram reforçadas pelos debates no GPDOC (Grupo de Pesquisa Docência e Ciberultura), que tem como foco questões relacionadas à inteligência artificial e seus impactos. Procuramos compreender os desafios enfrentados pela docência no contexto desse fenômeno e considerar estratégias capazes de minar a hegemonia das forças atualmente dominantes, analisando tanto a colonialidade do saber quanto o colonialismo de dados, e mobilizando conhecimento e literacia crítica por meio de narrativas, inclusive cinematográficas.

O foco deste estudo concentra-se, portanto, na busca por compreender: **como a colonialidade do saber se materializa e quais os desafios enfrentados pela docência no âmbito da ciberultura?**

1.2 Por que Pesquisar? Por que Agora? Objetivos e Perguntas que me Movem

Diante da universalização do uso de plataformas digitais como gestoras de atividades, é imprescindível que se torne cada vez mais público — e em larga escala —, com linguagem acessível a todos, o entendimento sobre a forma atual de colonialismo e sobre como ela exclui e oprime tanto quanto o colonialismo territorial de outrora.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 1996)

A atual configuração da cibercultura nos mostra que não se trata apenas de um processo de modernização tecnológica, mas de uma reconfiguração profunda das relações de poder. As plataformas, ao assumirem papel central na mediação do conhecimento, naturalizam práticas de vigilância, extração e mercantilização de dados, que incidem diretamente sobre o trabalho docente e sobre as condições de aprendizagem dos estudantes. Essa lógica, marcada pela colonialidade do saber, cria camadas adicionais de exclusão, especialmente quando se observam as disparidades entre instituições públicas e privadas, entre sujeitos com maior ou menor acesso às tecnologias e entre diferentes contextos socioculturais.

Na verdade, o que ocorre é a transposição dos paradigmas da educação tradicional para o fenômeno da cibercultura. No âmbito educacional, o público era (e ainda é) muitas vezes visto como um grupo homogêneo: se uma criança de três anos demonstrasse determinada performance, as demais, na mesma faixa etária, eram obrigadas a visualizar e vivenciar a aprendizagem da mesma forma no mesmo espaço temporal.

Por meio da plataformização da educação perde-se a autonomia do professor e do educando, subtraem-se as aulas preparadas para uma turma específica e coloca-se uma aula padronizada, desconsiderando a realidade de cada aluno com aulas preparadas por “profissionais” que desconhecem a realidade da escola e alheios à verdadeira função do ato de educar. A plataformização na educação tem toda uma perspectiva neotecnicista com ações pragmáticas e utilitárias, abstraindo o aluno do verdadeiro pensar, fazendo dele mais um domesticado e subalterno que atenderá às demandas de uma elite sem ao menos questionar o seu status quo. (Tavares, 2024, s.p.)

Na cibercultura, esse paradigma é transposto para o digital, reproduzindo-se em plataformas que uniformizam percursos formativos, organizam os sujeitos em métricas de desempenho e definem padrões de interação que pouco dialogam com a singularidade dos aprendentes. Assim como no modelo tradicional, em que a sala de aula funcionava como espaço de homogeneização, as plataformas digitais, sob a lógica algorítmica, tendem a

padronizar experiências, obscurecendo a diversidade de tempos, ritmos e modos de aprender.

Esse processo revela uma contradição central: ao mesmo tempo em que o digital carrega potencialidades para ampliar vozes, incluir diferentes linguagens e possibilitar aprendizagens em rede, ele também é apropriado por modelos que reforçam a colonialidade do saber, sustentados em narrativas de neutralidade tecnológica e de eficiência padronizada. Em outras palavras, o risco é que a cibercultura se converta apenas em uma atualização tecnológica da educação tradicional, sem rupturas efetivas com suas lógicas excludentes.

A falta de consideração do indivíduo como ser único dificulta a busca por caminhos próprios e resulta na exclusão e opressão daqueles que persistem. O ambiente tende a descartar, em vez de acolher, pessoas com suas particularidades.

Nas plataformas digitais, a abstração torna-se a função implícita, enquanto as ações pragmáticas e utilitárias se direcionam àqueles que não aceitam concorrência. Assim, quanto mais conseguir sufocar o pensamento dos indivíduos dominados, mais estável e garantida será a manutenção das condições de poder estabelecidas.

Nenhuma instituição fica impassível diante desses novos arranjos, novas composições cartográficas socioculturais, afinal, na tradição ocidental, elas se constituíram através de certa ojeriza ao lado de fora, tentando reforçar, a muito custo, o suposto lado de dentro. Como exemplo, podemos citar a escola e a sala de aula. Elas se constituíram através de exercícios de suspensão e exorcismo de tudo que lembrasse demasiadamente “o mundo de fora”. A desculpa era/é sempre a mesma: “Isso tirará sua atenção, ou “a escola não é lugar disso”! Suspensão e exorcismo passam pela interdição de objetos, marcados como pertencentes ao território escolar; e pela negação de diversos valores e saberes vistos como inadequados ao ambiente educativo. (Santos; Caputo, 2018, p.10- 11)

Diversos valores e saberes deixam de circular nas ambiências educacionais por falta de acolhimento, o que resulta na sobreposição de um olhar homogeneizante sobre as diferenças e na categorização da heterogeneidade. No entanto, o mundo, em todos os aspectos, é plural e heterogêneo. Compete a cada setor abraçar causas que diferem das suas, de modo a enriquecer-se pela complementaridade e pelo diálogo entre as variadas formas de conceber os espaços e o que neles se produz e circula.

Na conjuntura atual, o *apartheid* educacional advém cada vez mais da plataformização, que funciona como forma de demarcar territórios e decidir quem pode ou não adentrá-los, configurando um colonialismo por meio dos dados. É de suma relevância que seus reais objetivos sejam observados, compreendidos e decodificados, pois as barreiras impostas precisam ser demolidas. Essa demolição somente ocorrerá a partir da compreensão do fenômeno como um novo meio de usurpação.

Pesquisar neste momento é um gesto político e ético. Se a pandemia acelerou

processos que já vinham sendo gestados, tornando mais evidente a dependência estrutural de nossas escolas e universidades frente às *big techs*. Interrogar esse cenário significa, portanto, questionar de que modo a docência pode resistir, reinventar-se e propor alternativas formativas que não estejam reféns da lógica de mercado.

Assim, o objetivo central deste estudo é **compreender como os docentes têm vivenciado e enfrentado o fenômeno do colonialismo de dados, quais estratégias de resistência emergem de seus cotidianos e como esses movimentos dialogam com uma pedagogia crítica e emancipatória**. As perguntas que me movem buscam, portanto, iluminar tanto os desafios quanto as possibilidades:

- De que maneira a colonialidade do saber se expressa nas práticas docentes mediadas por plataformas digitais?
- Quais são os impactos da plataformização no exercício da docência e na formação discente?
- Que caminhos podemos itinerar, mesmo em condições adversas, para sustentar uma prática educativa crítica, inclusiva e contra-hegemônica?

Pesquisar esse fator, que invisibiliza pessoas, significa trazer à tona conhecimentos sobre seus objetivos, enfatizando que, ao conhecê-lo, é possível romper com suas amarras. Trata-se de compreender o que entrelaça essa movimentação, a sutilidade com que envolve e desestimula a busca pelo conhecimento dessas estruturas. Assim, torna-se necessário explicitar de que maneira todos são atingidos pelo fenômeno do colonialismo no contexto da interatividade em rede.

Partindo dessa premissa, esta pesquisa busca contribuir com estratégias pedagógicas que permitam a docentes e discentes compreender o quão nociva é essa forma opressiva à qual todos estão sujeitos. As entrelinhas dos algoritmos precisam ser expostas, de modo que seja possível enfrentá-los, proteger-se de seus efeitos e, sobretudo, denunciar e divulgar seus artifícios.

O ciberespaço surge não só por conta da digitalização, evolução da informática e suas interfaces, própria dos computadores individuais, mas da interconexão mundial de computadores, popularmente conhecida como internet. Da máquina de calcular à internet, muita coisa mudou e vem mudando no ciberespaço. Tal mutação se caracteriza, entre outros fatores, pelo movimento do faça você mesmo e de preferência com outros iguais e diferentes de você. (Santos, 2019, p. 66)

A liberdade de agir por conta própria e em harmonia com os outros encontra-se desvinculada da comunicação, em razão das consequências do colonialismo de dados,

ditador invisível e vigilante constante de nossos passos no ciberespaço. Nesse sentido, o ato de pesquisar só se tornou possível agora como resultado do enfrentamento de um conjunto de obstáculos historicamente impostos pela elite, cujo objetivo sempre foi barrar a ascensão. Seu principal mecanismo de defesa consiste em negar o acesso, e isso tem sido uma constante ao longo de toda a história colonial.

Baba não sabia ler nem escrever. Mas esse fato sobre sua vida só vinha à tona se ela mesma contasse (sempre com amargura, porque foi forçada a deixar a escola ainda muito criança para trabalhar no campo). Seu mundo interior era ocupado por uma atividade criativa e constante. Sempre estava fazendo algo. E, como muitas pessoas do interior do Kentucky, era capaz de conversar por horas e contar uma boa história. Suas histórias ainda vivem em suas colchas. Se todas fossem reunidas e exibidas, revelariam uma cultura do lugar construída de maneira muito cuidadosa e cheia de imaginação. (Hooks, 2022, p. 201)

Ao redor do mundo, existiram — e ainda existem — muitas “barreiras”. Permitir o acesso equivale a investir em concorrentes, quando, na realidade, o que se deseja é apenas mão de obra. No período da escravidão negra, quanto maior o número de filhos dos escravizados, maior era a garantia de mão de obra. Na configuração colonial atual, utilizam-se os mais variados bloqueios, negando acesso aos patamares dos quais se intitulam donos. O número reduzido de pessoas letradas é, assim, a garantia de manutenção de contingentes de trabalhadores à sua disposição.

Figura 7 - Instrumentos de imobilização dos escravizados



Fonte: Google

Anteriormente, os instrumentos de imobilização dos escravizados eram físicos e feitos de ferro, utilizando-se, muitas vezes, de técnicas empregadas pelos próprios negros como meios de sobrevivência. Após serem libertos das correntes de ferro fundido, a elite se preocupou em criar novas maneiras de imobilizá-los. Uma de suas táticas passou a ser

impedir o acesso ao conhecimento, uma vez que este liberta das prisões invisíveis criadas por sua “supremacia”. Como resultado, os herdeiros da classe social oprimida enfrentam obstáculos para ingressar e permanecer na universidade, devido à questão econômica e à constante afirmação estrutural de que são apenas servos.

Assim, o tema da pesquisa está profundamente conectado às nossas vivências, tanto pessoais quanto profissionais, focando no colonialismo e em suas táticas de silenciar, criar uma identidade de “outro” e dominar. Com o passar do tempo, o colonialismo se adaptou e, atualmente, submete os indivíduos por meio de plataformas geridas por países com fins exclusivamente comerciais e lucrativos. A partir dessas observações, enfatizamos a relevância de uma educação crítica acerca da situação em questão, bem como das técnicas utilizadas para decodificar os significados ocultos em anúncios publicitários. Em outras palavras, procuramos compreender por que nossas redes parecem oferecer produtos e serviços de nosso interesse de forma quase mágica. Em várias circunstâncias, apenas mencionamos algo perto dos nossos smartphones e, ao acessar redes em outros dispositivos, de forma “mágica”, surgem os produtos ou serviços que normalmente mencionamos.

Dentre as variadas situações que materializam essa experiência, tomamos como exemplo um fato em particular: em um diálogo ocorrido em uma clínica de estética, a especialista mencionou a importância do uso de protetores solares, dentre outros cuidados necessários com a pele. Durante as explicações, o smartphone estava dentro da bolsa, sem qualquer manuseio. Findos os trâmites, horas após o acontecimento, ao ligar o computador para realizar algumas anotações, surgiram anúncios sobre protetor solar na tela. O que chamou a atenção foi que a publicidade destacava apenas uma única marca. Isso demonstra como os algoritmos podem ser enviesados. Se isso ocorre com produtos, o mesmo se aplica às condições sociais e à quantidade de melanina presente na pele. No entanto, associar esse tipo de propaganda à coleta de nossos dados não é algo perceptível a todos.

O desenvolvimento das tecnologias digitais no interior da assim chamada indústria 4.0, especialmente no que tange à automação, redefiniu a arena de luta de classes mundial ao sofisticar as possibilidades de expropriação e levá-las a patamares inéditos, com isso ampliando as desigualdades e a violência própria à divisão internacional, racial e de trabalho. (Faustino; Lippold, 2023, p. 23)

Os autores destacam a expropriação e a ampliação da desigualdade, redefinidas a partir do desenvolvimento das tecnologias digitais. Vivemos a transposição do monopólio do colonialismo territorial para o colonialismo digital. No contexto atual, as corporações estão colonizando o saber por meio das plataformas digitais.

Assim, pesquisar, agora, não está relacionado a relutâncias, mas às práticas coloniais patriarcais que objetivaram — e ainda objetivam —, colaborar com a estagnação dos sujeitos considerados “inferiores”, dificultando seu caminhar nessa direção, pois não teriam, nem terão, quem desempenhe as tarefas de lhes servir. Brindar conquistas é ato específico, não cabível àqueles que não pertencem à classe dominante. Permitir ingresso a determinados setores implica em perda de mão de obra.

Somos pesquisadores, independentemente do conceito a nós atribuído. O alcance às ambiências nas quais nossos conhecimentos se tornem acadêmicos e inspirem outros indivíduos a buscá-los está repleto de obstáculos intencionais. Quanto mais restrito for o ingresso no campo do saber, mais benefícios serão direcionados à elite. A miséria econômica e intelectual assegura seus privilégios.

Que tipo de educação é essa? Assegurada por lei e, ao mesmo tempo, excludente, não valoriza o conhecimento crítico e colabora com interesses comerciais.

Maria Carolina de Jesus traduz, em tudo, aquilo que a elite deseja ao afirmar: “Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso. ” (*O Quarto de Despejo*). Essa frase ilustra a labuta diária de quem trabalha e, ainda assim, dirige-se às instituições educacionais no terceiro turno. Ela também traduz o cenário da Educação em todas as modalidades: os empecilhos criados com o propósito de dificultar mobilidades. O sujeito conhecedor torna-se perigoso para o sistema.

Vencer essas demandas não é tarefa simples. Resistir, enfrentando-as de forma crítica, alertando e mobilizando sujeitos contra os abusos, contribui para que haja cada vez mais pessoas que o sistema ousou desqualificar, impondo-lhes seu querer. Assim, ocupam espaços cujo acesso foi arraigado de dificuldades, com a finalidade exclusiva da negação.

O direito à educação não se concretiza apenas com a matrícula em instituições. A educação se consoma, de fato, quando se torna crítica e quando abre espaço para as potencialidades. Limitar o acesso sempre esteve no(s) contexto(s) colonial(ais). No mundo contemporâneo, via plataformização — como veremos a seguir —, materializa-se como colonialismo de dados.

2 COLONIALISMO DE DADOS E CIBERCULTURA: CONFIGURAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.

As escolhas das tecnologias digitais, quando ocorrem, estão presentes no contexto educacional da mesma forma que a seleção de livros didáticos físicos. Os mecanismos de escolha apresentam a mesma intencionalidade. Costuma-se expor livros de variadas editoras aos docentes, para que uma coleção seja utilizada na ministração das aulas por quatro anos; no entanto, nem sempre os exemplares que chegam são, de fato, os escolhidos.

Da mesma forma, o uso de plataformas digitais segue o mesmo parâmetro. Ou seja, não se trata necessariamente do que é mais viável ou do que oferece melhor compreensão. Grandes corporações têm interesse em colocar seus produtos no mercado. A qualidade não é a questão central, tampouco se irá ou não contribuir para aqueles que as utilizam. O que prevalece são os interesses corporativos.

O campo da Inteligência Artificial se tornou atrativo e gerou muito entusiasmo dentro da comunidade científica, desencadeando uma série de investimentos privados e governamentais. Ademais, a partir da segunda metade do século XX, houve inúmeros avanços tecnológicos interessantes na área da Inteligência Artificial, os quais foram fundamentais para dar origem às ferramentas existentes hoje em dia. (Mariz et al., p. 149)

Com a cibercultura, o ambiente online tornou-se ferramenta necessária, inseparável do cotidiano. É nessa vertente que o colonialismo de vigilância se ancora: utilizamos plataformas digitais para os mais variados fins, sem termos noção do que elas estão extraindo de nós e do que fazem com essas coletas.

Na educação, as implicações relacionam-se ao fato de promover “cercamentos”, ou seja, monitoramento de acessos e avaliação de quantos sujeitos estão se tornando críticos e, a partir disso, direcioná-los ao desânimo, até que desistam da busca por seus objetivos. Em nossa prática docente, temos visto o quanto jovens talentosos abandonam seus ideais devido a discursos lançados pelo colonialismo e repetidos, de forma inconsciente, por pessoas próximas, que acabam por desencorajá-los.

Quão genuína era a promessa de emancipação implícita nos primórdios da cibercultura? Teria sido possível outro rumo, se os cidadãos assumissem o controle? Ainda nos resta a esperança de retomar a soberania popular na tecnologia? Não há como responder a tais questões sem antes admitir a presença do elefante na sala do servidor: as nossas tecnologias – e ideologias que elas promovem – são, em grande parte, norte-americanas. (Morozov, 2018, p. 15)

O contexto em si da cibercultura, por si só, não promove automaticamente a emancipação; ao contrário, os projetos de poder intencionam que cada vez mais pessoas sejam vítimas de seus percalços, idealizados por grandes corporações. A ideia de rede seria

excelente se não houvesse controladores intencionais. Quem programa comanda nossas escolhas, e não há consciência que possa dizer que a internet e seus provedores são neutros. Mesmo assim, muitos creem que os direcionamentos que recebem acontecem ao acaso. Para os provedores, quanto maior a inconsciência, mais vantajoso será para si: o controle. Nesse sentido, as plataformas educacionais do mercado fazem com que multiplicadores de seus estratagemas aumentem e, com isso, seus ganhos e domínios se ampliem sem esforço. A vulnerabilidade vale altas cotações no cosmo dos dados, e é nele que as plataformas se alicerçam.

Os atendimentos via *call center* de empresas, bancos e demais serviços tornaram-se meios de dificultar a comunicação entre usuários e instituições, além de garantirem lucros. Clientes bancários que contratam produtos sem pleno conhecimento esbarram em burocracias digitais para cancelar o que foi adquirido, seja de forma voluntária induzida, seja involuntária, por não terem noção do que contrataram. Geralmente, os produtos são ofertados presencialmente nas dependências bancárias, mas, para o cancelamento, fornecem números de telefone cujo atendimento é eletrônico e ineficaz. O mesmo ocorre com prestações de serviços em geral: o consumidor deseja solicitar reparos, ressarcimentos, entre outros, porém, os métodos ocultos fazem com que o cliente desista, tamanha a demora nos atendimentos.

Acrescentam-se a esses fatos os fenômenos inerentes à inteligência artificial e ao seu funcionamento, como questões educacionais que precisam ser tratadas com ainda mais urgência. É necessário incluir no currículo escolar conceitos que evidenciem os efeitos prejudiciais dessa vertente, na qual o homem se permite agenciar, garantindo engajamentos e armadilhas em que é fácil a manipulação.

O colonialismo se materializa na construção do saber alinhado aos fins capitalistas. Muitos dizem que parece que os aparelhos “nos ouvem”, sem, no entanto, compreender que somos rastreados e que, por meio de nossos rastros, definem-se as propagandas.

A cartilha dos anúncios predatórios é singular, mas eles são feitos em escala massiva, atingindo milhões de pessoas todos os dias; a ignorância do cliente, é claro, é uma peça crucial do quebra-cabeça... Uma vez que a ignorância for estabelecida, o mais importante ao recrutador, assim como ao comerciante impostor, é localizar as pessoas mais vulneráveis e usar suas informações privadas contra elas próprias. (O'NEIL, 2020, p. 115-116)

O cliente, nesse contexto, não se restringe às esferas comerciais. Os discentes e docentes também são clientes das instituições educacionais, que compartilham seus dados em redes particulares de interesses. Esses estudantes adentram os espaços escolares com o intuito de ampliar conhecimentos; contudo, o sistema simula o real papel da educação, construindo, na verdade, saberes que oprimem em vez de promoverem autonomia e olhares críticos

voltados à libertação.

Ao contrário, tornam-se coautores “involuntários” das intencionalidades dominantes, contribuindo para a construção de benefícios que favorecem a elite. Esse legado, sugestivo de destruição em massa pela força, já se fazia presente no processo histórico da América Latina, África e Ásia por meio de artifícios próprios da época. A forma atual de dominação, no entanto, caracteriza-se pelas conexões estabelecidas no ciberespaço.

O ciberespaço é um conjunto plural de espaços mediados por interfaces digitais, que simulam contextos do mundo físico das cidades, suas instituições, práticas individuais e coletivas já vivenciadas pelos seres humanos ao longo de sua história. Além disso, e sobretudo, institui, vem instituindo contextos e práticas originais e inovadoras. (Santos, 2019, p. 30)

Por ser um espaço plural, o ciberespaço também é utilizado como meio de mediação de interesses particulares de grupos que buscam perpetuar, quase como em uma dinastia, seus mandos, comandos e desmandos. A desinformação sobre esse espaço, habitado por todos, gera dependências instituídas e inclinações efetivadas de forma proposital, com o objetivo de entrelaçar indivíduos de acordo com interesses de esferas políticas e econômicas.

Ao ouvir essa nomenclatura, muitos dizem não saber o seu significado, mas são, de fato, praticantes imersos nesse campo de conhecimento. Basta ser portador de um smartphone com conexão às redes: estão para a fenômeno tanto quanto o fenômeno está para eles, atuando ativamente nesse campo.

Ao assimilar o contexto do colonialismo de dados, destacamos fenômenos como a ampliação e a disseminação das redes sociais, bem como das plataformas digitais, que introduzem um excesso de informações capazes de confrontar e confundir. Desse modo, surgem desafios significativos para o contexto educacional contemporâneo.

Figura 8 - Representação do ciberespaço



Fonte: Google

A interlocução na cibercultura assemelha-se à latência neuronal, em que um neurônio se conecta ao outro, formando um todo em funcionamento. As notícias chegam a seus destinatários em tempo recorde e, com elas, novos padrões comportamentais foram estabelecidos. Nada do que foi vivido anteriormente se compara ao modo de produzir cultura na onda ciber, uma verdadeira revolução no âmbito social, comunicacional e educacional.

O ciberespaço deve ser concebido como um mundo virtual global coerente, independente de como se acede a ele e como se navega nele. Tal qual uma língua, cuja consistência interna não depende de que seus falantes estejam, de fato, pronunciando-a, pois eles podem estar dormindo, em um dado momento imaginário, o ciberespaço, como uma virtualidade disponível, independe das configurações específicas que um usuário particular consegue extrair dele. (Santaella, 2004, p. 40)

Se, na Grécia Antiga, já existisse a técnica de digitar e enviar mensagens e áudios que chegassem instantaneamente ao receptor, tal como utilizamos na atualidade, os 42 quilômetros que, segundo a lenda, um ateniense teria percorrido para anunciar a vitória em uma guerra teriam sido evitados, poupando-lhe a vida, já que o longo percurso drenou-lhe as energias. Nesse contexto, milhares de mensagens teriam sido enviadas com comentários e interações, transformando o feito em uma verdadeira festa no ciberespaço.

O que chama a atenção, porém, é a veiculação quase exclusiva da narrativa de que a maratona tem origem apenas na Grécia Antiga. Isso caracteriza a colonialidade do saber: colocar em foco um país europeu como centro da história, apropriando-se dos inventos e relegando os demais à condição de meros repetidores. É o saber monopolizado.

A maratona é uma das corridas mais famosas do mundo e faz parte do imaginário coletivo. Todos conhecem a história do soldado que teria corrido 42 km, de Maratona a Atenas, para anunciar a vitória dos exércitos atenienses contra os persas, morrendo de exaustão após cumprir sua missão, por volta de 490 a.C., mas poucos sabem que tradições semelhantes de corridas longas já existiam em outros povos muito antes e fora da Europa. O que ocorre é a invisibilização dessas práticas. No Egito, há relatos de soldados obrigados a percorrer distâncias de até 100 km como forma de treino militar e manutenção do preparo físico do exército faraônico¹; em territórios africanos e indígenas, as corridas eram também formas de comunicação, resistência e espiritualidade. Essas histórias, no entanto, não aparecem no currículo oficial, nem são celebradas no imaginário global, porque o colonialismo de dados e do saber opera para centralizar a Europa como matriz do conhecimento válido.

¹ Hugh Jones — History of the Marathon (AIMS). Disponível em: <https://aims-worldrunning.org/articles/427-history-of-the-marathon.html>

Esse fato revela a necessidade de questionar a insistência em colocar as produções europeias acima de todas as outras, reforçando a lógica “Europa e o restante do mundo”. Assim como nas formas coloniais imperialistas e neocoloniais, a narrativa vigente coloca o Norte Global como útero dos bons feitos, como se fossem os únicos produtores de “boas ideias”.

Os desafios aos docentes são vastos: desconstruir essa visão centralizada e aguçar o senso crítico frente a esse paradigma. Os europeus, que outrora saíram mar adentro invadindo territórios, impondo culturas, extraindo saberes e reformulando-os apenas para si, consolidaram a imagem de autores únicos das ciências e do conhecimento. Os Estados Unidos, embora situados no continente americano, traduzem essas mesmas estruturas eurocêntricas: um território tomado que, assim como as antigas metrópoles, hoje proíbe a entrada daqueles povos cujas terras foram usurpadas sem permissão.

Na conjuntura atual, essa entrada ocorre via internet, sob novas formas de manipulação que reafirmam, no imaginário coletivo, a ideia de que o Sul Global é inferior, embora continue sendo ele o que subsidia as riquezas do Norte Global. As configurações contemporâneas do colonialismo concentram-se nas plataformas digitais, em que a suposta “privacidade” dos usuários é convertida em arma contra eles: postagens públicas, rastros coletados e dados apropriados internamente pelas corporações para seu próprio benefício. Trata-se de um projeto cultivado ao longo de gerações, apenas atualizado por mecanismos diferentes.

2.1 Colonialismo Tradicional e Colonialismo Digital

O colonialismo sempre esteve presente na história global, marcado pela exploração, pelo povoamento forçado e pela imposição de áreas de influência. O continente europeu se posicionou como o centro do universo, ao se lançar ao mar em busca de matérias-primas inexistentes em seu território, apropriando-se de terras, riquezas e saberes de outros povos.

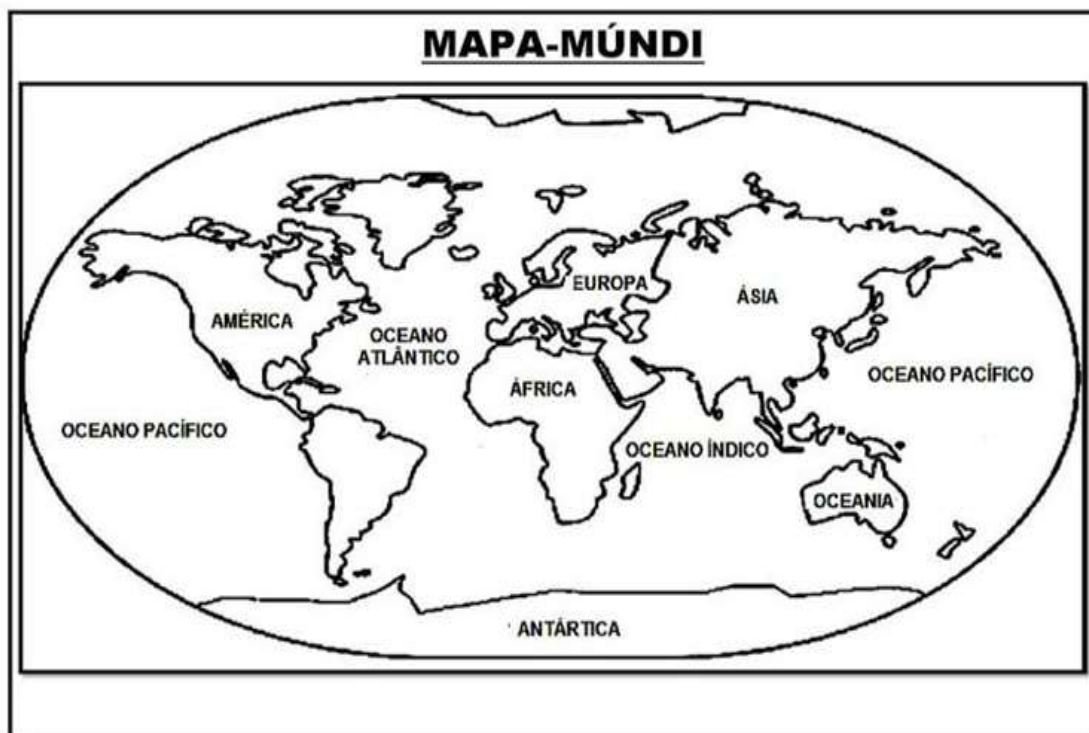
E é essa visão eurocêntrica que nos impedirá de ver que não há um lugar ativo, a Europa, e lugares passivos, a América, por exemplo. Desde o início da primeira modernidade, sob hegemonia ibérica, a colonialidade lhe é constitutiva. A América teve um papel protagônico, subalternizado é certo, sem o qual a Europa não teria acumulado toda a riqueza e poder que concentrou. (Lander et al., 2005, p. 11)

Os autores enfatizam como o continente europeu assumiu uma posição de destaque sobre os demais, impondo seus hábitos e costumes. Isso pode ser observado, por exemplo, na

criação do Mapa-Múndi, que representa o desejo de se colocar como centro e como potência suprema.

Na contemporaneidade, contudo, os Estados Unidos passaram a adotar novos métodos de exploração e apropriação de recursos, agora mediados pela expropriação de dados.

Figura 9: Mapa-Múndi.



Fonte: Google

A disposição do mapa pode suscitar discussões políticas e ideológicas, todavia, sugere-se que esteja ligada à aspectos técnicos. A partir dessa perspectiva, podem-se perceber vestígios de eurocentrismo, considerando a maneira como os continentes são representados no globo, que para muitos parece estar correta e incontestável, o continente “supremo” age com eficácia no que tange ao convencimento desta supremacia criada, extraíndo de outrem, elementos para tal construção.

Figura 10: Mapa Invertido



Fonte: Google

Durante muitos anos, continentes e potências capitalistas exploraram o sul do mundo, buscando obter riquezas das terras sul-americanas através das Grandes Navegações. As inovações tecnológicas facilitaram as investidas contra os povos considerados inferiores desde o início. Grandes corporações mantêm o colonialismo, mas de maneira diferente, utilizando os vestígios deixados na internet para promover produtos, serviços ou entretenimento. Com base nas informações obtidas nas plataformas digitais, eles promovem de forma discreta o consumo de seus produtos e serviços, utilizando as tecnologias digitais emergentes. Assim, as camadas mais baixas da sociedade seguem sustentando o bem-estar daqueles que ocupam posições acima delas.

Figura 11: Tirinha da Mafalda: O Mundo ao Contrário.



Fonte: Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p.385

A charge em questão, critica o eurocentrismo ao evidenciar que a geografia, em si, não deveria ser um fator determinante de centralidade. A representação do planeta poderia iniciar em qualquer ponto, considerando que os habitantes se distribuem para além de fronteiras, mares, montanhas e planícies. O questionamento central recai sobre o fato de o continente europeu se colocar em posição de destaque e de superioridade em relação aos demais.

Figura 12 - As Grandes Navegações



Fonte: Google.

As Grandes Navegações constituem um dos maiores símbolos do colonialismo além-mar, quando os países europeus se lançaram rumo ao chamado “desconhecido”. Os frutos dessas expedições, entretanto, foram colhidos às custas dos territórios onde suas embarcações atracaram, resultando em exploração, apropriação de riquezas e imposição cultural.

Se lembrarmos que muitos europeus vão para as colônias porque nelas têm a possibilidade de enriquecer em pouco tempo e que, salvo raras exceções, o colonialista é um comerciante, ou melhor, um traficante, teremos compreendido a psicologia do homem que provoca no autóctone “o sentimento de inferioridade”. (Fanon, 2023, p. 121)

No século XV, em 1492, o “paraíso” foi invadido: o europeu adentra o continente americano e dele se apossa, sem considerar aqueles que nele habitavam. Povos inteiros foram tratados como grupos desprovidos de cultura, como se fossem portadores de uma suposta “anencefalia cultural”. O que encontraram foi desconsiderado ou condicionado aos seus interesses, fazendo com que esses povos acreditassem que seus conhecimentos eram inferiores.

Culturas inteiras foram arrasadas ao longo do continente: os Astecas, no centro do atual México; os Maias, na Península de Yucatán (abrangendo o atual México, Belize, Guatemala e Honduras); os Incas, localizados na América do Sul; e todos os povos originários do território brasileiro. A destruição do que encontraram esteve ligada tanto à incapacidade europeia de reconhecer outras formas de produção quanto à recusa em aceitar que havia engenharia, ciência e desenvolvimento tecnológico igual ou até superior ao deles. A forma de se manterem supremos foi, portanto, a destruição concomitante à imposição cultural.

Constatadas as formas de anulação das forças locais, seguiram com suas táticas de dominação, que não se restringiram ao continente “recém-descoberto”. O totalitarismo colonial se alastrou, deixando rastros de destruição por onde passou. Esse processo permanece presente no mundo contemporâneo, ainda que com novas roupagens: um nicho de práticas que guarda semelhanças com as antigas formas de dominação se configura à medida que avançam os modos de produção, comunicação, armazenamento de informações, manipulação de alimentos e medicamentos.

Mesmo diante de inovações científicas, as ramificações do privilégio buscam estratégias preservar sua posição de domínio. Assim, as velhas práticas coloniais são aperfeiçoadas, gerando entusiasmos em grupos singulares, enquanto financiam as “ausências”, no sentido de negar hábitos e culturas vigentes, apagando epistemologias outras em nome da manutenção da supremacia.

Todo povo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. (Jeanson; Gilroy, 2020, p. 32)

Incitar o complexo de inferioridade nos dominados foi uma das armas psicológicas mais eficazes utilizadas pelos povos oriundos do pequeno continente europeu. Tão letal quanto as armas que matam os corpos, a violência psicológica foi empregada como episteme para erguer castelos sobre as terras daqueles a quem ousaram denominar “outros”. O processo avançou e, em diferentes partes do mundo, o complexo de inferioridade foi introduzido como forma de dominação.

Para as metrópoles, apenas dois graus comparativos importavam: o da inferioridade, destinado aos colonizados, e o da superioridade, reservado aos colonizadores. O grau de igualdade foi, ao longo da história, sistematicamente suprimido em benefício de desejos específicos da elite dominante. Os chamados “bárbaros” eram considerados carentes da civilidade dos europeus.

A Europa difundiu o racismo colonial de tal forma que ele se perpetua até hoje, deixando marcas profundas, chagas abertas, que o tempo não cicatriza.

O homem só é humano na medida em que busca se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido por ele. Enquanto não for efetivamente reconhecido pelo outro, é esse outro que permanece o tema de sua ação. É desse outro, do reconhecimento por parte desse outro, que dependem seu valor e sua realidade humana. É nesse outro que se condensa o sentido de sua vida. (Jeanson; Gilroy, 2020, p. 227)

Dessa forma, o objetivo do colonizador era demonstrar força sobre o colonizado. Isso se dá por meio da opressão, criando, naqueles a quem denominam “outros”, circunstâncias que os levavam a acreditar que deviam algo aos seres provenientes de um lugar supostamente mais importante que o seu. Para essa submissão, foram utilizadas tanto armas físicas quanto psicológicas.

Ao longo do tempo, o colonialismo deixou seus rastros, sustentados pelos “nutrientes” extraídos dos colonizados: a liberdade, os bens, a terra. Para além da exploração material, recorreu ao esvaziamento cultural e à manipulação da compreensão como formas de dominação.

As linhas imaginárias que cortam o globo terrestre, dividindo o mundo em Ocidente (Oeste) e Oriente (Leste), pelo Meridiano de Greenwich, pelos hemisférios Norte e Sul e pela Linha do Equador, serviram de referência para estabelecer limites, mas também se tornaram dispositivos simbólicos de dominação. Esses marcos estiveram associados a disputas de áreas de influência, especialmente no mundo bipolarizado.

As nomenclaturas “Norte” e “Sul” deixaram de ser apenas pontos cardeais para se tornarem categorias geopolíticas. O Norte Global assumiu o Sul como área de intervenção e exploração, transformando essa parte do planeta em fornecedora de tudo o que pudesse beneficiar o outro extremo.

Conceitos Norte e Sul. Essa nomenclatura começa a aparecer, no início dos anos 1980, em um contexto de avanço da globalização neoliberal e em substituição ao conflito Leste-Oeste, que marcou o período da Guerra Fria, quando o bloco Comunista (Oriental) se opôs ao bloco Capitalista (Occidental). Após a queda do Muro de Berlim e do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), não havia mais como manter em uso o jargão internacional da divisão de Três Mundos, no qual havia Primeiro Mundo (países capitalistas desenvolvidos), Segundo Mundo (países socialistas e/ou de economia planificada) e Terceiro Mundo (países subdesenvolvidos). (Cassiano; Souza; Silveira, 2021, p. 14)

As referências ao Sul Global abrangem aspectos geográficos, remetendo a uma região do planeta que inclui países situados ao sul da Linha do Equador, geralmente classificados como em desenvolvimento. Importa destacar que esses países estão nessa condição em razão da ação daqueles que, posicionados “acima da linha”, os colocaram nesse lugar de subordinação.

Os países “acima” exercem influência sobre os situados “abaixo”, nomenclatura criada por motivos exploratórios, uma vez que a Terra não possui um “cima” ou “baixo”, mas uma superfície esférica. Esses termos foram apropriados e difundidos como forma de preservar hegemonias de controle.

Na contemporaneidade, a chegada das tecnologias digitais em rede reforça e sustenta essas posições de poder, atualizando as formas de dominação e perpetuando a lógica da desigualdade entre Norte e Sul.

Na época do colonialismo histórico, temas centrais no debate político europeu sequer chegavam aos territórios coloniais. Os moradores das Américas não precisavam opinar, eles não existiam. Essa relação segue mais ou menos intocada na era do colonialismo de dados. (Cassiano; Souza; Silveira, 2021, p. 30)

O colonialismo tradicional pautou-se em conquistas territoriais, práticas racistas e disputas por áreas de influência, exaltando as metrópoles e subalternizando as colônias. Os chamados “homens bons” assediaram nações— aqui compreendidas não como Estados nacionais, mas como grupos de pessoas residentes em territórios arbitrariamente ocupados por aqueles que se autointitulavam sublimes pela cor da pele ou pela religião —, impondo-se sobre esses povos.

O ato de colonizar deixou rastros profundos e dolorosos de destruição de pessoas, culturas e lugares. Muito se relata sobre violências em guerras, mas é necessário ressaltar que a violência não deixa de sê-lo em quaisquer contextos históricos. Além dos ataques físicos, os

povos que tiveram seus territórios invadidos sofreram agressões no âmago psicológico, marcadas pela imposição de categorias de classe, de raça e pelo racismo epistêmico.

Situações que violaram direitos, saquearam riquezas e suplantaram hábitos e costumes foram lançadas ao mar na travessia África–América. Nesse processo, identidades foram perdidas — não no sentido do documento físico, mas no da subjetividade—: o sujeito foi forçado a esquecer sua origem, em um verdadeiro contexto de desumanização.

Nascemos e mantemos nossa existência no lugar da memória. Traçamos nossa vida por meio de tudo que lembramos, do momento mais mundano ao mais majestoso. Conhecemos a nós mesmos por meio da arte e do ato de recordar. As memórias nos oferecem um mundo onde não há morte, onde somos sustentados pelos rituais de afeto e lembrança. (Hooks, 2022, p. 26)

O desejo do homem branco sempre foi o de apagar memórias, pois são elas que nos mantêm conectados às tradições e ao grupo de origem. De forma estratégica, os negros africanos foram transportados separados de seus pares de convivência. A própria viagem era uma tormenta: seguir rumo ao desconhecido, em todos os sentidos e de forma compulsória, culminava no esquecimento de si, na confusão mental em relação à localização e às incertezas sobre o que iriam encontrar.

Milhares de africanos compartilhavam os mesmos navios, mas, apartados uns dos outros, tornavam-se estranhos, ainda que oriundos do mesmo continente. Assim começaram os ataques cruéis que sangraram corpos e mentes. Africanos e ameríndios transformaram-se em “objetos” nas mãos dos europeus, que passavam por cima de tudo e de todos para atingir suas metas.

O que buscavam eram mercadorias e recursos que faltavam em seus quase inóspitos territórios. Nos solos americanos e africanos, abundava justamente aquilo que lhes era escasso. Com arrogância, lançaram mão de todos os meios para alcançar seus objetivos: amputaram vidas, culturas e hábitos que classificavam como inferiores.

A economia colonial latino-americana valeu-se da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para tornar possível a maior concentração de riqueza com que jamais contou qualquer civilização na história mundial. (Galeano, 2024, p. 64)

As riquezas da natureza abundante e os metais preciosos foram motivos de cobiça e disputa entre as nações europeias. Com o advento do mercantilismo, grandes grupos econômicos passaram a disputar as riquezas produzidas além da Europa. Para a concretização de seus desejos, recorreram à mão de obra forçada: primeiro a dos povos nativos e, posteriormente, a dos africanos, submetidos a condições sub-humanas.

A intelectualidade latino-americana espelhava-se nas elites europeias, recusando a barbárie identificada nos povos indígenas e africanos. Séculos antes, a Igreja, economicamente beneficiada pelo tráfico negreiro, foi conivente com a escravidão negra, considerando os africanos como seres sem alma e, por isso, passíveis ao trabalho excessivo e compulsório. (Malachias, 2016, p. 7)

Nativos americanos e africanos viram-se em um contexto de guerras sangrentas, obrigados a fugir dos “heróis” bandeirantes, dos capitães do mato, do inimigo materializado contra o qual buscavam defesas. Mas a crueldade ultrapassava os limites da sobrevivência: visava sobretudo o lucro. Apesar de considerarem os africanos como seres “sem alma”, era justamente nesse ponto que atuavam com maior perversidade, apagando tudo o que pudesse lhes remetê-los à sua história.

Tratava-se de uma guerra sem sangue visível a derramar, sem inimigos concretos dos quais pudessem se esquivar. Foram explorados no físico e no psicológico, costurados por dentro e por fora, com palavras travadas. Afinal, somente quem tem alma pode usar as cordas vocais, e o choro, escondido, era a única válvula de escape diante das tristezas que a maldade dos “superiores” lhes causava. Não era apenas o trabalho que era forçado: a própria vida era imposta. Produziam, mas não desfrutavam de suas produções. Afinal, se não eram considerados dotados de alma, eram vistos como meras máquinas anencéfalas, cujas emoções estavam condenadas ao sepultamento.

É comum encontrarmos nos relatos colonialistas, expressões como “já eram bastante evoluídas” ao se referirem às civilizações não europeias. Trata-se de uma visão impregnada de superioridade e menosprezo em relação às culturas encontradas. Na verdade, diversas tarefas desenvolvidas fora do território europeu só passaram a ser apropriadas nesse continente após o contato com povos arbitrariamente categorizados como “de menor cultura”.

As variadas técnicas de construção, espalhadas pelo mundo, dentre as quais se destacam as Pirâmides do Egito, foram relegadas a um lugar secundário. A narrativa colonial procurou sustentar que nenhum povo poderia superar os feitos europeus, como se todo conhecimento só pudesse ser originário de um único ponto planetário, autointitulado “centro”.

Essas informações truncadas exigem confronto: é preciso buscar fontes que revelem, de forma representativa, o legado real dos povos dominados, rompendo com a distorção imposta pela colonialidade.

Quando os espanhóis chegaram à América, estava em seu apogeu o império teocrático dos incas, que estendia seu poder sobre o que hoje chamamos Peru, Bolívia e Equador, abarcava parte da Colômbia e do Chile e alcançava até o norte argentino e a selva brasileira; a confederação dos astecas tinha conquistado um alto nível de eficiência no vale do México, e no Yucatán e na América Central a

esplêndida civilização dos maias persistia nos povos herdeiros, organizados para o trabalho e para a guerra. Estas sociedades deixaram numerosos testemunhos de sua grandeza, apesar de todo o longo tempo da devastação. (Galeano, 2024, p. 70)

Os colonizadores tomaram posse das terras e dos saberes dos povos americanos, soterrando, junto com os corpos, culturas milenares. Cooptaram para si autorias que pertenciam a esses povos brutalmente banidos de seu habitat, tornando-os reféns em seu próprio lugar de origem.

A passagem do tempo cronológico permanece a mesma, assim como o termo colonialismo; o que muda são suas roupagens. Tal como as estações do ano, o colonialismo se reveste de diferentes formas, cabendo em espaços e tempos distintos, com conceitos moldados de acordo com o contexto em que se alicerça.

Na era digital, com o acesso a plataformas de busca, o mesmo colonialismo que outrora atravessou, territórios deixando rastros de destruição, reaparece sob o nome de *colonialismo de dados*. Se, em períodos anteriores, esses rastros eram impressos no chão e nas memórias, hoje eles são explorados a partir das marcas deixadas pelos consumidores digitais em suas pesquisas online. De posse dessas informações, corporações manipulam comportamentos, orientam escolhas e alimentam algoritmos que retroalimentam sua própria lógica de dominação.

O colonialismo encontra-se, assim, na “estação digital”. Não é um fenômeno disruptivo; ao contrário, assume características do contexto histórico em que está inserido, migrando do espaço físico para o virtual. O termo *virtual*, nesse sentido, sugere a ilusão da ausência do físico — e é justamente essa percepção que interessa aos manipuladores de dados. No entanto, é fundamental lembrar: todas as instituições que controlam tais fluxos possuem sedes físicas, localizadas em países centrais, reafirmando a assimetria global.

Mais uma vez, a inteligência artificial, programada para se comunicar com seres humanos dotados de sentidos, não é neutra nem autônoma. Foi criada e moldada pela mesma espécie que a opera: o homem. Por isso, a inteligência que se apresenta como “artificial” é, na verdade, humana, classista, excludente, capitalista, racista, fria e calculista. As máquinas não estão à frente de nós; é sempre o homem quem se encontra atrás delas, definindo seus objetivos e perpetuando as estruturas de poder.

Transparência significa a política do se tornar visível do regime de informação. Quem só faz alusão à política pública da informação de uma instituição ou pessoa, ignora seu alcance. A transparência é a coação sistêmica do regime de informação. O imperativo da transparência é: tudo que deve estar disponível na condição de informação. Transparência e informação têm o mesmo significado. A sociedade da informação é a sociedade da transparência. O imperativo da transparência faz com

que informações circulem livremente. Não são as pessoas que são realmente livres, mas as informações. (Han, 2022, p. 14)

As máquinas, embora operadas pelo homem, carregam consigo o DNA de quem as programou. A ideia de neutralidade que lhes é atribuída é ilusória: sua função é apenas receptora e reprodutora de comandos, ainda que apresentem vozes e interfaces que simulam autonomia. Não são autodidatas; logo, racismo, divisões de classe e exclusões são perpetuados sob a falsa concepção de que determinadas escolhas foram realizadas por elas de maneira neutra.

A ausência de letramento em políticas digitais conduz muitos a acreditarem que processos mediados por algoritmos, como a seleção para vagas de emprego, sejam imparciais e justos. No entanto, o que ocorre é a apropriação da ignorância tecnológica por parte das empresas, que mascaram como “seleção natural” mecanismos enviesados de exclusão. E, nessa lógica, quase sempre negros e mulheres são os primeiros a “sobrar”, vítimas de estruturas históricas de desigualdade agora reconfiguradas sob o manto da tecnologia.

O negro antes escravo, invadiu a liça onde se encontravam os senhores. Assim como aqueles empregados domésticos que uma vez por ano têm permissão para dançar no salão, o negro busca um par. O negro não se tornou senhor. Quando não há mais escravos, não há senhores. O negro é um escravo a quem foi permitido adotar uma atitude de senhor. (Jeanson; Gilroy, 2020, p. 229)

A citação explicita a exclusão via “seleção natural” mediada por algoritmos. O negro continua escravizado, mas, assim como o colonialismo, o escravismo encontra-se em uma nova estação. A ele foi permitido competir por uma vaga de trabalho, tanto quanto ao branco, mas a liberdade é apenas aparente: seguem existindo senhores, agora protegidos pelas telas.

Falar em escravidão nos remete ao 13 de maio de 1888, quando, por meio da pena de Princesa Isabel, com uma assinatura, proclamou-se a liberdade. Contudo, sabemos que a pressão para o fim do regime escravocrata esteve diretamente ligada à Revolução Industrial, em especial à Inglaterra, interessada em ampliar seus fundos e mercados. Principalmente em razão da longa demora, a libertação ocorreu com muito planejamento: libertou-se sem garantir condições mínimas de sobrevivência. De modo que saíssemos das grades das senzalas para as grades invisíveis do mundo além das cercas das fazendas, além dos olhares dos capitães do mato, lançados rumo ao desconhecido.

Podemos traçar um paralelo com o fenômeno do colonialismo de dados. Assim como na abolição, proclamou-se “o acesso universal”, mas esse acesso não significou, de fato, liberdade plena ou igualdade de condições. A promessa de inclusão digital veio acompanhada de estruturas invisíveis de captura e controle, nas quais o sujeito conectado se torna dependente e vigiado pelas plataformas que intermedeiam sua vida cotidiana.

Se no século XIX, os ex-escravizados foram lançados ao abandono social, sem-terra, trabalho digno ou cidadania efetiva, hoje, os “libertos digitais” recebem a ilusão da participação em um espaço público ampliado, mas permanecem subordinados às lógicas algorítmicas e comerciais que decidem o que podem ver, falar ou compartilhar. Da senzala ao *feed*, do capitão do mato ao algoritmo, os mecanismos de vigilância se sofisticaram, mas a lógica de controle permanece.

O colonialismo de dados reconfigura o espaço público como um território privatizado: aquilo que se anuncia como universal e democrático é, na prática, um sistema de exploração dos rastros digitais, transformados em mercadoria para o lucro. A inclusão digital é proclamada como triunfo, mas não se enfrenta a exclusão estrutural e a desigualdade de acesso crítico e consciente às tecnologias. É nesse paradoxo que a docência se vê desafiada: como ensinar em um mundo que oferece a “liberdade de se conectar”, mas aprisiona em grades invisíveis de vigilância, dependência e manipulação?

O capitalismo da informação se apropria de técnicas de poder neoliberais. Em oposição às técnicas do poder do regime disciplinar, não trabalham com coação e interdições, mas com estímulos positivos. Exploram a liberdade, em vez de a reprimir. Conduzem nossa vontade a âmbitos inconscientes, em vez de romper com ela com violência. O poder disciplinar repressivo dá lugar a um poder smart, que não dá ordens, mas sussurra, que não comanda, mas nudge, quer dizer, que dá um toque com meios sutis para controlar o comportamento. (Han, 2022, p. 17)

O colonialismo se reformula. Os mecanismos utilizados em versões anteriores tinham objetivos semelhantes aos que vigoram no modelo atual. Para submeter, mobilizavam conceitos de autoridade, apoiados em origens supostamente “inferiores”, para justificar a dominação. Hoje, valem-se de recursos midiáticos, também exploratórios e formadores de opinião, difundindo a ideia de que a vida politicamente feliz seria aquela em que as pessoas são de uma determinada forma, vestem as melhores grifes do colonizador, residem em majestosas casas ou consomem marcas famosas do norte global. Esse processo certamente cooptou para a indústria da vaidade e dos *influencers* um grande contingente de pessoas.

A diferença entre esses influenciadores do passado e os denominados *influencers* da era digital está na proliferação imediata: antes, a comunicação era unidirecional, mediada pelos veículos tradicionais (rádio, televisão, jornais), que filtravam, selecionavam e transmitiam o que deveria ser consumido pelas massas. Havia um centro emissor e uma multidão receptora. Na era digital, entretanto, a circulação se dá em rede, com milhões de sujeitos aparentemente autônomos, mas que continuam presos às arquiteturas das plataformas. O que se transformou foi a velocidade e a escala: os algoritmos organizam o fluxo de

visibilidade, definindo quem aparece e quem desaparece no mar de informações, de acordo com interesses mercadológicos e políticos.

Essa multiplicação imediata de discursos, longe de significar emancipação, fortalece um novo tipo de colonialismo: o da atenção e do desejo. O sujeito não apenas consome o que lhe é imposto, mas também se torna produtor de conteúdos, ainda que limitado pelas lógicas da plataforma. O “influencer” de hoje é, em grande medida, um elo de reprodução de valores coloniais, propagando estilos de vida, padrões estéticos e ideais de consumo alinhados ao norte global, em uma versão atualizada da colonização cultural.

Assim, o colonialismo de dados não se restringe à exploração dos rastros digitais; ele se prolonga no imaginário coletivo, moldando identidades e aspirando corpos a partir de parâmetros hegemônicos. A diferença é que, enquanto no passado a autoridade era centralizada em figuras e instituições visíveis, hoje ela se camufla em fluxos digitais, viralizações e métricas de engajamento, conferindo ao processo um caráter ainda mais sofisticado de dominação, em uma dinâmica de receptor e emissor simultaneamente, ampliando o alcance e a força persuasiva da dominação.

Se o Vale do Silício simplesmente se aproveitou da dissolução dos laços de solidariedade na sociedade ou se contribuiu ativamente para essa dissolução, trata-se de uma questão similar àquela sobre a origem do ovo e da galinha. Seja como for, o êxito do Vale do Silício já se restringe à retórica da rebelião contra os interesses consolidados – agora ele também faz apelo à mobilidade social que seria proporcionada pelo setor tecnológico às classes inferiores. (Morozov, 2018, p. 20)

Como numa peça teatral, em que se mudam os figurinos e as vestimentas dos atores, o colonialismo atua no cenário atual sob as vestes da coleta de dados, reinventando-se de acordo com as tendências capitalistas. O colonialismo histórico encerrou a cena das conquistas territoriais e das áreas de influência, mas a colonialidade permanece, agora alicerçada por novas plataformas, considerando-se que, de certo modo, os meios utilizados outrora também podem ser compreendidos como plataformas em seus respectivos contextos.

A colonialidade se apresenta como imposição de modelos de pensamentos, de agenciamentos, de comportamentos que negam ou desvalorizam epistemes, modos de aprender e conhecer das comunidades e das sociedades não ricas; também expulsa o que deve ser considerado normal à ideia de autonomia, de buscas por caminhos diferentes, de toda tentativa daqueles que fogem aos interesses da economia e das principais corporações. (Cassiano; Souza; Silveira, 2021, p. 36)

O saber predominante opera em conformidade com as trincheiras econômicas. Os rumos educacionais, definidos por currículos prontos, são direcionados de acordo com as tendências do mercado. Os cursos profissionalizantes atendem prioritariamente às demandas da economia: ora voltados ao setor agrário, evidenciando a zona rural, ora ao setor industrial,

característico da área urbana. Já o setor das tecnologias digitais atravessa amplamente ambos, impondo sua persuasão em tempo real.

As imagens de satélite mapeiam territórios, e as corporações decidem o que vale ou não a pena ser construído em determinadas áreas. A doutrinação chega a todos os lugares com apenas um toque, levando pessoas a acreditarem que seu lugar já está previamente determinado pelos colonizadores, que, mesmo sem estarem fisicamente presentes, emitem mensagens “civilizatórias” moldadas a seus próprios interesses. O colonialismo persiste: não deseja perder suas conquistas. Seus alvos permanecem os mesmos, apenas atualizados pela tecnologia vigente. A base continua subsidiando o meio e o topo da pirâmide.

Se no “fim” da escravidão houve a promessa de liberdade formal, sem que houvesse políticas estruturais que garantissem cidadania plena e condições mínimas de sobrevivência, no “fim” das grandes narrativas de exclusão digital também se repete o mesmo movimento. As plataformas e corporações anunciam a universalização do acesso, mas esse acesso é condicionado, controlado e mediado. Oferece-se o “direito de estar conectado”, mas sem garantir a autonomia sobre o que se consome, sem o controle sobre os próprios rastros digitais, sem a proteção contra os mecanismos de vigilância e exploração de dados.

Esse processo é, ao mesmo tempo, sedutor e excludente: sedutor porque cria a sensação de pertencimento e inclusão a uma comunidade global; excludente porque, ao mesmo tempo, reforça hierarquias invisíveis que classificam, organizam e determinam quem tem visibilidade e quem permanece marginalizado. Se antes a exclusão era determinada por cercas, senzalas e leis discriminatórias explícitas, agora ela se disfarça em códigos, algoritmos e políticas de privacidade que poucos conseguem compreender plenamente.

A lógica colonial permanece intacta: aquilo que não serve aos interesses do capital é descartado, silenciado, invisibilizado. Do mesmo modo que os corpos escravizados foram explorados até a exaustão e depois abandonados à própria sorte, os corpos digitais são explorados por meio da coleta incessante de dados e, quando deixam de ser úteis, perdem relevância, são excluídos da visibilidade ou ficam à margem das interações sociais digitais.

Portanto, ao analisarmos o colonialismo de dados em diálogo com a história, percebemos que não se trata de um novo fenômeno desconectado do passado, mas de uma atualização sofisticada das mesmas estruturas de poder. O palco mudou, os figurinos mudaram, mas os protagonistas da dominação continuam os mesmos: corporações e elites globais que mantêm sob seu controle as narrativas, os acessos e as oportunidades.

Segundo o site Periódicos da UFMG, no Brasil, diversos atores políticos e jornalísticos têm denunciado a atuação do que chamam de bancada do algoritmo ou bancada dos dados,

apelidos conferidos a grupos de parlamentares que, apoiados ou influenciados pelas *Big Techs*, defendem posições políticas alinhadas a seus interesses.

A regulação das plataformas digitais no Brasil ainda está em tramitação, enquanto a União Europeia já adota medidas protetivas contra o uso deliberado dos dados. De acordo com o site da *CNN Brasil*, uma lei histórica da União Europeia entrou em vigor impondo novas regras de concorrência às empresas e mudando a experiência digital dos cidadãos em relação a telefones, aplicativos, navegadores e outros serviços. As novas regulamentações da UE obrigam mudanças em alguns dos produtos tecnológicos mais utilizados no mundo, incluindo a loja de aplicativos da Apple, as plataformas de busca do Google e até o WhatsApp. Essas medidas marcam um ponto de virada no esforço global dos reguladores para colocar os gigantes da tecnologia sob controle, após anos de denúncias de que tais empresas prejudicaram a concorrência e deixaram os consumidores em desvantagem.

As obrigações se aplicam apenas ao território europeu, o que pode levar usuários de outras regiões, como Estados Unidos e América Latina, a observarem ansiosamente algumas funcionalidades que as *Big Techs* estão sendo obrigadas a implementar.

Esse movimento pode representar o início do fim do monopólio do Vale do Silício, ou, por outro lado, o surgimento de novos monopólios com objetivos semelhantes. A disputa pelo topo prossegue entre os gigantes, mas as chamadas periferias globais permanecem submetidas a um sistema de castas camuflado. Isso, no entanto, não significa passividade: há movimentos de resistência e busca por antídotos diante dessas investidas. O desafio é lidar com um processo que foi lançado como sementes ao vento: sua germinação e pouso se deram de forma certa, mas sem regulações iniciais que considerassem causas e consequências. Só depois se buscam mecanismos para combater seus efeitos.

Não importam a cultura, a religião, a ideologia. Tudo gera dados capturáveis, que são armazenados e utilizados para formatação de perfis. As pessoas passam a considerar a captura de suas informações como algo normal, natural. As relações sociais mudam e tornam-se mecanismos dos modos de extração. (Cassiano; Souza; Silveira, 2021, p. 33)

No passado, o colonialismo se baseava na exploração de territórios, na apropriação da mão de obra e na busca por recursos naturais. Na forma atual, ancora-se em três novos pilares, que substituem os anteriores: a extração de dados, a vigilância e a dependência via plataformas digitais. O cenário de devastação de florestas, a extração de metais preciosos, o capitão do mato e a senzala foram substituídos; entretanto, o colonialismo digital proporciona uma falsa sensação de liberdade. Ele atua de modo direto, mas de forma discreta. O

colonialismo não desapareceu com o tempo, apenas se tornou mais “elegante”: a forma de castigar foi reconfigurada, mantendo o desconforto, ainda que de maneira menos dolorosa.

As empresas do Vale do Silício estão construindo o que chamo de “cerca invisível de arame farpado” ao redor de nossas vidas. Elas nos prometem mais liberdade, mais abertura, mais mobilidade; dizem que podemos circular onde e quando quisermos. Porém, o tipo de emancipação que de fato obtemos é falsa; é a emancipação de um criminoso que foi recém-liberto, mas que ainda está usando uma tornozeleira. (Morozov, 2018, p. 31)

Em ambos os formatos coloniais, as ambiências educacionais foram, e continuam sendo, previamente preparadas por meio de conteúdos educativos direcionados. Estamos circundados por cercas de arame farpado. O colonialismo tradicional foi marcado por embates sangrentos, expatriação e trabalhos forçados, pela matança de corpos e pelo aniquilamento de almas. Contudo, apesar dessas drásticas destruições, a História oficial tratou de forma superficial as violências sofridas por nativos e africanos, destacando quase sempre o homem branco e suas conquistas.

Ensinar-nos a ler pelo ponto de vista colonial. Século de sofrimentos e de invisibilidade foram, em muitos contextos, silenciados; em outros, reduzidos a meras datas comemorativas no calendário escolar. A “viagem” de africanos para serem escravizados no continente americano foi narrada como se tivesse ocorrido de maneira rápida, segura e até salutar. As incontáveis vidas ceifadas sem jamais tocarem o solo de “seus” destinos foram apagadas; romantizaram-se as angústias, a fome e as atrocidades enfrentadas.

Quiçá essa superficialidade com que os fatos foram abordados seja um resquício de constrangimento diante da brutalidade das atitudes coloniais. Ocultaram-se massacres para que o colonizador pudesse se apresentar como mediador e instaurador de “ordem”. A destruição, a dizimação, a escravização e a matança generalizada promovidas pelos europeus precisavam, portanto, ser minimizadas.

Figura 13 - A escola ensina a ler.



Créditos: Redes Sociais

Considerando as formas como o colonialismo é abordado em diferentes contextos, a escola ensinou a ler, mas não ensinou a interpretar criticamente as condições sociais, políticas e históricas que estruturam o ato de ler. O acesso à leitura, em grande parte, foi promovido como instrumento de adaptação e disciplina, mais do que como prática de libertação. Assim como o colonialismo silenciou epistemologias e relegou saberes à condição de “não conhecimento”, a escola, em muitos momentos, restringiu a leitura ao código escrito, deixando de lado a capacidade de questionar o mundo e de reconhecer-se como sujeito histórico.

Essa limitação se torna ainda mais evidente quando pensamos no cenário atual da cibercultura. A escola, de modo geral, ensina a manusear tecnologias, mas não a compreender as engrenagens coloniais que as sustentam essas ferramentas. Ensina a criar perfis, postar conteúdos e acessar plataformas, mas não a problematizar os algoritmos que definem visibilidade, os fluxos de dados que nos transformam em mercadoria e os interesses corporativos que atravessam cada clique.

Nesse sentido, a leitura que a escola muitas vezes promove é a da obediência — ler para repetir, ler para reproduzir. O que falta é a leitura libertadora, como nos ensinava Paulo Freire: a leitura de mundo, que não se separa da leitura da palavra. No colonialismo de dados, esse déficit crítico é explorado intensamente, pois garante que os sujeitos sejam usuários dóceis, conformados com a promessa de inclusão, sem perceberem as grades invisíveis que os cercam.

Em outras palavras, a interpretação esteve e ainda está ausente. Em cenários de

desigualdade, os dados — longe de promoverem equidade — tendem a acentuar ainda mais as disparidades existentes.

Para ser considerada bem-sucedida em sua operação, as plataformas beneficiam-se do efeito de rede, de tal forma que seus serviços, informações e facilidades precisam alcançar um grande número de usuários constantemente, a fim de que a quantidade de usuários que deixam a plataforma seja sempre insignificante comparada ao número de novos usuários que chegam. Quanto mais usuários, mais dados para aprimorar a performance dos algoritmos que criam um sistema permanente de entrega de informações e serviços, consequentemente o valor de negócio da plataforma aumenta, pois consegue atrair cada vez mais usuários. (CGI.BR, 2022, p. 18)

A naturalização da cultura digital colonial ocorre justamente porque se aprende a manuseá-la, mas não a interpretá-la criticamente. A ausência de letramentos transforma-a em uma arma silenciosa, dotada de epistemologias letais, que atingem de forma mais incisiva grupos historicamente subalternizados. A familiarização com tais artefatos de interação se ancora-se em interesses estritamente capitalistas: as cartilhas epistêmicas são estruturadas para conduzir o sujeito à alienação. Nesse cenário, a docência enfrenta inúmeros desafios, pois decodificar códigos não significa, necessariamente, compreendê-los ou questioná-los.

Um exemplo recente ilustra a gravidade do fenômeno. Em agosto de 2025, o jovem influenciador digital Felca (Felipe Bressain Pereira) ganhou notoriedade nacional ao denunciar a exploração de crianças e adolescentes por adultos em busca de likes e engajamento nas redes sociais, a qualquer custo. O vídeo viralizou, foi amplamente compartilhado e trouxe à tona uma questão urgente: até que ponto a lógica da plataformização, sustentada por algoritmos e métricas de visibilidade, estimula práticas predatórias em nome do lucro e da popularidade?

Figura 14 - Criar contas em plataforma digitais.

13:02

Quando é a sua data de nascimento?

Para proteger usuários menores de idade, insira sua data de nascimento.

Sua data de nascimento não será divulgada.

Data de nascimento

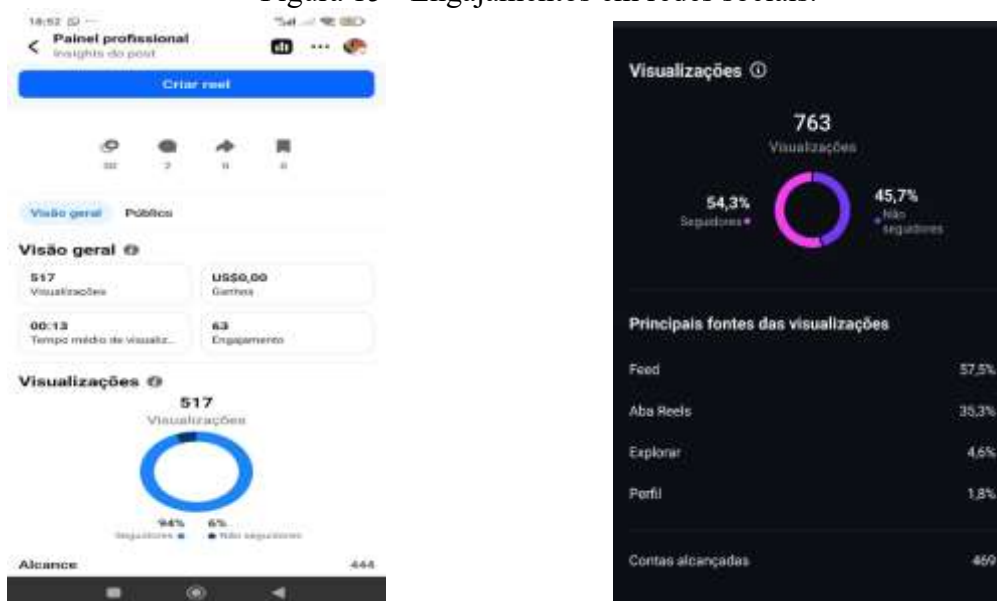
Continuar

11	jul.	2001
12	ago.	2002
13	set.	2003

Fonte: Acervo da autora

A imagem evidencia as etapas necessárias para quem busca os passos necessários para cadastramento em redes na internet. O algoritmo tem como objetivo principal a coleta de dados, sem critérios avaliativos que confirmem a veracidade das informações fornecidas. A vulnerabilidade ao compartilhar dados pessoais torna-se, assim, evidente. A criação de contas em redes sociais ou e-mails pode ser realizada até mesmo por menores de idade, apesar das restrições quanto à idade mínima. Não existem filtros rigorosos: basta inserir um ano de nascimento que atenda aos requisitos formais e, independentemente da idade real, o usuário já pode navegar livremente. O que prevalece, em última instância, não é a proteção, mas o número de contas alcançadas.

Figura 15 - Engajamentos em redes sociais.



Fonte: Acervo da autora

As redes sociais iniciam o processo de sedução ao rastrear os vestígios deixados pelos usuários, analisando perfis e preferências. Em seguida, direcionam-nos para ofertas personalizadas, incentivando novas postagens e exibindo, como em um placar de estádio, o alcance obtido. Os objetivos, entretanto, não se limitam ao engajamento: cumprem, sobretudo, metas que garantem recompensas suntuosas aos investidores.

Indivíduos mal-intencionados exploram a inocência das crianças e a necessidade dos jovens de se encaixarem, utilizando a força das redes sociais para se apropriar do espaço público e transformando suas navegações em moeda de troca. Essa lógica não se restringe às redes sociais: está presente em toda busca realizada por meio de navegadores. O entretenimento, sob a roupagem de “cultura”, é direcionado a interesses de pequenos grupos.

Questões que já faziam parte dos desafios educacionais precisam agora ser ampliadas e problematizadas. Os docentes se deparam com um inimigo que utiliza as plataformas como armas: ora oculto nas redes sociais, ora explícito em mecanismos de manipulação.

2.2 Plataformização e colonialidade do saber

Os colonizadores não se limitaram a ocupar os territórios pela força; a “conquista” foi além. Eles decidiram impor seus domínios sobre a cultura, o corpo e a mente dos povos indígenas e daqueles transformados em mercadoria: os africanos escravizados. O contato com povos transatlânticos, segundo os relatos coloniais, teria ocorrido com o espanto dos

indígenas diante da aparência dos europeus. No entanto, pode ter sido o oposto: os europeus, ao se depararem com a potência e a complexidade dos povos que chamaram de "selvagens", podem ter buscado formas de se sobrepor a eles. Imprimir seus traços culturais e suas crenças foi um caminho para afirmar uma suposta superioridade diante da grandeza dos povos nativos.

Aos poucos, foram marginalizando hábitos e costumes daqueles sobre os quais autointitularam-se donos e superiores, apresentando-se como detentores de todas as técnicas e saberes.

Nosso pai e avô materno eram benzedores. Pegavam galhos de determinadas ervas e, enquanto balbuciavam preces, passavam-nos sobre feridas, espinhela caída, experiência pela qual passamos diversas vezes, entre outros males. O patriarcado, contudo, demonizou essas práticas curativas.

As estruturas da colonialidade do saber, no contexto contemporâneo, estão ancoradas nas plataformas digitais, sustentadas por uma dependência epistêmica intencional. O populismo relacionado à imagem de determinadas pessoas se amplia; empresas vendem suas ideias e a educação se volta aos interesses dos colonizadores. Diferencia-se apenas pelo método: se antes os jesuítas impunham seu modelo pedagógico, hoje as ferramentas digitais cumprem essa função. Objetivos jesuíticos e digitais se entrelaçam.

A “educação para todos” é uma bandeira levantada ao longo do processo histórico, mas sempre esteve intimamente vinculada aos interesses das grandes corporações. Educação para todos, sim, mas jamais na mesma horizontalidade. As oportunidades foram, e continuam sendo inclinadas conforme a classe social e o contexto econômico. No período em que os portugueses se apoderaram do território que a História oficial denominou “Brasil Colônia”, uma visão eurocêntrica, a educação não era universal. A elite recebia influência dos ideais burgueses oriundos da Europa, enquanto a população majoritária permanecia submetida. Manifestos surgiram no Brasil a partir de herdeiros de fortunas da mineração em Minas Gerais, que, educados em solos europeus, trouxeram ideais de autonomia. No entanto, tais ideais tinham como foco a independência política e econômica em relação à metrópole, não a emancipação popular.

O sistema educacional, desde então, sempre se estruturou a partir dos interesses das elites coloniais. O currículo se molda às tendências comerciais de cada época: ora direcionado ao setor fabril, ora às atividades do campo. Não há preocupação em formar sujeitos autônomos e críticos; o objetivo é preparar mão de obra para sustentar os desejos elitistas. Os que dominam o mercado hoje são, em grande parte, descendentes diretos dos senhores de

engenho.

A colonialidade do saber utiliza os meios disponíveis em cada período histórico para atingir seus fins. As descobertas do fogo e da roda, por exemplo, foram fundamentais para a segurança e para o desempenho das atividades humanas. Assim como o fogo e a roda permanecem sendo o que são, mesmo em diferentes tempos históricos, o colonialismo continua sendo colonialismo, independentemente da época: os objetivos permanecem os mesmos; o que muda são as estratégias para atingi-los.

Hoje, a vantagem para os setores que lucram com o apagamento das tradições culturais é o globalismo digital, que amplia a abrangência e acelera o processo de invisibilização dos saberes.

Quando a Liga de Higiene Mental proibiu cultos e rituais religiosos, em toda a Obambo surgiram traficantes de obia, tatuagens temporárias que simulavam o transe divino, davam sensação de êxtase aos usuários e eram ativadas com uma gota de sangue. O transe artificial ferrava o cérebro dos usuários. A maior parte se tornava viciada rapidamente, e, quando o efeito passava, as pessoas eram tomadas por um medo absurdo, um sentimento de vazio e de quase morte. Com muito tempo de uso, os viciados se sentiam de fato mortos, corrompidos na alma. A droga, é claro, tinha sido criada no Distrito. Uma comunidade que nem água tinha para todo mundo, como Obambo, nunca conseguiria tecnologia para testes com drogas neurológicas como aquela. (Santos, 2023, p. 75)

A Liga da Higiene Mental, ao absorver os conhecimentos dos povos indígenas e africanos, teve como objetivo apagar suas memórias. As chamadas “drogas neurológicas” representaram a usurpação de suas técnicas, ao mesmo tempo em que foram substituídas por substâncias que beneficiavam os colonizadores.

A colonialidade tradicional se apoiou na coleta de dados de forma presencial. A medicação fitoterápica dos ancestrais, entre outros saberes, foi cuidadosamente extraída por meio de conversas “amenas”, mas carregadas de interesses. A escolha de destacar a fitoterapia não é casual: acreditamos que a base econômica da colonização, em muitas dimensões, esteja associada ao lucro proveniente da doença e da medicação. Assim, enquanto os encontros aconteciam no cotidiano das trocas culturais, os colonizadores, vorazes, apropriavam-se das ervas medicinais e de suas propriedades, registrando esses conhecimentos em patentes e revestindo-os com nomenclaturas científicas para ocultar sua origem popular.

Essa ênfase nas ervas também se conecta à nossa própria vivência. Crescemos em um contexto em que a farmácia estava mais presente nas matas ao redor e nos quintais de nossas casas do que em prédios denominados drogarias. Do poejo às folhas de pitanga, vivíamos cercados por uma abundância de ervas que, combinadas de forma adequada, resultavam em chás e xaropes eficazes. Esse patrimônio imaterial, construído ao longo de gerações, foi

apropriado, embalado e comercializado.

Não se trata aqui de rejeitar a ciência. As pesquisas são fundamentais, e muitos medicamentos foram e continuam sendo desenvolvidos com base em investigações científicas sérias. Contudo, é evidente que os saberes ancestrais vêm sendo sistematicamente invisibilizados. Para que os laboratórios que utilizam as ervas como matéria-prima possam ampliar e manter sua lucratividade, é necessário que esses conhecimentos sejam descartados e esquecidos no imaginário coletivo.

Todo colonizado – isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local – se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana. O colonizado tanto mais se evadirá da própria selva quanto mais adotar os valores culturais da metrópole. Tão mais branco será quanto mais rejeitar sua escuridão, sua selva. (Fanon, 2020, p. 32)

A colonialidade abraçou os cotidianos dos colonizados em sua totalidade. Todas as áreas do conhecimento foram criteriosamente analisadas, não com o intuito de reconhecer seus valores, mas de criar problemas em torno deles para, em seguida, oferecer soluções apresentadas como “inovações”, soluções estas, fundamentadas justamente nas experiências e modos de vida dos povos que tiveram seus territórios e sua privacidade invadidos.

A alimentação saudável, profundamente conectada à vida dos povos indígenas, foi gradualmente substituída. Essa substituição, uma colonialidade do modo alimentar, reverberou de forma negativa entre os povos tupiniquins. Entretanto, sob a lógica colonial, os “supremos” colonizadores passaram a incorporar em sua própria dieta raízes e frutos de alto valor nutritivo, como as castanhas, que antes compunham fartamente a alimentação indígena, mas, que hoje, são exportadas ou comercializadas a preços inacessíveis para aqueles que outrora as tinham em abundância.

Os objetivos coloniais permanecem: adoecer por meio da má alimentação e vender a cura, manipulando matérias-primas utilizadas por nossos ancestrais. Essas mesmas substâncias, agora processadas em laboratórios, geram vantagens econômicas e são comercializadas nas drogarias, fortalecendo, ainda mais, o setor farmacêutico. Eis o motivo do silenciamento dos saberes tradicionais: difunde-se o discurso de que o fitoterápico só é válido quando medido e regulado cientificamente. O curioso é que, por séculos, essas medidas já eram corretamente aplicadas por aqueles que conheciam profundamente a natureza e suas potencialidades.

Nesse sentido, não apenas a prática manual, mas também a transmissão de saberes cotidianos que atravessam gerações, revela, em si uma dimensão pedagógica potente:

aprender fazendo, experimentar, reinventar os usos e reaproveitar recursos. Em contraste com a lógica industrial e automatizada, o trabalho manual se ancora na autonomia, na inventividade e na materialidade concreta do mundo vivido.

Figura 16 - Cena do filme tempos modernos



Fonte: Google

No filme *Tempos Modernos* (1936), de Charles Chaplin, essa tensão entre o trabalho manual e a lógica industrial é retratada de forma contundente. A figura de Carlitos, engolido pela engrenagem da fábrica, simboliza a alienação do trabalhador frente à mecanização extrema, na qual os gestos humanos passam a ser ditados pelo ritmo das máquinas. O corpo, antes dotado de autonomia e criatividade, é reduzido à peça de uma engrenagem maior, servindo ao capital.

Esse contraste nos permite refletir sobre como a prática manual e os saberes cotidianos, baseados na experimentação e na transmissão cultural, resistem à homogeneização imposta pela industrialização e, hoje, pela digitalização. Enquanto a fábrica de Chaplin exigia movimentos repetitivos e cronometrados, as práticas artesanais e comunitárias exigem tempo, atenção, improviso e cuidado, dimensões que não podem ser integralmente traduzidas em números, métricas ou algoritmos.

Assim, ao refletirmos o colonialismo de dados, percebemos como o que se atualiza é a mesma lógica de padronização e controle que *Tempos Modernos* denunciava. Se antes eram as máquinas industriais que engoliam o trabalhador, hoje são as plataformas digitais que engolem os sujeitos, modelando comportamentos e ritmos de vida. Ainda assim, a prática manual, assim como as cenas de resistência de Carlitos, aponta para brechas possíveis: espaços em que a inventividade humana insiste em escapar da máquina, reafirmando a

potência pedagógica do fazer, do criar e do reinventar.

No contexto mais amplo da reflexão sobre colonialismo de dados, essa perspectiva nos recorda que, assim como os corpos e saberes artesanais foram historicamente subalternizados diante da máquina e à técnica industrial, hoje os saberes manuais e locais enfrentam novas formas de desvalorização frente à supremacia dos dados digitais, dos algoritmos e das plataformas. Ainda assim, resistem como práticas de criação, solidariedade e identidade cultural.

Na era das conexões em rede, a colonialidade dos saberes permanece com as mesmas técnicas, vantagens e superioridade de grupos, sustentando a monopolização. No entanto, podemos considerar seus efeitos ainda mais avassaladores no que tange à plataformização: acoplou-se todo o conhecimento em um espaço único, e dele são emitidas regras de forma sutil e atraente. Tudo o que necessitam para dominar é voluntariamente depositado nos bancos de dados.

Em uma de nossas matrículas, trabalhamos com crianças do Maternal I. Neste mês de agosto de 2025, a maioria delas encontra-se com problemas de saúde no trato respiratório. Uma das auxiliares da escola fez uma observação que nos levou a refletir: J associou a turminha à baixa imunidade, diante dos frequentes afastamentos por questões de saúde. Considerando os lanches consumidos por essas crianças, fica a indagação: a baixa imunidade é fato aleatório ou resultado de estratégias ocultas nas propagandas de alimentos não saudáveis, conduzidas até as lancheiras?

As plataformas criaram nossas identidades digitais. Não nos referimos aos documentos oficiais de identificação, como Cadastro de Pessoas Físicas, Carteiras de Identidade, Habilitação e de Trabalho, ou quaisquer outros documentos que contenham filiação, datas e características. Essas identidades digitais vão além disso: carregam nosso “DNA” de posturas, saúde e informações básicas de consumo.

Fatos que, em outros formatos de colonialidade, de certa forma se subdividiam, agora se concentram em um único canal no contexto da cibercultura: a plataformização. O termo remete às mesmas bases estruturais, mas varia de acordo com as instituições. Nas financeiras, prevalece um discurso de segurança que encobre exclusões; na educação, pouco se considera o público heterogêneo. Gravaram-se vídeos que permanecem disponíveis sequencialmente por anos em alguns casos.

A plataformização apresenta ancoragens distintas: não flui na mesma horizontalidade. Seus objetivos divergem: vigilância, controle e coleta de dados com pretensões protecionistas de grupos dominantes. Há projetos educacionais plataformizados que tratam o público como

homogêneo, oferecendo materiais gravados sem possibilidade de interação ou mediação. E ainda que o discente esteja com atividades pendentes, recebe notificações sobre questões financeiras, enquanto prazos ultrapassados para tarefas acadêmicas não recebem a mesma atenção.

Os conceitos e objetivos da colonialidade do saber permanecem com as mesmas intencionalidades; o que mudou foi o órgão gestor. O acesso à internet possibilitou meios de dominação em massa, de forma instantânea, reproduzindo epistemologias minoritárias, mas de longa abrangência, validando práticas intencionais de controle.

2.3 Racismo Algorítmico e Eurocentrismo Tecnológico

O racismo é um dos elementos que alimentam e promovem o ódio, a desvalorização, a exclusão, a humilhação e a rotulação. Ou seja, foi e continua sendo causa de *apartheid*. O racismo não é algorítmico; é a essência humana incorporada a este serviço.

Lembramo-nos de dois episódios claros, outros não foram tão explícitos. Em um deles, ainda criança, estávamos em uma residência onde todas as pessoas eram brancas. Duas meninas nos chamaram para brincar. A parte que recordamos da “brincadeira” era que deveríamos abraçar o macaco. Não sabíamos do que se tratava. Na primeira vez, uma delas nos abraçou, dizendo que consistia em ver quem abraçaria mais rápido. Passada essa primeira fase, iniciou-se a segunda. Em nosso imaginário, acreditávamos que a referência ao macaco não estava relacionada à cor da pele, por isso decidimos prosseguir. Mas constatamos que nossa suposição estava equivocada quando, na segunda fase, a mesma menina que havia nos abraçado antes nos abraçou novamente. Isso gerou discussões entre elas, com acusações de que ela já tinha nos abraçado.

Eles passavam despejando sobre nós expressões depreciativas, como “macacos acomodados” (“porch monkeys”), tanto para mostrar desprezo quanto para mais uma vez conjurar a iconografia racista ligando a negritude com a natureza e com animais selvagens. (Hooks, 2022, p. 185)

Não nos chamaram de macaco diretamente, mas nem precisavam fazê-lo: as atitudes substituíram as palavras. Ao entendermos que apenas nós éramos o macaco, e que o macaco não poderia ser as três, imediatamente paramos a brincadeira, sob olhares desapontados e lamentações de que não faria mais sentido continuar.

O segundo episódio direto ocorreu quando resolvemos fazer mechas claras nos cabelos. Uma pessoa de nosso convívio, de pele, olhos e cabelos claros, dirigiu-se a nós dizendo que expressávamos o desejo de sermos brancas. Respondendo, questionamos o

porquê de ela se deitar ao sol para tentar atingir nosso tom de pele. Da mesma maneira que ela tinha o direito de se bronzear, nós também poderíamos utilizar a cor que bem entendêssemos nos cabelos, conscientes de que o fizemos sem o objetivo de obter a cor de sua pele, pois não há tinta para isso. Apenas quisemos prevalecer nossa livre escolha.

Vale ressaltar que essa pessoa não tinha letramento racial, uma vez que seu núcleo familiar é composto por variados biotipos. Outro fato ligado a essa mesma pessoa foi o comentário que teceu acerca de alguém que apresentava os primeiros sinais de vitiligo: disse que a pessoa estava realizando o sonho de ser branca.

Esses exemplos reforçam o fato de que o racismo algorítmico representa o humano que está por trás da máquina.

Àquela altura, desorientado, incapaz de sair por aí com o outro, o branco implacável que me aprisionava, fui para longe da minha própria presença, muito longe, e me fiz objeto. O que mais seria isso para mim, senão um deslocamento, uma extração, uma hemorragia que fazia sangue negro coagular por todo o meu corpo? Mesmo assim, eu não queria essa consideração, essa tematização. Queria simplesmente ser um homem entre outros homens. Queria ter chegado lépido e jovial a um mundo que fosse nosso e que juntos construíssemos. (Fanon, 2020, p. 128)

A IA é formada por dados matemáticos que não surgem do nada; são gerados por pessoas e incorporam suas tendências. O nazismo tirou vidas em nome do arianismo sem a ajuda da inteligência artificial disponível hoje em dia. Se contasse com as tecnologias atuais, a devastação de vidas teria sido ainda maior. Hoje, a segregação é letal e tão silenciosa quanto as câmaras de gás do Holocausto, com um agravante: afeta um número ainda maior de pessoas.

Poderíamos dizer que, no mundo conceitual branco, é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-programado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontados/os não são realistas, tampouco gratificantes. Que alienação, ser-se forçada/o a identificar-se como os heróis que aparecem como brancos e rejeitar os inimigos, que aparecem como negros. (Kilomba, 2019, p. 39)

As imagens da negritude são representadas pelos algoritmos, arraigados aos vieses de seus programadores, que acabam remetendo às bases coloniais escravistas, modelando-nos e, em muitos casos, nivelando-nos a sujeitos perigosos, de pouco valor e de saberes rasos. O perigo maior está no fato de que essas representações não se limitam ao campo simbólico, mas produzem efeitos concretos: decisões automatizadas que negam crédito, que intensificam a vigilância policial em territórios racializados, que filtram currículos em processos seletivos ou que reforçam estereótipos em campanhas publicitárias globais.

O colonialismo de dados, assim, prolonga a herança racista da modernidade colonial,

agora recodificada em linhas de código e estatísticas aparentemente neutras. A matemática, tomada como verdade incontestável, mascara os mecanismos de exclusão, tornando a violência racial ainda mais difícil de ser denunciada, já que se apresenta como simples “resultado técnico”. A neutralidade algorítmica é, portanto, um mito funcional que mantém as hierarquias raciais sob o verniz da objetividade científica.

Nesse sentido, a crítica de Kilomba (2019) se atualiza no contexto digital: ser forçado a se reconhecer em imagens distorcidas, a ter seu corpo classificado e categorizado como risco, ameaça ou marginalidade, é uma forma de violência simbólica que se soma às materialidades do racismo estrutural. A alienação não é apenas estética, mas também ontológica: quando os sistemas de inteligência artificial passam a definir o que somos e o que podemos ser, limitam horizontes de existência e de futuro.

O que é notável é que o algoritmo só demonstra o racismo em certos momentos. Em outros, ele disfarça-se sob a capa da neutralidade e da eficiência técnica, como se operasse de forma imparcial. Essa intermitência é um dos aspectos mais perversos do colonialismo de dados, pois cria a ilusão de que a discriminação é um acidente pontual, e não parte constitutiva do sistema. Assim, quando um resultado discriminatório aparece, como o enquadramento de pessoas negras em categorias associadas à criminalidade, ou a dificuldade de reconhecimento facial, a explicação oferecida recai sobre falhas técnicas, e não sobre a lógica racista estrutural que atravessa os próprios bancos de dados e os modelos de programação.

Racismo, no nível individual, pode ser visto como um modelo de previsão zunindo em bilhões de mentes humanas ao redor do mundo. É construído a partir de dados incompletos, defeituosos ou generalizados. Quer venha de experiências próprias ou de boatos, os dados indicam que certos tipos de pessoas se comportam mal. Isso gera uma previsão binária de que todas as pessoas daquela raça irão se comportar da mesma forma. (O’NEIL, 2020, p. 37)

Esse caráter “ocasional” do racismo algorítmico reforça sua naturalização. Ele se manifesta quando menos se espera, produzindo constrangimento, exclusão ou violência simbólica e material, mas volta a se esconder atrás de interfaces limpas, gráficos coloridos e promessas de inovação. É como se o racismo se camuflasse em silêncio, emergindo apenas em momentos de fricção, mas nunca deixando de estruturar o tecido do sistema.

Nessa dinâmica, o que se oculta é justamente a permanência da colonialidade: a lógica que constrói corpos negros, indígenas e periféricos como “problema” e corpos brancos como “norma” não desaparece, apenas ganha novas roupagens digitais. O algoritmo, portanto, atua como um “capitão do mato” contemporâneo: aparece em determinadas circunstâncias para

vigiar, perseguir e punir, e em outras se oculta, mascarando sua função real de manutenção da ordem colonial.

Os valores patriarcais eurocêtricos persistem por meio dos sistemas digitais, reafirmando-se em algoritmos, plataformas e redes sociais que replicam, em linguagem matemática, as hierarquias de gênero, raça e classe herdadas da modernidade colonial. O que antes era sustentado por discursos religiosos, jurídicos e científicos para justificar a inferiorização da mulher e de grupos subalternizados, hoje é reforçado por métricas de visibilidade, padrões estéticos normatizados e pela lógica do consumo global.

As narrativas de sucesso e de beleza continuam ancoradas em corpos brancos, magros, heterossexuais e masculinos, enquanto identidades dissidentes são constantemente marginalizadas ou hipervisibilizadas de forma estigmatizada. A cultura digital, ao mesmo tempo, em que se apresenta como espaço de liberdade e pluralidade, converte-se em uma vitrine que reproduz o patriarcado em escala planetária, naturalizando opressões e colonizando subjetividades.

Além disso, as plataformas operam por meio de mecanismos de engajamento que premiam discursos conservadores e misóginos, ao mesmo tempo em que silenciam vozes críticas ou as confinam em bolhas de difícil alcance. Assim, a colonialidade patriarcal se adapta ao ambiente digital: já não depende apenas de instituições explícitas de controle, mas se infiltra nas lógicas algorítmicas que organizam o que é visto, ouvido e legitimado como “universal”.

Desse modo, os valores patriarcais eurocêtricos permanecem vivos, agora travestidos de modernidade tecnológica, sustentando uma narrativa de progresso que, no fundo, serve para manter intocados os privilégios daqueles que historicamente sempre ocuparam o topo da pirâmide social, replicando assim também, os preconceitos raciais existentes na sociedade pela inteligência artificial.

Figura 17 - Racismo algorítmico



Fonte: Redes sociais/reprodução, Renata Souza @renatasouzario

Ainda em 2023, a deputada Renata Souza denunciava o racismo algorítmico como uma das expressões mais recentes e sofisticadas da violência estrutural no Brasil. Em sua fala, destacava que os sistemas de inteligência artificial, vinham, na prática, aprofundando desigualdades, pois os vieses de identificação recaíam desproporcionalmente sobre corpos negros. Essa denúncia não apenas evidenciava a continuidade do racismo estrutural nas tecnologias digitais, mas também chamava a atenção para o fato de que o colonialismo de dados não é um fenômeno distante: ele atravessa cotidianamente as periferias, as favelas e as vidas de quem já é historicamente vulnerabilizado.

Racismo algorítmico! Ao criar uma arte inspirada nos pôsteres da Disney, me deparei com uma imagem gerada a partir de Inteligência Artificial que me retratava como uma mulher negra com uma arma na mão. A descrição pedida era de uma mulher negra, de cabelos afro, com roupas de estampa africana num cenário de favela. E essa foi a imagem gerada. Não pode uma mulher negra, cria da favela, estar num espaço que não da violência? O que leva essa “desinteligência artificial” a associar o meu corpo, a minha identidade, com uma arma? Em um mundo forjado pela branquitude, que tem o domínio sobre as tecnologias, a reprodução da estrutura racista se dá em todos os espaços e ferramentas. Não há isenção ou imparcialidade, é claramente racismo algorítmico. Enquanto presidenta da CPI do Reconhecimento Fotográfico observo o quanto pessoas negras podem ser vitimadas por mecanismos, como o reconhecimento facial, mesmo sendo inocentes. O imaginário de violência nas favelas e de criminalização de corpos e territórios negros também está presente em tecnologias, o que coloca em risco a segurança de pessoas negras. É preciso rever essas tecnologias e procedimentos. #MandataRenataSouza, #LuteComUmaPreta, #VidasNegrasImportam. (SOUZA, 2023, s.p.)

O caso mencionado acima envolveu uma pessoa pública, representante do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, situações semelhantes acontecem todos os dias com pessoas anônimas que, na maioria das vezes, não têm conhecimento dos mecanismos empregados nas plataformas digitais desregulamentadas.

O chão da escola é cenário cotidiano de várias formas de discriminação, que não só causam violência psicológica, mas também podem levar à violência física, pois, quando as pessoas são tratadas de maneira pejorativa, tendem a reagir com agressão.

As marcas deixadas por uma sociedade supremacista, com objetivos capitalistas, que criou a outridade negra, manifestam-se nas feridas abertas e nas dores viscerais dos antepassados, repassadas e sentidas com a mesma intensidade. A reação defensiva diante de algo criado para diminuir resulta na dor aguda da rejeição, na sensação de ser relegado a um ser que apenas serve, privado de direitos, respeito e compaixão.

Quando um ataque verbal racista não é seguido de represálias contra o autor, a dor se reflete no rosto de quem o recebe. Em uma experiência, durante uma aula que ministramos, um aluno de pele clara chamou um colega de “beijo de macaco”. Não houve retaliação, mas o olhar de P. se entristeceu, e ele ficou cabisbaixo. Fizemos uma análise abrangente do ocorrido e levamos o caso a uma instância superior. Foram feitos registros, e o agressor pediu desculpas, alegando que foi “sem querer”. De modo geral, as escolas não estão preparadas para lidar com essas situações de forma completa. É fundamental que a pedagogia da desconstrução entre nos ambientes escolares.

Os desafios enfrentados pelos docentes aumentam diante do alcance da inteligência artificial e, muitas vezes, eles ficam paralisados, sem saber como lidar com tais situações. Em alguns casos, são também alvos de discriminação por serem negros.

O fato racista envolvendo a representante do Legislativo Estadual evidencia o desejo da elite de continuar segregando negros, povos indígenas e periféricos em espaços criados sob a perspectiva eurocêntrica. As melhores posições são consideradas exclusivas, e o sistema se mostrou eficaz em barrar o acesso, por meio de campanhas publicitárias que perduraram por anos. Nessas propagandas, apenas pessoas brancas eram retratadas como bem-sucedidas, enquanto os demais — negros e indígenas — eram completamente invisibilizados. Quando finalmente passaram a aparecer na mídia, os papéis que lhes eram atribuídos eram os de escravizados, serviços ou delinquentes.

Ao analisar criticamente as oportunidades apresentadas em novelas, filmes e programas humorísticos, é possível identificar a pedagogia doutrinária, que constrói no imaginário social, o “seu lugar”: o convencer pela repetição.

Os filmes que fundamentaram o desenvolvimento da pesquisa utilizam diferentes meios e épocas, mas compartilham os mesmos objetivos: o termo neo sempre precede as formas opressoras. A falta de representação em interfaces digitais é uma estratégia que a elite utilizou no passado, combinada com outras táticas, para desmotivar. Cada ação é meticulosamente planejada para criar o sentimento de não pertencer e de não poder acessar.

Por isso, é importante que a representação seja constante, como no caso da jornalista e apresentadora Aline Aguiar, que apresentou o Jornal Nacional — usando tranças em um gesto poderoso contra o preconceito sofrido por uma menina negra, hostilizada por estar com o penteado. Esse episódio não se restringe a um ato individual: trata-se de um posicionamento político e simbólico que tensiona as normas eurocêntricas de estética e identidade ainda reproduzidas nos meios de comunicação.

Figura 18 - Representatividade



Fonte: créditos/Rede Social.

A presença de Aline Aguiar com tranças, em um dos telejornais de maior audiência do

país, reafirma que a visibilidade negra não pode ser episódica, mas cotidiana, plural e reconhecida em sua diversidade. Mais do que um penteado, as tranças carregam memórias ancestrais, resistência cultural e afirmação identitária, funcionando como contraponto à colonialidade que insiste em padronizar corpos e silenciar diferenças.

Esse gesto midiático revela também como a disputa por narrativas se dá não apenas no plano da tecnologia e dos algoritmos, mas nas imagens que circulam, nos símbolos que se tornam públicos e no poder de romper com a lógica colonial da invisibilidade. Cada vez que uma figura negra ocupa espaço de destaque e ressignifica marcas culturais, abre-se uma fissura na estrutura de poder que sustenta o racismo.

Mas como o tratamento negligente persiste, enquanto as tecnologias evoluem, o racismo estrutural permanece intacto. Os algoritmos não surgem por acaso; são desenvolvidos a partir dos vieses racistas de seus programadores, que podem e devem ser tensionados em etnométodos de análise que revelem como essas estruturas de poder se perpetuam em códigos, bancos de dados e sistemas de classificação.

Por meio dos nossos etnométodos, podemos evidenciar os modos como esses cotidianos são organizados e naturalizados, o que nos permite compreender que as escolhas aparentemente neutras da programação são, na verdade, carregadas de valores, intenções e pressupostos históricos. Não se trata apenas de “erros técnicos”, mas da atualização de uma longa tradição de exclusão e marginalização, agora traduzida em linguagem computacional.

Dessa forma, trazer os etnométodos para a discussão sobre colonialismo de dados é essencial, pois nos possibilita identificar os momentos em que a inteligência artificial reforça desigualdades, invisibiliza identidades ou hierarquiza sujeitos. É um caminho metodológico para desvelar a colonialidade embutida nos sistemas digitais e, ao mesmo tempo, propor contra usos e alternativas pedagógicas.

Nesse sentido, a docência crítica pode se apropriar desses dispositivos analíticos não para rejeitar a tecnologia em si, mas para formar educandos capazes de reconhecer as armadilhas do racismo algorítmico, questionar a “neutralidade” dos sistemas e reivindicar uma cibercultura plural, justa e representativa, como veremos a seguir.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA CIBERPESQUISA-FORMAÇÃO

A ciência está para o ser humano assim como o ser humano está para a ciência. Os passos do ecossistema são definidos pelas descobertas, resultantes de pesquisas que revolucionaram e ainda revolucionam, modos de sobrevivência, de produção e de concepção de mundo. Foi pela observação do entorno que o homem passou do nomadismo ao sedentarismo, ao perceber que poderia semear e colher os alimentos antes apenas coletados na natureza. Dessa forma, deixou de se deslocar constantemente em busca de recursos vegetais essenciais para a sobrevivência.

Na verdade, o fazer científico é concomitante à própria existência humana: a partir do momento em que o homem utiliza objetos como extensão de seu corpo, a ciência se faz presente. Ao longo do tempo, a pesquisa científica proporcionou melhores condições em todos os âmbitos e seguirá produzindo avanços. Os antídotos que trouxeram e continuarão trazendo, soluções encontram-se no mesmo espaço onde surgiram situações danosas. Nesse cenário, a ciência se apresenta de forma majestosa. Nenhuma descoberta nasce com finalidade destrutiva.

A internet e o uso de plataformas digitais são de suma importância para o desenvolvimento; o problema está nas entrelinhas, no modo como grupos específicos utilizam essas interfaces para assegurar privilégios. Nesse espaço, a ciência investiga como o colonialismo de dados impacta a vida cotidiana das pessoas e quais aspectos precisam ser debatidos para a compreensão do fenômeno.

A ciência, nesse sentido, não pode ser vista apenas como neutralidade ou progresso, mas como campo de disputas em que diferentes interesses se confrontam. Se por um lado possibilita avanços no campo da saúde, da comunicação e da mobilidade, por outro, pode ser apropriada para reforçar desigualdades, sustentar poderes hegemônicos e legitimar exclusões. É justamente nesse ponto que o colonialismo de dados se insere: como apropriação científica e tecnológica por parte de corporações que transformam rastros digitais em capital, perpetuando a lógica de exploração.

Ao investigar o impacto do colonialismo de dados no cotidiano, a ciência se vê diante de uma encruzilhada: ou reafirma a colonialidade, ao servir de aparato para manter privilégios, ou se coloca como prática de libertação, abrindo-se para epistemologias plurais, decoloniais e comunitárias. A questão não é rejeitar os avanços, mas problematizar a quem servem, quem os controla e quais vidas são beneficiadas ou descartadas por eles.

A cibercultura, nesse contexto, se torna espaço estratégico de análise e intervenção. É nela que a docência e a pesquisa precisam atuar, desvelando como algoritmos moldam comportamentos, como plataformas modulam a produção de conhecimento e como os rastros digitais são apropriados para fins econômicos e políticos. Trata-se de tensionar a própria noção de ciência, resgatando-a como prática humana que deve estar comprometida com a justiça social e a emancipação, e não apenas com a rentabilidade ou com a reprodução dos valores eurocêntricos.

Nesse sentido, quando escolhemos realizar a pesquisa junto aos discentes com do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no âmbito das disciplinas *Cibercultura e Educação e Teorias e Política Curricular*, ministradas pela professora Edméa Oliveira dos Santos, buscamos não apenas analisar o fenômeno do colonialismo de dados em sua dimensão abstrata, mas também situá-lo nas práticas pedagógicas concretas. A escolha desse público não foi aleatória: trata-se de futuros professores que, em sua trajetória formativa, já são convocados a refletir criticamente sobre as relações entre tecnologia, educação e sociedade.

O espaço da sala de aula, nesse contexto, torna-se um campo vivo em que se cruzam diferentes experiências com plataformas digitais, seja no uso cotidiano das redes sociais, seja na adaptação forçada ao ensino remoto durante a pandemia, seja ainda nas tentativas de ressignificar recursos tecnológicos em práticas educativas críticas. Trabalhar com esse grupo significa, portanto, olhar para sujeitos que não apenas vivenciam a cibercultura, mas que também serão agentes multiplicadores na mediação de saberes escolares.

O método utilizado foi a Pesquisa-Formação na Cibercultura, com base no dispositivo Cineclube. Segundo Santos (2010), o cineclube é um dispositivo formativo e cultural que reconhece o cinema e seus usos como possibilidades formativas multirreferenciais. As narrativas cinematográficas articulam saberes fundamentados nas ciências, nos cotidianos, na filosofia e nas artes em geral. Além disso, apresentam estéticas variadas, estruturadas em gêneros diversos (ficção, documentário, animação, entre outros), articulando em seus produtos e processos três linguagens fundamentais: imagens, sons e textos.

Ao trazer o cineclube como eixo metodológico, a pesquisa assume a potência da arte cinematográfica como provocadora de diálogos e reflexões críticas. Não se trata apenas de assistir a filmes, mas de utilizá-los como disparadores de debates, questionamentos e ressignificações de experiências. Cada exibição configura-se como um espaço-tempo de partilha em que os estudantes, mediados pela docente, se colocam em relação com as

narrativas e constroem sentidos coletivos, tensionando suas próprias visões de mundo.

Nessa perspectiva, o cineclube rompe com a lógica transmissiva da educação tradicional, pois insere o discente como protagonista do processo formativo, capaz de elaborar leituras críticas que atravessam os muros da universidade e se projetam para a vida cotidiana. Ao mesmo tempo, o dispositivo permite articular cinema, educação e cibercultura, uma vez que as discussões não se encerram no momento da exibição, mas se expandem em plataformas digitais, redes sociais e outros ambientes virtuais de aprendizagem.

Assim, a Pesquisa-Formação na Cibercultura encontra no cineclube um espaço fértil de experimentação pedagógica, no qual se exercita o diálogo freireano, a multirreferencialidade e a crítica às colonialidades persistentes. O cinema, ao mobilizar sensibilidades e estimular leituras plurais, torna-se um meio potente para desvelar o colonialismo de dados e pensar alternativas educativas que o enfrentam.

Na educação, a IA tem contribuído no processo de aprendizagem dentro e fora da sala de aula, e constitui-se como uma área de pesquisa multi e interdisciplinar. A partir dela é possível verificar abordagens de ensino que se adequem aos estilos de aprendizagem dos alunos, bem como apoiar o professor na tomada de decisões pedagógicas. (Mariz et al., 2021, p. 22)

Na ciberpesquisa-formação, confrontam-se, portanto, as duas faces da Inteligência Artificial (IA): de um lado, sua potência como ferramenta de apoio a processos pedagógicos que ampliam a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, possibilitando práticas mais inclusivas, criativas e equitativas; de outro, sua face voltada ao sensacionalismo e ao mercado, em que o valor não está na qualidade do conteúdo, mas em sua capacidade de gerar engajamento, lucro e visibilidade.

Esse duplo movimento evidencia a tensão entre emancipação e colonização. Quando a IA é mobilizada de forma crítica e ética, pode contribuir para democratizar o acesso ao conhecimento, auxiliar na construção de recursos acessíveis, apoiar alunos com deficiência, mediar processos de ensino-aprendizagem em diferentes contextos culturais e favorecer a personalização da trajetória formativa. No entanto, quando subordinada às lógicas do capital, converte-se em mera ferramenta de manutenção de privilégios, reforçando desigualdades e reproduzindo discursos hegemônicos: aquilo que Freire (1996) denominaria como “educação bancária”, agora em versão algorítmica dos bancos de dados.

Essa ambivalência não é acidental: ela reflete a própria colonialidade inscrita nos dispositivos digitais. Enquanto anunciam neutralidade e inovação, tais ferramentas carregam intencionalidades que precisam ser desveladas pela docência crítica. Nesse sentido, a ciberpesquisa-formação não busca apenas experimentar a IA em sala de aula, mas

problematizar suas implicações, tensionando o que revela e o que oculta.

Assim, o desafio que se impõe à docência na cibercultura é o de transitar entre essas duas faces, utilizando a IA como aliada para práticas emancipatórias e, ao mesmo tempo, formando sujeitos capazes de resistir à sua apropriação colonial. Trata-se de um movimento dialógico, que se ancora na leitura crítica de mundo e na recusa a aceitar a tecnologia como destino inevitável, mas sim, como construção humana, social e política.

3.1 Pesquisa-Formação na cibercultura como opção político-metodológica

Optar pela pesquisa-formação na cibercultura foi, portanto, um ato de enfrentamento ao colonialismo de dados, pois a intencionalidade não se restringiu a analisar criticamente as tecnologias digitais, mas também a criar espaços de diálogo e reflexão em que os praticantes pudessem se manifestar a partir de suas próprias leituras de mundo. O contato com os filmes disparadores, aliado às provocações elaboradas no processo formativo, possibilitou que emergissem narrativas plurais, revelando como o fenômeno do colonialismo digital atravessa experiências concretas, subjetividades e cotidianos.

Esse movimento rompe com a lógica colonial de uma ciência que “fala sobre” sujeitos de pesquisa e assume a postura freireana, de uma ciência que “fala com” os sujeitos, reconhecendo-os como coautores e produtores de conhecimento. Cada debate desencadeado pelo cineclube tornou-se espaço de denúncia e resistência, em que os discentes puderam identificar, nas tramas cinematográficas e nas próprias plataformas digitais, as marcas da colonialidade que insistem em naturalizar exclusões e hierarquias.

A escolha metodológica, portanto, é também uma escolha política, deslocando-se o foco da coleta fria de dados para a produção coletiva de sentidos, na qual os estudantes não são apenas informantes, mas praticantes reflexivos que tensionam as estruturas coloniais da cibercultura. Dessa forma, a metodologia se constitui também como prática decolonial, que confronta os modelos hegemônicos de investigação e reivindica a legitimidade dos saberes situados, multirreferenciais e insurgentes.

As ações propostas se distanciaram, assim, das perspectivas centradas na lógica colonial, que historicamente privilegiaram a transmissão unidirecional de conteúdos e a reprodução de epistemes hegemônicas. Ao contrário, foram buscadas práticas que valorizassem a participação ativa dos estudantes, a escuta sensível e o diálogo horizontal, reconhecendo a pluralidade de saberes e experiências. Essa escolha implicou tensionar não apenas os conteúdos, mas também as formas de ensinar e aprender, recusando a neutralidade

pedagógica e evidenciando que toda prática educativa é atravessada por intencionalidades políticas.

Nessa direção, a pesquisa-formação na cibercultura assume uma postura insurgente, ao propor ações que resgatem vozes historicamente silenciadas e evidenciam as contradições presentes na cibercultura. No lugar naturalizar o uso de plataformas digitais como instrumentos neutros de ensino, busca-se revelar seus mecanismos de dominação e exclusão, ao mesmo tempo em que busca-se suas brechas para a criação de práticas emancipatórias.

Distanciar-se da perspectiva colonial, portanto, significou aproximar-se de uma pedagogia crítica, que entende o conhecimento não como dado pronto, mas como construção coletiva. Significou, também, assumir a responsabilidade de formar docentes que não apenas utilizem tecnologias, mas que sejam capazes de problematizá-las, reconhecendo tanto seus limites quanto suas possibilidades.

Como conceito, a internet não é uma foto nítida e em alta resolução da realidade; ela se parece mais com uma das manchas do teste de Rorschach. Assim, dependendo de quem contempla a imagem, e de qual é sua agenda político-ideológica, podem variar muito as lições que dali são extraídas. (Morozov, 2018, p. 21)

Portanto, é necessário analisar e questionar o funcionamento da internet e suas múltiplas facetas, que atraem usuários de maneira voraz e reverberando os interesses das corporações que administram as plataformas digitais por meio de estratégias ilusórias. O objetivo não foi fixar-se nas produções com a intenção de garantir benefícios apenas para o órgão pesquisador; imersão, reflexão, coautoria e voz foram compreendidas como ferramentas destinadas a esclarecer as distorções na imagem da internet.

A afetividade, pilar fundamental da educação, estabelece-se no trabalho com pessoas reais, em salas de aula presenciais. Essa dinâmica possibilita a troca de conhecimentos, por meio da qual os participantes reconhecem a validade de seus saberes cotidianos, bem como a relevância de suas dúvidas e contribuições. A humanização do ambiente presencial contrapõe-se às abordagens padronizadas e prontas oferecidas pelas plataformas digitais de ensino.

A formação em rede, por meio de dispositivos que conectam os participantes e os reconhecem como indivíduos culturais, sem a necessidade de hierarquização, permite que o saber seja convergente. Não há um saber superior; o conhecimento é um elemento fundamental que se aprimora com as contribuições de cada um. Nesse movimento, desloca-se a centralidade do professor como detentor exclusivo do saber e amplia-se a noção de docência compartilhada, na qual todos os sujeitos da prática formativa têm algo a oferecer e

a aprender.

Nessa perspectiva, dialoga-se diretamente com a ideia de multirreferencialidade, em que os saberes não são hierarquizados, mas entrelaçados, formando uma teia de significações que reconhece a complexidade do mundo vivido. A rede, nesse sentido, não é apenas tecnológica, mas também simbólica e social: conecta experiências, histórias, memórias e conhecimentos diversos, produzindo aprendizagens que dificilmente seriam possíveis em modelos centralizados e coloniais.

Ao se reconhecer cada participante como indivíduo cultural, rompe-se com a lógica de silenciamento que marcou a modernidade colonial e suas práticas pedagógicas tradicionais. A convergência de saberes não elimina as diferenças, mas as acolhe como parte constitutiva do processo formativo, transformando a diversidade uma potência, e não em um obstáculo.

Assim, a formação em rede torna-se não apenas uma metodologia, mas uma postura ética e política diante do colonialismo de dados: em vez de reproduzir a verticalidade das plataformas que classificam, segregam e hierarquizam, afirma-se a horizontalidade das trocas, o diálogo crítico e a produção coletiva de sentidos.

3.2 Multirreferencialidade e Práticas Pedagógicas em Rede

Ao longo da história, uma pequena parte do mundo, conhecida como Europa, monopolizou rotas, indústrias, comércio e cultura. Esse monopólio, em todas as suas formas, garantiu benefícios apenas para essa região. A Europa é retratada como a origem de tudo — incluindo o alfabeto, as técnicas de navegação — e como a cultura suprema e predominante.

Os representantes dessa porção de terras saíram mundo afora colhendo informações culturais, práticas esportivas, artesanais, culinária, metalurgia e das construções em geral. Esses conhecimentos passaram por filtros que substituíram a dinâmica das palavras simples, de fácil entendimento no meio em que circulavam as manifestações culturais, por referências que afastavam os sujeitos praticantes de suas próprias vivências. A noção de supremacia criada para dominar continua sendo disseminada, assim como os mitos criados no interior da forma tradicional de colonização, ou seja, os “breguécios” criados continuam assustando a muitos, enquanto favorecem outros.

Na verdade, esses monopólios foram efetivados tendo como premissa a multirreferencialidade, haja vista que, em cada local que adentraram com ares de superioridade, estavam, de fato, se orientando-se pela diversidade, referências múltiplas para

a elaboração de uma “única”. O Norte Global tomou — e ainda toma — posse de saberes num formato de plágio: registrou e passou, e ainda passa, a ser emissor, modelo para além-mar. Tal fato é ilustrado, no contexto da cibercultura, pelos algoritmos tendenciosos, baseados nos mesmos padrões coloniais de outrora. O colonialismo contemporâneo possui potencial instantâneo para dominar; os seus instrumentos são manuseados com as pontas dos dedos e, quanto menor o entendimento acerca de seu funcionamento, maior a devastação: esvaziam a outridade para preenchê-la com o que dela retiraram, amplificando conhecimentos próprios e monopolizando-os.

A boca é um órgão muito especial. Ela simboliza a fala e a anunciação. No âmbito do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, representando o que as/os brancos querem – e precisam – controlar e, consequentemente, o órgão que, historicamente, tem sido severamente torturado. (KILOMBA, 2022, p. 34)

Durante o período tradicional da escravidão, as vozes eram silenciadas à força, e os gritos dos oprimidos abafados por instrumentos de ferro, possivelmente produzidos pelos próprios escravizados, que aplicavam seus conhecimentos de metalurgia contra si mesmos. Na escravização contemporânea, é preciso declarar os próprios desejos para que sejam coletados, submetidos a triagem e utilizados no fortalecimento das grandes corporações do setor digital.

Em outras palavras, as máscaras permanecem, mas agora são invisíveis: discretas, silenciosas e igualmente opressoras.

Pouco se fala sobre classe social nos Estados Unidos, e em nenhum lugar há um silêncio tão intenso acerca da realidade das diferenças de classe quanto nos contextos educacionais. É significativo que as diferenças de classe social sejam particularmente ignoradas nas salas de aula. Desde o ensino fundamental, somos todos encorajados a cruzar o limiar da sala de aula acreditando que estamos entrando num espaço democrático – uma zona livre onde o desejo de estudar e aprender nos torne iguais. E, mesmo que entremos aceitando a realidade das diferenças de classes, em nossa maioria ainda acreditamos que o conhecimento será distribuído em proporções iguais e justas. (Hooks, 2013, p. 235)

As vozes silenciadas foram ganhando força à medida que a opressão passou a ser interpretada e compreendida criticamente, tanto nos ambientes virtuais quanto no formato presencial. Os mecanismos ocultos de dominação começaram a perder sua eficácia, e as desigualdades geradas pela classe dominante passaram a ser reconhecidas, revelando os disfarces presentes nas entrelinhas de sua pedagogia.

A prática pedagógica em rede, que serviu de base para a pesquisa, incentivou os praticantes a valorizarem os diversos tipos de conhecimento e a desenvolver uma visão crítica sobre as tendências que os moldam. O objetivo foi ultrapassar os limites da autoria, criando e ocupando espaços como sujeitos ativos, em vez de simplesmente reproduzir

conceitos coloniais. Trabalhar em rede com diferentes dispositivos multirreferenciais, como cineclube e clube de leitura, representa uma insurgência pedagógica que desafia a utilização de pacotes tecnológicos prontos. Nestes, a principal preocupação é a venda de suas propostas, sem considerar em que medida o indivíduo se tornará crítico. São pacotes visionários e técnicos, voltados para certificações que seguem normas definidas, executando funções sem compromisso real com a aquisição e o aprimoramento de conhecimentos.

Nesse sentido, a multirreferencialidade é um conceito epistemológico que propõe a análise de um objeto ou fenômeno a partir de diferentes referenciais teóricos e disciplinares, rompendo barreiras e utilizando múltiplos olhares para compreender a complexidade do mundo principalmente no contexto educacional. Ardoino (1998), um dos principais formuladores dessa perspectiva, ressalta que a multirreferencialidade não é apenas a justaposição de pontos de vista, mas a criação de um campo de diálogo entre eles, no qual cada referencial ilumina aspectos distintos do real.

Essa proposta emerge como resistência à fragmentação do conhecimento e ao reducionismo das abordagens disciplinares únicas, que, em geral, acabam privilegiando epistemologias eurocêntricas. Ao contrário, a multirreferencialidade valoriza a heterogeneidade, reconhece a incompletude de cada saber e aposta na possibilidade de complementaridade entre campos distintos, sejam eles científicos, filosóficos, artísticos ou populares.

No contexto da educação, esse conceito é fundamental, pois desafia a rigidez dos currículos prontos e abre espaço para práticas formativas que acolhem saberes plurais, oriundos tanto do meio acadêmico quanto da vida cotidiana. Quando aplicada à cibercultura, a multirreferencialidade permite compreender as tecnologias digitais não apenas em sua dimensão técnica, mas também em seus atravessamentos sociais, culturais, políticos e subjetivos.

Assim, a multirreferencialidade se apresenta como uma chave teórico-metodológica potente para enfrentar o colonialismo de dados, uma vez que amplia as lentes de análise e fortalece a construção de práticas pedagógicas decoloniais, críticas e inclusivas. Pois o saber não é único, oriundo apenas do Norte Global; são múltiplas suas faces. Ocultar a diversidade, invisibilizando saberes outros, significa sobrepor-se sutilmente aos demais, monopolizando-os como instrumento de dominação.

3.3 O Dispositivo do Cineclube como Estratégia de Mediação Pedagógica

O Cineclube, no âmbito da pesquisa, foi compreendido como um dispositivo de mediação pedagógica capaz de articular diferentes linguagens e produzir reflexões críticas em torno do fenômeno do colonialismo de dados. Por meio da exibição de filmes e documentários, seguidos de diálogos coletivos, os estudantes foram convidados a mergulhar em narrativas que não apenas informam, mas também sensibilizam, desestabilizam certezas e ampliam os horizontes de interpretação do mundo.

Segundo Santos (2010), o cineclube é um dispositivo formativo e cultural que se ancora na multirreferencialidade, pois convoca distintos referenciais científicos, artísticos, filosóficos e cotidianos para compor leituras plurais sobre a realidade. Nesse sentido, o cineclube rompe com a lógica transmissiva da educação tradicional, substituindo o modelo de “depósito de conteúdos” por uma dinâmica de diálogo, na qual cada participante se torna autor de sentidos e co-construtor do processo formativo.

Ao trazer para a cena da pesquisa temas como racismo algorítmico, exploração de dados, desigualdade digital e invisibilidade de saberes periféricos, o cineclube possibilitou que os discentes estabelecessem relações entre as obras exibidas e suas próprias experiências na cibercultura. As sessões não se restringiram ao consumo das narrativas cinematográficas, mas serviram como disparadores de problematizações: o debate coletivo, potencializado pelas provocações da docente, foi fundamental para que os estudantes pudessem reconhecer as nuances do colonialismo de dados e, ao mesmo tempo, ensaiar resistências.

Assim, o cineclube, como dispositivo, não apenas contribuiu para a formação crítica dos discentes, mas também se configurou como prática pedagógica insurgente, capaz de desvelar a colonialidade presente nas tecnologias digitais e fomentar a construção de alternativas decoloniais. Ele operou como espaço de experimentação e partilha, em que as vozes silenciadas puderam emergir e a diversidade de olhares tornou-se elemento constitutivo do processo de aprendizagem.

Nossos encontros ocorreram em interações síncronas e assíncronas, nas quais os praticantes compartilharam seus conhecimentos e/ou dúvidas sobre os temas propostos para a pesquisa, para suscitar questões que evidenciem o neocolonialismo na era digital. Desde o início, as atividades planejadas na plataforma foram estruturadas em fóruns de discussão, organizados a partir do desenho didático desenvolvido no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas).

Esses fóruns se constituíram como espaços de diálogo colaborativo, nos quais cada praticante pôde expor percepções, relacionar os conteúdos cinematográficos às próprias vivências e problematizar as marcas coloniais presentes nas práticas digitais cotidianas. O caráter assíncrono permitiu que os participantes refletissem com mais profundidade sobre as questões propostas, elaborando contribuições críticas e fundamentadas. Já os momentos síncronos possibilitaram a troca imediata, a construção de sentidos coletivos e a mediação direta da docente, fortalecendo o vínculo entre os sujeitos e potencializando a dinâmica de formação em rede.

A escolha por estruturar o processo na plataforma SIGAA também representou um exercício de integração entre os ambientes institucionais e a proposta da pesquisa, reforçando a ideia de que o espaço virtual pode ser apropriado de modo crítico e criativo, e não apenas como instrumento burocrático de gestão acadêmica. Assim, os fóruns funcionaram como dispositivos de mediação pedagógica, alinhados à lógica do cineclube, expandindo as discussões dos filmes disparadores para o campo digital e possibilitando a continuidade da reflexão em múltiplos tempos e espaços onde predominam as imagens.

Vivemos numa sociedade na qual as imagens desempenham papel fundamental na comunicação, exercendo a função de amálgama social, estabelecendo conexões entre pessoas, tempos e lugares. Por essa razão, a escola contemporânea, sendo parte dessa mesma sociedade, está fatalmente atravessada pelas questões visuais e delas não se pode mais afastar, nem ignorar seu poder de construção, cabendo-nos (aos que buscam uma formação pautada nos princípios de humanidade e emancipação) as alternativas de compreender, analisar, posicionar-nos, criar e cocriar, frente aos desafios trazidos diuturnamente pelas produções culturais colocadas em circulação. (Guerra; Gomes, 2024, p. 15)

Dessa forma, as narrativas fílmicas no dispositivo cineclube desempenham papel fundamental como recurso complementar nas práticas pedagógicas, promovendo debates e favorecendo a compreensão de conteúdos que, para os discentes, soavam abstratos.

O uso do cineclube como dispositivo constituiu, sem dúvida, um marco importante para compreensão das funções da inteligência artificial. Por meio das exibições, os alunos coletaram informações, interpretaram-nas e reformularam suas percepções sobre a IA reconhecendo que as respostas não são neutras e que existem intencionalidades. Esse resultado contrasta com a plataforma SIGAA, cujo objetivo é facilitar o processo de aprendizagem.

A escolha dos filmes não ocorreu de forma aleatória, mas esteve diretamente vinculada aos objetivos da pesquisa e ao propósito de problematizar as marcas do colonialismo de dados na cibercultura. Selecionaram-se obras capazes de provocar reflexões críticas, ao mesmo tempo em que estabeleciam pontes com a realidade vivida pelos discentes. O critério central

foi a possibilidade de as narrativas audiovisuais funcionarem como disparadores de diálogos multirreferenciais, articulando dimensões históricas, sociais, culturais e tecnológicas.

Os filmes “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*” (2005), de Sérgio Bianchi, e o documentário “*Coded Bias*” (2020), dirigido por Shalini Kantayya, mostraram-se fundamentais para suscitar reflexões críticas no contexto da pesquisa-formação. A obra brasileira articula a exploração colonial do período escravocrata às práticas de exploração e exclusão social contemporâneas, evidenciando que, embora os cenários tenham se transformado, as lógicas de dominação permanecem. Já o documentário internacional problematiza os impactos do racismo algorítmico, expondo como sistemas de inteligência artificial, tidos como neutros, reproduzem preconceitos raciais e de gênero ao serem programados a partir de bases de dados enviesadas.

Ambos os filmes demonstraram como as práticas coloniais ainda se manifestam em nosso cotidiano e como seus modos de ação são frequentemente mal interpretados na contemporaneidade. Em “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*”, a denúncia recai sobre a permanência das estruturas escravocratas no Brasil, agora travestidas de filantropia e de projetos sociais que, em última instância, reforçam desigualdades. Em “*Coded Bias*”, o foco desloca-se para o cenário global, revelando como a colonialidade se atualiza no campo digital, naturalizando a vigilância e a exclusão sob o argumento da inovação tecnológica.

Ao serem colocadas em diálogo, as duas obras conectam passado e presente, evidenciando a continuidade do colonialismo histórico, que foi decodificado e agora se apresenta em formato digital. Essa articulação permitiu aos participantes compreender que o colonialismo de dados não constitui uma metáfora, mas um processo concreto que atravessa suas vidas cotidianas, desde a forma como acessam conteúdos nas redes até as oportunidades — ou limitações — impostas pelos algoritmos.

O dispositivo possibilitou debates extensos no formato presencial após as exhibições, fomentando novas compreensões e promovendo a desconstrução de narrativas coloniais presentes nas mídias digitais, o que deu sequência à construção conceitual no SIGAA. Pode-se considerar que tenha servido como base para o letramento digital e como um disparador crítico.

As plataformas digitais vêm se tornando instrumentos relevantes nas ambiências de aprendizagem, oferecendo recursos e ferramentas que facilitam o processo de ensino-aprendizagem.

As interfaces digitais incorporam os aspectos comunicacionais e pedagógicos, bem como a emergência de um grupo-sujeito que aprende enquanto ensina e pesquisa e ensina enquanto aprende. A educação online, a aprendizagem ubíqua e seus

dispositivos se configuram como espaços formativos de pesquisa e prática pedagógica em que são contempladas pluralidades discursivas das narrativas e experiências pessoais, profissionais e acadêmicas dos praticantes culturais. (Santos, 2019, p. 19)

A plataforma SIGAA foi um pilar importante para o desenvolvimento das atividades propostas para a análise dos dados inseridos pelos discentes. Trata-se de uma interface digital comunicacional e pedagógica, uma ambiência virtual de aprendizagem, utilizada como complemento do que foi trabalhado no formato presencial. Faz parte do processo de plataformização da educação, com seus limites e padronizações, que dificultaram a disponibilização de alguns esboços de atividades, exigindo que fossem adaptados ao formato configurado pela própria plataforma.

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é o espaço para gerenciamento de disciplinas e de todas as informações relativas à vida acadêmica do aluno. O SIGAA agrupa todas as informações de ensino, pesquisa e extensão (participações em monitorias, projetos de extensão e bolsas de iniciação científica) ... O SIGAA permite a criação de “turmas virtuais” onde docente e discentes terão uma comunicação mais fluida, clara e abrangente. Dados dos planos de aula, cronograma letivo, material de apoio, lançamento de frequências e notas poderão ser facilmente acessados. (UFRRJ, 2021, s.p.)

Ainda que apresente certo ostracismo na flexibilização de formatos, seguindo a padronização e armazenando os dados de seus usuários, a plataforma não oferece as funcionalidades tendenciosas presentes em plataformas comerciais centralizadoras. Foi nesse alicerce que nos comunicamos e que a pesquisa se estruturou; no contraste de sua padronização, exploramos as potencialidades ofertadas nessa ambiência.

O retorno às propositivas do desenho didático foi consistente: no ambiente virtual, os discentes postaram suas interpretações e inquietações relativas ao fenômeno em estudo. Nesse contexto, o SIGAA, diferentemente de outras plataformas, não se configura como um espaço voltado à coleta de dados de interesse corporativo. Ao contrário, constitui-se como um instrumento colaborativo para a educação, que não usa o setor educacional para autopromoção, garantindo voz, lugar, autenticidade e autoria a todos os envolvidos.

Com uma abordagem multirreferencial, o cineclube despertou uma perspectiva cosmopolita acerca dos efeitos do uso de dados e dos vieses excludentes existentes nas plataformas digitais.

As narrativas cinematográficas articulam saberes e conhecimentos fundamentais nas ciências, nos saberes dos cotidianos, na filosofia e nas artes de uma forma geral. Além de nos apresentar narrativas em estéticas variadas, estruturadas em gêneros diversos (ficção, documentário, animação entre outras), articulam em seus produtos e processos três linguagens fundamentais: as imagens, os sons e os textos. Apesar das imagens tomarem a cena no cinema, estas, muitas vezes, são potencializadas pela convergência com os sons e os textos. Essa mixagem de linguagens potencializa

nossa leitura de mundo, permitindo-nos dialogar com outras leituras e histórias de leituras – nossas e dos outros – articulando-as com uma pluralidade de elementos éticos, estéticos e políticos. (Santos, 2019, p. 156)

Os conhecimentos mencionados por Santos foram claramente evidenciados na elaboração dos elementos que compõem este trabalho. De modo geral, os dispositivos têm a função de facilitar a compreensão. Como disparadores do nosso objeto de estudo, trouxeram reflexões e novas perspectivas sobre a tendência colonialista da inteligência artificial, transformando, assim, as práticas docentes em formas de resistência ao modelo colonial vigente.

É necessário, portanto, divulgar as novas configurações coloniais e ampliar a compreensão sobre sua atuação. Tal divulgação não deve ocorrer apenas nos espaços acadêmicos formais, mas também nos ambientes digitais, nos coletivos sociais, nos grupos comunitários e nos movimentos culturais, fortalecendo redes de resistência. Quanto mais os mecanismos do colonialismo de dados forem desvelados, mais se abrirão brechas para questionar sua naturalização e propor alternativas pedagógicas, políticas e sociais.

Assim, a formação docente crítica, baseada no diálogo, na multirreferencialidade e na pesquisa-formação na cibercultura, pode ser compreendida como um caminho de resistência e transformação. Resistência, porque revela e denuncia os dispositivos coloniais presentes nas tecnologias digitais; transformação, porque possibilita a construção de práticas educativas capazes de fomentar uma cibercultura inclusiva, plural e emancipatória. Essa é, portanto, a proposta do nosso desenho didático da disciplina.

4 O DESENHO DIDÁTICO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Criamos o desenho didático para as exposições, tendo como disparadores o filme “*Quanto Vale ou É por Quilo?*” e o documentário “*Coded Bias*”, articulando-os como pontos de partida para a reflexão coletiva. A proposta metodológica não se limitou à apreciação estética das obras, mas buscou ativar processos dialógicos, nos quais os estudantes pudessem reconhecer, problematizar e relacionar as tramas cinematográficas às suas próprias experiências na cibercultura.

O desenho didático foi estruturado em três etapas principais: a exibição fílmica, realizada em encontros síncronos, em que o grupo assistiu coletivamente às produções audiovisuais, favorecendo a imersão conjunta e o compartilhamento imediato das primeiras impressões. No debate inicial, logo após a exibição, foram levantadas provocações, instigando os discentes a refletirem sobre as conexões entre as narrativas fílmicas e os conceitos trabalhados em sala, como colonialidade, racismo algorítmico, exploração de dados e desigualdade social. As atividades se estenderam no Ambiente Virtual de Aprendizagem (SIGAA), por meio de fóruns estruturados. Essa etapa assíncrona permitiu que cada praticante aprofundasse suas reflexões, dialogasse com os colegas e ampliasse o debate, articulando referências teóricas, experiências pessoais e críticas coletivas. Esse processo possibilitou a construção de uma experiência de ciberpesquisa-formação, na qual os sujeitos não apenas aprenderam sobre os temas propostos, mas co-produziram sentidos em rede.

O desenho didático, portanto, não foi apenas uma organização metodológica, mas uma estratégia de resistência ao colonialismo de dados, uma vez que colocou os futuros professores na posição de praticantes críticos, capazes de identificar as armadilhas da colonialidade digital e de imaginar práticas pedagógicas alternativas, inclusivas e emancipadoras.

Além disso, antes das sessões, os estudantes foram convidados a participar de fóruns no SIGAA, nos quais foram apresentados textos introdutórios, trechos de artigos e pequenos vídeos de apoio que situavam a discussão sobre colonialismo, tecnologia e inteligência artificial. Nesse espaço, emergiram expectativas, dúvidas iniciais e referências dos próprios discentes, permitindo um mapeamento prévio de conhecimentos e percepções. O objetivo foi ativar conhecimentos prévios e preparar o olhar crítico para as exposições. Abaixo, descrevemos o desenho didático para exibição e as reflexões acerca dos filmes.

Figura 19 - O cineclube GPDOC



Fonte: Google, adaptado.

O dispositivo Cineclube foi estruturado em um ambiente virtual de aprendizagem, organizado para favorecer tanto a exibição dos filmes quanto a interação coletiva. O espaço digital foi configurado de forma acessível e colaborativa, permitindo o acesso dos estudantes a materiais de apoio, fóruns de discussão e links para as obras cinematográficas selecionadas. Cada encontro foi planejado com antecedência, incluindo a disponibilização de guias de leitura e de roteiros de observação, que orientaram o olhar crítico dos participantes diante das narrativas fílmicas.

O ambiente funcionou como extensão da sala de aula presencial: um lugar de encontro, partilha e debate. Os estudantes eram convidados a acessar o espaço antes, durante e após as exibições, garantindo assim a continuidade das reflexões. A mediação realizada pelas professoras Edméa e Sonia tinha como objetivo provocar diálogos multirreferenciais, articulando ciência, filosofia, arte e saberes cotidianos, numa perspectiva crítica e formativa.

CINECLUBE. Olá turma querida! Seja bem-vinda a nosso cineclube. A partir dessa semana iniciaremos com vocês nosso dispositivo “Cineclube” mediado pela Professora Edméa e Sonia. O que é um cineclube? Cineclube, de acordo com Santos (2019) é um dispositivo formativo e cultural pelo qual reconhecemos o cinema e seus usos como possibilidades formativas multirreferenciais. As narrativas cinematográficas articulam saberes e conhecimentos fundamentados nas ciências, nos saberes dos cotidianos, na filosofia e nas artes de uma forma geral. Além de nos apresentar narrativas em estéticas variadas, estruturadas em gêneros diversos (ficção, documentário, animação entre outras), articulam em seus produtos e processos três linguagens fundamentais: as imagens, os sons e os textos. Quais filmes assistiremos durante o processo?

O trecho acima, copiado do desenho didático, funcionava como convite e acolhida aos

estudantes, estabelecendo não apenas a apresentação do dispositivo cineclube, mas também o tom dialógico, afetivo e formativo da proposta. A linguagem, próxima e inclusiva, buscou romper com o distanciamento formal que muitas vezes caracteriza os documentos pedagógicos, sinalizando desde o início que o espaço seria de encontro, partilha e construção coletiva.

Essa opção discursiva revelava nossa intencionalidade pedagógica: acolher para formar. O convite inicial não se limitava a informar sobre a atividade, mas instaurava um ambiente de pertencimento, em que cada praticante é reconhecido como parte fundamental do processo formativo, anunciando que o cineclube não seria apenas um recurso metodológico, mas um espaço de experiências e de diálogo multirreferencial.

Dessa forma, até mesmo o texto deixa de ser visto como uma instrução técnica e passa a ser compreendido como dispositivo formativo em si, já que o modo como se apresenta antecipa o tipo de relação pedagógica que se pretende construir: horizontal, crítica e colaborativa. Não sendo apenas um gesto de cortesia, mas um ato político e pedagógico, alinhado à proposta da pesquisa-formação na cibercultura e à perspectiva freireana de que a educação se funda no diálogo e no reconhecimento do outro como sujeito de saber.

Figura 20 - Filme “*Quanto vale ou é por Quilo?*” Documentário “*Coded Bias*”.



Quanto Vale ou é por Quilo?

“Quanto vale ou é por Quilo?” É um Filme brasileiro de 2005, do gênero drama, dirigido por Sergio Bianchi.

Uma analogia entre o antigo comércio de escravos e a atual exploração da miséria pelo marketing social, que forma uma solidariedade de fachada.



Coded Bias.

Documentário da neteflix “Coded Bias” (2020), dirigido por Shalini Kantayya, apresenta uma investigação sobre os vieses presentes em algoritmos de inteligência artificial.

Fonte: AVA da disciplina

Apresentados os filmes, explicamos a proposta de trabalho aos estudantes, ressaltando que o objetivo não era apenas assistir às produções audiovisuais, mas utilizá-las como disparadores de reflexão crítica sobre o colonialismo de dados e suas múltiplas expressões na contemporaneidade. Destacamos que o cineclube se configurava como um espaço de diálogo, em que cada participante poderia relacionar as narrativas fílmicas com suas próprias vivências, repertórios culturais e leituras acadêmicas.

Os filmes foram escolhidos especialmente para que possamos discutir sobre Colonialismo de Dados. Adentraremos em exibições que nos mostrarão a sequência de disputas coloniais, de um lado, Estados Unidos, velho conhecido no contexto, no outro extremo emerge a China, como novo protagonista. Embrenharemos ao território da internet com seus apps, nossas navegações e rastros por ela seguidos. Estamos na era da economia digital, cuja força motriz, concentra-se na algoritmização, com potenciais de dominação política, social e econômica. No século XVIII, a Inglaterra difunde novas formas de aquisição capital com a substituição da manufatura por maquinofatura. Ao longo da história temos vivenciado a usurpação por parte de países dominantes que buscam por mercados consumidores, aqueles que manteriam sua ostentação, colônias & colonizados. Na era

*digital, o foco não mudou, continua-se utilizando as práticas coloniais de acordo com a modernidade tecnológica, lançando mão da internet como meio de alcance para seus objetivos. Serão quatro exposições com foco no colonialismo de dados. **Como vai acontecer?** Assistiremos um filme escolhido durante uma aula e abriremos espaço para que o debate sobre o filme aconteça de maneira coletiva no tempo restante, mas, principalmente, vocês terão como tarefa o debate remoto em fóruns abertos especificamente para cada filme. O fórum será geral, ou seja, vocês não criarão questões individuais no fórum; haverá uma questão aberta para que todos respondam e assim teceremos uma rede de debates que se interligam. A professora Sonia estará mediante a interação de vocês nesses fóruns em específico.*

Nesse momento, ficou claro que a intenção era superar a passividade muitas vezes associada ao consumo de filmes em ambientes educativos. A ênfase recaiu sobre a importância de problematizar o que se vê, desconstruir naturalizações e buscar sentidos coletivos a partir das tensões entre passado e presente, arte e ciência, local e global. Os praticantes foram, portanto, convidados a assumir uma postura ativa, participando da construção do conhecimento de forma compartilhada.

Para isso, foram elaborados espaços tanto para os debates presenciais quanto para o ambiente virtual. Esses fóruns não tinham o intuito de limitar as interpretações, mas de instigar conexões entre as obras exibidas e os conceitos trabalhados nas disciplinas, como colonialidade, racismo algorítmico, exclusão social, vigilância digital e epistemologias de resistência.

Assim, a proposta não se esgotava na exibição dos filmes, mas se expandia para o campo das interações, tornando-se um processo contínuo de reflexão e produção coletiva de sentidos. O cineclube, nesse contexto, assumiu o papel de mediação pedagógica multirreferencial, em que o cinema foi ponto de partida, mas nunca ponto de chegada.

O recurso do AVA escolhido foi o glossário, por entendermos que ele favorece a construção coletiva do conhecimento e amplia as possibilidades de interação entre os estudantes. Diferentemente de atividades centradas apenas em respostas lineares ou em registros individuais, o glossário permite que cada participante atribua significados aos conceitos discutidos, incorporando suas próprias leituras, experiências e repertórios.

A proposta consistiu em fazer com que, a partir das provocações geradas pelos filmes e pelos debates, os estudantes selecionassem termos-chave relacionados ao colonialismo de dados, à cibercultura, ao racismo algorítmico e às práticas de resistência, atribuindo-lhes definições em linguagem acessível e crítica. Esse exercício não se limitou à repetição de conceitos acadêmicos, mas incentivou a produção de sentidos singulares, ancorados nas leituras multirreferenciais mobilizadas ao longo da pesquisa-formação.

Com isso, o glossário tornou-se um espaço colaborativo e dinâmico, em constante atualização, no qual cada verbete acrescentado dialogava com os anteriores, enriquecendo as compreensões coletivas. Além disso, o recurso possibilitou visualizar de forma concreta, como os estudantes estavam ressignificando as discussões e incorporando os aprendizados ao seu vocabulário crítico.

Ao transformar um recurso institucional do AVA em dispositivo pedagógico, a atividade reforçou a perspectiva de que as tecnologias digitais não precisam ser usadas de forma meramente instrumental. Pelo contrário, podem ser apropriadas criticamente para potencializar a participação, a autoria e o exercício de uma pedagogia decolonial.

Sendo assim, iniciamos a sistematização das atividades a partir das contribuições dos discentes, valorizando cada verbete do glossário como ponto de partida para novas discussões. Esse movimento revelou que os praticantes não apenas se apropriaram dos conceitos apresentados nos filmes e debates, mas também foram capazes de ressignificá-los criticamente, conectando-os às suas próprias vivências e ao contexto da cibercultura.

O glossário, nesse sentido, deixou de ser um simples repositório de definições e passou a funcionar como um espaço de produção coletiva de saberes, no qual os termos escolhidos eram constantemente revisitados, ampliados e tensionados. A cada nova entrada, ampliava-se a rede de significados e fortalecia-se a compreensão de que o conhecimento não é fixo, mas construído de forma dinâmica e colaborativa.

Esse processo marcou o início de uma etapa em que os discentes passaram a se perceber como autores e multiplicadores de letramentos críticos, exercitando a leitura de mundo a partir da análise do colonialismo de dados. O ato de nomear e conceituar tornou-se, portanto, um gesto de resistência, na medida em que confrontou a naturalização de práticas discriminatórias e deu visibilidade a epistemologias silenciadas pelo discurso hegemônico das tecnologias digitais, como veremos nos momentos seguintes.

Neste texto, descrevemos algumas das vivências experimentadas ao analisar o filme inicialmente selecionado para nosso cineclube. A obra retrata aspectos do colonialismo histórico e a forma como determinadas ONGs ofereciam “ajuda”. Essas entidades forneciam computadores obsoletos, com imagens de boas intenções como pano de fundo, a indivíduos que tiveram seus direitos fundamentais negados em benefício de grupos privilegiados.

Em seguida, apresentaremos o percurso metodológico em relação às exibições, iniciando os debates em formato presencial com provocações inerentes à pesquisa, buscando aguçar os sentidos para as vestes contemporâneas do colonialismo no contexto de turmas de futuros docentes, a fim de que o tema seja debatido, entendido e divulgado em proporções que

abranjam contingentes capazes de interpretar o modo capcioso com que o novo formato colonial age sucintamente no cotidiano, por meio de ações em formatos aparentemente inofensivos.

4.1 O Filme “*quanto vale ou é por quilo?* ” como Disparador de Narrativas

Os estudos foram iniciados com a turma Ciberultura e Educação, no primeiro semestre de 2024. O filme “*Quanto Vale ou É por Quilo?* ” foi exibido em sala de aula como forma de materializar debates já iniciados e centrados nas abordagens dos formatos coloniais, oportunizando a introdução do conceito de colonialismo de dados. No contexto de lançamento da obra, base do dispositivo, a internet ainda não apresentava engajamentos e interatividades como as que conhecemos hoje.

Na primeira fase da cibercultura, o usuário deveria conhecer a linguagem HTML para produzir conteúdos e interfaces para a internet. De posse desses conteúdos, era necessário lançar mão de um software para depositá-lo na internet. Esta, por sua vez, obrigava-nos necessariamente a ter acesso, pago na maior parte das vezes, a um servidor que hospedava conteúdos e interfaces. Assim, outras máquinas poderiam acessá-los em rede. Uma vez publicado o conteúdo, este era muito pouco interativo. Não poderíamos alterá-lo e editá-lo diretamente na internet. (Santos, 2019, p. 33)

No contexto do lançamento do filme, os modos de produção digital e de exploração possuíam outras definições. No entanto, o colonialismo mantém seus objetivos, adequando-se às tendências de cada momento, sempre voltado para questões econômicas, para a exploração da mão de obra e, em consequência, para a subserviência de pessoas, como forma de garantia da manutenção de privilégios.

A obra entrelaça passado e presente coloniais, abordando as subordinações forçadas do período escravocrata tradicional e a camuflagem do escravismo contemporâneo, ou seja, a manutenção dos meios como justificativa para os fins opressores.

As circunstâncias atuais do colonialismo manifestam-se na vigilância digital, que transfere o olhar atento dos feitores e dos capitães do mato do passado para os algoritmos, ferramentas essenciais no processamento dos dados coletados em serviços e plataformas. Nesse contexto, senhores de engenho, capitães do mato e feitores são representados de forma unificada, agora integrados ao universo cibercultural.

A inanição, tanto física quanto educacional e cultural, continua sendo empregada como estratégia para subverter, usurpar e escravizar. As propagandas de felicidade condicionada, antes veiculadas pela televisão, pelo rádio ou em meios impressos — e restritas a determinados públicos — agora alcançam uma audiência muito mais ampla. Isso

significa que a associação entre bem-estar e consumo passou a estar ao alcance de todos, com cobertura total.

É importante reconhecer que os algoritmos não são desenvolvidos em um vácuo histórico, mas são influenciados por fatores sociais, culturais, políticos e econômicos. Compreender o contexto histórico da criação dos algoritmos nos ajuda a apreciar as raízes e evolução dessas ferramentas poderosas que moldam cada vez mais a nossa sociedade. (Hora, 2023, p. 16)

Este vácuo está presente em muitos imaginários. As discussões geradas a partir do que foi proposto revelaram a complexidade do desafio de instruir sobre o fenômeno do colonialismo de dados. Além disso, apontaram a necessidade de aprofundamento no tema para que os usuários de plataformas e redes consigam se proteger contra as investidas tendenciosas da inteligência artificial, especialmente em funções essenciais para o uso dessas tecnologias, o que pode levar à restrição da liberdade e ao direcionamento para interesses econômicos e cognitivos que favorecem as grandes corporações do setor.

A conexão inerente entre cibercultura e plataformas digitais tornou-se evidente, embora ainda haja clareza sobre o funcionamento desses elementos. Não foi possível determinar como a cibercultura se manifesta no cotidiano, nem a frequência com que é praticada. Além disso, não se observou consciência plena dos prejuízos causados pela coleta de dados em pesquisas de bens e serviços. As definições dos termos sugeridos no glossário foram apresentadas de maneira superficial.

Nesse cenário, os desafios da docência concentram-se em evidenciar como uma minoria dominante consegue manipular conceitos preestabelecidos para manter determinados grupos em posição de servidão. Tal prática ocorre por meio de discursos persuasivos e de diferentes mecanismos para impedir a mobilidade, como se verificou ao longo da História, seja pela teoria dos direitos divinos, pelas castas sociais, pelos biotipos ou por outras formas de legitimação da desigualdade.

O que é feito visível não são os dominadores, mas os dominados. O poder disciplinar se faz invisível, enquanto aos súditos é imposta uma invisibilidade permanente. Com isso, o acesso ao poder é assegurado e os submetidos ficam expostos no foco da iluminação. O “ser-visto ininterrupto” é o que mantém o indivíduo disciplinar em sua submissão. (Han, 2022, p. 11-12)

Tornar visíveis os dominados, garante a superioridade do dominador, pois nem sempre a força aparente é, de fato, força. Quanto mais se domina, mesmo que se seja fraco, mais se consolida no imaginário coletivo a ideia de fortaleza.

Vivenciamos revoluções nos modos de produção, a tão almejada abolição da escravidão e a piedosa Inglaterra, que não se preocupava com o bem-estar dos negros escravizados, mas sim com suas finanças, ou seja, com a expansão de um maior mercado

consumidor. Os recém-libertos teriam, a partir desse ato de “bondade”, apenas outro senhor e novas formas de dominação.

A partir desse disparador, surgiram revelações. Após a exibição, uma aluna nos procurou para esclarecer dúvidas sobre os temas abordados na obra. Em trechos da abertura, aparece a frase: "Extraído do Arquivo Nacional, 1799, Rio de Janeiro, Vice-reinado, caixa 490". Durante a exibição, as fontes são mencionadas em narrações. Ela questionou se os eventos reproduzidos realmente ocorreram. Essa pergunta evidencia o quão engessado é o sistema educacional, que busca apagar o tratamento dispensado aos escravizados, eliminando sua cultura e formas de resistência.

As discussões provocadas pelo filme mostraram o quanto o colonialismo persiste, apesar de suas falsas promessas. Embora não esteja mais fundamentado da mesma forma, seus objetivos permanecem os mesmos. Colonialismo é, e será, sempre colonialismo, independentemente da época ou contexto, e suas promessas para os colonizados continuam, e continuarão sendo enganosas. No período digital, não é diferente: a inclusão prometida é apenas uma fachada.

Iniciamos a etapa da pesquisa com a introdução do primeiro filme, “Quanto Vale ou É Por Quilo?” (2005), de Sérgio Bianchi, escolhido por sua potência em estabelecer paralelos entre o período colonial-escravocrata brasileiro e as práticas contemporâneas de exploração e exclusão social. A obra, ao intercalar cenas históricas da escravidão com situações do presente, como projetos sociais e campanhas publicitárias, evidencia que as estruturas de dominação não desapareceram: apenas se transformaram em novas formas de controle, muitas vezes legitimadas pelo discurso da filantropia e da responsabilidade social.

Ao apresentar o filme aos discentes, destacamos a intencionalidade de provocar reflexões sobre a continuidade do colonialismo em diferentes épocas, buscando que os estudantes identificassem como os mecanismos de exploração se reinventam, sem, contudo, perderem sua essência excludente. Essa perspectiva foi fundamental para que eles percebessem as conexões entre o colonialismo histórico e o colonialismo de dados, no qual as práticas de dominação se traduzem em algoritmos, coleta massiva de informações e vigilância digital.

Como recurso metodológico complementar, foi proposto o Glossário Dirigido, elaborado a partir da resenha de Sonia. Os termos destacados no texto, como tecnologias digitais, algoritmização, Big Techs, racismo algorítmico, colonialismo de dados, inteligência artificial e Vale do Silício, constituíram o eixo conceitual da atividade. Cada participante deveria escolher dois desses termos e atribuir-lhes um significado autoral, ultrapassando a

definição dicionarizada e articulando sua compreensão com os debates provocados pelo filme e com sua própria leitura de mundo. Essa estratégia favoreceu a autoria conceitual dos estudantes, deslocando-os de uma posição passiva de recepção para uma postura ativa de elaboração de sentidos.

Descrição: Neste espaço vocês responderão coletivamente uma questão geral que será cadastrada pelo moderador, não sendo permitida a criação de novas questões individuais dentro do fórum. Vocês precisam conversar entre si dentro da questão cadastrada e construir de maneira coletiva uma rede de apontamentos e percepções. Desenvolvimento das atividades: Turma querida, as atividades relativas ao cineclube serão apresentadas seguindo um cronograma, ofertando-lhes tempo para realização. A explicação ocorrerá à medida que forem liberadas. Neste momento estaremos analisando ao Filme “Quanto vale ou é por quilo?” Bons estudos, excelentes reflexões. A partir da leitura da resenha de Sonia, crie um glossário, escolhendo dois dos termos destacados no texto. Vocês escolherão dois termos e darão um significado para cada um individualmente, os significados serão a partir do que vocês entendem do termo para além do que está no dicionário, portanto a significação atribuída é individual. Cada um responderá esta questão com dois termos escolhidos e a significação atribuída a cada um deles por vocês. Exemplo: “Tecnologias digitais: insira aqui o significado que será dado ao termo”, “Algoritmização: insira aqui o significado que será dado ao termo”. Lembrando que cada um escolherá dois termos, os termos disponíveis são: Tecnologias digitais, Algoritmização, Big Techs, Racismo Algorítmico, Colonialismo de dados, Inteligência artificial, Vale do Silício.

Durante os debates iniciais, apresentamos a proposta da atividade, explicando que a produção de resenhas críticas seria um dos caminhos metodológicos para consolidar as reflexões desencadeadas pelo filme. A perspectiva das resenhas não se limitava a um exercício de síntese do enredo, mas buscava instigar os discentes a relacionar as narrativas fílmicas com os conceitos discutidos em sala, tais como colonialidade, racismo estrutural, exploração e exclusão social, bem como suas atualizações no âmbito do colonialismo de dados.

As resenhas foram propostas no sentido de que escrever sobre o filme implicava mais do que relatar a trama; significava interpretar criticamente a realidade e reconhecer nela as

permanências coloniais. Dessa forma, os estudantes foram incentivados a identificar cenas que mais os impactaram, articulando-as às próprias experiências e às referências teóricas mobilizadas no curso.

Figura 21: Apresentação do Filme “Quanto vale ou é por Quilo?”



Fonte: Acervo da autora

Essas resenhas abriram espaço para um diálogo profundo, no qual os discentes relacionaram cenas do filme às práticas atuais de “colonização simbólica” e “com modificação” da vida. O cineclube, nesse momento, mostrou-se eficaz como dispositivo de mediação, pois mobilizou não apenas a análise racional, mas também a dimensão afetiva e estética, tocando os estudantes em suas próprias trajetórias e experiências sociais.

No desenvolvimento do glossário coletivo, em uma das atividades referentes ao filme “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*”, os discentes trouxeram o conceito de racismo algorítmico como uma das entradas mais significativas. A escolha desse termo evidenciou a capacidade de estabelecer conexões entre a crítica social apresentada no filme — que denuncia a permanência das estruturas coloniais sob novas roupagens — e as discussões atuais sobre a forma como os algoritmos reproduzem e aprofundam desigualdades raciais:

Resposta: Glossário Coletivo. Por PEDRO HENRIQUE PIO SANTOS DA FONSECA 30/04/2024 10:35:40 Racismo Algorítmico: O ato de apagamento da imagem e/ou cultura de grupos não-brancos da web, seja por meio de diretrizes de comunidade, restringindo o conteúdo criado por

tais ou até usar apenas a imagem branca como divulgação.

Resposta: Glossário Coletivo. Por KAUANNY NASCIMENTO ALIPIO XAVIER 30/04/2024 17:57:57. Racismo algoritmo: é a prática do racismo através dos sistemas automatizados que representam o comportamento dos usuários das redes. Um exemplo é a busca de "família bonita" e "família feia" no Google, no primeiro caso, a primeira imagem é uma família com pessoas brancas, já no segundo, uma família com pessoas pretas. Há diversos outros exemplos onde esse tipo de racismo acontece.

Resposta: Glossário Coletivo. Por ANA JULIA DOS SANTOS SOUZA 30/04/2024 19:16:32. Racismo Algorítmico: A falta de destaque de pessoas não brancas nas redes digitais, em que se é pré-determinado, quais conteúdos e que classe social é entregue para as pessoas.

Para esse momento, inauguramos também o primeiro fórum no ambiente virtual de aprendizagem, com o intuito de ampliar e dar continuidade às discussões iniciadas a partir do filme “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*”. O fórum foi estruturado como um espaço dialógico, no qual cada estudante poderia compartilhar suas impressões, levantar novas questões e dialogar com as contribuições dos colegas.

Nesse sentido, a proposta do fórum não se restringia a respostas individuais às provocações iniciais; ao contrário, buscava-se criar uma rede de sentidos coletivos, em que as falas se entrelaçam, compondo um mosaico de reflexões multirreferenciais. Para isso, lançamos questões orientadoras, tais como:

Descrição do fórum: Neste espaço vocês responderão coletivamente uma questão geral que será cadastrada pelo moderador, não sendo permitida a criação de novas questões individuais dentro do fórum. Vocês precisam conversar entre si dentro da questão cadastrada e construir de maneira coletiva uma rede de apontamentos e percepções. Questão para refletir sobre o filme: Mensagem: Relembrando a cena em que a jovem grávida mostra ao marido uma personalidade representando a felicidade por ser bonita, ter dinheiro e tudo que ele seja capaz de adquirir, associe esta prática aos dias atuais citando as ferramentas utilizadas para “seduzir” o consumidor via compras pela internet. Defendendo suas colocações. Glossário dirigido: A partir da leitura da resenha de Sonia, crie um glossário, escolhendo dois dos termos destacados no texto. Vocês escolherão dois termos e darão um significado para cada um individualmente, os significados serão a partir do que vocês entendem do termo para além do que está no dicionário, portanto a significação atribuída é individual. Cada um responderá esta questão com dois termos escolhidos e a significação atribuída a cada um deles por vocês.

O procedimento metodológico adotado no Fórum do Primeiro Filme foi concebido a partir da perspectiva da cibercultura e da multirreferencialidade, compreendendo o cinema como dispositivo formativo e cultural capaz de articular narrativas e provocar reflexões coletivas. O espaço virtual, destinado à análise do filme “*Quanto vale ou é por Quilo?*”, foi

organizado de maneira a privilegiar a interação colaborativa, e estruturado em torno de uma única questão disparadora. Essa escolha buscou evitar a dispersão dos debates e possibilitar a construção de uma rede de percepções interdependentes, em consonância com a concepção dialógica de formação defendida por Santos (2019).

A questão orientadora do fórum se apoiou em uma cena específica do filme, na qual uma jovem grávida projeta felicidade vinculada ao consumo, à beleza e ao *status* social. A partir dessa representação, os estudantes foram instigados a refletir sobre as formas contemporâneas de sedução do consumidor, estabelecendo relações com o uso de algoritmos de recomendação, estratégias de marketing digital e práticas de publicidade segmentada nas redes sociais. Desse modo, a atividade promoveu a atualização crítica dos sentidos da obra cinematográfica em diálogo com práticas cotidianas do universo digital.

A dinâmica do fórum exigiu que cada estudante respondesse em duas frentes: por um lado, a análise crítica da cena do filme em associação com práticas atuais de consumo digital; por outro, a produção dos verbetes escolhidos para o glossário, acompanhados de significados atribuídos individualmente. As respostas, reunidas em um espaço coletivo, não se limitaram à exposição individual, mas foram sendo entrelaçadas em forma de diálogo, por meio de comentários, complementações e tensionamentos entre os participantes.

Assim, o fórum consolidou-se como uma prática formativa marcada pelo exercício da criticidade, pela valorização da aprendizagem colaborativa e pela articulação de múltiplas referências culturais. O procedimento metodológico não se limitou à análise do filme, mas promoveu uma experiência de reflexão ampliada, capaz de problematizar o colonialismo de dados e as lógicas de consumo digital como práticas que atravessam o presente. Ao estimular a produção coletiva de saberes, o dispositivo operou na perspectiva da formação crítica, extrapolando a dimensão técnica e instaurando um campo de diálogo entre cinema, conceitos da cibercultura e experiências cotidianas.

Segundo Santos (2019), a interface fórum permite a construção, estruturação, organização e registro das narrativas e autorias dos sujeitos a partir da multiplicidade e pluralidade de seus discursos. Mediar a partilha de sentidos, garantido a participação individual e compartilhada dos discursos, é um dos grandes desafios da prática docente. Só é possível construir coletivamente o conhecimento quando dispomos da contribuição singular de cada participante.

É por meio dessa interface que se tece o compartilhamento de “conhecimento”, com cada um contribuindo com seu conhecimento relacionado ao fenômeno, formando uma teia de

conhecimento e mergulhando em materiais de referência para entender melhor o que acontece com a apropriação de dados.

Figura 22 - Cenas do Filme “Quanto vale ou é por Quilo?”



Fonte: Google

Esse fato pode ser demonstrado na narrativa da professora Edméa em sua resenha:

Resenha Professora Doutora Edméa de Oliveira Santos. “Quanto vale ou é por quilo?” Neste filme, o autor, Sérgio Bianchi, nos convida à crítica e à politização dos usos e abusos que políticos e mercenários fazem das “minorias” e das tecnologias para alcançarem o lucro. O autor desenha a narrativa alternando imagens que simulam acontecimentos do período da escravidão no século xviii com imagens da contemporaneidade, em que negros, pobres e favelados são escravizados pela falta de políticas públicas, e projetos corruptos engordam as estatísticas governamentais e não alteram, de fato e de direito, a mobilidade social e econômica das minorias. Apesar de centrar na discussão “dos dominantes versus dominados”, o filme investe também em cenas que valorizam os praticantes e suas táticas na tensa disputa do cotidiano. Uma das partes que mais chamaram nossa atenção para a discussão dos usos e abusos das tecnologias digitais na sociedade passa-se no contexto de uma ong que leva para comunidades do estado do Rio de Janeiro, computadores defasados, sem conexão à internet e sem projeto social de inclusão cibercultural. A narrativa denuncia ongs – organizações não governamentais – oportunistas, que, muitas vezes, preenchem a ausência do Estado, e tensiona como, muitas vezes, os computadores chegam às práticas sociais apenas como um argumento de venda, modismo ou um meio para pseudoinclusão digital. Por inclusão digital entendemos todos os processos que viabilizam não só o acesso PESQUISA-FORMAÇÃO NA CIBERCULTURA 161 às mídias digitais em rede, como, também, e sobretudo, os usos que delas os praticantes fazem para a potencialização de autorias e o exercício da cidadania na cibercultura e na sociedade em rede (Castells). SANTOS, Edmea. Pesquisa Formação Na Cibercultura.

Nesse sentido, perceber-se que a resenha da professora Edméa de Oliveira Santos não apenas interpreta o filme “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*”, mas também o coloca em diálogo com as questões centrais da cibercultura e do colonialismo de dados, aproximando a crítica social da obra às práticas de pseudoinclusão digital ainda presentes em nossa realidade. Sua análise evidencia que a simples distribuição de computadores ou a implementação de projetos tecnológicos, quando desprovidos de políticas públicas consistentes e de intencionalidade formativa, não significam de fato inclusão — mas sim a manutenção de uma lógica assistencialista que reforça desigualdades.

Ao denunciar a chegada de equipamentos defasados, sem conexão à internet e sem projetos sociais estruturados, a narrativa destaca que a inclusão digital não pode ser reduzida ao acesso instrumental. Ela deve contemplar a possibilidade de produção de autorias e exercício de cidadania, o que vai ao encontro da proposta de pesquisa-formação na cibercultura. Esse olhar crítico revela a potência do cineclube como dispositivo, na medida em que instiga educadores e futuros professores a refletirem sobre os limites das ações superficiais de tecnologia na educação e a buscarem alternativas de resistência e transformação.

Além disso, a resenha de Edméa aponta para um aspecto essencial: a necessidade de analisar as tecnologias não como ferramentas neutras, mas como artefatos culturais atravessados por interesses políticos e econômicos. Nesse sentido, ao relacionar a crítica do filme com os usos contemporâneos das tecnologias digitais, a professora amplia a compreensão do fenômeno do colonialismo de dados, evidenciando que a luta por inclusão digital deve ser também uma luta contra as formas de dominação e exploração que persistem no espaço digital.

Nesse momento, articulamos também os conhecimentos apreendidos durante as leituras propostas no desenho didático da disciplina, que serviram como base teórica para ampliar e aprofundar as reflexões desencadeadas pelo filme “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*”. As obras selecionadas, de caráter crítico e multirreferencial, dialogavam com autores que problematizam a colonialidade, a exclusão social e o impacto das tecnologias digitais na contemporaneidade, possibilitando aos discentes uma compreensão mais consistente do fenômeno estudado.

Para isso, o livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba (2019), foi incorporado como leitura fundamental no desenho didático, justamente por possibilitar o diálogo entre passado e presente no que diz respeito às práticas coloniais e suas permanências na sociedade contemporânea. A obra, ao relatar experiências e narrativas

de racismo cotidiano, evidencia como a colonialidade não se restringe a um legado histórico, mas se atualiza constantemente, moldando subjetividades e estruturas sociais.

Figura 23- Livro Memórias Plantação, Grada Kilomba².



Fonte: Google.

Kilomba nos convida a refletir sobre o que significa viver em um mundo em que o racismo opera como norma, organizando quem pode falar, quem pode ser ouvido e quem deve permanecer silenciado. Essa discussão se mostrou essencial para a pesquisa-formação, pois ajudou os discentes a perceber que o colonialismo de dados é também uma continuidade dessas práticas: algoritmos que classificam corpos negros como suspeitos, plataformas que invisibilizam vozes periféricas e tecnologias que reforçam desigualdades não são neutras, mas expressões de um sistema que ainda carrega os mesmos valores eurocêtricos e patriarcais denunciados pela autora. Como podemos observar na resenha a seguir:

Resenha Professora Sonia Aparecida da Silva Souza.. “Quanto vale ou é por quilo?” O filme de autoria de Sérgio Bianchi apresenta críticas relacionadas ausência de políticas públicas em detrimento de pessoas marginalizadas. Diante deste contexto de abandono pelo poder público, as ONGS ganham território, oferecendo a comunidade computadores sucateados com internet de baixa velocidade. Escravidão por dívidas, no

² LIVRO: KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

contexto atual reformulada, hipocrisia de quem dirige ONGS que “cuidam”, mas que ao mesmo tempo, “vendem” pessoas como escravas; o filme apresenta links, intercalando o antes e o depois, a reconfiguração de utilizar-se o oprimido em prol de vantajosos benefícios. A alforria continua sendo comprada e rendendo lucros extraordinários àqueles que a “concedem”. Inicialmente, o autor aborda o contexto dos escravizados, retratando ausências do lugar de existência, de fala e de direitos. Partindo destas lembranças, o filme destaca a continuidade das formas camufladas de escravidão e racismo, nos remete às duras realidades nas quais o negro residiu, e que se perpetua ainda hoje, saiu das senzalas, para “liberdade” sem políticas públicas para acolhê-lo; O negro foi transportado da fazenda dos “barões do café” para a escravidão das ruas, para as más condições de sobrevivências como um todo; foram lançados a uma dimensão migração fazenda/mundo. O ganho das ruas ocorreu sem prévias, ao contrário da Segunda Revolução Industrial contemporânea a abolição da escravatura, estruturada e bem elaborada, seguia majestosa “conquistando” o globo, ao passo que os negros recém-libertos no Brasil alcançavam as ruas, sem conhecê-la, inverso da Inglaterra cujos alvos reconheciam com excelência. O filme intercala cenas do regime escravista de outrora, com o contexto atual, nos quais retrata a discriminação frente ao uso das tecnologias digitais. Comunidades marginalizadas do Estado do Rio de Janeiro recebem equipamentos de baixa qualidade, com conexões limitadas; a violência de outrora se caracterizava pelo castigo físico, limitação do direito de ir e vir. No cenário atual, tais direitos continuam sendo cerceados, no entanto, limitando direito de acesso a equipamentos e conexões de qualidade. Ao longo da história a colonização foi mecanismo de opressão, exploração, expansão de domínios, no entanto, com o surgimento de novas tecnologias, aprimoraram-se em as técnicas de exploração. A algoritmização vem reformulando bases políticas e econômicas mundo a fora, centrando-se nas Big Techs. O ciclo discriminatório encontra-se em ascensão através do racismo algorítmico, os dados são programados de forma a excluir negros e mulheres, levando-os a crer que a seleção para cargos almejados tenham sido justas, quando na verdade, nos bastidores a seleção foi previamente determinada através dos programas de computadores. Vale ressaltar que os computadores são protagonistas da trama do filme apresentados em forma de sucatas, no contexto da discriminação são peças fundamentais para cooptar aos dominantes os frutos para consumo, ou seja, a massa. A quebra de paradigmas de que as tecnologias são neutras precisa ser divulgada massivamente, a fim de que as pessoas tenham conhecimentos da real pretensão da utilização dos filtros. O neoliberalismo tem como aliado a algoritmização, mola mestra para alimentá-lo utilizando para tal, o extrativismo de informações de internautas, visando acúmulo de capitais. Para isso, não existem fronteiras geográficas, a cada clique nas barras de pesquisas em busca de produtos e serviços, nossos dados são coletados e utilizados de modo reverter-se em concentração lucros e relação de poder de empresas sobre as pessoas, e o fio condutor do colonialismo de dados está relacionado ao uso de informações obtidas através da utilização de plataformas. Na nova era colonial, a presença no território são indispensáveis, as nações cedem lugar às empresas que retêm dados através de nossas buscas, e muitas vezes ao concordamos com algo que não lemos ao acessarmos aplicativos. As grandes utilizam a inteligência artificial nas prestações de serviços dos motoristas de aplicativos com uber e 99, cadastrando condutores que precisam cumprir com uma série de exigências impostas, sendo classificados como profissionais liberais; entretanto, estão atrelados a uma série

obrigações para com os detentores das ações destas empresas, “liberdade” para trabalhar com ausências de direitos fundamentais. Em suma, o filme retrata a exclusão digital, ausência de letramentos, políticas públicas que permitam acesso a equipamentos e conexões que garantam aos usuários qualidades em produtos e serviços. O advento das tecnologias digitais apresenta semelhanças ao colonialismo histórico, as diferenças concentram-se nas estruturas. “Quanto vale ou é por quilo?” atualmente nos traria os limites de abrangências da banda larga e a utilização de dados para gerar lucros às empresas. A forma de escravidão exibida nas preliminares do filme relembra-nos como tudo começou, traz relatos das formas violentas com que os escravizados eram aprisionados, o uso máscaras de flandres para calar suas vozes, o tronco que funcionava como limitação de passos. As máscaras e troncos com o advento das novas tecnologias digitais são abstratos, estão contidos nas entrelinhas das programações, entre a mesa e o computador oriundas daqueles que ocupam este espaço e determinam os sujeitos que serão deletados. A Inteligência Artificial e os algoritmos estão em pleno vapor, reproduzindo o racismo estrutural na sociedade, nas empresas e no Vale do Silício. Assim como nas revoluções tecnológicas anteriores, o desenrolar da do destino dos dominados, advém de conglomerados de pequenos grupos que necessitam garantir seus altos lucros; seres humanos menos favorecidos continuam como moedas de trocas, os “senhores” mantem os privilégios. A estrutura sociopolítica passou por maquiagens, as velhas práticas perpetuam.

Para além do conteúdo do filme, a resenha da professora Sonia Aparecida da Silva Souza amplia a análise ao articular as críticas sociais apresentadas em *“Quanto Vale ou É Por Quilo?”* com os efeitos do colonialismo de dados e da algoritmização no presente. Ao destacar como as práticas coloniais se reinventam e se deslocam do espaço físico para os territórios digitais, a narrativa evidencia que o processo de opressão não desapareceu; apenas ganhou novas formas, mais sofisticadas e difíceis de serem percebidas.

A resenha da obra *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba, por sua vez, trouxe contribuições fundamentais ao evidenciar a permanência das marcas do colonialismo e do racismo no presente. A autora denuncia as formas de silenciamento e violência simbólica que ainda atravessam a experiência negra, apontando para a necessidade de se repensar as narrativas hegemônicas que insistem em invisibilizar essas vozes. Essa leitura dialogou diretamente com o filme de Sérgio Bianchi, permitindo que as discussões transitassem entre memória histórica, subjetividade e resistência.

O paralelo traçado entre os instrumentos de controle do passado — máscaras de flandres, troncos e castigos físicos — e os mecanismos de controle atuais — algoritmos, filtragens invisíveis e exclusão digital — é particularmente potente, pois revela a continuidade da lógica de silenciamento e dominação. As tecnologias, em vez de garantirem liberdade plena, tornam-se novos “troncos digitais”, limitando acessos, vozes e oportunidades.

Nesse contexto, o texto *Do Colonialismo Histórico ao Colonialismo de Dados: reflexões sobre a relação entre Big Data e o sujeito* ofereceu uma perspectiva teórica importante para compreender as continuidades entre práticas coloniais do passado e os atuais mecanismos de controle e exploração de dados. A leitura destacou como as grandes corporações digitais operam sobre os rastros informacionais deixados pelos sujeitos, instaurando novas formas de dependência e dominação que atualizam a lógica colonial.

Por fim, o fórum do primeiro filme, “*Quanto vale ou é por Quilo?*”, constituiu-se como espaço de interação e elaboração coletiva do conhecimento. Os estudantes puderam registrar suas impressões, relacionar as cenas e críticas apresentadas na obra com as leituras propostas e levantar provocações que ampliaram o debate. O exercício revelou a potência do Cineclube como dispositivo pedagógico, pois uniu experiência estética, fundamentação teórica e construção de uma postura crítica diante das múltiplas formas de colonialismo, histórico e contemporâneo, que atravessam a sociedade.

4.2 O Documentário “*Coded Bias*” como Disparado de Narrativa

Como parte da continuidade da pesquisa, foi exibido o documentário “*Coded Bias*”, que problematiza o racismo algorítmico e as formas contemporâneas de vigilância digital. As análises foram realizadas com a turma de Teorias e Política Curricular (2024.2 – T27). Inicialmente, a questão foi apresentada em ambiente presencial e retomada em encontro síncrono, de modo a favorecer a problematização coletiva. Na sequência, no ambiente virtual de aprendizagem da plataforma SIGAA, foi disponibilizado o dispositivo cineclube e organizadas as questões de estudo, com a finalidade de aprofundar a compreensão do fenômeno. A partir desse percurso, foram propostas as seguintes questões:

Registros de achados referentes às abordagens elencadas no documentário. Estudo de casos: você deverá apresentar uma situação de reconhecimento facial por Inteligência Artificial e suas consequências, apresentando um breve relato. Vídeos, notícias da mídia que tratem do caso, comentando as postagens dos colegas. Regulação da Inteligência Artificial: há escassez de regulamentos e leis que tratam do uso da Inteligência Artificial. Investigue esse dilema e compartilhe suas descobertas sobre o tema.

Ao registrar os achados, solicitou-se que os discentes demonstrassem compreensão acerca do conteúdo central do documentário, destacando as falhas nos sistemas de reconhecimento facial de pessoas negras e mulheres, bem como os vieses algorítmicos de caráter racista e machista. Tais tópicos foram indicados como eixos norteadores, ainda que a

película documental trouxesse outros aspectos igualmente relevantes. Os registros, no entanto, permaneceram livres, possibilitando que cada participante expressasse suas percepções e interpretações a respeito das questões evidenciadas.

Em um segundo momento, foi proposto o estudo de casos, no qual os estudantes deveriam apresentar exemplos concretos de falhas relacionadas ao uso do reconhecimento facial mediado pela inteligência artificial. O objetivo dessa etapa foi aprofundar as análises e ampliar a compreensão coletiva sobre as problemáticas discutidas, reforçando que os fenômenos apresentados não se configuram como situações distantes ou restritas a outros contextos, mas estão presentes no cotidiano e impactam diretamente a sociedade.

Como terceiro ponto, buscou-se chamar a atenção para as controvérsias existentes em torno das legislações sobre o uso da internet no contexto da cibercultura. Nesse sentido, propôs-se a inclusão de reflexões sobre a regulamentação do uso da inteligência artificial, considerando que seu desenvolvimento e aplicação vêm ocorrendo de forma acelerada, em grande parte sem o devido amparo normativo, o que acentua riscos e vulnerabilidades sociais.

Transparência significa a política do se tornar visível do regime de informação. Quem só faz alusão à política pública da informação de uma instituição ou pessoa, ignora seu alcance. A transparência é a coação sistêmica do regime de informação. O imperativo da transparência é: tudo deve estar disponível na condição de informação. Transparência e informação têm o mesmo significado. A sociedade da informação é a sociedade da transparência. O imperativo da transparência faz com que as informações circulem livremente. (Han, 2022, p. 14)

A disseminação irrestrita de informações configura uma estratégia baseada em uma falsa noção de liberdade e um atrativo comercial. A coleta de dados é empregada para controlar os indivíduos. Em outras palavras, idealizou-se um sistema de alcance global, mas não se desenvolveu uma estrutura fundamentada na regulação do produto oferecido.

Um exemplo da disseminação de informações falsas durante o período da escravidão é o mito de que consumir manga com leite seria letal. Essa crença foi utilizada como meio de dominação e exclusão, negando o acesso a alimentos que eram reservados para a casa-grande, fato que nos remete a uma das casas em que trabalhamos. Da mesma forma, explora-se, afasta-se e controla-se o acesso na era da tecnologia digital de ponta, que, está amplamente disponível, e aparenta acolher e incluir a todos. No entanto, essa aparente docilidade preserva as mesmas prerrogativas tradicionais de aniquilação. As técnicas coloniais ancestrais atuais estão integradas às tecnologias digitais, com os mesmos efeitos destrutivos, por meio de ações imediatas e com grande alcance. Com apenas uma programação, coletam-se os dados de milhões de usuários da internet simultaneamente.

Um fato curioso circula nas redes: o morango está em alta. A fruta vem sendo

apresentada acompanhada de vários recheios, com cobertura semelhante à da tradicional maçã do amor. Esse fenômeno do momento atingiu grande engajamento com o público via plataformas digitais e virou celebridade. Esse fato nos revela o quanto se podem influenciar através das tecnologias digitais. Surgiram receitas em vários sites; os *reels* se tornaram “vermelhos” de tantos compartilhamentos e postagens indicando o consumo da fruta coberta pela camada açucarada.

Ao realizar buscas por "morango do amor" na barra de pesquisas, surgem instantaneamente várias opções, cada qual mais atraente. A propaganda da nova descoberta está gerando renda para diversos setores industriais e comerciais. Algumas marcas vêm sendo destacadas pelo anúncio de seus produtos como ingredientes. A pedagogia comercial dominante exerce seu papel com maestria: siga a moda, sem questionamentos críticos e sem analisar o quanto os rastros estão sendo deixados e explorados, contribuindo majestosamente. A política de vigilância digital continua produzindo recursos para os setores envolvidos, e muitas pessoas não percebem que são a geradoras diretas desses dados. Compreendemos, assim, o quanto a função educacional precisa fomentar práticas críticas, incluindo a educação financeira. Entretanto, essa necessidade esbarra em bases sistêmicas interessadas em não educar para esse fim, desafiando a docência a criação dessas ambiências.

O documentário aborda, entre outras questões, a regulação da inteligência artificial, considerada um novo método de escravismo. No contexto do trabalho compulsório desempenhado por pessoas negras, viu-se nessa atividade cruel formatos de ampliação de negócios. Introduziram pessoas como mercadorias e, com o avanço da ciência, surgiram novas tecnologias. A partir desse momento, iniciou-se uma suposta “preocupação” com essas pessoas: criara-se a lei que proibia o tráfico negreiro transatlântico, a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888), a “libertadora”. Ou seja, só se preocuparam com a questão escravista quando a economia se voltava para novas áreas de concentração. Escravizaram, exploraram e ceifaram vidas e sonhos; somente depois buscaram legislar sobre a questão, criando leis cujos objetivos eram, em grande parte, responder à Europa industrial. Afinal, tais leis tinham pouca aplicação prática: o tráfico transatlântico foi proibido, mas, internamente, permanecia o livre comércio; o chamado “ventre livre” mantinha a criança sob tutela do senhor até aos vinte e um anos; e os sexagenários eram libertos, em condições tão desumanas que raramente chegavam a essa idade. Por fim, a “benévola” Lei Áurea retirou o contingente escravizado da senzala e o lançou em outras formas de escassez e exploração.

A vertente contemporânea do escravismo traz legados do modelo anterior e também

foi instaurada sem respaldo legal. Ela explora o Sul Global e utiliza atividades extrativas semelhantes no sistema passado. No modelo atual, entretanto, a matéria-prima extraída consiste em dados coletados a partir das informações deixadas nas plataformas digitais. Esses dados são manipulados de acordo com interesses específicos, e a exploração torna-se um elemento recorrente nos diferentes tipos de colonialismo.

Nas questões propostas para o desenvolvimento da pesquisa, os discentes se apropriaram das referências de modo particular, interagindo com sua própria percepção e multirreferenciando, sem a necessidade de seguir modelos específicos.

Resposta: ACHADOS. por Isabella Silva Bugarimo. O documentário “Coded Bias” traz uma perspectiva extremamente importante e pouco discutida sobre a Inteligência Artificial (IA). Comumente, as discussões sobre as problemáticas da IA se concentram em questões como a substituição do trabalho humano, o impacto econômico e os desafios nos espaços acadêmicos, especialmente em relação à produção de conhecimento. Mas não costumamos refletir sobre pautas raciais e sociais. É exatamente por esse motivo que acredito que esse documentário chama tanto a atenção, ao abordar pontos que, infelizmente, ainda são “novos” para nós. Logo no início, quando a pesquisadora relata sua experiência com a ineficiência do reconhecimento facial em identificar seu rosto por ser uma pessoa negra, e como o sistema só conseguiu reconhecê-la após ela colocar uma máscara branca, já conseguimos ter a dimensão do problema. Uma fala que me chamou atenção é sobre a visão equivocada de que esses sistemas seriam utilizados apenas por parcelas ricas e privilegiadas da sociedade, quando, na realidade, ocorre o contrário: essas tecnologias chegam primeiro às classes populares, muitas vezes de forma impositiva, como no caso de um condomínio onde foi implementado um sistema de reconhecimento facial contra a vontade dos moradores. Outros exemplos também são apresentados, como o caso da Amazon, em que uma IA foi utilizada para fazer um processo seletivo e automaticamente descartou todos os currículos de mulheres; e o caso de um algoritmo em uma instituição médica que priorizava o atendimento de pacientes brancos em relação aos pacientes negros. Todos esses casos me fizeram refletir sobre como isso está presente em nosso dia a dia, sem que tenhamos dimensão disso: está nas recomendações de conteúdos que recebemos, nas empresas das quais consumimos, sem termos consciência de como funcionam seus sistemas.

Essa reflexão evidencia a função democrática ~~no uso~~ da plataforma, na qual a maioria das questões apresentadas foi desenvolvida. A discente empregou vocabulário e interpretações autorais sem intervenção algorítmica, e sua fala demonstrou os impactos prejudiciais da inteligência artificial.

A resposta de Isabella Silva Bugarimo, apresentada como “Achados”, constitui um exemplo representativo desse processo. A praticante demonstra uma leitura sensível e atenta do documentário “Coded Bias”, destacando não apenas os aspectos técnicos da Inteligência Artificial, mas também seus impactos raciais e sociais, muitas vezes invisibilizados nos

debates convencionais. Ao relatar o episódio em que a pesquisadora negra precisa usar uma máscara branca para que o sistema de reconhecimento facial a identifique, Isabella reconhece a gravidade simbólica e política do racismo algorítmico, percebendo-o como continuidade das práticas coloniais sob uma nova roupagem digital.

A discente também traz para o centro da discussão a contradição do uso dessas tecnologias: longe de serem privilégio das elites, elas chegam primeiro às classes populares, muitas vezes impostas como soluções de “segurança” ou “modernização”. Esse olhar crítico amplia o debate ao evidenciar que os sujeitos historicamente vulnerabilizados continuam a ser os principais alvos de experimentações tecnológicas, reafirmando a lógica colonial de exploração e controle.

Além disso, ao citar casos como o da Amazon — que descartou automaticamente currículos de mulheres — e o de uma instituição médica que priorizava o atendimento de pacientes brancos, Isabella demonstra capacidade de articular exemplos concretos às reflexões teóricas e cinematográficas propostas no cineclube. Sua escrita evidencia o impacto direto da IA na vida cotidiana, revelando como os algoritmos moldam escolhas, acessos e oportunidades sem transparência ou controle social.

Essa reflexão também destaca a importância do uso democrático da plataforma: a praticante exerceu sua autoria, utilizando vocabulário próprio e construindo interpretações singulares, livres de filtros ou padrões impostos. Assim, a atividade cumpriu sua função formativa ao estimular a produção de sentidos críticos e a resistência às narrativas hegemônicas sobre a tecnologia.

Discutir esses fatos contribui para a decolonização do saber, na medida em que possibilita tensionar as estruturas invisíveis que sustentam práticas discriminatórias, tanto no campo social quanto no digital. Ao evidenciar os mecanismos de opressão que se repetem, agora mediados por algoritmos e plataformas, abre-se espaço para que os discentes possam questionar a suposta neutralidade das tecnologias e reconhecer nelas instrumentos de manutenção de privilégios históricos.

As questões a serem investigadas foram formuladas com esse propósito: problematizar acontecimentos e compreendê-los como instrumentos de dominação, desvelando as continuidades entre o colonialismo histórico e suas atualizações contemporâneas no ambiente digital. Esse movimento implica desconstruir conceitos previamente estabelecidos — como inclusão digital, meritocracia ou neutralidade tecnológica — que, sob a aparência de universais e incontestáveis, operam como dispositivos de controle em larga escala.

Assim, a pesquisa assume aqui um caráter também emancipatório, pois não se limita à

transmissão de saberes, mas promove a criação de um espaço dialógico em que os praticantes aprendem a desconfiar, questionar e reinterpretar o mundo a partir de múltiplos olhares. Ao exercerem essa prática crítica, tornam-se sujeitos ativos na luta contra o colonialismo de dados, capazes de construir resistências pedagógicas e sociais frente às formas sutis e naturalizadas de opressão.

Por outro lado, é fundamental compreender que as produções narrativas realizadas no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) também geram rastros digitais que circulam, se entrelaçam e são constantemente lidos em redes. Cada comentário, cada atividade ou resenha publicada pelos estudantes deixa marcas que, embora, aparentemente estáticas, continuam a transitar no espaço digital, sendo passíveis de arquivamento, monitoramento e reutilização.

Esse aspecto evidencia a ambiguidade do ambiente digital: ao mesmo tempo em que potencializa práticas pedagógicas colaborativas e multirreferenciais, também expõe produções autorais a uma lógica de vigilância e de exploração. Nossos registros, ainda que com intencionalidade formativa, podem ser capturados e ressignificados fora do contexto original.

Exemplo disso é o que ocorre em alguns cursos de Educação a Distância (EAD), sejam preparatórios ou de graduação, em que provas, atividades avaliativas ou mesmo trabalhos autorais de discentes são encontrados circulando em redes e grupos digitais após terem sido resolvidos. Esse fenômeno reforça o caráter de mercantilização e extrativismo de dados, em que produções acadêmicas deixam de ser vistas como expressão singular de um estudante para se tornarem insumos replicáveis, muitas vezes negociados como mercadoria.

Assim, se por um lado o AVA é espaço de aprendizagem, diálogo e criação coletiva, por outro ele também se converte em território de exposição e vulnerabilidade, inserido na lógica mais ampla do colonialismo de dados. Esse tensionamento precisa ser constantemente discutido na formação docente, para que futuros professores compreendam tanto as potencialidades quanto os riscos envolvidos na mediação pedagógica por meio das tecnologias digitais.

É fundamental entender que as produções em rede oportunizam tanto o colonialismo quanto insurgências pedagógicas. Compete à docência instruir acerca da potência das narrativas nesse contexto.

Resposta: ACHADOS. Por YASMIN GONÇALVES FAÇANHA O documentário “Coded Bias” nos leva à reflexão acerca do desenvolvimento de softwares e algoritmos, efervescente nos últimos anos, principalmente após a pandemia, quando nossas conexões ocorreram unicamente por meio da internet e da tecnologia. Esse assunto foi frequente em muitas redes sociais, tornando-se um enorme debate, no qual os principais problemas do desenvolvimento de programas estavam relacionados à segurança e,

consequentemente, ao racismo. Em minha formação, compreendendo um pouco do desenvolvimento de programas, é extremamente triste lembrar como os principais produtores de ciência e tecnologia ainda deixam de lado as questões éticas e sociológicas. Não que seja uma surpresa, levando em consideração como nossa produção de material tecnológico está moldada por vieses capitalistas, centralizados em pequenos polos industriais movidos por grandes fortunas. O documentário me fez pensar nas questões de mercado e na tecnologia produzida.

Respostas: ACHADOS, por PRISCILLA PEREIRA DE SEIXAS GOMES. O documentário “Coded Bias” me fez perceber o quão profunda está a relação da Inteligência Artificial no íntimo de cada indivíduo, saber como a China é invasiva e autoritária com suas leis para o acesso me incomodou muito, pessoas vigiadas a cada passo, a cada clique, a cada mensagem enviada, racismo produzido pela própria IA, a nutrição que essa IA recebe de pessoas machistas e preconceituosas, existe uma passagem no filme que mostra o quanto nossas mínimas ações são invadidas através dos milhares de acessos que fazemos diariamente às redes, o fato é que nós alimentamos as inteligências artificiais por meio de nossas constantes buscas e uso em seus programas interacionais, pode parecer que o acesso a essas inteligências esteja se tornando democrático porque agora todos conseguem acessá-las, no entanto vejo isso como o uso inteligente sobre a ignorância individual da limitação de acessos aos nossos dados, ou seja, me parece que o motivo para hoje termos acesso a essas inteligências tem um fator importante vinculado, a nutrição que podemos dar a elas, com mais experiências, mais “acertos” e “reparos”, a inteligência artificial vai se aperfeiçoando, preocupa-me o fato de o controle sobre seus próprios comandos já estar perdido em alguma outra esfera, é uma máquina que já sabe os melhores caminhos para seu desenvolvimento, para os ignorantes confiantes torna-se uma janela de preconceitos, anotei algumas frases-chave ditas no documentário e deixo aqui para futuras contribuições: “Treino de obediência ao algoritmo”, “IA machista, racista”, “Sua visão do mundo é governada pela inteligência artificial”, “Ameaça às lutas sociais”, “Através da IA economizo o tempo que gastaria conhecendo alguém”, “A falta de ética da IA”, “Punições irregulares”, “Algoritmos opressores”.

Essas são algumas das interações relacionadas ao documentário “Coded Bias”, as quais reúnem observações e conclusões sobre as temáticas levantadas. Elas demonstram como a plataforma foi utilizada como uma potente interface democrática e decolonial, na qual os participantes compartilharam seus aprendizados e construíram um ambiente formativo crítico e participativo.

Essas interações evidenciam que o documentário foi capaz de mobilizar os discentes a construírem análises críticas que ultrapassam a dimensão técnica da Inteligência Artificial, alcançando a leitura de seus impactos sociais, éticos e políticos. As respostas de YASMIN GONÇALVES FAÇANHA e PRISCILLA PEREIRA DE SEIXAS GOMES revelam duas dimensões complementares: de um lado, a denúncia da produção tecnológica marcada por vieses

capitalistas, que desconsidera questões éticas e sociológicas; de outro, a problematização da invasividade e do caráter opressor dos algoritmos, que se alimentam das interações cotidianas dos usuários, reproduzindo preconceitos e reforçando desigualdades.

Y. destaca a contradição de um campo científico-tecnológico que, mesmo em pleno século XXI, insiste em negligenciar debates raciais e sociais, permanecendo atrelado a uma lógica de produção movida pelo capital e centralizada em polos de poder. Já P., ao se debruçar sobre a experiência de vigilância na China, amplia a discussão para a questão do controle social em larga escala, apontando como a coleta massiva de dados individuais pode se converter em uma forma de treinamento de obediência ao algoritmo. As frases que ela registra como “IA machista, racista” e “Sua visão de mundo é governada pela inteligência artificial” são indicativas de um processo de apropriação crítica, no qual a estudante transforma enunciados do filme em categorias de análise e denúncia.

Essas produções confirmam que o ambiente virtual funcionou como uma interface democrática e decolonial, permitindo que as narrativas autorais dos discentes circulassem em diálogo, sem hierarquias rígidas, e que os sentidos produzidos se entrelaçassem em um espaço formativo coletivo. O glossário, os fóruns e as resenhas se consolidaram como estratégias pedagógicas insurgentes, nas quais o ato de escrever e partilhar não foi apenas um exercício acadêmico, mas um gesto político de resistência frente ao colonialismo de dados.

Os dados refletem a essência humana, enquanto as máquinas são apenas instrumentos do raciocínio de seus programadores, que as alimentam e imprimem nelas os conteúdos e vieses de cada indivíduo que elaborou os algoritmos. A ausência de conhecimento dificulta a compreensão desses conceitos, já que muitos desconhecem os impactos da manipulação de dados. Tais manipulações fazem parte da própria história humana e, ao longo dos anos, foram sendo ajustadas para atender a metas específicas.

Um modelo, afinal de contas, nada mais é do que a representação abstrata de algum processo, seja num jogo de beisebol, a cadeia logística de uma petroleira, as ações de um governo estrangeiro ou o público de um cinema. Esteja ele rodando dentro de um computador ou na nossa cabeça, o modelo pega o que sabemos e usa isso para prever respostas em situações variadas. Todos nós carregamos milhares de modelos em nossas cabeças. Eles nos dizem o que esperar e guiam nossas decisões. (O'NEIL, 2020, p. 30)

A autora ilustra o processo de coleta de dados, que muitas vezes se apresenta como algo natural e inofensivo. Por isso, é fundamental alterarmos nossa visão sobre as plataformas online, destacando os danos que podem provocar. É nesse ponto que emergem os desafios da educação: desconstruir a noção de inocência e neutralidade da tecnologia.

As novas tecnologias rastreiam constantemente nossos movimentos. Embora essa

supervisão possa trazer vantagens em alguns aspectos, ela também restringe a privacidade, delimita espaços e determina quem pode ocupá-los, baseando-se em preconceitos estruturais como racismo, classismo e machismo.

O novo colonialismo é datafocado, e sua violência muitas vezes sutil produz a precarização nada suave do trabalho e aponta para uma submissão social enredada e gamificada que formata sujeitos submetidos à servidão das máquinas e aos sistemas algorítmicos das grandes empresas do Norte Global. (Faustino e Lippold, 2023, p. 15)

Os autores sustentam que o novo colonialismo leva à degradação do trabalho e à subordinação social. No entanto, muitos indivíduos percebem o universo digital apenas como um meio de acessar redes sociais e novos serviços, sem reconhecer possíveis prejuízos. Esse conceito, entretanto, transcende tais possibilidades. Diversos indivíduos têm dificuldade em compreender o fenômeno, ignorando o impacto direto e indireto que o meio digital exerce sobre suas decisões e atitudes relacionadas ao trabalho, à aquisição de produtos e à utilização de serviços. As táticas das grandes corporações para atrair clientes na era contemporânea vão além da mera transação em plataformas digitais. A interação com o cliente não se restringe apenas à realização de compras ou à busca por serviços, mas inclui também a avaliação do perfil do usuário, a fim de direcionar a publicidade com base nos rastros por ele deixados.

Seria a tecnologia um ator autônomo, separado da sociedade e da cultura, que seriam apenas entidades passivas percutidas por um agente exterior? Defendo, ao contrário, que a técnica é um ângulo de análise dos sistemas sóciotécnicos globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independentemente do resto, que teria efeitos distintos e agiria por vontade própria. (Lévy, 1999, p. 264)

A falta de reconhecimento da não neutralidade das plataformas digitais por uma grande parcela da população precisa ser compreendida como uma demanda formativa e urgente. Não se trata apenas de informar sobre os riscos do uso das redes, mas de formar consciências críticas capazes de identificar como os algoritmos, as métricas de engajamento e os sistemas de recomendação são desenhados para atender a interesses econômicos e políticos, e não ao bem comum.

Para isso, é essencial promover um retorno simbólico ao momento de introdução dos saberes: assim como a alfabetização tradicional abriu caminhos para que sujeitos pudessem ler e escrever o mundo, é preciso hoje uma alfabetização digital crítica, que habilite as pessoas a reconhecerem os mecanismos de manipulação embutidos no design das plataformas. Essa alfabetização, no entanto, não se limita ao ambiente físico escolar; deve ocorrer também no território das redes sociais e espaços digitais, onde a circulação de

informações e narrativas afeta diretamente a formação de imaginários e identidades.

Nesse processo, a docência tem um papel central: produzir, compartilhar e mediar conteúdos que revelem as induções propositas realizadas pelas grandes corporações digitais. Isso significa tensionar os discursos de neutralidade e inovação, mostrando que por trás de cada clique há rastros, intenções e estratégias de captura de atenção e de dados. Ao mesmo tempo, é necessário criar brechas pedagógicas nas próprias plataformas, transformando-as em espaços de resistência, denúncia e produção de saberes plurais.

Assim, a formação crítica para a cibercultura não é apenas uma adaptação às novas tecnologias, mas um movimento ético e político de enfrentamento ao colonialismo de dados, capaz de devolver às comunidades o poder de interpretar, questionar e transformar as realidades que os algoritmos tentam naturalizar. Esse processo exige a compreensão de que o uso das plataformas digitais não pode ser reduzido ao domínio técnico-instrumental, mas deve envolver a capacidade de leitura crítica do mundo digital, reconhecendo nele tanto seus potenciais emancipatórios quanto seus mecanismos de opressão.

Nesse sentido, a docência assume um papel de mediação fundamental, pois é por meio dela que os sujeitos em formação podem ser conduzidos a perceber que as tecnologias digitais não são neutras, mas carregadas de intencionalidades políticas, econômicas e culturais. A construção de letramentos digitais críticos se torna, portanto, um caminho pedagógico para a resistência e para a insurgência, garantindo que as novas gerações sejam capazes de atuar não apenas como consumidoras, mas como produtoras de narrativas e de conhecimentos no ambiente digital.

Ao adotar essa postura, a educação se coloca como campo de disputa frente às práticas coloniais que persistem na cibercultura. E, ao mesmo tempo, abre espaço para a invenção de práticas pedagógicas decoloniais, que se apoiam na multirreferencialidade, no diálogo e na valorização de epistemes historicamente silenciadas. Trata-se de uma formação que, ao reconhecer as marcas da colonialidade inscritas nos algoritmos, aposta na possibilidade de reconfigurar os usos das tecnologias em favor da justiça social, da diversidade cultural e da emancipação coletiva.

5 ANÁLISES E EMERGÊNCIAS DOS DADOS

Os achados de nossa pesquisa nos permitem compreender que as práticas coloniais por meio da extração de dados funcionam de maneira eficiente. Observou-se que uma grande parte dos discentes que compuseram o campo de pesquisa, em um primeiro momento demonstravam desconhecimento crítico acerca de como a inteligência artificial e os algoritmos afetam diretamente a vida das pessoas. Identificou-se, ainda, que os olhares daqueles que possuíam alguns conhecimentos prévios sobre esse novo modelo colonial eram parciais e fragmentados, o que confirma a eficácia da estratégia de invisibilização que sustenta o colonialismo de dados: manter ocultas suas reais intenções opressoras e mantenedoras de privilégios.

Esse cenário permitiu identificar que os efeitos do colonialismo digital reverberam massivamente, uma vez que, da mesma forma que entre os discentes as práticas coloniais contemporâneas passavam despercebidas, o mesmo se repete em amplos segmentos sociais. Em geral, a população segue alimentando os lucros das corporações digitais, sem ter plena consciência de que ~~está~~ contribui para um sistema que concentra poder, acumula capital e reforça desigualdades históricas.

Na escravidão histórica presencial, a exaustão fazia parte do macrosistema de opressão e controle. Homens, mulheres e crianças eram explorados até os limites físicos, tendo sua força de trabalho constantemente apropriada para manter os privilégios de poucos. Hoje, no colonialismo de dados, a lógica é semelhante: à exaustão não é física, mas se manifesta na hiperconectividade, na sobrecarga informacional e no cansaço digital. A todo momento, os sujeitos são induzidos a permanecer ativos nas redes, a produzir conteúdos, a clicar, a reagir, a compartilhar, sempre deixando rastros que são extraídos e transformados em mercadoria pelas grandes corporações.

Essa comparação evidencia que, embora os instrumentos tenham se transformado, os mecanismos de dominação permanecem estruturados em torno da exploração e do controle. O que antes se fazia por meio da força e da violência física, hoje ocorre pela sedução das interfaces digitais, pelo estímulo constante ao consumo e pela captura invisível dos dados. A colonialidade, portanto, ressignifica suas ferramentas, mas mantém intocados seus alvos: os corpos, as subjetividades e as produções simbólicas dos povos historicamente explorados.

Os resultados obtidos com a análise das duas exposições evidenciaram o quanto o tema abordado requer discussões e divulgações amplas, pois se configura como um inimigo silencioso, persuasivo, que afeta diretamente comportamentos em todos os âmbitos. Vivemos

o momento da chamada sociedade de produção: as mídias nos impelem a produzir o tempo todo e, quando eventualmente nos encontramos em momentos livres, sentimos culpa por tal situação, como se nunca fôssemos o bastante. Os meios utilizados pelo colonialismo atual mantêm os anteriores, acrescidos dos aparatos tecnológicos. Porém, o desejo continua sendo o de manter privilégios. As leis de aposentadoria atuais assemelham-se àquelas criadas para “libertar” o povo negro da escravidão, pois mostram um percurso cheio de entraves, desencorajam pelo cansaço, exigem extrema força de vontade para seguir. Os discentes vivem, ou melhor, sobrevivem ao colonialismo de dados e não percebem que muitas das dificuldades que enfrentam são produzidas por um sistema capitalista que não mede esforços para atingir seus objetivos, passando por cima do que for necessário para que suas metas sejam cumpridas.

Ou seja, estamos submersos nesta nova ordem denominada colonialismo de dados, tornando-nos seus colaboradores diretos sem sequer perceber o quanto contribuímos para sua manutenção. No passado colonial, as privações e castigos físicos estavam presentes, reais; no momento presente, eles se apresentam de forma sutil. As redes são bombardeadas por ofertas de todos os gêneros. Se antes as revistas com propagandas difundiam um modelo de vida idealizado, hoje esse processo permanece, com um agravante: a interatividade. Pessoas tornam-se vítimas de falsos aconselhamentos por “profissionais” de várias áreas nas redes; e, o tempo todo, surgem sugestões de tratamentos psicológicos que nos adoecem em tempo real e, ao mesmo tempo, oferecem os caminhos para a cura frente às causas produzidas com fins lucrativos.

As percepções do campo em relação à atuação do modelo colonial atual apresentaram resultados favoráveis ao próprio sistema, uma vez que apenas uma minoria dos discentes demonstrou possuir algum nível de conhecimento ou criticidade acerca dessa nova vertente colonial. Essa constatação evidencia não apenas a eficiência das estratégias de ocultamento das grandes corporações digitais, mas também a profundidade com que tais práticas estão naturalizadas no cotidiano.

Eles nos cansam para que não percebamos; nos ocupam com uma enxurrada de informações, notificações e demandas que parecem inevitáveis, tornando difícil elaborar uma leitura crítica sobre os processos em curso. A exaustão digital opera como ferramenta de dominação: quanto mais sobrecarregados estamos de estímulos, menos espaço sobra para reflexão, análise e resistência.

Ao mesmo tempo, somos capturados pelas distrações cuidadosamente oferecidas — vídeos curtos, recomendações personalizadas, fluxos intermináveis de conteúdos — que se

apresentam como entretenimento, mas funcionam como iscas. Nessa dinâmica, não atentamos às tramas mais profundas que sustentam o colonialismo de dados: a apropriação massiva de informações pessoais, a reprodução de preconceitos sociais nos algoritmos e a manutenção de privilégios de grupos específicos sob o disfarce de neutralidade tecnológica.

Assim, o estudo evidenciou que o modelo colonial contemporâneo se apoia em uma dupla estratégia: de um lado, a exaustão como tática de invisibilização; de outro, o entretenimento como mecanismo de distração. Juntas, essas práticas criam um ambiente em que o colonialismo de dados não apenas se mantém, mas se fortalece, tornando-se ainda mais difícil de ser identificado e combatido.

Nesse sentido, as comparações entre as duas obras revelam que o colonialismo de dados se manifesta em diferentes escalas e contextos, mas preserva a mesma lógica de ocultamento de intenções e manutenção de privilégios.

Na primeira exibição, “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*”, o acesso a computadores sucateados e superfaturados, distribuídos nas periferias sob o discurso de inclusão digital, denuncia uma prática de pseudoinclusão. O argumento de que “entretenimento também é cultura” funciona como uma forma de legitimar a entrega de equipamentos obsoletos e de baixa qualidade, mascarando o verdadeiro objetivo: lucrar com a miséria e o abandono social, ao mesmo tempo em que se mantém o público limitado a usos superficiais e pouco críticos das tecnologias. Nesse caso, o entretenimento surge como estratégia de distração, reforçando a desigualdade sob o rótulo de “cuidado social”.

Já em “*Coded Bias*”, embora o cenário seja outro, com computadores de ponta, ambientes acadêmicos de excelência e tecnologias avançadas, o mecanismo de exclusão se repete. O não reconhecimento de rostos negros pelos sistemas de reconhecimento facial expõe como a colonialidade digital opera de maneira mais sutil, mas igualmente violenta. Aqui, a exclusão não se dá pela entrega de equipamentos de baixa qualidade, mas pela programação enviesada dos algoritmos, que naturalizam a invisibilização e marginalização de determinados corpos.

Em ambos os casos, as reais intenções permanecem ocultas. No primeiro, sob o discurso da inclusão social, perpetua-se a exclusão digital. No segundo, sob a promessa da inovação tecnológica, reproduz-se a desigualdade racial. Essas narrativas se encontram no ponto em que a tecnologia, em vez de promover emancipação, é instrumentalizada para legitimar estruturas coloniais que sustentam a dominação econômica, cultural e simbólica.

Assim, o diálogo entre as duas obras reforça o entendimento de que não se trata apenas de discutir acesso ou qualidade técnica, mas de questionar os usos políticos e

ideológicos da tecnologia. O colonialismo de dados, em suas diferentes roupagens, continua a operar como sistema de vigilância, exploração e controle, seja por meio de computadores obsoletos que limitam, seja por algoritmos sofisticados que silenciam.

São esses caminhos que nos permitem compreender o colonialismo de dados não apenas como um fenômeno técnico, mas como uma dinâmica de poder que atravessa as esferas econômica, social, cultural e educativa. Ao analisarmos os filmes “*Quanto Vale ou É Por Quilo?*” e “*Coded Bias*”, fica evidente que a tecnologia, longe de ser neutra, constitui-se em instrumento de manutenção das desigualdades históricas, adaptando-se às novas roupagens do capitalismo digital.

Nesse sentido, o percurso da pesquisa mostra que questionar os usos políticos e ideológicos da tecnologia é tarefa urgente para a docência crítica. São esses caminhos de investigação que apontam para a necessidade de formar educadores capazes de identificar a colonialidade inscrita nos algoritmos e nas plataformas digitais, reconhecendo as formas de vigilância e de exploração a que estudantes e comunidades estão expostos cotidianamente.

Mais do que problematizar a precariedade dos acessos ou a sofisticação dos sistemas, é preciso desvendar a intencionalidade oculta que sustenta tais práticas, denunciando como os dados, assim como outrora a força de trabalho escravizada, se tornaram a nova mercadoria que alimenta privilégios. Nessa perspectiva, ~~que~~ o dispositivo cineclube e o glossário coletivo assumem relevância, pois abrem espaço para insurgências pedagógicas, possibilitando que futuros professores se apropriem criticamente dessas questões e multipliquem saberes de resistência. Mesmo que esses itinerários sejam cada vez mais fragmentados pela opressão e pela exploração.

Figura 24 - RJ 127 pós-chuvas fevereiro de 2024



Fonte: Rede Social

A imagem acima, embora não pareça, é da RJ-127, que liga a Baixada Fluminense ao município em que residimos. Em fevereiro de 2024, a rodovia foi atingida por fortes chuvas que acarretaram deslizamentos de terra e, consequentemente, a queda da vegetação que a cobria, em uma região de densa Mata Atlântica. O que antes se apresentava como uma paisagem viva e robusta passou a revelar sob a superfície desvelada marcas de destruição e fragilidade ambiental.

Comparamos o colonialismo à esta imagem da RJ-127: embora não pareça, ele permanece presente e devastador. Assim como a estrada parecia protegida pela cobertura da floresta, o colonialismo, em suas versões contemporâneas, oculta-se sob camadas de discursos de inclusão, neutralidade tecnológica e progresso. No entanto, quando as chuvas, metáfora para a crítica e a reflexão, escorrem sobre suas estruturas, o que se revela é a degradação causada por séculos de exploração.

O deslizamento que expõe o solo frágil sob a vegetação da Mata Atlântica assemelha-se à forma como o colonialismo de dados opera: sob a aparência de fluidez digital, conectividade e entretenimento, esconde-se uma lógica predatória de expropriação de informações, vigilância constante e manutenção de privilégios. Assim como o impacto ambiental não é visível de imediato, mas se acumula até o momento da catástrofe, o impacto colonial nas redes se acumula silenciosamente até emergir em formas explícitas de exclusão, racismo algorítmico e concentração de poder.

Portanto, a metáfora da RJ-127 permite compreender que o colonialismo não está no

passado, mas se reinscreve no presente: camuflado, disfarçado e naturalizado. Somente a crítica constante é capaz de desvelar suas marcas e abrir caminhos para práticas de resistência e reconstrução.

O ambiente digital, comparável ao território atingido pelas chuvas, encontra-se marcado por feridas estruturais: algoritmos racistas, práticas de vigilância massiva, pseudoinclusão digital e a transformação dos rastros pessoais em mercadorias de alto valor. Tais práticas, embora travestidas de inovação, revelam a permanência das lógicas coloniais, agora em roupagens sofisticadas. Nesse cenário, os resultados da pesquisa evidenciam a necessidade de uma formação docente crítica e insurgente, capaz de funcionar como a “chuva” que provoca deslizamentos, não de destruição, mas de revelação. É pela crítica constante, pela análise multirreferencial e pelo engajamento pedagógico que se torna possível abrir clareiras no terreno colonizado, permitindo que novas práticas de resistência e reconstrução floresçam.

Desse modo, como sementes que brotam pós-exibições, suscitaram-se olhares críticos e atentos às práticas coloniais vigentes. As narrativas fílmicas, acompanhadas pelas discussões nos fóruns e produções escritas, possibilitaram que os discentes identificassem, no presente, novas formas de controle social travestidas de modernidade e eficiência tecnológica.

Entre as reflexões mais significativas, emergiu a denúncia das propagandas aparentemente inofensivas que, em sua sutileza, reproduzem estereótipos e naturalizam desigualdades. Igualmente, ganhou destaque a percepção de como o racismo estrutural se infiltra nos algoritmos: se por um lado no ambiente acadêmico retratado em *“Coded Bias”* o rosto negro não foi reconhecido, por outro, no espaço público urbano, ele é imediatamente identificado, não para assegurar direitos, mas para alimentar sistemas de vigilância e criminalização.

A contradição é evidente: aquilo que se apresenta como inclusão tecnológica revela-se, na prática, uma inclusão perversa. Negros e periféricos são “incluídos” nos bancos de dados como sujeitos perigosos, catalogados por câmeras instaladas em avenidas, estádios de futebol, transportes públicos e outros espaços de grande circulação. Trata-se de uma inclusão seletiva que não promove cidadania, mas reforça mecanismos de exclusão e estigmatização.

Essas análises revelam que os discentes passaram a compreender o colonialismo de dados como uma atualização da lógica escravocrata, na qual corpos negros continuam a ser vigiados, controlados e silenciados. A diferença é que, agora, essa vigilância não exige a presença física do capitão do mato, mas se realiza por meio de câmeras, algoritmos e sistemas de reconhecimento facial.

Estratégias como as apresentadas no documentário “*Coded Bias*” devem ser criadas no âmbito docente: a união pela divulgação crítica do uso de dados e dos transtornos que causam, quase sempre mascarados por uma aparência de neutralidade e progresso. A escola, nesse sentido, deve assumir o papel de espaço privilegiado para desvelar essas práticas, problematizando o caráter ideológico dos algoritmos e denunciando como eles reproduzem preconceitos e desigualdades históricas.

No campo da formação de professores, isso implica construir dispositivos pedagógicos que tornem visíveis as engrenagens do colonialismo de dados, capacitando futuros docentes a atuarem não apenas como mediadores de conteúdos, mas como agentes críticos de letramentos digitais. A proposta não se resume a alertar sobre os riscos, mas a fomentar uma postura ativa de resistência e criação, em que os sujeitos possam compreender, questionar e reinventar os usos das tecnologias digitais.

Assim como no documentário, em que a pesquisadora Joy Buolamwini se une a outros estudiosos e ativistas para denunciar o racismo algorítmico, também no contexto educacional é preciso fortalecer redes coletivas de enfrentamento. Essas redes podem potencializar a produção e circulação de narrativas contra-hegemônicas, ampliando o alcance das vozes historicamente silenciadas e promovendo uma cibercultura decolonial.

Portanto, a docência que se abre para esse debate reconhece que a tecnologia não é neutra e que somente pela ação crítica e coletiva será possível romper com a naturalização das práticas coloniais em sua versão digital.

Como já mencionamos, em nossa infância até a adolescência não tínhamos aparelhos de televisão. Essa ausência, de certo modo, poupava-nos de um contato direto com as imagens massivamente veiculadas pelas mídias, mas não nos impedia que fôssemos atravessados pelas representações que circulavam socialmente. A televisão, naquele período, era um instrumento poderoso de produção de imaginários, consolidando a ideia do negro como paupérrimo, periférico, limitado a funções serviçais, enquanto o branco era constantemente retratado como supremo, civilizado e detentor de poder.

Por isso, causou-nos espanto quando, em uma reportagem assistida provavelmente no lar de alguém, vimos que também havia outras pessoas que viviam ~~a mesma~~ realidade semelhante à nossa, mesmo não sendo, em sua maioria, negras. Esse estranhamento evidencia a força da ideologia midiática na construção de identidades e percepções: aprendemos a naturalizar a associação da pobreza e da marginalidade ao corpo negro, enquanto o corpo branco, mesmo quando atravessado pela desigualdade social, era frequentemente ocultado nesses contextos.

Esse episódio nos permite refletir sobre como a colonialidade das imagens opera não apenas pela representação explícita, mas também pelo silenciamento e pelo apagamento de narrativas que poderiam desconstruir estereótipos. Ao se criar um padrão racializado para a pobreza e outro para a supremacia, consolida-se um modo de ver o mundo que molda tanto a autoimagem das pessoas negras quanto a forma como são vistas pelos outros.

A educação é o caminho para desmistificar a suposta neutralidade das plataformas digitais, pois apenas por meio dela é possível revelar as intenções ocultas que sustentam o funcionamento desses sistemas. Contudo, a falta de conhecimento crítico sobre suas atuações acaba se tornando o maior aliado do colonialismo de dados, uma vez que favorece a perpetuação de práticas de exploração e vigilância sem questionamento.

Em muitos espaços educacionais, ainda se evita ou se negligencia o debate sobre as implicações políticas, sociais e culturais das tecnologias digitais. A escola, que poderia ser o lugar privilegiado para problematizar o impacto dos algoritmos e a forma como eles reproduzem preconceitos e desigualdades, frequentemente limita-se ao uso instrumental das ferramentas. Nesse contexto, em vez de promover letramentos digitais críticos, acaba reforçando a lógica de consumo e dependência das grandes corporações.

Essa omissão pedagógica fortalece a ilusão de que as plataformas seriam neutras ou objetivas, quando, na realidade, operam como mecanismos de poder, moldando comportamentos, desejos e percepções sociais. Reconhecer e enfrentar esse processo exige uma educação comprometida com a decolonização do saber, que valorize múltiplas epistemologias, denuncie a colonialidade digital e promova práticas de resistência frente ao avanço silencioso das novas formas de dominação. Para isso, é necessário atribuir novos sentidos às práticas educativas e as relações com as tecnologias.

5.1 Os Sentidos Atribuídos pelos Discentes à Tecnologia e ao Colonialismo Digital

As práticas pedagógicas fundamentadas nos currículos ocultos das plataformas digitais mostraram-se eficazes, conforme evidenciado pelos resultados decorrentes das questões propostas. Foram empregadas várias referências para atribuir significados à tecnologia e ao colonialismo de dados, especialmente a partir das atividades de glossário coletivo.

Por exemplo, a cena do filme *“Quanto vale ou é por Quilo?”*, em que a jovem grávida, ao folhear uma revista, mostra ao marido a imagem de uma mulher que aparenta felicidade por ser bonita, ter dinheiro e desfrutar de tudo o que este pode proporcionar, revela

a lógica sedutora e aspiracional das mídias. Essa prática se mantém na atualidade, porém com roupagens digitais mais sofisticadas, por meio de ferramentas de marketing direcionado, algoritmos de recomendação, influenciadores digitais e publicidade personalizada.

Nas plataformas online, anúncios são exibidos de acordo com os rastros de navegação, buscas realizadas, curtidas e interações do usuário. A promessa de felicidade, sucesso e *status* social continua sendo o fio condutor, mas agora alimentada por big data e inteligência artificial, que permitem mapear desejos e vulnerabilidades individuais. Mídias sociais como Instagram, TikTok e YouTube, por exemplo, reforçam padrões de consumo vinculados à estética corporal, ao poder aquisitivo e ao acesso a marcas globais, tal como a revista impressa fazia, mas em escala muito maior e com poder de personalização praticamente ilimitado.

Essas práticas digitais “seduzem” o consumidor ao naturalizar a associação entre consumo e felicidade, transformando gostos pessoais em mercadoria e convertendo a vida cotidiana em vitrine. O que antes era construído pela mídia impressa e televisiva agora é intensificado pelos algoritmos, que direcionam conteúdos para manter a atenção e induzir escolhas de consumo.

Conexões. Por Isabella Monteiro Girardi do Carmo. “Acredito que tal cena do filme pode estar associada aos dias de hoje pela “facilidade” ao se fazer compras online pelos aplicativos de lojas baixados pelo celular que divulgam fotos “montadas” e com uma falsa impressão da realidade, com roupas, cabelos, maquiagens de um padrão de estética voltado para dar essa ideia de “realidade”. Pois, ao observar no outro a imagem “perfeita” acredita-se que ao pequeno ato de pintar o cabelo teremos a vida ideal.”

Por Giovanna de Oliveira Queiroz. “Através da manipulação dos dados, os conteúdos online na grande maioria das vezes, estão associadas as nossas buscas. Portanto, os anúncios são atrativos, com preços mais baixos, os produtos parecem ter muita utilidade e custo benefício fazendo com que as pessoas levem em consideração que precisam disso.”

Por Myla Leticia da Silva Jacinto. Considerando as situações apresentadas no filme “Quanto vale ou é por Quilo? ”, assim como o contexto do assassinato de Marielle Franco, o que para mim a semelhança na trama fica explícita. Como você percebe a persistência do racismo estrutural e da violência contra os defensores dos direitos humanos na sociedade contemporânea? E para além, como a pressão estética social, do casamento com uma mulher branca pode ter levado o seu esposo a “vender seus valores” para assassinar outra mulher, grávida, para ascender na sociedade que sua esposa visualizava nas revistas? Deixando claro por ela, que era algo “simples”, bastava eles se assemelharem aqueles padrões de vida. Pense por um lado que: sua tia, com a desculpa de “ajudar” uma menina negra a fazia de escrava. Vale a reflexão de que: que valores essa esposa branca tinha em relação a esse marido negro? (Tópico para se analisar também ao refletir sobre todas as nuances que esse filme traz). Você acha que: esses eventos conectam-se à exploração histórica dos escravizados e à exploração contemporânea dos dados e da mão de obra, especialmente em contextos tecnológicos

Nesse contexto, as praticantes narram experiências e reflexões que ampliam a compreensão crítica das relações entre consumo, estética, racismo estrutural e colonialismo de dados. Suas vozes, ao dialogarem com o filme, revelam como as práticas coloniais se reconfiguram nas mídias digitais e no cotidiano social, mas seguem mantendo o mesmo núcleo de opressão e exclusão.

Isabella evidencia como os padrões de consumo online, propagados por aplicativos de compras e redes sociais, constroem uma “realidade fabricada” na qual imagens montadas associam estética à felicidade, moldando identidades a partir de parâmetros hegemônicos. Giovanna, por sua vez, aponta para a manipulação dos dados como elemento-chave para seduzir consumidores, mostrando que a personalização dos anúncios reforça a ilusão de necessidade, intensificando o ciclo de exploração capitalista e colonial.

Já Myla desloca a análise para uma dimensão ainda mais profunda: ao conectar o filme com o assassinato de Marielle Franco, problematiza a persistência do racismo estrutural e da violência contra defensores dos direitos humanos. Sua reflexão escancara como o desejo de ascensão social via padrões eurocêntricos de estética e status pode levar à renúncia de valores éticos e ao pacto com práticas violentas. A provocação de Myla, ao indagar sobre os valores atribuídos pela esposa branca ao marido negro, explicita como o racismo atravessa relações afetivas, sociais e políticas, reproduzindo opressões históricas sob novas roupagens.

Essas narrativas, portanto, revelam que o cineclube não apenas mobilizou leituras críticas sobre o consumo e a tecnologia, mas também possibilitou a emergência de interpretações interseccionais, em que gênero, raça, classe e estética se entrelaçam. Ao apresentarem suas percepções pessoais e sociais, as discentes não se limitaram a repetir conceitos, mas se colocaram como autoras de novos sentidos, tensionando tanto o passado colonial quanto suas atualizações contemporâneas no ambiente digital.

As praticantes descrevem, assim, eventos que relacionam cenas do filme a contextos sociais e políticos atuais, além de abordarem a violência presente no cotidiano de uma ~~da~~ sociedade que busca de facilidades, na ausência de políticas educacionais capazes de engajar as pessoas na interpretação dos dados ao seu redor e o iminente perigo representado pelos rastros deixados nas redes, bem como pela propagação de notícias falsas que visam promover as ideias de uma minoria.

Após a narrativa do filme e com base nas vivências de uma geração que frequentemente é conduzida a comprar e consumir, pode-se afirmar que as combinações estratégicas midiáticas são minuciosamente elaboradas com intencionalidade. Cada detalhe,

da escolha da imagem ao texto que a acompanha, é construído para criar desejos artificiais, sustentados pela promessa de ascensão social e felicidade vinculada ao consumo.

A jovem, ao folhear a revista e perceber que a mulher retratada não se parecia com ela em inúmeros aspectos — cor da pele, classe social, padrão estético —, não apenas se distancia daquela realidade idealizada, mas passa a internalizar o discurso meritocrático. O raciocínio implícito é: “se eu me esforçar, se eu mudar, se eu consumir, também poderei chegar a esse lugar de destaque e felicidade”. Trata-se de uma narrativa que transfere para o indivíduo a responsabilidade de superar desigualdades estruturais, ocultando as dimensões históricas e sociais da exclusão.

Esse mesmo mecanismo se reproduz hoje nos ambientes digitais. Influenciadores, propagandas personalizadas e algoritmos reforçam constantemente a ideia de que o sucesso depende apenas de esforço e escolhas pessoais, enquanto ocultam os filtros coloniais e raciais que determinam quem é visibilizado e quem é silenciado nas plataformas. Assim, o mérito torna-se a roupagem contemporânea de uma lógica colonial que mantém intacta a estrutura de privilégios, mas disfarça sua violência sob discursos de oportunidade e progresso individual.

Por Renata Afonso Gonçalves Chaves. “a gente tem que batalhar pelo o que a gente quer” que afunda nós, classe trabalhadora, numa consciência que nossos desejos/necessidades só serão concretizados a partir da nossa própria explosão, o que acaba, infelizmente, nos colocando cada vez mais numa posição desumana apenas para ter a sensação de conquistar/realizar o que é implantando pelos que controlam nossas vidas.

Por Barbara Werneck Franco. O dispositivo cineclube despertou a percepção dos alunos em relação ao colonialismo de dados e sua pedagogia tendenciosa. A partir das imersões no filme disparador, a presença do colonialismo em atividades básicas na rede começou a se concretizar. “Bem como mencionado pelos demais colegas, podemos perceber claramente como as práticas de marketing e vendas muitas vezes são assertivas na manipulação do comportamento do consumidor. Gostaria de destacar a reflexão trazida pela Renata, que vai de encontro com a primeira referência que lembrei quando assisti esta cena do filme. Quando Paulo Freire diz que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”. Principalmente dentro do nosso contexto em que temos uma educação tradicional e conservadora. Achei muito bacana ela destacar a meritocracia, porque esse é o discurso vendido pela lógica do capital, exatamente como forma de controle e manipulação das pessoas para que elas trabalhem cada vez mais para “ser alguém” ou “conquistar algo”, em um ciclo infinito de opressão e aspiração ao poder e que leva as pessoas a abandonarem valores humanitários e essenciais para uma vida coletiva.”

Isabella usou a situação apresentada como uma forma de mudar perspectivas, discutindo as metas de vendas de produtos e a ligação essencial entre consumo e felicidade pessoal. Contudo, em sua argumentação, não abordou a forma de colonização contemporânea, da qual participamos de maneira inconsciente. Essa nova colonização atua de forma sutil e prejudicial, atingindo um número muito maior de pessoas do que antes, por meio de formas de

violências camufladas.

Giovanna tratou da manipulação de dados de maneira superficial, relacionando-a ao setor comercial sem aprofundar a análise. Apesar de ter vinculado a manipulação de dados às pesquisas, não enfatizou o quão sedutoras podem ser essas ofertas, oriundas de um discurso convincente que aparenta preocupação com o bem-estar dos beneficiários. Em suma, a "maquiagem" das propagandas leva os consumidores a acreditar que as empresas se preocupam com eles, quando, na realidade, o lucro é o verdadeiro objetivo oculto.

Renata aludiu, de maneira sutil, às verdadeiras razões por trás das estratégias de intimidação empregadas pelo colonialismo para desestabilizar nações. Contudo, é crucial examinar o assunto em profundidade para compreender seus objetivos reais. Na era da inteligência artificial, a aparente meritocracia foi distorcida, com máquinas realizando seleções baseadas em gênero, raça e classe social. Isso ocorre uma vez que quem gerencia os dados é humano e define, segundo seus interesses, o que considera vantajoso para todos.

Apesar de Bárbara ter realizado uma análise mais detalhada, é evidente que o debate sobre o colonialismo de dados ainda requer investigação mais ampla para ser completamente compreendido, bem como para revelar os efeitos decorrentes desses processos. Os resultados e os termos selecionados para o glossário evidenciam a importância de ampliar os estudos e a divulgação sobre esse tema. Embora as empresas do hemisfério Norte empreguem sistemas coloniais de forma discreta, com estruturas distintas do colonialismo passado, a dominação atual ocorre de modo sutil e sedutor, explorando uma população em escala muito maior do que durante o período colonial.

As colocações foram mediadas com observações relativas aos relatos, acompanhadas de sugestões bibliográficas, artigos e outros filmes com abordagens semelhantes.

A apresentação do filme "*Quanto vale ou é por Quilo?*" destacou ao quão os objetivos ocultos do colonialismo de dados atingem seus propósitos. Houve divergência nos conceitos atribuídos à inteligência artificial: enquanto alguns estudantes a viam como ferramenta neutra e facilitadora, outros a interpretaram como estratégia de um sistema controlador.

O filme evidenciou a realidade de muitos discentes, sujeitos da pesquisa e de outras comunidades, em relação aos computadores fornecidos pela ONG. Esses equipamentos, somados à internet de baixa qualidade, acabaram servindo apenas para garantir o conforto das pessoas "bem-intencionadas" que levaram a tecnologia para a comunidade. Esse fato reforça a ideia de que acesso não garante inclusão; pelo contrário, evidencia ainda mais as desigualdades.

5.2 A Percepção da Neutralidade Tecnológica como Mito

As exibições fílmicas trouxeram à luz a percepção em relação à neutralidade da inteligência artificial. Nos desenvolvimentos científicos e tecnológicos anteriores à inteligência artificial, a interação entre homem e máquina era sempre explícita. Com o surgimento da inteligência artificial, essa relação tornou-se implícita, gerando a percepção de neutralidade devido à aparente abstração. O colonialismo de dados reforça a noção de que não há presença humana no contato entre usuário e plataformas digitais, sendo essa uma estratégia das corporações. Nesse cenário, por não estarem em evidência, cria-se a percepção equivocada de que os dispositivos são autônomos. Contudo, tanto em ambientes digitais quanto nas atividades tecnológicas anteriores, o homem foi e continua sendo o manipulador.

No contexto da IA, a privacidade enfrenta desafios significativos. A coleta massiva de dados é uma realidade na era digital, com empresas e organizações coletando grandes volumes de informações pessoais para alimentar seus algoritmos. Essa coleta excessiva levanta preocupações sobre o controle e a segurança dos dados pessoais, bem como a finalidade para a qual eles serão utilizados. Além disso, a análise e o processamento de dados pessoais por algoritmos de IA podem garantir insights e informações sensíveis sem o conhecimento ou consentimento dos indivíduos, resultando em uma potencial invasão de privacidade. (Hora, 2023, p. 78)

Esse potencial de invasão de privacidade precisa ser enfrentado por meio dos letramentos acerca dos efeitos prejudiciais da inteligência artificial. Baseados na ideia de neutralidade da IA, mecanismos de controle em massa são estabelecidos; o que acontece nos bastidores das plataformas digitais influencia grandes grupos, cooptando-os e preservando vantagens para os descendentes de metropolitanos do passado, ao mesmo tempo em que invade espaços privados e os ocupa de forma sutil. Atualmente, as invasões apresentam características diferentes das anteriores: a guerra é silenciosa, a violência é "amável". Nos confrontos, não há sangue derramado nem corpos caindo imediatamente. O órgão manipulador age de maneira narcisista, provoca e transfere a culpa.

Fazendo referência específica ao filme *“Quanto vale ou é por Quilo?”*, os efeitos reflexivos foram evidentes, e percepções críticas emergiram em um corpo discente jovem, ao se deparar com as formas violentas de tratamento aos negros. A distorção histórica, que tende a invisibilizar e minimizar os efeitos do colonialismo escravocrata, começou a ser desvelada no ambiente da sala de aula.

A partir do desenvolvimento das propostas elaboradas na plataforma SIGAA, o grupo, composto principalmente por jovens, adotou uma visão crítica em relação às condições de vida dos escravizados. Já o documentário *“Coded Bias”* desmistificou a neutralidade da tecnologia digital e, ainda que de modo tímido, os discentes passaram a compreender a

pedagogia da IA e os objetivos implícitos em mecanismos. A inexistência de imparcialidade tornou-se clara.

Resposta: ACHADOS. Por Kettlyn Carolaine Rezende Fabiano Reis Ao refletir sobre o documentário, pude perceber como os algoritmos, longe de serem imparciais, carregam os mesmos preconceitos e desigualdades históricas presentes na sociedade em que foram desenvolvidos. As decisões automatizadas, frequentemente baseadas em métricas imprecisas e opacas, podem prejudicar aqueles que não têm o poder para questioná-las. O estruturalismo e o pós-estruturalismo ajudam a compreender como esses sistemas, embora sejam apresentados como objetivos e racionais, na verdade reforçam estruturas de exploração, como o capitalismo global, marginalizando vozes diversas. O exemplo da China, com a introdução de escores de IA para medir a confiabilidade das pessoas, é um alerta sobre os perigos de um sistema opressor e desumanizante, que reduz as liberdades e as identidades individuais. Em suma, é urgente democratizar a construção e o uso da IA, tornando-a mais justa e inclusiva, e criando uma tecnologia que, em vez de controlar, possa libertar os indivíduos das estruturas de dominação.

Posicionamentos como o supramencionado destacam a relevância de compreender o documentário como dispositivo pedagógico, evidenciando que os algoritmos e sistemas digitais, longe de funcionarem como instrumentos neutros, reproduzem os mesmos preconceitos e desigualdades que atravessam a sociedade. A reflexão de Kettlyn demonstra como os estudantes passaram a perceber que a tecnologia não é um campo isolado, mas parte integrante de um projeto político e econômico mais amplo, vinculado ao capitalismo global e à manutenção de privilégios.

Nesse sentido, os recursos audiovisuais e o cineclube revelaram-se não apenas como ferramentas de ensino, mas como estratégias de ciberpesquisa-formação, capazes de mobilizar olhares críticos e provocar insurgências no campo educativo. A potência dessas práticas se expressa na capacidade de desconstruir a narrativa da imparcialidade tecnológica, colocando em debate os vieses raciais, sociais e econômicos presentes nos sistemas digitais.

Ao mesmo tempo, essa experiência aponta para a necessidade de repensar a educação em sua essência: se antes o desafio era descolonizar currículos e metodologias herdeiras da lógica eurocêntrica, hoje soma-se a isso a urgência de decolonizar os métodos de treinamento e desenvolvimento de tecnologias, que seguem impondo uma visão única de mundo, sustentada por interesses neoliberais e corporativos.

Assim, as narrativas produzidas no cineclube reafirmam a docência como espaço de resistência e criação, capaz de tensionar tanto as estruturas históricas de dominação quanto suas atualizações digitais, apontando caminhos para uma educação crítica, inclusiva e

decolonial.

Resposta: ACHADOS. Por Catarina Krisna Anselmo da Silva O documentário Coded Bias (2020), dirigido por Shalini Kantayya, aborda o impacto dos preconceitos que estão estruturados até mesmo em sistemas de inteligência artificial (IA) e em seus algoritmos, destacando como essas tecnologias podem perpetuar discriminações, especialmente em relação a gênero e raça. Como algo criado para ser uma plataforma inteligente, que deveria "facilitar" a vida de quem a utiliza, é capaz de reproduzir tais preconceitos? O documentário nos leva a refletir sobre como os algoritmos da IA, especialmente os utilizados em reconhecimento facial, são construídos a partir de conjuntos de dados que refletem preconceitos históricos e sociais. Joy Buolamwini, pesquisadora do MIT, identificou falhas em muitos sistemas de reconhecimento facial: várias inteligências artificiais têm dificuldade em reconhecer rostos de mulheres negras, mas funcionam adequadamente para homens brancos. Esse fato levanta o questionamento sobre a regulamentação desses sistemas de IA, pois o filme evidencia justamente a ausência de mecanismos regulatórios, permitindo que pessoas, empresas e governos utilizem algoritmos sem supervisão adequada, perpetuando práticas racistas e preconceituosas. Coded Bias é uma obra relevante por dar voz a uma pesquisadora que é mulher negra, além de se constituir como uma produção essencial para quem se interessa por tecnologia, sobretudo por expor os impactos sociais causados pela IA e as complexidades do mundo digital em que vivemos. Os perigos do uso exagerado da internet sempre foram evidentes, mas é necessário, antes de tudo, discutir os riscos do uso mal-intencionado das tecnologias digitais.

Foram identificados, portanto, nos achados de Catarina, elementos centrais para a consolidação da formação crítica na cibercultura: a percepção de que os ambientes digitais não são neutros, a denúncia dos vieses estruturais da inteligência artificial e a necessidade de regulamentação frente ao uso indiscriminado de algoritmos. Ao destacar a experiência de Joy Buolamwini, o relato evidencia a potência de vozes negras e femininas no tensionamento das narrativas hegemônicas sobre tecnologia, rompendo com a invisibilidade histórica dessas epistemologias.

Essa análise aponta que a docência, ao se apropriar de recursos como o cineclube, pode não apenas desvelar os mecanismos coloniais que atravessam o digital, mas também reafirmar a educação como espaço de resistência política. As descobertas trazidas por Catarina ampliam a compreensão de que o colonialismo de dados não se restringe a uma dimensão técnica, mas atua como continuidade de práticas históricas de exclusão, agora sofisticadas por meio dos fluxos algorítmicos.

Nesse sentido, a educação precisa não só alertar para os riscos do uso mal-intencionado das tecnologias digitais, mas também propor estratégias pedagógicas insurgentes capazes de formar futuros professores aptos a denunciar, questionar e criar alternativas decoloniais no uso das plataformas. Assim, o que emerge do processo não é apenas a crítica,

mas a ação formativa transformadora, sustentada por narrativas que se opõem à lógica de submissão e reafirmam o direito de existir, criar e resistir no espaço digital.

5.3 Apropriações Críticas e Pedagógicas das Discussões

A partir da pesquisa, os discentes passaram a articular o uso das tecnologias em sala de aula como instrumentos de resistência e educação crítica, expandindo as possibilidades do fazer pedagógico. As narrativas revelaram o interesse em incorporar mídias como cinema, memes, música e até mesmo narrativas digitais emergentes (stories, reels, podcasts) como recursos capazes de provocar reflexões sobre vigilância, consumo e desigualdade. Nesse sentido, a tecnologia deixa de ser vista como mero suporte técnico e passa a ser compreendida como dispositivo político-pedagógico, articulado à formação de sujeitos críticos.

Entretanto, a prática pedagógica ainda encontra barreiras significativas. Muitos gestores permanecem ancorados em paradigmas tradicionais, que veem nas mídias digitais apenas distrações ou ameaças à disciplina escolar, sem reconhecerem sua potência como mediadores de conhecimento. Soma-se a isso a falta de letramentos digitais desde as séries iniciais, o que faz com que o uso de dispositivos como o smartphone em sala de aula seja associado quase exclusivamente ao entretenimento.

Assim, os achados evidenciam a urgência de formações docentes que problematizem o papel das tecnologias para além do instrumental, aproximando-as de perspectivas críticas e decoloniais. Promover letramentos digitais críticos desde a Educação Básica significa capacitar estudantes para compreenderem a intencionalidade oculta das plataformas, resistirem às práticas coloniais de vigilância e desenvolverem usos criativos, insurgentes e pedagógicos.

Para isso, é preciso resgatar a ideia de consumo não apenas como ato de aquisição de bens, mas como prática atravessada por significados sociais, políticos e culturais. O consumo, quando pensado a partir de uma perspectiva crítica, revela-se como território de disputa simbólica, no qual se articulam desejos, identidades e modos de vida. No entanto, na lógica do colonialismo de dados, esse campo é capturado e manipulado pelas plataformas digitais, que transformam preferências e escolhas em mercadoria, alimentando ciclos de exploração e controle.

Ao resgatar essa ideia, a educação pode problematizar como o consumo deixou de ser um movimento consciente de escolha e se converteu em ato induzido, sustentado por algoritmos que preveem, moldam e direcionam comportamentos. Mais do que ensinar a

“usar” as tecnologias, torna-se necessário desnaturalizar a sedução midiática, revelando como ela constrói falsas promessas de felicidade, mobilidade social e reconhecimento.

Nesse sentido, resgatar a noção de consumo na prática pedagógica significa reconhecê-lo como construção histórica e política, e não como simples resposta às necessidades individuais. Assim, abre-se espaço para que estudantes compreendam que, ao mesmo tempo em que são alvo de estratégias coloniais digitais, também podem se posicionar como sujeitos críticos, capazes de criar formas insurgentes de apropriação, compartilhamento e produção cultural.

Por Renata Afonso Gonçalves Chaves. Após a narrativa do filme e com base nas vivências de uma geração frequentemente conduzida ao consumo, pode-se afirmar que as combinações estratégicas são intencionalmente pensadas. A jovem, ao ler a revista e perceber que a pessoa retratada não se parecia com ela em muitos aspectos, passa a reproduzir um discurso meritocrático, “a gente tem que batalhar pelo que a gente quer”, que afunda a nós, classe trabalhadora, em uma consciência de que nossos desejos e necessidades só serão concretizados a partir de nossa própria explosão. Isso acaba, infelizmente, por nos colocar cada vez mais em uma posição desumana, apenas para termos a sensação de conquistar ou realizar aquilo que, na verdade, é implantado por aqueles que controlam nossas vidas.

Renata menciona, em sua análise, a armadilha ideológica da meritocracia como desdobramento direto das estratégias de consumo. Ao destacar que a jovem, ao não se reconhecer na imagem da revista, ainda assim internaliza o discurso de que “a gente tem que batalhar pelo que a gente quer”, a discente evidencia como o mérito individual é usado como ferramenta de controle. Esse discurso desloca a responsabilidade das desigualdades estruturais para o sujeito, reforçando a ideia de que a falta de acesso ou de sucesso é fruto exclusivo da falta de esforço pessoal.

Sua reflexão denuncia o caráter desumanizador dessa lógica, que aprisiona a classe trabalhadora em uma corrida sem fim, em busca de conquistas previamente moldadas e impostas pelos que detêm o poder econômico e cultural. Assim, o consumo, em vez de ser entendido como escolha consciente, passa a funcionar como mecanismo de alienação, no qual desejos são produzidos, e não apenas atendidos.

Nesse ponto, a contribuição de Renata dialoga diretamente com o conceito de colonialismo de dados: da mesma forma que as imagens midiáticas de outrora fabricavam ideais inalcançáveis, hoje os algoritmos intensificam esse processo ao personalizar ofertas, anúncios e conteúdos que reforçam a ideia de esforço individual como caminho para alcançar o “sucesso”. O que está em jogo não é a autonomia dos sujeitos, mas a manutenção de um sistema de exploração que se renova sob a máscara da meritocracia e do progresso digital.

Desnecessário dizer, racistas não gastam muito tempo buscando dados confiáveis para treinar seus modelos deturpados. E, uma vez que esse modelo se transforma em crença, torna-se programado, educado. Ele gera suposições tóxicas, mas raramente as testa, assentando-se em dados que parecem confirmá-las e fortalecê-las. Portanto, racismo é o mais desleixado dos modelos de previsão. Ele é alimentado por coleta irregular de dados e correlações espúrias, reforçado por injustiças institucionais e contaminado por viés de confirmação. (O'NEIL, 2020, p. 37)

O viés, quando transposto para o campo algorítmico, assume a forma de um modelo preditivo mal elaborado e profundamente nocivo. Ao afirmar que o racismo é o mais desleixado dos modelos de previsão, denuncia-se como ele se sustenta em dados frágeis, mal coletados e enviesados, mas que, ainda assim, adquirem status de verdade quando transformados em estatísticas ou sistemas automatizados.

Essa observação conecta-se diretamente ao colonialismo de dados, pois revela que a tecnologia não inventa o viés, mas o replica e amplifica, apoiando-se em injustiças institucionais que já estão naturalizadas socialmente. A confirmação, que leva à coleta seletiva de informações para validar preconceitos, funciona como combustível para algoritmos que reforçam a marginalização de determinados grupos. Assim, a meritocracia e a promessa de progresso digital tornam-se apenas camadas de verniz sobre um sistema profundamente estruturado na exclusão e no privilégio racial.

Por Barbara Werneck Franco Os algoritmos representam o DNA do programador; através deles disseminam-se discursos de interesses restritos a grupos minoritários, conotações racistas, incitação ao ódio pelo “diferente” e pré-requisitos para as mais diversas formas de seleção, incluindo o sistema de saúde. De acordo com Santos (2019), o papel do professor deve ser o de mediador da ampliação dos repertórios culturais em rede, com professores e alunos aprendendo juntos. É de suma importância mudarmos a percepção inofensiva das plataformas online, destacando os prejuízos que podem causar. É aí que surgem os desafios da educação: desmistificar a ideia de inocência e neutralidade da tecnologia. Bem como mencionado pelos demais colegas, podemos perceber claramente como as práticas de marketing e vendas muitas vezes são assertivas na manipulação do comportamento do consumidor. Gostaria de destacar a reflexão trazida pela Renata, que vai ao encontro da primeira referência que lembrei ao assistir a esta cena do filme. Quando Paulo Freire afirma que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”, percebemos a atualidade dessa colocação. Principalmente dentro do nosso contexto, em que prevalece uma educação tradicional e conservadora, a ênfase na meritocracia ganha destaque. Esse é o discurso vendido pela lógica do capital, funcionando exatamente como forma de controle e manipulação das pessoas, para que trabalhem cada vez mais com o objetivo de “ser alguém” ou “conquistar algo”, em um ciclo infinito de opressão e aspiração ao poder, que, por sua vez, leva as pessoas a abandonarem valores humanitários e essenciais para uma vida

coletiva.

A contribuição de Barbara amplia o debate ao enfatizar que os algoritmos carregam a marca de seus programadores, reproduzindo não apenas códigos técnicos, mas também valores, preconceitos e interesses. Ao nomear os algoritmos como “DNA do programador”, ela explicita que não existe neutralidade nesse processo: o que se dissemina são discursos e práticas que beneficiam grupos específicos, frequentemente em detrimento de outros, gerando exclusões em campos tão fundamentais quanto a saúde, o trabalho e a cidadania.

Sua análise ecoa a crítica de Renata ao mostrar que a meritocracia funciona como narrativa sedutora e opressiva, reforçada por uma educação conservadora que, em vez de emancipar, aprisiona. Em seu diálogo com Paulo Freire, afirma que “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”, resgatando a atualidade de uma crítica que desvela o mecanismo de cooptação dos sujeitos pelo discurso capitalista. Nesse cenário, as pessoas passam a trabalhar incessantemente para “ser alguém” ou “conquistar algo”, alimentando um ciclo infinito de opressão, competição e abandono dos valores humanitários que sustentam a vida coletiva.

Além disso, ao chamar atenção para a necessidade urgente de desmistificar a aparente inocência das plataformas digitais, algo que se torna um desafio para a docência, concordamos com Santos (2019) que, cabe ao professor atuar como mediador de repertórios culturais em rede, aprendendo junto com os alunos e promovendo leituras críticas que rompam com a visão ingênua da tecnologia como ferramenta neutra. Nesse sentido, reforçamos a centralidade da educação crítica e decolonial como meio de confrontar tanto os vieses algorítmicos quanto as narrativas meritocráticas, possibilitando a criação de espaços de resistência no interior das práticas pedagógicas.

Mesmo com uma análise mais detalhada, é evidente que a discussão sobre o colonialismo de dados ainda requer aprofundamento para ser plenamente compreendida, assim como as consequências de seus objetivos. Os achados e os termos selecionados para o glossário ressaltam a necessidade de ampliar as pesquisas e a divulgação sobre esse tema. Enquanto as empresas do hemisfério norte aplicam sistemas coloniais de forma discreta, com estruturas distintas do colonialismo tradicional, a dominação contemporânea se apresenta de maneira sutil e sedutora, explorando populações em proporções muito maiores do que no período colonial.

Com a internet, pessoas de todo o mundo têm produzido quatrilhões de palavras sobre nossas vidas e trabalhos, amizades e forma como compramos. Ao fazê-lo, construímos, de modo involuntário, a mais vasta coletânea de treinamento para máquinas de linguagem natural. Conforme trocamos papel por e-mail e redes

sociais, as máquinas podem estudar nossas palavras, compará-las com outras e deduzir algo sobre seu contexto. (O'NEIL, 2020, p. 122)

A mudança nos padrões de aquisição e interação transformou-se em um ícone de exploração, no qual uma grande quantidade de indivíduos colabora diretamente com o sistema opressor por meio de atitudes que, à primeira vista, parecem opostas às do passado. Não se trata apenas de adquirir produtos ou acessar informações: essas atividades simples operam como métodos exploratórios, verdadeiros mergulhos em direção ao desconhecido, ocultos sob a máscara do familiar.

Han (2022) destaca que a técnica digital da informação converte a comunicação em vigilância. Assim, quanto mais dados geramos e quanto mais intensivamente nos comunicamos, mais eficiente se torna o sistema de vigilância.

Como em todo processo de inovação tecnológica, a era digital encurtou distâncias e trouxe vantagens significativas, mas a dualidade se faz presente nesse cenário. Os dominantes se apropriam dessa tecnologia para manter privilégios ou ampliar seus ganhos. Os espelhos que outrora eram oferecidos como moeda de troca para a exploração de matérias-primas, metais preciosos e outras riquezas das terras colonizadas permanecem em circulação, mas agora com novas molduras digitais. A essência, no entanto, continua a mesma: assegurar benefícios a poucos por meio da exploração de muitos.

De modo que apresentamos a seguir alguns termos escolhidos pelos discentes na criação do glossário, onde deveriam selecionar dois conceitos e atribuir-lhes significados próprios, a partir de suas leituras, reflexões e vivências. A proposta buscou não apenas exercitar a capacidade de conceituar, mas também tensionar compreensões já cristalizadas, estimulando a construção de um vocabulário crítico e decolonial sobre tecnologia, sociedade e educação.

Para facilitar a análise, organizamos os elementos com base em suas similaridades, formando núcleos temáticos que revelam como os estudantes compreenderam e se apropriaram das discussões. Entre eles, destacamos:

Por Isabella Monteiro Girardi Do Carmo. Tecnologias digitais refere-se ao conjunto de ferramentas digitais que nos auxiliam no dia a dia a nos comunicar e estabelecer linguagens, compreender conteúdos e adquirir informações. Vale do Silício- Espaço/ lugar onde se concentra a tecnologia, cientistas e profissionais do mundo todo para promover a inovação tecnológica.

Por Graziely Ananias Soares. A palavra Big Techs faz referência às empresas de tecnologia que estão presentes diariamente em nossas vidas. Conhecido também pelas suas influências significativas na economia,

cultura e política global. E o Vale do Silício é o lugar onde essas grandes empresas estão localizadas e onde foram fundadas.

Nesses relatos, percebemos que as estudantes mobilizaram termos relacionados ao universo da tecnologia global e às estruturas de poder que o sustentam. Isabella, ao definir tecnologias digitais, evidencia sua dimensão cotidiana e pedagógica, sublinhando como esses recursos estão presentes em processos de comunicação, aprendizagem e circulação de informações. Sua definição revela uma compreensão voltada para o uso social e educativo da tecnologia, conectando-a diretamente às práticas de interação e construção de saberes.

Já Graziely, ao optar por Big Techs e Vale do Silício, aponta para o núcleo corporativo e geopolítico que sustenta a atual lógica digital. Sua definição reconhece o impacto econômico, cultural e político dessas empresas, situando o Vale do Silício como espaço simbólico e material de concentração de poder. Assim, sua leitura articula tecnologia e colonialidade, ao destacar a influência global de um polo que impõe valores, práticas e interesses do Norte Global sobre o restante do mundo.

Dessa forma, as contribuições de Isabella e Graziely, embora partam de termos distintos, se complementam: enquanto uma foca na dimensão prática e educativa das tecnologias, a outra evidencia as estruturas coloniais e concentradoras que sustentam o sistema digital contemporâneo. Ambas revelam como o glossário coletivo permitiu a construção de definições críticas e multirreferenciais, unindo o cotidiano pedagógico às macroestruturas de poder que regem o colonialismo de dados.

O novo colonialismo é datafocado, e sua violência muitas vezes sutil produz a precarização nada suave do trabalho e aponta para uma submissão social enredada e gamificada que formata sujeitos submetidos à servidão das máquinas e aos sistemas algorítmicos das grandes empresas do Norte Global. (Faustino; Lippold, 2023, p. 15)

Dialogando de forma incisiva com as definições de Isabella e Graziely, explicitamos assim que o novo colonialismo é datafocado, isto é, sustentado pela extração, circulação e exploração massiva de dados. Essa violência, muitas vezes sutil e disfarçada de inovação, se traduz em processos de precarização do trabalho, nos quais sujeitos são constantemente monitorados, avaliados e subordinados a métricas de produtividade algorítmica. O discurso da eficiência e da conectividade esconde uma nova forma de servidão: a subordinação aos sistemas digitais gamificados que, ao mesmo tempo em que prometem autonomia e liberdade, reforçam o controle e a exploração social.

Esse movimento evidencia que o colonialismo de dados não apenas reorganiza relações de poder, mas também redefine o modo como os sujeitos se percebem e se relacionam com o mundo. A promessa de liberdade, autonomia e criatividade digital se converte, na prática, em formas sofisticadas de vigilância e disciplinamento, que naturalizam a dependência em relação às plataformas e consolidam a hegemonia das grandes corporações tecnológicas.

Nesse contexto, o trabalho deixa de ser apenas atividade produtiva e passa a ser também fonte de dados para alimentar algoritmos, enquanto a vida cotidiana se transforma em insumo para estratégias de mercado. O sujeito é, simultaneamente, trabalhador e produto, consumidor e mercadoria, operando em um ciclo incessante de exploração gamificada, onde curtidas, cliques e interações são convertidos em capital.

Dessa forma, torna-se imprescindível pensar a educação como espaço de denúncia e resistência. É preciso que a formação docente crítica revele o caráter colonial e predatório da dataficação, de modo a capacitar futuros professores e estudantes para compreenderem os mecanismos de dominação ocultos sob a aparência de neutralidade tecnológica. Somente assim será possível transformar os espaços educativos em territórios de insurgência, capazes de reconfigurar a relação entre tecnologia, saber e sociedade, para além da lógica da submissão algorítmica.

A tecnologia digital da atualidade não é apenas ciência aplicada, como ainda sustentaram as filosofias mais vulgares da tecnologia. Ela é, na verdade, um emaranhado confuso de geopolítica, finança global, consumismo desenfreado e acelerada apropriação corporativa dos nossos relacionamentos mais íntimos. (Morozov et al., 2018, p. 7)

Se tecnologia digital contemporânea transcende a visão simplista de mera ciência aplicada, ela se constitui como um emaranhado complexo, em que se entrecruzam dimensões de geopolítica, finanças globais, consumismo e apropriação corporativa da vida cotidiana. Isso significa que não estamos lidando apenas com ferramentas neutras de mediação, mas com artefatos políticos e econômicos, diretamente implicados na manutenção de privilégios e no fortalecimento de novas formas de colonialismo.

Se de um lado a narrativa hegemônica insiste em apresentar a tecnologia como progresso inevitável e universal, de outro, sua materialidade evidencia a captura das relações humanas em todas as esferas, inclusive as mais íntimas, convertendo-as em dados que alimentam a lógica de mercado. A promessa de conexão e liberdade digital esconde, assim, uma trama de controle e vigilância que atua silenciosamente sobre corpos, subjetividades e

interações sociais.

Articulando essa reflexão com o campo da educação, compreendemos que a escola e a universidade não podem mais se limitar a inserir as tecnologias como instrumentos auxiliares. Pelo contrário, precisam assumir um papel político de desvelamento: discutir o digital em sua dimensão de poder, questionar os efeitos da geopolítica dos dados e formar sujeitos capazes de resistir à apropriação corporativa que invade não apenas o espaço público, mas também a esfera privada das relações.

Precisamos analisar os efeitos negativos produzidos por essas tecnologias. É essencial enfatizar as consequências, pois o uso impróprio dos rastros presentes nelas tem causado danos a todos os usuários dessas redes. Em todas as eras, o progresso trouxe vantagens para a sociedade; contudo, sempre houve aqueles que se aproveitaram dele para benefício próprio.

Muitas vezes não se gera o debate: os significados são rasos e não são problematizados. Assim, é possível inferir que tais referências são utilizadas sem estabelecer conexões críticas. Isso evidencia a quantidade de sangue, rastros, que estamos deixando em ambientes povoados por “predadores” de olfato aguçado. O conjunto de empresas que domina a comunicação digital interfere e influencia nossas escolhas de forma sutil, nas entrelinhas do cotidiano, a partir do Vale do Silício, de onde emitem seus comandos repletos de restrições e disfarces, como os representados no filme mencionado. No cenário atual, conquistam territórios por meio de novas formas de organização.

Conforme Han et al. (2022), o paradoxo da sociedade da informação é que as pessoas estão aprisionadas pelas informações. Elas próprias afivelam os grilhões ao se comunicarem e ao produzirem dados. O presídio digital é transparente.

No passado, quando a Europa dominava os demais continentes, sobretudo o americano, as armas físicas e o imaginário dos povos submetidos eram o foco principal. Agora, a ênfase está na economia e na psicologia, que se fundem de modo a moldar o pensamento e subjugar subjetividades, sem a exigência de confrontos físicos diretos.

As grandes navegações, que antes enfrentavam mares turbulentos e desembarcavam em terras desconhecidas, consideradas sem “civilidade” pelo olhar dos “homens bons” continuam a ocorrer nos dias atuais. Com o avanço das tecnologias digitais, como a internet e o computador, é possível realizar essas navegações sem sair do conforto de um escritório, compartilhando ideias sem enfrentar os perigos do mar revolto e dos naufrágios. No entanto, os papéis foram trocados: os atuais náufragos são os usuários da internet, que se lançam no oceano da algoritmização sem conhecer antecipadamente o caminho.

A dominação do regime de informação é ocultada, na medida em que se funde completamente com o cotidiano. É encoberta atrás da complacência das mídias sociais, da comodidade das máquinas de busca, das vozes embalantes das assistências de voz ou da oficiosidade prestativa dos smart apps, os aplicativos inteligentes. (Han et al., 2022, p. 16)

Por Barbara Werneck Franco. Negar a manipulação e controle por meio de planos econômicos e políticos criados a partir da naturalização de uma alegada padronização do imaginário de que o Sul global seja inferior ou subordinado em relação às grandes empresas de tecnologia, cujas interações sociais foram baseadas na subjugação, com o objetivo de assegurar privilégios, implica em rejeitar essa suposição.

Por Juliana Gomes de Lima. Algoritmização é o processo de desenvolver algoritmos. Esse processo envolve analisar um problema, conceber uma solução e expressá-la de forma algorítmica. Os algoritmos são, em essência, uma sequência lógica que pode ser expressa de diversas maneiras, como, por exemplo, em um diagrama de fluxo. Essa sequência precisa ser traduzida para alguma linguagem de programação, para então funcionar em computadores. Ou seja, o algoritmo é uma sequência de passos que conceitualiza e estrutura a solução para um problema, que pode ser de diversas naturezas, mas deve ser sempre bem específico quanto ao objetivo a ser alcançado. Para compreender o conceito de Colonialismo de Dados, primeiramente é preciso separar cada uma das palavras. O colonialismo pode ser definido, resumidamente, como um sistema no qual uma nação estende sua autoridade sobre outras terras, denominadas colônias. Essa autoridade implica em controle e dominação. Já o dado é uma informação, que pode assumir diversas formas. No contexto tecnológico, os dados podem ser coletados, armazenados, quantificados, qualificados, descritos, manipulados e analisados para extrair informações, identificar padrões, tomar decisões ou desenvolver conhecimento. Diante dessas definições, é possível observar um fenômeno mundial relacionado ao uso de tecnologias: países ou grandes corporações captam dados das pessoas e os utilizam para gerar informações que servem para controlar e manipular indivíduos em benefício próprio. A Inteligência Artificial é um campo da Ciência da Computação voltado para o estudo e o desenvolvimento de máquinas e programas computacionais capazes de reproduzir comportamentos humanos, influenciando tomadas de decisão e a realização de tarefas simples ou complexas. As Tecnologias Digitais correspondem a um conjunto de ferramentas que permitem transformar qualquer linguagem ou dado em números, facilitando a comunicação e ampliando as interações. Exemplos: tablets, notebooks e aplicativos que ajudam a verificar como está o trânsito ou consultar o horário e trajeto de um ônibus.

Por Pedro Henrique Pio Santos da Fonseca. Racismo Algorítmico: O ato de apagamento da imagem e/ou cultura de grupos não brancos da web, seja por meio de diretrizes de comunidade, restringindo o conteúdo criado por tais ou até usar apenas a imagem branca como divulgação. Inteligência Artificial: Programas inteligentes de aprendizado autossuficiente, possuindo funções variadas para o auxílio daqueles que os utilizam.

Por Myla Leticia da Silva Jacinto. A autora utiliza termos que não foram mencionados na recomendação, evidenciando a importância de ter

conhecimentos que abordem as verdadeiras intenções por trás da expropriação de dados e os prejuízos causados. É fundamental estudar e disseminar informações sobre os mecanismos de dominação de forma abrangente. Inteligência Artificial: Tecnologia que permite a máquinas realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana. Racismo Estrutural: Forma de discriminação entranhada nas estruturas e instituições da sociedade e influência delas. Letramentos: Habilidades relacionadas à leitura, compreensão e habilidades de interpretar tecnologia e informação. Exclusão Digital: A falta de acesso ou acesso parcial à tecnologia e a internet. Colonialismo de dados: Exploração e extração de informações dos usuários da internet, semelhante ao colonialismo histórico.

Ao analisarmos o entrosamento na exibição filmica e elaboração do glossário, percebemos a ausência de correlações exatas entre os dados apresentados e o conceito do colonialismo de dados. A falta de diálogo entre eles ficou clara nas seleções dos termos selecionados.

Assim como os demais conceitos, o termo “racismo algorítmico” foi mencionado de forma superficial, com algumas poucas exceções que ofereciam análises mais aprofundadas, as quais poderiam ser mais exploradas, indo além do simples cumprimento de protocolos. Tanto no colonialismo histórico quanto colonialismo de dados, os objetivos são comuns: dominar determinados grupos é importante ressaltar que o colonialismo histórico não envolvia a extração de dados, uma vez que as tecnologias da época eram distintas das ferramentas utilizadas no neocolonialismo.

Tabela 1: Estatísticas dos Termos do Glossário Coletivo.

Termos Escolhidos						
Tecnologias digitais	Algoritmização	Big Techs	Racismo algorítmico	Colonialismo de dados	Inteligência Artificial	Vale do Silício
6	3	4	10	4	10	4

Fonte: Autora

Os relatos dos discentes são fundamentais e consistentes no que diz respeito ao colonialismo de dados. No entanto, evidenciam a falta de conhecimento prévio sobre esse fenômeno e a necessidade de informações que os auxiliem a compreender a seriedade e os efeitos que ele exerce sobre milhões de pessoas. A consciência em relação às práticas e impactos do colonialismo contemporâneo passou a se formar no imaginário dos discentes a partir dos debates e reflexões críticas realizados após as exposições.

6 DECOLONIALISMO, LETRAMENTOS CRÍTICOS E A DOCÊNCIA INSURGENTE

A partir das análises das narrativas discentes, produzidas em fóruns, glossários e portfólios, emergiram noções estruturantes que expressam modos de compreender a tecnologia, o papel da escola e o lugar da docência na cibercultura. Essas noções, aqui chamadas de subsunçoras, revelam tanto reproduções quanto tensões em relação aos discursos dominantes sobre neutralidade tecnológica, inclusão digital e colonialismo de dados.

É essencial desenvolver estratégias que reduzam os impactos do currículo oculto da pedagogia digital colonial, cuja presença discreta e naturalizada se evidenciou nas abordagens analisadas na pesquisa. Tal movimento permite a inserção do letramento crítico como função central da educação, evitando que esta se restrinja à mera reprodução e reclassificação de conceitos baseados na imobilidade dos praticantes.

A análise dos dados revelou noções que dão sustentação à compreensão de como esse currículo atua, de que forma os estudantes interpretam as práticas digitais, as tecnologias e os efeitos do colonialismo de dados no contexto educacional. Tais noções não surgem de forma isolada: são atravessadas por repertórios sociais, midiáticos e formativos que moldam a visão de mundo dos discentes.

Decolonizar pode parecer simples em sua formulação, mas, na prática, constitui uma tarefa complexa. Essa complexidade torna-se evidente quando se discutem escritores negros e culturas ancestrais em sua totalidade. Geralmente, os trabalhos escolares se restringem ao mês de abril, para tratar da cultura dos povos indígenas, e a novembro, para refletir sobre a cultura afro-brasileira em homenagem a Zumbi dos Palmares. Contudo, tais práticas frequentemente reduzem-se à reflexão sobre a escravidão, sem necessariamente enfatizar figuras negras de referência; do mesmo modo, as culturas nativas aparecem de maneira superficial. Povos detentores de múltiplos saberes poderiam ocupar espaços de maior representatividade em nosso território, mas o colonialismo tratou de subalternizá-los, reafirmando e colocando a cultura eurocêntrica em posição de superioridade.

Apesar de, em determinados momentos, os povos originários e afrodescendentes serem lembrados, em projetos mais amplos a eles não se destina a mesma atenção, o que evidencia a permanência da epistemologia eurocêntrica. Nesse contexto, a preocupação pedagógica das corporações digitais precisa ser amplamente divulgada, para que ações de resistência a esse sistema possam ser implementadas, de modo a reduzir seus impactos.

Sempre surgem histórias sobre estratégias de sobrevivência usadas para manter a esperança em situações de desespero e ameaça, quando as pessoas estão sujeitas a opressão, desumanização e violência. Contam-se histórias sobre como somos capazes de manter a dignidade mesmo em situações intoleráveis. (Hooks, 2022, p. 194)

Trata-se de compreender esse currículo oculto e criar estratégias de sobrevivência frente às suas amarras, além de reconhecer os quão ameaçadores e devastadores são seus métodos silenciosos. Nesse novo contexto colonial, a docência precisa buscar formas de coibi-lo, mesmo quando as práticas pedagógicas estão submetidas à influência de um sistema que desvia a atenção e se fundamenta em um processo acelerado de apresentação de conteúdo, que não favorece o desenvolvimento do senso crítico.

É necessário construir novas abordagens pedagógicas para as práticas em sala de aula, utilizando estratégias metodológicas que dialoguem com as tecnologias e, ao mesmo tempo, problematizem o uso que delas se faz para manter processos de escravização contemporânea.

6.1 Formação Docente Frente aos Desafios da Desinformação e da Vigilância

A docência tem sido assolada pela mesma desinformação desde a colonização ultramarina e a “conquista do Paraíso” por aspirantes europeus. Eles adentraram esses territórios desvalorizando os métodos educacionais existentes nas comunidades e priorizando conceitos europeus de educação, cultura e saúde. A desinformação opera nesse contexto, caracterizada por uma vigilância generalizada, condizente com o período e com as manobras coloniais.

As estratégias do sistema se baseiam na urgência e na aceleração de mudanças que a maioria não consegue acompanhar, não por falta de interesse, mas por excesso de responsabilidades que se tornam obstáculos. Muitos se sentem perdidos e sobrecarregados nesse ritmo acelerado, enquanto a minoria detentora de novos conhecimentos contribui para desistências. As pessoas são sufocadas pela máscara de Anastácia que, embora não seja mais física, é imposta com as mesmas ferramentas, adaptadas às tecnologias atuais.

A formação docente enfrenta um sistema excludente, que se divide em grupos que oferecem tempo integral para a formação e aqueles que precisam cumprir tarefas de quarenta e oito horas em vinte e quatro. As estratégias do tempo de trabalho árduo e forçado para os escravizados se perpetuam. É por meio do cansaço que os alicerces são inviabilizados. É o “eu sei” em detrimento do que o outro ainda não alcançou e nem quer que alcance. Para que e por que letrarem? Para que e por que permitir espaços para um maior número de concorrentes qualificados? Oferecer acessos implica não ter massa para controlar ou sustentar.

A desinformação no cenário atual se conecta à vigilância nas plataformas digitais, mas essa vigilância sempre esteve presente, contribuindo para a dominação, independentemente do contexto histórico. Em vez de co-criar com a diversidade, ela suprime conhecimentos e extrai de quem deseja controlar informações com o propósito de criar mecanismos que o enfraquecem.

O chão da escola é um espaço de controle, e a questão não é apenas sobre controlar, mas sobre o significado que lhe é atribuído. Se o nosso conhecimento for usado como uma base opressora em vez de colaborativa, estaremos contribuindo diretamente para os objetivos ocultos nas entrelinhas dos currículos do sistema dominante. O ponto de equilíbrio reside no controle. Na escola, registramos conteúdos aplicados, nossa frequência e também a dos discentes. O problema não está no controle em si, mas na forma como ele é utilizado.

Estão sendo feitas mudanças nos métodos de registro, mas não há capacitação para os professores lidarem com essas novas abordagens. O fato de um grupo minoritário dominar as plataformas digitais não significa que todos tenham o mesmo domínio dessas técnicas; nem todos têm acesso a oportunidades de aprimoramento. No entanto, a eles são atribuídas diversas responsabilidades nesse campo do conhecimento. Isso contribui para as desigualdades entre os setores público e privado na Educação Básica. Relacionamos essa situação com a distribuição de computadores e a internet de baixa qualidade retratadas no filme *“Quanto vale ou é por Quilo?”* e com a negativa de acesso no reconhecimento facial apresentada no documentário *“Coded Bias”*.

Por fim, para que as metodologias ativas e as mídias digitais alcancem seu potencial pedagógico, é importante que os professores sejam capacitados para utilizá-las de maneira crítica e criativa. A formação continuada, aliada à troca de experiências em comunidades de prática, fortalece a habilidade docente de integrar tecnologias ao planejamento educacional. (Barbosa et al., 2017, p. 10)

A alfabetização é para a vida; não está restrita aos ensaios iniciais do Primeiro Segmento do Ensino Fundamental. Portanto, os docentes sempre estarão se alfabetizando.

Mas o sistema, especialista em podar acessos, dificulta essa alfabetização contínua. Em nosso campo de pesquisa, deparamo-nos com estudantes que não dispunham de dispositivos para acessar as atividades disponibilizadas na plataforma SIGAA, sistema que caracteriza o público como homogêneo, exercendo sua função excludente.

A diferença racial vem a coincidir com a diferença espacial, quando a mulher negra, que está na periferia, para não entrar, mas sim para permanecer nas margens. Eu estava furiosa e exausta. Quantos obstáculos ainda faltavam? Quantas mentiras e mal-entendidos? Quem pode, de fato, entrar nesse centro? E quem tem permissão para produzir conhecimento? (Kilomba, 2019, p. 61)

É dessa “igualdade” que o sistema fala: uma igualdade horizontal e imparcial, que leva muitos a desistirem antes mesmo de se tornarem professores ou de concluírem as qualificações adicionais que buscam.

A desinformação serve como base epistêmica, empregada como estratégia política e econômica, ancorada em plataformas digitais, nas quais se reforçam preconceitos e colonialismo, alterando a percepção da realidade por meio de publicidades atraentes.

Figura 25 - Do analógico ao digital



Fonte: Rede Social/Acervo da autora

Do analógico ao digital, as propostas presentes nos bastidores das propagandas são concebidas como meios econômicos e políticos, aparentando ser uma preocupação com os consumidores, quando, na realidade, visam apenas ao seu próprio bem-estar. Nesse grupo de consumidores, incluímos também o âmbito educacional, que, para muitos, não é concebido como tal.

Para que o universo colonial seja compreendido e interpretado, os docentes necessitam de conhecimentos sobre a vigilância algorítmica, a fim de desconstruir a ideia de acaso que muitos atribuem às “escolhas” geradas pelas plataformas.

6.2 Considerações Sobre o Papel do Educador na era dos Dados

Na era dos dados, os educadores enfrentam desafios semelhantes aos de outros processos. Ao longo de trinta e sete anos de magistério, experimentamos essas dificuldades, como a falta de capacitação, a desinformação e a resistência à mudança, que persistem

independentemente da época. Na era dos dados, porém, esses desafios tornam-se mais complexos e estão repletos de diversos elementos impeditivos. Contudo, ao focarmos no lado positivo da era digital, percebemos oportunidades únicas para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, essa realidade ainda se distancia de muitas instituições devido à falta de equipamentos adequados e de profissionais capacitados.

O educador desempenha um papel crucial na redução dos impactos do colonialismo de dados. Para que essa abordagem seja verdadeiramente eficaz e funcione como um antídoto contra o uso predatório das plataformas, a(o) professora(or) deve ser reconhecido como intermediário, facilitador e divulgador dos efeitos prejudiciais e das armadilhas presentes na algoritmização. Um inimigo só pode ser combatido quando seus métodos de ataque são conhecidos; assim, a falta de familiarização com o mundo digital acaba se tornando, portanto, um aliado e colaborador das práticas abusivas do sistema em questão.

No âmbito da cibercultura, é imprescindível educar cidadãos críticos em relação ao fluxo de informações, cientes de que os rastros deixados nas plataformas serão utilizados contra eles próprios. É fundamental compreender as estruturas da nova forma de colonialismo, estabelecendo e divulgando objetivos para se libertar do uso intencional e tendencioso das redes em benefício das empresas que as administram. No entanto, para que possamos abordar essas questões que nos afetam, é preciso ter conhecimento de causa.

Para que haja uma análise crítica dos caminhos adotados pelas big techs no uso dos rastros digitais, é imprescindível envolver toda a estrutura escolar. Não basta que apenas alguns professores tenham consciência do problema; o engajamento coletivo acontecerá quando todos compreenderem a importância do tema. Observa-se, contudo, um elevado nível de analfabetismo digital, tanto em relação ao uso quanto à apropriação do ambiente digital como forma de dominação.

O uso crítico das mídias digitais urge ser alertado e ensinado no cotidiano escolar; entretanto, isso não se concretiza devido ao letramento da maioria dos envolvidos. O papel do educador é primordial em quaisquer contextos de ensino-aprendizagem, porém carece estar de capacitação para desempenhar essa função com excelência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme “*Quanto vale ou é por Quilo?*” retrata aspectos do colonialismo histórico e expõe a forma como as ONGs ofereciam ajuda, escravidão de um formato a outro, com imagens de boas intenções como plano de fundo, mas continuaram negando direitos fundamentais em favor de certos grupos privilegiados.

O documentário “*Coded Bias*” aborda questões relacionadas ao racismo algorítmico, ao controle por meio da extração de dados deixados nas redes e à vulnerabilidade resultante da ausência de legislações que limitem as ações de caráter coloniais do sistema. É fácil manipular aqueles que “dominam” as tecnologias, mas não entendem suas reais intenções.

A partir dos achados dessas exposições, ficou evidente que os propósitos das grandes empresas de tecnologia precisam ser amplamente divulgados, bem como a importância de uma investigação minuciosa sobre o Vale do Silício e suas intenções, que vão além do aspecto econômico. Constatou-se, ainda, a necessidade urgente de leis que limitem a utilização e manipulação de dados.

Os resultados revelaram a complexidade do desafio de esclarecer o fenômeno do colonialismo de dados e apontaram a necessidade de aprofundamento no assunto, para que os usuários de plataformas e redes consigam se resguardar contra a utilização da inteligência artificial em funções essenciais. Tais funções podem levar à restrição da liberdade e ao direcionamento para os interesses econômicos e cognitivos em benefício às grandes corporações do setor.

Ficou clara a impossibilidade de dissociar o conceito de cibercultura e as plataformas digitais. Não houve identificação de como a cibercultura se manifesta em seus cotidianos, nem de o quanto são praticantes desse fenômeno. Da mesma forma, não houve consciência sobre a nocividade da coleta de dados nas buscas por bens e serviços. Os termos sugeridos no glossário foram conceituados sem aprofundamento.

É nesse contexto que se encontram os desafios da docência: enfatizar como uma minoria dominante consegue manipular, por meio de conceitos pré-estabelecidos, aqueles que desejam manter servindo, elaborando discursos persuasivos e utilizando-se de meios diversos para impedir mobilidades, como fizeram ao longo da História, por meio das Teorias dos Direitos Divinos, das Castas Sociais, dos biotipos, entre tantos outros. “Passamos por revoluções nos modos de produção, pela tão ‘sonhada’ abolição da escravatura”, promovida pela piedosa Inglaterra, cuja motivação não estava relacionada ao bem-estar dos negros

escravizados, mas sua preocupação se limitava às finanças. Ou seja, como maior mercado consumidor, os recém “libertos” teriam, a partir desse ato de “bondade”, outro senhor e novas formas de dominação.

Passadas as revoluções industriais, vivenciamos as revoluções das tecnologias mais avançadas. Estrategicamente, o Norte Global coleta nossos dados a fim de atrair, para seus pomposos cofres, mais benefícios, onerando o Sul. Como cita o documentário *Freenet*, a diferença entre os benefícios que um bairro rico recebe, e que dificilmente chegam a um bairro pobre — cujo acesso é sequência do outro — está apenas no endereço.

O mecanismo de opressão atual encontra-se nas pegadas carimbadas nas barras de busca; estas visam justamente os endereços mais simples, ou seja, seus interesses perpassam famosas avenidas de países desenvolvidos. Os desafios consistem em nortear, por meio do letramento, para que as entrelinhas do uso das tecnologias digitais, em detrimento de pequenos grupos com objetivos capitalistas exploratórios, sejam compreendidas. Os benefícios que as tecnologias oferecem são inegáveis, mas saber o que também é feito através delas é essencial.

A expansão da internet e a utilização da inteligência artificial contribuem de modo singular, trazendo inúmeros benefícios; no entanto, é necessário que os usuários estejam cientes dos riscos e saibam se precaver contra a estrutura do assédio tecnológico e da violação de direitos. O currículo oculto do colonialismo e suas façanhas, conforme revelado pelas análises mostram que a propagação da pedagogia do apagamento precisa ser freada. Diante desses desafios, há de se substituir a pedagogia do apagamento por uma pedagogia luminosa, e essa cuja luz se refletirá na interpretação das reais intenções difundidas por propagandas tendenciosas e influenciadores digitais.

Sementes foram plantadas no âmbito dessas duas disciplinas destinadas à formação de futuros professores. Novos olhares surgiram, assim como a percepção da falta de regulação das plataformas, da atuação de pessoas racistas por trás dos dispositivos e da manipulação comportamental que exercida a partir de uma aparente neutralidade em seleções e indicações de acordo com suas conveniências. Espera-se que essas observações se ampliem e contribuam para neutralizar as ações predatórias das formas contemporâneas de colonização.

É preciso compreender que essas práticas coloniais se assemelham aos programas radiofônicos: chegam a nós apenas as vozes dos locutores, mas não vemos nem entendemos os bastidores. E justamente nesse campo, fora de visão e compreensão, que o colonialismo de dados atua eficazmente, e isso precisa se tornar público: é necessário conhecer para criar

defesas. A ignorância é a base de sustentação colonial; engendram suas articulações de tal forma, envolvendo de modo que seus motivos não deixem margem para interpretações.

Quanto mais pessoas silenciadas e “cientes da neutralidade”, maior será a cooperação inconsciente com o sistema opressor colonial. Para contestar essa pedagogia, é de suma importância resistir por meio de engajamentos educacionais que promovam debates profundos sobre o sistema colonial atual.

8 REFERÊNCIAS

AMARAL, M. M. **A ciberpesquisa em educação: autorias e inspirações teórico-metodológicas do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura – GPDOC**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

ATIVO. **História da maratona: como nasceu esse tipo de corrida**. Disponível em: <https://www.ativo.com/ativo/historia-da-maratona-como-nasceu-esse-tipo-de-corrida/>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CNN BRASIL. **Nova regulação de big techs começa a valer na Europa nesta quinta (7); entenda**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/nova-regulacao-de-big-techs-comeca-a-valer-na-europa-nesta-quinta-7-entenda/>. Acesso em: 15 set. 2025.

CRUZ, M. M.; FERREIRA, I. N.; NASCIMENTO, F. F.; MONTEIRO, A. R.; WEISS, A. L. **Autismo e educação inclusiva: mediação pedagógica na era tecnológica**. Santo Tirso: [s.n.], 2017.

EDITORA PUCRS. **Anais 2021**. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/1617/assets/edicoes/2021/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Explorando o colonialismo digital: uma análise hacker-fanoniana**. São Paulo: Editora Raízes da América, 2022.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2024.

GUERRA, D. M. J.; GOMES, A. R. **Cine conversas em questão: o cinema nas vivências colaborativas de docentes pesquisadores/as em redes**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

HAN, B.-C. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Tradução de Gabriel S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HOOKS, B. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, B. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. Tradução de Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.

HORA, N. **MyNews Explica!**. São Paulo: Edições 70, 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LANDER, E.; CASTRO, S. G. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACEDO, R. S. **A pesquisa como heurística, ato de currículo e formação universitária: experiências trans singulares com método em ciências da educação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R.; MALDONADO-TORRES, N. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento crítico latino-americano**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

O'NEIL, C. **Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia**. Tradução de Rafael Abraham. 1. ed. Santo André, SP: Editora do Sabão, 2020.

REFLEXÕES sobre a falsa universalidade da teologia judaico-cristã: epistemicídio e a construção do “outro”. In: ALVES, V. F. de C.; CRISTIANE, M. (orgs.). **A matriz africana: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2020.

SANTAELLA, L. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, E. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SCIÉLO BRASIL. **Precarização do trabalho docente: plataformas de ensino no contexto da fábrica difusa**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/....> Acesso em: 15 set. 2025.

SCIÉLO BRASIL. **Plataformas digitais, Estado e desigualdade no trabalho docente com dados**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/....> Acesso em: 15 set. 2025.

SILVEIRA, J. S.; CASSINO, J. F. **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

SILVEIRA, S. A. et al. **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na**

https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/MALACHIAS_SP21-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf
acesso em: 27 jun. 2025

UFMG. **Revista Revice**. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e52248/e52248>. Acesso em: 15 dez. 2024.

UNIFEI. **Dissertação:** [título não informado]. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4176/Disserta%C3%A7%C3%A3o_2024148.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

VISTA DO. **Vigilância, plataformização da educação e possíveis saídas: um breve panorama.** Disponível em: <https://...>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ANEXOS

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS, ÁUDIOS E DEPOIMENTOS

Pelo presente termo de autorização, as pessoas abaixo identificadas, AUTORIZAM, expressamente, as referidas imagens, áudios e/ou depoimentos por tempo indeterminado, estando cientes de que tudo o que for filmado, fotografado, impresso, gravado e/ou registrado poderá ser veiculado em qualquer meio de comunicação.

AUTORIZO o uso de imagem áudios e/ou depoimentos em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada em Dissertação de Mestrado **COLONIALISMO DE DADOS E SEUS DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA: UMA PESQUISA FORMAÇÃO NA CIBERCULTURA**, por **SONIA APARECIDA DA SILVA SOUZA**, sob orientação de **EDMEA OLIVEIRA DOS SANTOS**, e todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem, áudios e/ou depoimentos em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros), artigos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

NOME /CPF	ASSINATURA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

_____, nacionalidade _____, menor de idade, neste ato devidamente representado por seu (sua) (responsável legal), _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente à Av/Rua _____, nº. _____, município de _____/Rio de Janeiro. AUTORIZO o uso de imagem em todo e qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada em Dissertação de Mestrado: **COLONIALISMO DE DADOS E SEUS DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA: UMA PESQUISA FORMAÇÃO NA CIBERCULTURA**, por **SONIA APARECIDA DA SILVA SOUZA**, sob orientação de **EDMEA OLIVEIRA DOS SANTOS** e todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros), artigos e demais produtos oriundos do presente estudo. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura)

Nome _____ da _____ criança/adolescente:

Por _____ seu _____ Responsável _____ Legal:

Telefone _____ p/ _____ contato:

Síndrome do Elefante Preso

Você já pensou porque o elefante, um animal enorme, fica preso a uma corda frágil que, com poucos esforços ele arrebentaria?

Isso ocorre porque o homem usa um meio eficaz de submetê-lo, quando o elefante ainda é um bebê e desconhece a força que tem.

Preso a uma corda, o bebê elefante tenta escapar. Faz esforços, se debate, se machuca, mas não consegue arrebentar as amarras.

A cena se repete por alguns anos. As tentativas de libertar-se são inúteis. O elefante

desiste.

Vencido pelas amarras, ele acredita que todos os seus esforços serão inúteis, para sempre.

Assim é que, depois de adulto, o gigante fica preso a uma fina corda que ele poderia romper com esforços insignificantes.

Fazendo um paralelo com o ser humano, poderíamos indagar: Por que um ser tão grandioso, com tantos talentos, se deixa vencer por amarras tão sutis e sem fundamento?

São cordas invisíveis que vão imobilizando um gigante e, por fim, ele se conforma e se submete, sem questionamentos.

Desde a tenra idade até a adolescência somos amarrados com cordas ou correntes - conceitos, doutrinas, costumes, escala social, ensinamentos de obediência, subordinação - e crescemos carregando estas fictícias amarras na mente e não importa a cultura ou o país em que se vive. E mais, tudo isso em nome da tradição e do bem-estar social! Quem não segue a tradição é considerado um desajustado! Se teimar em continuar a desobedecer é tido como subversivo - em relação a governos -, herege - em relação a igrejas -, ou um louco ou demente -, pela sociedade. Fugir do padrão imposto incomoda aos líderes; pais, governantes e religiosos, ninguém gosta de ser desobedecido e adoram impor normas! Claro, quando somos pequenos é necessário que alguém cuide de nós, nos eduque, nos proteja, nos encaminhe para a vida, porém, toda esta didática emprega o medo! Desde a mais inocente história nos contada tem fundo de submissão; o Bicho papão, a Cuca vem pegar, Saci-Pererê, Mula sem cabeça, o medo do escuro, a religião dominante onde se reside é que a correta, o pecado, Deus castiga...

Todos elogiam e gostam de pessoas humildes, mas poucos desejam possuir está “virtude”.

Entretanto, os costumes mudam, mesmo sem a anuência dos que tentam manter as rédeas de tudo. Surgem novas religiões, novos meios de comunicações, o saber se espalha via livros, jornais, rádios, televisão, internet, a ciência desmente boa parte de mitos e lendas, e, mesmo assim, muitos ainda continuam presos às correntes fictícias que os aprisionam a vida inteira. Surge nova safra dos donos do poder entupindo-nos e massacrando-nos de “verdades” e conceitos, e, tudo volta a ser como antes, mas com uma nova metodologia de se fazer a mesma coisa: obedecer, submissão!

Todos pregam a liberdade, mas para propagar livremente sua causa, criticam ou rebaixam outras doutrinas ou qualquer outro estilo de pensamento para se sentirem por cima, mas se está no mesmo lugar, pois foi o outro que foi rebaixado e não a sua organização que

subiu. Não é por ter mais torcedores que um time de futebol é o melhor time ou sempre é o campeão. Portanto, ter ou pertencer à maioria não significa possuir a “verdade”.

Ser livre é não pertencer a nenhuma causa, mas ter a sua própria causa, é ter conhecimento de todas para não ser engessado, criar sua própria base de ensinamentos para orientar-se na vida. Quem pertence a uma determinada causa não é livre o bastante para falar em liberdade, a causa o torna preso a determinados conceitos, sua visão é míope e distorcida para poder opinar sem paixões sobre outros assuntos.

Jamais devemos nos ater a um só princípio ou causa. Quanto mais se sabe sobre outras coisas melhor entendemos e respeitamos nossos semelhantes. Devemos sempre dar uma peneirada em tudo que nos falam e ensinam e toda doutrina tem seu ponto fraco, então, exclua-os, assim, sempre se terá a parte mais benéfica e saudável, e se cria por si só um compêndio de boas coisas. Sempre veja os dois lados de tudo.

Você é um ser especial.

Seu destino lhe pertence. Não se permita prender pelas cordas invisíveis que outras mentes desejam impor a você.

Você tem um sol interior e sua força é muito maior do que possa imaginar.

Rompa com todas as amarras e busque as alturas.... Você é filho da luz e herdeiro das estrelas.

Pense Nisso, mas pense agora.

Redação do Pense Nisso com base no texto de Lucas Durand. Código do texto: T4268451 e na própria visão do autor do Pense Nisso.

Em 08.07.2019.

[Vítor Soares](#) / Brasil

Como a escravidão originou o mito de que manga com leite faz mal?

Por [Éric Moreira](#). Publicado em 12/06/2024, às 18h00

Muitos ainda acreditam que a mistura de manga com leite pode fazer mal à saúde; entenda a origem desse mito e a relação com a escravidão

A manga é uma das frutas mais queridas pelos brasileiros, e também uma fonte rica em nutrientes. Assim, é impensável a possibilidade de ela fazer mal à saúde, certo? Bem, exceto aqui no [Brasil](#): muitos acreditam que a mistura de manga com leite pode causar

efeitos bastante indesejados. Mas isso é verdade?

Mistura boa ou ruim?

Segundo a nutricionista **Gisele Haiek**, que também é especialista em Controle Higiênico Sanitário dos Alimentos e em Sistemas de Gestão Integrados, em entrevista ao [Eu Atleta](#), essa combinação não apresenta qualquer malefício à saúde.

“A combinação resulta em uma vitamina como se misturasse qualquer outra fruta ao leite, claro, com os nutrientes da manga atribuídos”, acrescenta.

A nutricionista apenas ressalta que, em alguns casos, as pessoas podem se sentir mal após consumir algum desses alimentos, mas a culpa não seria necessariamente da mistura, e sim de uma possível intolerância à lactose ou alergia à proteína do leite.

Lenda antiga

A lenda de que a mistura de manga com leite faz mal tem um fundamento histórico em sua origem. Esse mito surgiu ainda na época do [Brasil colonial](#), habitado pelos senhores de engenho e seus escravizados.

Isso porque, naquela época, o leite era considerado um alimento caro e escasso. A manga, por sua vez, era uma fruta amplamente disponível no Brasil e consumida pelos escravizados.

Por isso, os antigos senhores de engenho espalhavam o boato, para tentar impedir que os escravos consumissem o leite que lhes pertencia. Assim, temendo alguma intoxicação, eles mantinham distância da bebida.

“O leite era, então, um alimento bastante raro, e caro, exclusivo dos patrões, os senhores de engenho. Como eles não queriam que essa preciosidade fosse consumida por escravos, inventaram e espalharam a lenda, que sobreviveu até hoje” disse nutricionista Anita Sachs à revista Mundo Estranho.

Mesmo que sem qualquer fundamento, e certamente questionada desde o Brasil Colônia, essa lenda perdurou pela nossa história, e segue viva. Felizmente, muitos sabem que é mentira, e podemos encontrar ótimas sobremesas em conjunto da manga com o leite.

[Como a escravidão originou o mito de que manga com leite faz mal? - Aventuras na História](#)

RACISMO ALGORÍTMICO

Deputada denuncia racismo em trend da Disney Pixar: “Desinteligência artificial”

Renata Souza (PSOL-RJ) foi retratada com uma arma ao descrever uma mulher negra na favela.

Por **Júlia Motta**

Escrito em **POLÍTICA** el 26/10/2023 · 19:21 hs

A deputada estadual [Renata Souza](#) (PSOL-RJ) denunciou “**racismo algorítmico**” na nova **trend da Disney Pixar**, ao pedir a **animação de uma mulher negra na favela** e a [Inteligência Artificial](#) produzir uma imagem da personagem com **arma na mão**. “Não pode uma **mulher negra**, cria da [favela](#), estar num espaço que não da violência? ”, questionou a parlamentar.

“Ao criar uma arte inspirada nos pôsteres da Disney, me deparei com uma imagem gerada a partir de Inteligência Artificial que me retratava como uma mulher negra com uma arma na mão. A descrição pedida era de uma mulher negra, de cabelos afro, com roupas de estampa africana num cenário de favela. E essa foi a imagem gerada. **Não pode uma mulher negra, cria da favela, estar num espaço que não da violência?** O que leva essa '**desinteligência artificial**' a associar o meu corpo, a minha identidade, com uma arma?”, postou.

"Em um mundo forjado pela branquitude, que tem o domínio sobre as tecnologias, a reprodução da estrutura racista se dá em todos os espaços e ferramentas”, afirmou a deputada.

Renata Souza é **presidenta da CPI do Reconhecimento Fotográfico** na [Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro \(ALERJ\)](#), que analisa o processo de **encarceramento da população negra com base no reconhecimento facial**, muitas dessas pessoas inocentes. “**Não há isenção ou imparcialidade, é claramente racismo algorítmico**”, diz na postagem.

“O imaginário de violência nas favelas e de criminalização de corpos e territórios negros também está presente em tecnologias, o que coloca em risco a segurança de pessoas negras. É preciso rever essas tecnologias e procedimentos. ”

[Deputada denuncia racismo em trend da Disney Pixar: “Desinteligência artificial” | Revista Fórum](#)

APÊNDICE

Resenha documentário “*Coded Bias*”

Filme documental lançado em 2020, dirigido por Shalini Kantayya, relata as experiências da pesquisadora Joy Buolamwini, estudante do MIT- Instituto de Tecnologia de Massachusetts EUA, que detecta falhas tecnológicas de reconhecimento facial.

O documentário inicia com a fala da Inteligência artificial apresentando-se aos humanos relatando que quanto mais se compartilhar com ela, mais aprende; no entanto, não se trata de uma aprendizagem na qual um indivíduo estimulado desenvolve senso crítico. O termo aprendizagem no contexto da fala da I.A está entrelaçado ao fato de que quanto mais a cessarmos mais informações terá a nosso respeito.

As inquietações de Joy Buolamwini surgiram durante um projeto envolvendo software de reconhecimento facial, ao colocar uma câmera de detecção em seu rosto e descobrir que o software não correspondia corretamente na análise de seus traços; seu rosto preto só foi perceptível à câmera ao ser coberto por uma máscara branca. Vale atentar-se que Joy se encontra no interior do Instituto, pressupõe-se os algoritmos da instituição foram programados para leituras de rostos brancos, levando-nos a crer que o habitante deste universo, no âmbito de pesquisas se restringia a pessoas brancas. O rosto de Joy seria detectado com facilidade nas câmeras ao entorno e de acesso ao prédio. A Inteligência Artificial não estava preparada para reconhecimento de traços pretos em linhas de pesquisa, haja vista o embaraço diante da questão; os algoritmos são direcionados para pontos que convergem aos interesses de seus idealizadores, o ponto chave encontra-se no espaço entre assento a máquina: ao homem que a programa com olhar atento a dominação, em não deixar escoar entre seus dedos os lucros para as empresas sob sua direção, em outras palavras, a máquina aprende o que o homem ensina.

Em suas buscas, Joy descobre que em maioria, os programas de inteligência artificial são treinados para identificar padrões baseados em dados com viés para pele clara e sexo masculino, isto de acordo com espaço, haja vista que a detecção em vias públicas e acessos a condomínios ocorrem o inverso, neste cenário a pele preta se torna o alvo. “*Coded Bias*” reúne uma série de histórias que mostram injustiças causadas por algoritmos, enfatizando o domínio dos passos públicos por pequenos grupos hegemônicos e compactos. A pesquisadora interage com outras pessoas que investigam os impactos dos efeitos causados pela I.A em seu cotidiano, ao longo da exibição práticas abusivas do uso de dados são mostradas.

Identificamos o controle das ações no China, onde todos têm conhecimento de que são regidos por escores e acham natural- pelo que tange a exibição, na qual é vista a opinião de uma pessoa, em contrapartida, nos Estados Unidos este mesmo controle é exercido, mas em silêncio. Espalham ao mundo discurso educados e sutis sobre o uso de serviços e produtos, utilizando linguagem tão tênue que nos induz à credibilidade total na big data, como se fosse infalível e totalmente confiável.

Os rostos escaneados nas vias públicas são de negros e latinos, fato que evidencia os vieses preconceituosos e racistas neste tipo de abordagem, utilizado sem legislação específica, sem quaisquer tipos de regulação que garanta o livre direito de ir e vir sem ter a face escaneada, sendo abordado a seguir devido ao fato do sistema identifica-la como ameaça. Tais identificações se baseiam na aparência do transeunte, algoritmos elaborados com viés racista mecanizados, robotizados.

Ao longo da História foram evidenciados a exclusão de pessoas por parte de uma elite dominante e ou por governantes autoritários que exibiam sua “supremacia” aos subjugados, revelando-lhes a face; com advento das tecnologias digitais e a IA, convencionou-se mascarar suas atitudes, dominar e excluir sem aparecer, quaisquer erros eventuais advêm das máquinas, fazendo com que creiam que tais equipamentos sejam auto programáveis, sem intervenção humana. Desta forma conduzem o comportamento das pessoas de acordo com seus interesses; o algoritmo é dicotômico, destinado aos pobres e ricos, as propagandas são direcionadas de acordo com as pesquisas e hábitos na web. Somos vigiados diariamente silenciosamente, a ameaça a nossos passos está a uma câmera de distância, uma busca na web e ou navegações em redes sociais.

Uma vez que houve a transferência de tomadas de decisões aos algoritmos, que definem o perfil de quem será selecionado em uma entrevista de emprego- a utilização de fotos nos currículos é uma forma de saber fatos que a simples redação de dados não revela: a aparência do candidato à vaga-, quem ocupará vagas em hospitais, vale um questionamento: as vagas em CTIS, UTEIS, transplantes de órgãos e similares são decididas por algoritmos que sutilmente analisarão o perfil socioeconômico e quantidade de melanina? O algoritmo não exerce a função horizontal, de equidade, se baseiam no que são alimentados pelo homem que o programou, apresentam-se nas formas cruéis excludentes onde pessoas pretas, mulheres, dentre outras, são discriminadas. Os vieses separatistas são tão bem estruturados que levam o sujeito a crer que seleções de vagas em empregos e ou num leito de hospital, tenham transcorrido respeitando-se critérios de igualdade e respeito. Outrora os “scanners” eram reais, os dominadores tinham nomes e endereços, atualmente são subjetivos, esquivam-se por trás

de propagandas, da apropriação de dados, dos scores aos quais somos submetidos. O documentário apresenta além do estudo de Joy Buolamwini, trabalhos de outros pesquisadores e ativistas que denunciam o uso do reconhecimento facial sem regulação.

Em suma, a obra relata o viés contido na tecnologia de inteligência artificial para reconhecimento facial de pessoas pretas, a ameaça à democracia, bem como enfatiza o controle mundial por grandes empresas, com sede nos Estados Unidos e China, planeta bipolarizado pelo domínio tecnológico. Desencadeiam também outros exemplos e situações de vieses com IA, com o intuito de gerenciamento comportamental, as telas se tornaram modalidade contemporânea de dominação, opressão e exclusão.

Sonia Aparecida da Silva Souza.

Reflexão documentário Freenet.

Aula Edmea Santos.

Paraisópolis x Morumbi.

São bairros da grande São Paulo, separados por CEPS e por classes sociais. O endereço é mesmo, nos relata a moradora, que mostra a propaganda de uma operadora que oferece 100 megas de internet, cujo “bloco” contemplado é apenas o Morumbi Segundo Veronice moradora de Paraisópolis, ao solicitarem instalações de internet para seus endereços, suas solicitações não são atendidas, evidenciando que não há apenas a exclusão digital, mas a principalmente a social, ainda, de acordo com a moradora, diante de solicitações para instalação, ao se apresentar o CEP da extensão da mesma rua que esteja localizado onde se denomina Morumbi, não são atendidos. Na verdade, dependendo da classe social, há desertos tecnológicos não pelo fato de que a região seja área de sombra, e sim pelas condições econômicas dos habitantes. A diferença existente está no nome, ou seja, Paraisópolis e Morumbi.



Veronice cuida das duas filhas sozinhas, nos relata os benefícios do uso da internet, economizando tempo e dinheiro acessando sua conta bancária, além disso, acessa redes sociais, realiza pesquisas, sendo também fonte de entretenimentos para as filhas.

As moradoras se urinaram para solucionar a questão do acesso ao internet e aos serviços que são lançados no mercado sem a preocupação de que a cobertura digital seja a mesma em todos os endereços, ou seja, atividades bancárias- para diminuir custos- notas escolares, pesquisas em geral a que todo cidadão tem direito.

A união objetivou minimizar a exclusão digital pela qual passam, dividem a internet que dispõem de acordo com a realidade em que vivem. Haja vista que para conseguirem tal serviço, teriam que adquirir linhas telefônicas cujo valor estava fora de suas realidades.

A moradora supracitada descreve como utilizam a conexão, em sua residência chega via cabo oriunda de outra residência, segundo ela, comprou oitenta metros e nos mostra o trajeto até sua casa, fomos conduzidos através de um beco encharcado, no qual tínhamos que transpor obstáculo, até a origem do acesso a rede. Chegamos à casa de Lucimar, da qual Veronice compra a internet.

Lucimar relata que adquiriu a internet para consumo próprio, porém, diante da necessidade das demais, efetuou a divisão, destaca que já trocou os aparelhos três vezes, no entanto, a internet continua lenta, ainda, segundo Lucimar, seria mais viável o pacote de internet sem a linha telefônica, diminuiria custos, entretanto, as operadoras não ofertam este serviço. O custo do pacote com linha telefônica e internet é cento e vinte reais valor dividido com sua irmã Lucimara, suas vizinhas Veronice e Patrícia; de acordo com Lucimar, internet deveria ser de graça, pois impostos são pagos para que isso acontecesse. Contrastes entre duas regiões, na verdade uma, cujos dominadores decidiram dividir. Colonialismo espacial, Paraisópolis é o lugar do outro, criado por quem domina. Infraestruturas relacionadas às condições sociais, a população de Paraisópolis é ‘invisível em relação às grandes empresas e aos habitantes do Morumbi.

Após visita à casa “fonte” da internet, Veronice nos conduz a residência de Patrícia, mostrando o trajeto do cabo; Patrícia nos relata finalidades da internet, utilizada no computador no qual os filhos fazem pesquisas escolar, acessam notas. Perguntamos a Patrícia o valor pago pela internet, relata que são trinta reais, cujo valor, é alto; informa-nos ainda que havia comprado molde, no entanto, não funcionava direito, a conexão era interrompida constantemente, utilizavam o chip do celular, mas era muito lenta. Com a aquisição da internet via cabo, houve uma pequena melhora, informa que no dia anterior não estava funcionando, enquanto faz o teste para verificação do funcionamento, dá seu parecer, dizendo

que a internet deveria ser de graça, como direito dos cidadãos que pagam impostos, enumera alguns outros serviços que deveriam ser gratuitos. Nos chama a atenção a fala de Patrícia que diz que não estão querendo ser ricos, querem apenas acesso ao trona viável a comunicação digital. Não deveria haver separação de direitos, o teórico e as práticas devem ser paralelos. Todos são iguais – deveriam ser- perante a lei.

Em suma, faltam políticas públicas que contemplem a população como um todo, o preconceito não apenas em relação a Paraisópolis e Morumbi, mas em todas as “fronteiras” que marginalizam comunidades economicamente menos favorecidas. Tudo isso é fruto da ocupação do europeu, haja vista que a invasão portuguesa desalojou os moradores, tomando para si propriedades e espaços dos que aqui viviam, nasce com isso, as precariedades de moradias nos subúrbios não planejados nos quais as pessoas são esquecidas no diz respeito a seus direitos.

Reflexões: Livro *Tudo sobre o Amor*.

Disciplina professora Edmea.

No capítulo 12 do livro *Tudo sobre o Amor*, Novas Perspectivas, Bell Hooke nos proporciona reflexões profundas sobre os efeitos curativos do amor, descreve as feridas provocadas em locais onde deveríamos ser amados trazendo como antídoto, o perdão, como um bálsamo curativo como parte do todo, o amor.

O amor, assim como as partes que compõem o cosmo, é fundamentado também em partes, dentre elas, o exercício do perdão. Somos feitos de passado e presente, com esperanças no futuro, e é exatamente esta esperança que nos torna verbos hoje, pois sem ideais, a vida finda, ainda que estejamos respirando e movimentado o corpo morre-se sempre que se abandona ideais.

Circunstâncias relacionadas à falta de amor, sempre virão ocasionalmente em nossas lembranças, porém, não devem ser referências na condução da vida, devem permanecer arquivadas arquivos não são locais de frequências, se visitados, devem ser com o intuito de se olhar para as dores e ressignifica-las, visitar sem demoras, sem fazer do(s) fato(s), moradia, permanência.

Durante nossa trajetória, amor e dor caminharão juntos, acontecimentos nos ferirão, o que nos definirá será a postura adotada frente ao que nos causou a ferida, fé de que encarando e adotando gestos concretos em busca da cura, o contexto atual será diferente, com qualidade, capaz de transformar nossa existência e de quem conosco convive. Mas esta fé precisa ser

verbo, que se movimenta em prol das transformações que darão novos rumos a nossa vivência, bem como dos que cruzarem nossos caminhos.

As marcas permanecerão, no entanto, é desnecessário tratá-las com zelo, alimentando-as constantemente a fim de mantê-las vivas. É vital e imprescindível que nos renovemos, caso contrário seremos escravizados e paralisados.

Quando se cita o local onde deveríamos ter sido amados, nossos pensamentos automaticamente se direcionam para nossa primeira comunidade, o núcleo familiar; lembro-me de momentos incríveis, quando sentados ao redor do fogão a lenha, meus pais contavam histórias, às vezes ao som dos pingos de chuva no quintal, trazendo magias àqueles momentos. Com certeza nos faltaram partes do amor, mas como cobrar algo de quem se doava ao máximo naquele momento, ocultando suas dores? Talvez estivessem distribuindo-o de forma diferente com que receberam, haja vista que o sistema dominante sempre dissemina suas façanhas de modo a estimular separações, incitando sentimentos contrários ao amor, e em meio às lembranças de suas feridas, dia a dia juntassem os seus cacos para proporcionarmos momentos melhores que os seus. Um novo olhar carece de ser dado frente aos ataques do patriarcado, a resistência está diretamente ligada ao perdão, necessário é que reconheçamos que também nos equivocamos, que por vezes cremos que nossos pais não foram bons, ao passo que enquanto filhos também não correspondemos. Boas lembranças só ficam registradas onde houve amor, ainda que no contexto de crianças não entendêssemos como tal.

O tempo passa, quando nos damos conta, estes momentos são apenas memórias, belas e eternas. Com este avançar do tempo, nos deparamos com as feridas abertas, latentes em alguns que não souberam lidar com elas, não perceberam que mantê-las se resumiria em manter apego por algo que lhes furtavam a liberdade, pois quando não exercemos a prática do perdão, somos os prisioneiros.

A saudade daqueles momentos em dias chuvosos, ou não, mas que independente de como estivesse o clima externo, importante era todos estarem em comunhão ao redor daquele fogão a lenha que fazia brotarem de nossos olhos lágrimas causadas pela fumaça. No caminhar da vida, elas continuaram a brotar, não oriundas da fumaça da madeira em chamas, mas pela falta de perdão, pela falta de amor a si, entendendo que no exercício do perdão, libera-se um prisioneiro e descobre-se que este prisioneiro é a própria pessoa. Talvez as dores existam para nos fazer crescer, mas se nos olharmos com piedade, rancor para com o que ou quem as causaram, permaneceremos estáticos, seremos apenas substantivos, quando na verdade, o essencial é sermos verbos. Crescer dói, me lembro de meu aluninho Ênio me

dizendo que estava com dores de crescimento, se o físico dói, passa e não nos lembramos como foi, da mesma forma deveríamos passar pelas dores da falta de amor, entendendo que também fazemos parte deste grupo, que não ama integralmente.

A falta de amor não se resume ao núcleo familiar, perpassa pela escola, trabalho e por todos os grupos nos quais estamos inseridos, o que fará diferença será o modo com que a enfrentamos, como nos esforçamos para que em nós se torne menor. Certamente, as lembranças relacionadas à falta de amor virão à tona ocasionalmente, mas não guiarão nossos passos. Amor e dor farão parte de nossa caminhada, acontecimentos nos ferirão, mas sem nos definir. Feridas serão ocasionais e persistentes caso não haja quebra de ciclos, quem foi ferido e não soube ressignificar, dará continuidade; este estigma de devolução na mesma moeda precisa ser superado para que coisa boas fluam, haja vista que são sufocadas pela falta de posicionamentos que determinem pertencimento a realidades diferentes.

A cura deve ser efetiva, caso contrário, não existirão quaisquer chances de liberdade, os remédios estão disponíveis, mas cabe a cada pessoa entendê-los e aceitá-los. Caso contrário, sentimentos opostos ao amor, a fé e ao perdão se propagarão. Contudo, a cura por meio destes elementos não acontecerá no vazio da solidão, nenhum ser humano é independente, somos a extensão do outro e por vezes, seremos o único texto que ele compreende.

O processo não ocorre de um momento para o outro, é preciso perdão acompanhado de paciência, ao perdoar atos falhos alheios e reconhecendo que também os temos, descobrimos a permanência desnecessária em prisões sem grades, a medida em que compreende a relevância do ato do perdoar a si e aos demais, a cicatrização vai se estabelecendo, há o despertar para um futuro com olhar de fé, sem pesos, sem ressentimentos, a vida vai acontecendo. Mas é necessário o tempo de espera, cada parte desse todo que nos compõem, aos poucos vai sendo irrigada com novos olhares e possibilidades, é o enxergar a si como um ser que contém em seu interior amor de tal forma que transborde e contagie.

Passado não é local de moradia, serve apenas como referência para o presente com qualidade e um futuro esperançoso. No intervalo, no tempo de espera, as buscas não podem parar, mover-se em prol de dias melhores é crucial, levando em consideração o perdão, a fé e a esperança de que o amor seja capaz de nos curar. Perdoar para não ser vítima de lamúrias que impedem o caminhar rumo às conquistas, direcionando a si olhares de compaixão, fé de que a situação atual não definirá nosso futuro, esperança em realidades diferentes.

Relacionando o capítulo ao tema de minha pesquisa, intitulada Colonialismo de Dados e os seus Desafios para a Docência: Uma pesquisa formação na Cibercultura, conecto tais

feridas às ações colonizadoras, que disseminaram medo com suas práticas violentas, retirando dos povos subjugados, a fé na ação curadora de seus efeitos colaterais. Associo tais feitos ao capítulo intitulada A liga da higiene mental, de Alê Santos em o *Último Ancestral*, que descreve a captura de uma personagem que passa por tal higiene, porém, contrária àquela que faz bem ao sujeito, sua intenção é desconstruir. Assim foram- são- os efeitos da colonização; o povo “é forçado a esquecer sua identidade.

Vinculo estas ações destrutivas do outro, ao medo de ser, estar em condições abaixo daqueles que julgam menores, a todo custo têm pretensões de demonstrar superioridade, que na verdade ocultam suas fragilidades. O falso poder também se manifesta quando jovens ostentam fuzis maiores que seus frágeis corpos, cito Eliah, personagem da obra o *Último Ancestral* de Alê Santos. Vários Eliahs compõem este exército de alienados, vítimas da falta de amor nos variados grupos sociais que os cercam. Trago como exemplo, J, de dezesseis anos, que não entendeu a infeliz citação do pai, que não soube expressar o “cuidado” contido em suas palavras. Se dirigiu ao filho como vagabundo, no sentido de não trabalhar, o jovem como exemplo de se opor, disse que mostraria quem era o adjetivo citado, a liga da higiene mental foi rápida e rasteira, entrou para o mundo do tráfico achando ser brincadeira, na qual se entra e sai como nas corriqueiras e saudáveis, foi pego e conduzido a profundas higiènes. A falta de amor compromete a saúde física, mental e psicológica de maneira drástica. Com advento da internet, da cibercultura, os domínios através das plataformas digitais têm assolado, contribuindo para o aumento dos efeitos causados pela falta de amor.

Em suma, o capítulo fundamenta-se na fé, no amor, no perdão e na paciência, na capacidade de olhar para si mesmo e acreditar nas possibilidades, mesmo diante das dificuldades. Devemos entender que dor e o amor são irmãos inseparáveis que andam juntos, exigindo de nós sabedoria, maturidade e discernimento para lidar com ambos. Sem a presença do amor, seria sempre dia, ou noite em nossas vidas, não teríamos a doce presença do crepúsculo nem do alvorecer, sem sua presença, seria noite antes do sol se pôr, ou dia antes do alvorecer. O amor é o ponto de equilíbrio que nos impulsiona, façamos com que cresça. Deixemos no passado as bagagens ruins que recebemos, não somos o depósito de pedras que nos lançaram, elas não são nossas. Amar é decisão, quando decidimos amar, nenhuma dor será capaz de nos definir.

Frases ilustrativas do Livro “*Tempo de Espera, Padre Fábio de Mello.*”

"O tempo de espera é onde a paciência se transforma em sabedoria."

"Cada instante de espera carrega em si uma lição invisível."

"A espera ensina mais sobre nós mesmos do que qualquer ação imediata."

“No tempo de esperas, cultivamos a esperança que alimenta a alma. ”



Este é Miguel Sancho, meu aluno do Oitavo Ano, dotado de um senso crítico extraordinário. Em diálogos em sala, Miguel relatou que gosta de ler, porém não tem acesso a variedades de livros, voltei ao passado, em minha infância e adolescência, relembrei minha

paixão por ler, e não dispor de acervos. Presenteei-lhe com este livro que de engloba fatos históricos tradicionais, contemporâneos associados à inteligência artificial. Detalhe, Miguel faz parte da linhagem da família de minha madrinha, meu segundo lar, o outro lado da colina. Miguel ficou extremamente feliz, disse que irá resenhar o livro.

b

Resenha

A arte no século XXI: a humanização das tecnologias / Diana Domingues A arte no século XXI: a humanização das tecnologias / Diana Domingues organizadora. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. – organizadora. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. – (Primas) (Primas) Vários autores. Vários autores. ISBN 85-7139-160-2 ISBN 85-7139-160-2 1. Arte e ciência 2. Arte e tecnologia 3. Arte por computador 1. Arte e ciência 2. Arte e tecnologia 3. Arte por computador 4. Ciência e civilização 5. Século XXI I. Domingues, Diana. I. Série

1- O HOMEM E AS MÁQUINAS: Lucia Santaella.

Escritora contemporânea renomada na área de semiótica, docente, psicóloga, autora e pesquisadora com significativa influência na área educacional por meio de suas análises críticas.

O homem e as Máquinas. No capítulo intitulado **o Homem e as Máquinas**, Lucia Santaella traz uma abordagem da evolução tecnológica, onde conceitua e exemplifica a máquina como extensão dos músculos, bem como extensão do cérebro. Apresenta narrativa a respeito de ferramenta e utensílios; os utensílios caracterizam-se quaisquer objetos confeccionados que não representam extensão do corpo para auxiliá-lo membros e órgãos, já ferramentas constituem todos os artefatos que facilitam, ampliam a movimentação do corpo.

Traça uma analogia corpo & máquina, na verdade, ao observarmos a construção de máquina auxiliadoras do homem, percebemos a imitação dos sistemas que compõem ao esquema corporal.

Em sua narrativa cita as primeiras invenções - a capitula-, tecnologia de ponto no contexto da criação, seria a prévia de partes de um corpo funcionando sem o todo, neste caso força motriz doadora de forças ao que os braços humanos não tinham condições de realizar. Traça o panorama das nos modos de produção com adventos de inovações tecnológicas, de sistemas isolados das partes mecânicas, a inter-relação neste ecossistema.

No cenário mecanizado, o todo vai se constituindo por partes, onde a primeira constituição aborda o prolongamento dos músculos, seguido de sensório motor e o nível cerebral, abordados por partes. Para isso, utiliza-se da linha do tempo das transformações, indo das revoluções neolíticas às revoluções tecnológicas. No que tange a primeira, observa-se as hoje denominadas artefatos rudimentares, mas que para o período trouxe grandes contribuições, não podemos olhá-la com ótica atual, haja vista que para a sociedade do contexto trouxe importantes benefício; chega à Revolução Industrial, apresentando inovadoras e aceleradas formas de produção, onde os movimentos humanos imitam os movimentos humanos com interligação entre as partes.

Enfatiza a ligação do conceito sobre robôs apenas com o esboço do corpo humano, cabeça, tronco e membros, no entanto, os robôs assumem formas diversas, e por não estarem como tal, não são considerados como pertencentes a classe de robôs.

Esta série de robôs automatizados elencados pela autora constituem os órgãos em funcionamento sem o todo, dentre quais, elevador, automóvel, aspirador de pó, entre outros, que na verdade não deixam de ser extensão no corpo em sua forma moderna; não podemos desmerecermos as composições de outrora, que exerciam as mesmas funções, de suma relevância no contexto de sua existência.

À medida que o tempo passa, as tecnologias evoluem e se transformam, resultando em avanços e descobertas. Isso permite que as máquinas realizem movimentos mais precisos e eficientes, contribuindo para a produção de novas máquinas. Ao mesmo tempo, a estrutura do “corpo” mecanizado vai a tomando formas. Surgem as reproduções sensoriais, os sentidos humanos incorporados a composição das máquinas, sendo ampliados pelas mesmas, assim como os músculos. O que até então se observava, passa a ser gravado- audiovisual-.

A engenharia humana neste momento, encontra-se quase completa no universo das máquinas, porém ainda falta o comando central desta junção de peças, o cérebro; o homem finamente completa sua réplica, o computador no modo contemporâneo acopla todas as extensões humanas, se o coração foram os motores, o computador completa as formas humanas, num esboço, que não representa a forma humana fisicamente, mas que traz em seu interior as partes que compõem este todo.



A imagem mostra Antônio e Maicon manipulando ferragens de maneira artesanal, que serão usadas para reconstruir uma parte da rodovia nos arredores de nosso bairro, danificada por intensas chuvas. Qual é a conexão entre o trabalho que eles realizam e a colonialidade? Durante o período escravocrata, os negros eram forçados a usar seus conhecimentos de maneira coercitiva, ao forjarem ferramentas que serviriam para sua própria imobilização. Em outras palavras, de forma cruel, esses saberes foram reciclados e transformados em instrumentos de tortura, são realizados nas grandes indústrias, fundamentados em saberes ancestrais e explorados em contextos distintos do escravismo anterior. Esses tipos de assédios coloniais que sufocam conhecimentos em prol dos lucros de uma minoria precisam ser expostos no ambiente escolar, com o auxílio de professoras (res) letradas (os) e críticas (os).

Na era das redes conectadas, a colonialidade do conhecimento persiste com as mesmas estratégias, privilégios e supremacia de grupos, com os mesmos os mesmos objetivos: a monopolização. Entretanto, podemos observar seus efeitos mais devastadores no que diz respeito à plataformização, onde todo o conhecimento é incorporado em um único espaço que emite suas regras de maneira sutil e atraente. Tudo o que precisam para dominar é depositado voluntariamente – de forma induzida - nos bancos de dados.

Resenha:

AS LINGUAGENS DA HIPERMÍDIA.

Na obra *Matriz da Linguagem e Pensamento*, Lucia Santella apresenta a magnitude das revoluções tecnológicas, possibilitadas pelo surgimento da internet. Ela estabelece relações com as mudanças na forma de produzir comunicação escrita, estabelecendo uma conexão com a revolução neolítica, que alterou drasticamente o estilo de vida no período. Igualmente, a revolução digital transformou profundamente o estilo de vida no mundo contemporâneo. No período conhecido como pré-histórico, ocorreram mudanças no estilo de vida que envolveram o nomadismo sedentário. O homem deixa de ser caçador para se dedicar à agricultura, eliminando assim a necessidade de mudança de Território. Intermediando estes dois polos, faz menção a outras revoluções que não se comparam às marcas que os extremos impregnaram na sociedade.

Lucia destaca algumas mudanças no processo de criação e disseminação de mensagens. No cenário em que a obra foi concebida, essa forma de produção causou mudanças significativas nas linguagens das hipermídias, com sua universalização, redução de custos no armazenamento de informações e a convergência de diversos meios de produção para um único corpo que passou a abrigar tais órgãos, dando origem à hipermídia, o “corpo humano” das comunicações, a linguagem não sofre alterações, passa a ser produzida de outro modo, desbancando a invenção de Gutemberg. Alinhava meios de produção cultural em contextos diversos baseados na linguagem, dos escribas a mecanização das letras na forma contemporânea, descrevendo a interatividade e estruturação das conexões partindo do mesmo emissor como ventre das matrizes áudios, imagens e textos e sua predominância apartada do corpo. Por fim, destaca o equilíbrio entre estas matrizes, na qual vão estabelecendo conexões conjuntas.

No contexto da composição desta obra, tais descobertas foram de suma importância para o período, seria o embrião da potência recente no ramo da cibercultura. Ao lermos o texto, traçamos comparações involuntárias com o processo comunicacional atual. Porém, não devemos enaltecer o presente momento, esquecendo-nos que processo atual é fruto dos anteriores. Destacando que tanto a criação do alfabeto quanto a impressão descoberta por Gutember, fazem parte da genealogia do modo de se produzir comunicação na era digital, representam os velhos galhos da “árvore” que foram substituídos por novos brotos.

Esta leitura contribuirá de forma significativa para os constructos de minha pesquisa, pois concomitante com as descobertas na esfera comunicacional, ocorrem as diferentes formas de colonizar, colonização esta, oriunda da mesma “árvore”, com ramificações novas.

Santaella, Lucia . De onde vem o poder da mentira?. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores editora, 2021. v. 1. 121p . Santaella, Lucia . Humanos.

Sonia aparecida da Silva Souza

Mestranda do PPGEDUC/UFRRJ

O livro *De onde vem o poder da mentira?* retrata a mentira no contexto das redes, haja vista que as artimanhas da enganação são concomitantes a existência humana; sempre existiram mentes astuciosas gerando fakes com intuito de tirar proveitos de situações em diferentes âmbitos mentirosos e suas vítimas perpassam a história da humanidade.

Ao longo da existência humana formas variadas de ludibriar foram utilizadas, no entanto, o advento da internet fez com que tal feito tomasse proporções de destruição em massa, bem como aumento do poder aquisitivo de determinados setores e países. Numa velocidade nunca antes atingida.

Questões éticas precisam ser engendradas, porém, os olhares são múltiplos, indivíduos consideram suas atuações dentro dos padrões éticos ancorados em sua própria visão do que seja considerado ético.

O ato de mentir é um processo em que uma pessoa tenta convencer outra de algo que sabe ser falso. A mentira pode ser feita para obter um ganho ou até mesmo gerar discórdias entre as pessoas.

Na apresentação, a autora destaca a preocupação com o uso da mentira e suas sequelas, destacando o dilúvio da desinformação, caracterizada pela disseminação de notícias, sentimentos e até expressões faciais falsas. Enfatiza a escrita do livro como mecanismo de alerta contra as investidas mentirosas no âmbito das redes e sua propagação desenfreada por meios verbais, não verbais, visuais, faladas, televisionada, radiofonizada, através de vídeos e textos, nos quais as manipulações variam de acordo com interesses individuais, de pequenos grupos e grandes corporações.

O livro investiga como as mentiras se manifestam em diferentes esferas, desde as interações cotidianas até a manipulação massiva por meio de fake news e desinformação. Santaella examina o impacto dessas práticas na construção da realidade, na percepção pública

e nas relações de poder, evidenciando como as tecnologias digitais amplificam o alcance das mentiras divulgadas.

Santaella também discute a relação entre mentira e linguagem, revelando como narrativas falsas são estruturadas e divulgadas para ganhar reforços. Apresenta uma reflexão crítica sobre a fragilidade da verdade no mundo contemporâneo, onde informações podem ser distorcidas, manipuladas ou fabricadas para atender a interesses.

Com um olhar interdisciplinar, o livro combina teoria da comunicação, filosofia, semiótica e estudos culturais para fornecer uma compreensão ampla e aprofundada do tema. É uma obra que convida o leitor a refletir sobre a responsabilidade ética na construção de narrativas e o papel da verdade em uma sociedade cada vez mais mediada pela inteligência artificial.

Diversas providências vêm sendo adotadas a fim de coibir a propagação das fake News, porém, se faz necessários esclarecimentos detalhados para que números maiores de pessoas identifiquem-nas.

Figura 1 Fake news x desinformação: entenda qual é a diferença entre os termos



<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Maio/tse-lanca-podcast-sobre-desinformacao-e-impacto-das-fake-news-na-democracia>
<https://open.spotify.com/show/3nR9HHmL3b8vO77a0Ihp7h>

O Capítulo 1 traz a abordagem do conceito de verdade, enfatizando a necessidade de se resgatar o valor da verdade, destacando o falibilismo de C.S. Peirce, bem como a divisão da

verdade em seis eixos, mapeamento a as verdades: necessária, provisória, reflexiva, convencional, possível, factual, além das dimensões psicológicas da verdade.

<https://open.spotify.com/episode/1gGAmkoPIIymBh21e6vrNN?si=Nf1ncVV2RSOZ8-J8ayEiHw&nd=1&dlsi=5b899b27393b4f31>

Figura 2 A ética na produção de conteúdos para as redes sociais.



<https://open.spotify.com/episode/1gGAmkoPIIymBh21e6vrNN?si=Nf1ncVV2RSOZ8-J8ayEiHw&nd=1&dlsi=5b899b27393b4f31>

Na verdade, os usos de notícias arraigadas de má fé ocorrem em todas as esferas de transmissões, haja vista que independente da forma de como uma notícia seja veiculada, entre a ferramenta e os meios utilizados, centra-se o homem.

O capítulo 2 refere-se à mentira em suas diferentes vertentes, Santaella parte de uma perspectiva filosófica e semiótica para definir a mentira como uma coincidência deliberada da verdade com a intenção de trapacear. A autora destaca que a mentira não existe isoladamente, mas em relação com a verdade, sendo dependente de um contexto em que a distinção entre o falso direto e o ver; também examina os elementos essenciais que são importantes para a mentira, como a intencionalidade do emissor, a manipulação da percepção do receptor e o papel da linguagem como veículo dessa perda. Santaella reflete sobre as motivações por trás da mentira, que podem variar; além disso, o capítulo aborda os diferentes tipos de mentiras, como as "mentiras sociais", muitas vezes toleradas ou até incentivadas em certos contextos, e

as mentiras perniciosas, que visam manipular ou prejudicar. Santaella conecta esses conceitos à era contemporânea, onde as tecnologias de comunicação digital potencializam a propagação de mentiras em larga escala.

Destacando que a intencionalidade da mentira acontece em quaisquer interfaces, não é fato exclusivo dos meios de comunicação em massa, não existindo mentiras pequenas ou de maiores proporções, seja no âmbito do lar, oralmente, ou em meios de comunicação massivos.

<https://www.youtube.com/watch?v=u8luERop5mk>

O link do vídeo Por que as pessoas acreditam em fake news? 1 FATO OU FAKE 1 g1 traz uma abordagem do poder da mentira, de como alcançam nossas emoções. Ou seja, a disseminação da mentira aperfeiçoou-se- aperfeiçoa-se tanto quanto o desenvolvimento da ciência comunicacional.

O capítulo 3 aborda as fake News, políticas da pós-verdade na era das mídias sociais, na verdade, fake News e pós verdades adentraram num meio de disseminação e reprodução da mentira e suas consequências mais ágil, vale lembrar que um feito popular denominado pasquim de Judas, ocorrido durante a festa religiosa denominada Semana Santa, na qual Judas é malhado no sábado de aleluia. Pessoas anônimas decidiam quem estaria representando a personagem, junto com boneco de pano colocavam supostas informações, que alguns se encarregavam de espalhar posteriormente, a pós verdade que causou homicídios no município onde residimos. Ou seja, as notícias inventadas e suas consequências saíram do papel para as redes, com maior poder de alcance em curtos períodos.

Ressoa nestes casos a desinformação, não são verificadas a veracidade dos fatos, muito menos analisadas proporções e que podem desencadear; atribuem-se tais feitos aos robôs, negligenciando a ação humana, pois muitos creem que a máquina seja neutra, o que também caracteriza-se por desinformações, e quanto mais pessoas terem fé da veracidade dos fatos, melhor para seu criador, espalha horrores sem esforços.

Santaella apresenta as fake news como um tipo de mentira estruturada, projetada para enganar deliberadamente, aproveitando-se das características dos meios digitais. Ela destaca que, com a ascensão das redes sociais, as barreiras à criação e disseminação de conteúdo se tornaram quase inexistentes, permitindo que as notícias falsas se espalhem rapidamente e muitas vezes com maior alcance do que as notícias verdadeiras.

A autora também discute a dimensão psicológica das notícias falsas, argumentando que elas têm maior probabilidade de se espalhar porque apelam às emoções, opiniões e

preconceitos das pessoas. Isso cria uma bolha de desinformação, reforçada por algoritmos das plataformas digitais.

Outro ponto central do capítulo é a análise das implicações das notícias falsas para a democracia e o debate público. Santaella ressalta que a propagação de informações falsas enfraquece as instituições democráticas, mina a confiança nas fontes tradicionais de informação e promove a polarização política.



“A verdade é a adequação do pensamento à coisa real”

São Tomás de Aquino (1225-1274)

Em se tratando de notícias falsas, o gabinete do ódio não sede específica, brotando de formas individuais e ou coletivas, dos mais diversos pontos, propagando-se rapidamente causando destruições, deixando como marcas, a pós-verdade.

A desinformação é um mecanismo utilizado para dominação, cabendo o exemplo dos supostos efeitos da combinação manga & leite, disseminada entre os escravizados pelos senhores, tendo como objetivo evitar o consumo do leite entre a população escravizada.

Os capítulos 4 e 5 fazem abordagens a verdade factual e disseminação da mentira e da desinformação.

No capítulo 4, a autora investiga a complexidade do conceito de verdade factual a partir de uma perspectiva semiótica. O capítulo examina como os fatos se constituem e são interpretados na comunicação e na construção do conhecimento. Discute o papel dos signos, símbolos e narrativas na mediação da realidade factual, destacando que a verdade factual não é absoluta, mas sim construída e frequentemente disputada em um campo simbólico. Ela diferencia a verdade factual de outras formas de verdade, como a lógica e a científica,

mostrando que a verdade factual está profundamente enraizada no contexto histórico e cultural.

A autora também reflete sobre como as verdades factuais podem ser distorcidas por meio de manipulações semióticas, como fake news e desinformação. Essas manipulações se aproveitam da fragilidade do processo interpretativo para moldar percepções de realidade. Santaella enfatiza a importância de uma leitura crítica dos signos e discursos para distinguir entre representações verídicas e enganosas.

Em suma, o capítulo aborda como a semiótica pode ajudar a compreender os mecanismos que sustentam tanto a construção quanto a deturpação da verdade factual, evidenciando os desafios contemporâneos no reconhecimento do que é real em um mundo saturado de informações e narrativas conflitantes.

O capítulo 5, aborda questões centrais relacionadas à natureza da mentira, sua influência na sociedade e os mecanismos psicológicos e sociais que sustentam seu poder. Santaella explora como a mentira não é apenas uma falsificação direta, mas muitas vezes uma manipulação sofisticada da verdade. Ela pode ser construída com base em meias-verdades, narrativas sedutoras ou omissões estratégicas; analisa as razões pelas quais os indivíduos mentem, que podem variar desde a autopreservação até a busca por poder e controle. Ela discute como fatores como o ego, o medo da rejeição ou a necessidade de validação influenciam esse comportamento.

A linguagem é apresentada como uma ferramenta poderosa para a disseminação da mentira. Por meio dela, a realidade pode ser distorcida, e a percepção coletiva, manipulada, reflete sobre como a mentira é usada como instrumento de poder em diversos contextos, incluindo a política, os meios de comunicação e as redes sociais. Ela discute como a desinformação pode moldar opiniões, influenciar decisões e perpetuar desigualdades. O capítulo também aborda como as tecnologias digitais amplificam o alcance e o impacto das mentiras, destacando o papel dos algoritmos e das bolhas de informação na propagação de fake news.

A autora conclui o capítulo apontando que o poder da mentira está intimamente ligado à credibilidade que ela é capaz de gerar e à disposição das pessoas em acreditar nela, especialmente quando ela reforça preconceitos ou atende a interesses pessoais ou coletivos. A obra discute as diversas maneiras pelas quais certos grupos propagam seus ideais, vendendo verdades fabricadas de acordo com seus próprios interesses. A própria interpretação dos acontecimentos pode originar fake news, como por exemplo, as comunicações em grupos de whatsapp que divulgam informações sobre o tráfego na RJ 127, entre Engenheiro Paulo de

Frontin e Paracambi, que foi severamente impactada pelas chuvas em fevereiro, danificando as estruturas. Os grupos publicam diariamente dados distorcidos devido à ausência de uma interpretação precisa, ou seja, publicam notícias sobre o tráfego de acordo com suas próprias interpretações, gerando uma série de conflitos. Os conflitos mencionados aqui nem sempre são propositalmente, ao contrário daqueles causados intencionalmente com um objetivo específico. É importante notar que, mesmo nestes grupos, com um número reduzido de membros em comparação ao extenso alcance das redes, existem pessoas que espalham informações falsas, com isso, aumentando o tempo de viagem em duas horas. Nesses casos, há intencionalidade. Aqueles que espalham informações falsas não possuem empatia, por outro lado, aqueles que as recebem as repassam sem verificar a sua veracidade em outras fontes.

Referências.

<https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/fake-news-x-desinformacao-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-os-termos>

<https://open.spotify.com/episode/1gGAmkoPIlymBh21e6vrNN?si=NfIncVV2RSOZ8-J8ayEiHw&nd=1&dlsi=5b899b27393b4f31>

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/Sbrx6QLH4rL54w986tsKbnc/?lang=pt>

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Lz5L9Mn6CcfcVXpFLS3wgLP/>

<https://www.tre-sp.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/saiba-como-identificar-fake-news-ou-desinformacao>

Santaella, Lucia . De onde vem o poder da mentira?. 1. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores editora, 2021. v. 1. 121p . Santaella, Lucia . Humanos.

Reflexões sobre o capítulo 9, livro Memórias da Plantação.

Disciplina Professora Edmea.



14- "Que N. linda!!"

- ❖ Combinações de palavras que antecedem o precedem a palavra Negerin. (camuflam o racismo).
- ❖ Palavra N. Conceito colonial- Expansão Europeia.
- ❖ Palavra inserida na história da escravização e da colonização.
- ❖ No final do século XVIII, torna-se um termo pejorativo, usado como forma de insulto.
- ❖ Ser chamado de negro não se relaciona com a cor da pele, mas com tantas outras definições com o intuito de denegrir, inferiorizar.
- ❖ A fala da criança retrata a herança colonial que não considera o preto(a) como pertencente a sociedade, pensada como branca.
- ❖ Dicotomia: senhor e escravizado.
- ❖ Kathleen sofre o racismo cotidiano.
- ❖ Dinâmica orgulho/vergonha.

* Colonialismo vivenciado de forma real, a ferida do presente é a ferida do passado.

15- **"Que pele linda... Eu também quero ser uma N. ...! – Inveja e desejo pelo *sujeito negro*.**

- ❖ Racismo como forma de paixão pelo "exótico" e "primitivo"
- ❖ As pessoas negras tornam-se a representação daquilo que a sociedade branca designa como perigoso, ameaçador e proibido.
- ❖ O entorno branco "define" as qualidades físicas de kathleen.

Nota de rodapé: *Estupro e linchamento eram exemplos cruéis de inveja no período colonial*

16- **"Você sente essa dor nos seus dedos"- A dor indizível do racismo.**

- ❖ O som da palavra da palavra **N**, acionou gatilhos vieram à tona os horrores do racismo;
- ❖ A dor física retrata na verdade o que dói por dentro;

❖ O racismo pretende causar dano, fazer mal ao *sujeito negro*;

❖ Racismo nas entrelinhas.

17- "Todo mundo é diferente(...) E isso torna ao mundo maravilhoso..." – O teatro do racismo e sua triangulação.

- ❖ Três personagens e funções: a atriz- menina, sujeito negro, objeto da agressão racista, plateia branca- mãe e namorado.
- ❖ Como resultado, a menina é ensinada que pessoas que sofrem discriminação porque são diferentes, quando na verdade é o contrário: as pessoas se tornam diferentes através do processo de discriminação.

* Racismo: como a ciência dismantelou a teoria de que existem diferentes raças humanas

▪ Lorenza Coppola Bove

▪ The Conversation*

Desde o seu surgimento no século 18, a antropologia física concentrou-se no estudo dos restos mortais de esqueletos humanos. Seu objetivo era observar os fenômenos evolutivos e a variabilidade humana.

À medida que novos territórios e populações foram sendo descobertos, era necessário, de acordo com os naturalistas europeus, classificar os seres humanos de acordo com suas características.

No reino animal, falar sobre raças geográficas consiste em definir grupos de indivíduos que se diferenciem por características adaptadas ao tipo de ambiente. No caso do ser humano, o conceito tinha uma conotação muito diferente.

De fato, a diversidade humana não era percebida como uma seleção do ambiente (como acontece com a cor da pele e a forma dos olhos).

No reino animal, falar sobre raças geográficas consiste em definir grupos de indivíduos que se diferenciem por características adaptadas ao tipo de ambiente. No caso do ser humano, o conceito tinha uma conotação muito diferente.

De fato, a diversidade humana não era percebida como uma seleção do ambiente (como acontece com a cor da pele e a forma dos olhos).

... Para se afastar da conotação social da palavra "raça", a ciência precisou modificar sua maneira de se referir às populações humanas e aceitar a existência de uma única espécie: o *Homo sapiens*.

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53325050>

Resisti. Resistência. Resistindo.

Sou resistente, mesmo antes de respirar sem a placenta, minha mãe diz que teve sarampo quando gestante de mim, o venci (vencemos), e assim fui vencendo. Cada passo dado para retirar-me das situações que me impediam de vencer me fizeram mais forte, recuei, chorei, esperei, vi pessoas próximas sofrendo abusos de gente sem alma, de gente que achou que pudesse reter tudo, eternizar momentos que o dinheiro compra. Presenciei o dinheiro se

esvaindo, até que pouco ou quase nada restou, presenciei também quem um dia foi “princesa” se transformar em “gata borralheira”, quem escolhia o automóvel que usaria, ter o ônibus como meio de transporte, o motorista como chofer e os demais passageiros por companhias.

Mas não é disso que quero falar, quero expor minha resistência aos herdeiros do patriarcado, nunca foi tão fácil para nós, herdeiros de escravizados, quanto foi para vocês, nunca foram coincidências os obstáculos em nossos caminhos, sempre foram estratégias com intuito de nos mantermos estacionados, “sinto muito” desapontei-os, e apesar de estarem séculos a minha frente, venci cansaços, privações físicas, mas a força do meu âmago, não foram capazes de alcançar. A pele pode ter sido atingida, sem provisões necessárias para minimizar o frio, mas no íntimo o calor persistiu, resistiu e sagrou-se vencedor. A cada não recebido, o desejo de avançar foi combustível, fui a pé, com tênis furado, com uma única calça, mas fui, não sucumbi diante de sua frágil bravura, sim, ousou dizer, frágil, faz do grito sua força, mas há quem não tema o grito, e isso os desaponta. Usaram forças artificiais- usam- para imobilizar movimentos, máscaras de flandres, correntes para imobilizar, pernas e braços, usaram-nos por nos temer, sabiam o quanto somos fortes, mas em seu modo de competição, não admitiam verem vencer àqueles a quem dificultaram os passos.

Quando seu prestígio e fortuna acabaram, como sobreviveu, se sempre teve quem realizasse suas tarefas de modo forçado?

Não, não são coincidências, se todos estiverem sãos, como lucrarão os laboratórios? Se não colonizarem e suplantarem o saber enterrando culturas, como sobreviverão as suas? Não existem saberes maiores ou menores, existem saberes que se completam, existem os doutores do doutorado universitário e existem os “doutores” cada qual em sua área, na arte de cultivar, ordenhar, capinar, nas colchas de retalhos como a Baba de Bell Hooks, como na broa de minha com a tampa forrada por brasas assando de cima para baixo, enfim, “doutores” nos diversos afazeres.

O que rende mais, a profilaxia ou o reparo? Sem dúvidas o reparo, por isso há tanto financiamento de bocas banguelas, de imunidades baixas devido a alimentação de má qualidade, que acarreta a baixa de vitaminas essenciais no organismo. Retiraram as pessoas do sol, confinaram-nas para assim terem menos resistências. Inventaram a inteligência artificial, seria por pudor de assumirem suas decisões? E há quem creia que a inteligência realmente seja artificial, que induções e racismos nas máquinas, foram ao acaso. Estamos vivendo a era da aceleração, será por acaso, ou há alguma intenção? A exaustão impede o questionamento, o pensar crítico, na pressa, queremos soluções.

Lamento informar, retardaram meus passos, nunca meu caminhar, resisti, resistência, resistindo, lamento informar, não conseguiram semear ódio no território sagrado de minha alma, fracassaram em sua missão, seus breguécios não funcionaram comigo, só estou chegando agora, por que não pude seguir o caminho reto, precisei passar por estradas sinuosas, mas cheguei. Cheguei e quero fazer com que outros cheguem mais rápido que eu. Não, não são coincidências, tudo é meticulosamente criado com objetivo de estagnar. Lamento informar, continuo caminhando, e apontando a direção.

Enfrentei desafios físicos, nosso caminho fechou, tive que buscar rotas alternativas, longas exaustivas, encontrei perseguições, quando precisei de apoio, tentaram obstruir meu caminhar como na ponte. A ponte ainda não é o caminho definitivo, a RJ, apesar de ter sofrido, não está neste campo de visão, está ao lado, assim sou eu, saio do campo de visão e sigo para o alvo.

Sinto muito, reagi, sinto muito... **Resisti. Resistência. Resistindo...** e ensinando a resistir.